UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Letras Modernas
Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americanas

RAMIRO CARLOS HUMBERTO CAGGIANO BLANCO

O DISCURSO DE ÓDIO NOS "CACEROLAZOS" (ARGENTINA) E "PANELAÇOS" (BRASIL): PADRÕES COMUNS E DIFERENÇAS

Versão corrigida

São Paulo
2021

RAMIRO CARLOS HUMBERTO CAGGIANO BLANCO

O discurso de ódio nos "cacerolazos" (Argentina) e "panelaços" (Brasil): padrões comuns e diferenças

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Língua Espanhola.

Área de concentração: Línguas Estrangeiras Modernas - Espanhol.

Orientadora: Profa. Dra. María Zulma Moriondo Kulikowski

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B638d

Blanco, Ramiro Carlos Humberto Caggiano
O discurso de ódio nos "cacerolazos" (Argentina) e "panelaços" (Brasil): padrões comuns e diferenças / Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco; orientadora María Zulma Moriondo Kulikowski - São Paulo, 2021.
346 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Modernas. Área de concentração: Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana.

1. Discurso de ódio. 2. Descortesia. 3. Ideologia. 4. Manifestações. 5. Mídias. I. Kulikowski, María Zulma Moriondo, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco

Data da defesa: 28/09/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Dra. María Zulma Moriondo Kulikowski

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 26/11/2021

(*Assinatura do (a)orientador (a):* **Prof. Dra. María Zulma Moriondo Kulikowski**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: CAGGIANO BLANCO, Ramiro Carlos Humberto
Título: O discurso de ódio nos "cacerolazos" (Argentina) e "panelaços" (Brasil): padrões comuns e diferenças

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Língua Espanhola.
Área de concentração: Línguas Estrangeiras Modernas - Espanhol.
Orientadora: Profa. Dra. María Zulma Moriondo Kulikowski

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. María Zulma Moriondo Kulikowski — Instituição: DLM / USP

Presidente da banca/orientadora — Assinatura: _____

Prof. Dr. Luiz Antonio da Silva — Instituição: DLCV / USP

Julgamento: _____ — Assinatura: _____

Profa. Dra. Graciela Foglia — Instituição: UNIFESP

Julgamento: _____ — Assinatura: _____

Prof. Dr. Daniel Omar Perez — Instituição: UNICAP

Julgamento: _____ — Assinatura: _____

Aos meus pais *in memoriam*

A minha irmã *in memoriam*

A minha filha

A minha esposa

Agradecimentos

A María Zulma Kulikowski, minha orientadora, por seus estímulos, paciência, apoio, sugestões, por seu compromisso com os estudos da linguística e, principalmente, pelo amor pela Pragmática.

À Professora Rosana Pinheiro-Machado pelo estímulo para estudar o tema da presente tese.

À Professora Isabel Seara por sua contribuição de forma altruísta com a pesquisa num momento muito importante.

À Professora Nora Merlin pelos conhecimentos inestimáveis compartilhados em entrevistas e discussões.

Ao Professor Daniel Omar Pérez pelos aportes teóricos e sua contribuição desinteressada.

Ao Professor Luis Silva, pelas discussões formativas levantadas nos cursos e reuniões.

À Professora Neide Therezinha Maia González que teve as palavras de apoio justas em um momento crítico no curso deste estudo.

A Yedda Blanco que acompanhou o desenvolvimento desta pesquisa e contribuiu nas diversas discussões temáticas.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudo e pelo apoio para a realização desta pesquisa.

"no puedo hablar para nada decir".

Alejandra Pizarnik

A morte e a violência já estavam em nossos corpos
antes que começássemos a poder dizê-las.
Por que falar do que preferiríamos que não estivesse
mais entre nós? Porque está em nós.
E não apenas de repetição, de matrizes unificadas,
de retorno e a atraso é feito o ódio.

Ana Kiffer

RESUMO

CAGGIANO BLANCO, R. C. H. **O discurso de ódio nos "cacerolazos" (Argentina) e "panelaços" (Brasil): padrões comuns e diferenças.** 2021. 346f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O ódio faz parte dos afetos da humanidade, como assinalava Aristóteles. Entretanto, observa-se que seu emprego, como dispositivo performativo, ultimamente vem adquirindo relevância em vários países com finalidade política. A construção discursiva do ódio, no campo da disputa hegemônica (LACLAU, 2005), realiza-se mediante a constituição de um "outro anômalo" em oposição ao "nós normalizador". Assim, entendemos o discurso de ódio como um grau superior à polarização ideológica (VAN DIJK, 2012) e à polarização dicotômica no discurso polêmico (AMOSSY, 2008). Em consequência disso, o trabalho objetiva mostrar como as expressões de ódio contidas nos enunciados proferidos nas manifestações contra os governos de Cristina Kirchner, na Argentina, e de Dilma Rousseff, no Brasil, conhecidas como "Cacerolazos" (2012-2014) e "Panelaços" (2015-2016), representam e extremam o processo da construção desse sentimento. Busca-se mostrar como enunciados articulados em torno de significantes vazios, idênticos ou símiles, por meio das mesmas estratégias de descortesia comunicativa, foram empregados como expressão reativa a esses projetos políticos nos dois países, apesar das diferenças nas suas respectivas formações sócio-históricas. Para verificar esse fenômeno retórico-discursivo, embasamos a pesquisa em um *corpus* constituído por enunciados obtidos a partir de vídeos, cartazes e depoimentos espontâneos dos participantes de ambas as manifestações, perpassados pelo discurso de ódio, que são analisados mediante relações de comparação e apontamento das regularidades e diferenças temáticas, discursivas e semióticas empregadas para expressar descortesia, construção da identidade e "outredade". Com o auxílio do método comparativo e histórico foi possível traçar os elementos contextuais de produção dos enunciados pautados pelos aspectos sócio-políticos e discursivos das manifestações e, depois, com o método descritivo-analítico, realizar as análises propriamente ditas. Quanto ao aporte teórico partimos dos conceitos de polarização ideológica "nós" x "eles" descrita por Van Dijk (2005), e do discurso polêmico (AMOSSY, 2008); dos estudos da teoria dos atos de fala, principalmente no que tange a performatividade (AUSTIN, 1982; RAJAGOPALAN, 2008); para detalhar os mecanismos e os efeitos multiplicadores do discurso do ódio, dos aportes de Ahmed (2015), Kiffer (2019), Gorgi (2019) e Merlin (2019); e, sobre a descortesia, das contribuições de Culpeper (2011) e Marlangeon (2005), de quem tomamos as categorias de descortesia por fustigação e de afiliação exacerbada para classificação e análise do *corpus*. A pesquisa constitui uma contribuição para compreender a articulação discursiva e os significantes vazios em volta dos quais se articularam os enunciados descorteses, assim como as estratégias de descortesia comunicativa recorrentes na criação discursiva do ódio, cujo entendimento é condição essencial para procurar desativar os sedimentos desse discurso de ódio ainda presentes nas sociedades argentina e brasileira. Nos resultados buscou-se a compreensão dos fenômenos tratados à luz da teoria, dos dados coletados nessas comunidades de fala, e da tarefa analítica de sua interpretação.

Palavras-chave: Discurso do ódio. Descortesia. Ideologia. Cacerolazos. Panelaços.

ABSTRACT

CAGGIANO BLANCO, R. C. H. **Hate speech in "cacerolazos" (Argentina) and "panelaços" (Brazil): common patterns and differences.** 2021. 346f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Hate is part of humanity's affections, as Aristotle pointed out. However, it is observed that its use, as a performative device, has lately been acquiring relevance in several countries for political purposes. The discursive construction of hate, in the field of hegemonic dispute (LACLAU, 2005), takes place through the constitution of an "anomalous other" in opposition to the "normalizing us". Thus, we understand hate speech as a higher degree than ideological polarization (VAN DIJK, 2012) and dichotomous polarization in polemical discourse (AMOSSY, 2008). As a result, the work aims to show how the expressions of hatred contained in the statements made in the demonstrations against the governments of Cristina Kirchner, in Argentina, and Dilma Rousseff, in Brazil, known as "Cacerolazos" (2012-2014) and "Panelaços " (2015-2016), represent and extreme the process of construction of this feeling. It seeks to show how statements articulated around empty, identical or similar signifiers, through the same communicative impoliteness strategies, were used as a reactive expression to these political projects in both countries, despite the differences in their respective socio-historical formations. To verify this rhetorical-discursive phenomenon, the research was based on a corpus consisting of statements obtained from videos, posters and spontaneous testimonies from participants of both protests, permeated by hate speech, which are analyzed through relations of comparison and pointing out the thematic, discursive and semiotic regularities and differences used to express impoliteness, identity construction and "otherness". With the help of the comparative and historical method, it was possible to trace the contextual elements of the production of statements based on the socio-political and discursive aspects of the manifestations, and then, with the descriptive-analytical method, to carry out the analyzes themselves. As for the theoretical contribution, we start from the concepts of ideological polarization "we" x "them" described by Van Dijk (2005), and from the controversial discourse (AMOSSY, 2008); from studies of speech act theory, especially with regard to performativity (AUSTIN, 1982; RAJAGOPALAN, 2008); to detail the mechanisms and multiplier effects of hate speech, from contributions by Ahmed (2015), Kiffer (2019), Gorgi (2019) and Merlin (2019); and, on impoliteness, the contributions of Culpeper (2011) and Marlangeon (2005), from whom we take the categories of impoliteness by fustigation and exacerbated affiliation for classification and analysis of the corpus. The research is a contribution to understanding the discursive articulation and the empty signifiers around which impoliteness utterances were articulated, as well as the recurrent communicative impoliteness strategies in the discursive creation of hate, whose understanding is an essential condition to try to deactivate the sediments of this discourse of hatred still present in Argentine and Brazilian societies. The results sought to understand the phenomena treated in the light of theory, the data collected in these speech communities, and the analytical task of its interpretation.

Palabras clave: Hate speech. Impoliteness. Ideology. Cacerolazos. Panelaços.

RESUMEN

CAGGIANO BLANCO, R. C. H. **El discurso de odio en los "cacerolazos" (Argentina) y "panelaços" (Brasil): patrones comunes y diferencias.** 2021. 346f. Tesis (Doctorado) – Faculdade de Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

El odio es parte de los afectos de la humanidad, como señaló Aristóteles. Sin embargo, se observa que su uso, como dispositivo performativo, últimamente ha ido adquiriendo relevancia en varios países con fines políticos. La construcción discursiva del odio, en el campo de la disputa hegemónica (LACLAU, 2005), se realiza a través de la constitución de un "otro anómalo" en oposición al "nosotros normalizador". Así, entendemos el discurso de odio como un grado superior a la polarización ideológica (VAN DIJK, 2012) y la polarización dicotómica en el discurso polémico (AMOSSY, 2008). En consecuencia, el trabajo tiene como objetivo mostrar cómo las expresiones de odio contenidas en los enunciados expresados en las manifestaciones contra los gobiernos de Cristina Kirchner, en Argentina, y Dilma Rousseff, en Brasil, conocidas como "Cacerolazos" (2012-2014) y "Panelaços" (2015-2016), representan y extreman el proceso de construcción de este sentimiento. Procuramos mostrar cómo los enunciados articulados en torno a significantes vacíos, idénticos o similares, a través de las mismas estrategias comunicativas de descortesía, fueron utilizados como expresión reactiva a esos proyectos políticos en ambos países, apesar de las diferencias en sus respectivas formaciones sociohistóricas. Para verificar este fenómeno retórico-discursivo, la investigación se basó en un corpus compuesto por declaraciones obtenidas a partir de videos, carteles y testimonios espontáneos de participantes de ambas manifestaciones, permeados por el discurso de odio, que se analizan a través de relaciones de comparación e identificación de las regularidades y diferencias discursivas, temáticas y semióticas utilizadas para expresar descortesía, construcción de identidad y "otredad". Con la ayuda del método comparativo e histórico, fue posible señalar los elementos contextuales de la producción de los enunciados a partir de los aspectos sociopolíticos y discursivos de las manifestaciones, y luego, con el método descriptivo-analítico, realizar su análisis. En lo atinente al aporte teórico, partimos de los conceptos de polarización ideológica "nosotros" x "ellos" descriptos por Van Dijk (2005), y del discurso polémico (AMOSSY, 2008); de los estudios de la teoría de actos de habla, especialmente en lo que respecta a la performatividad (AUSTIN, 1982; RAJAGOPALAN, 2008); para detallar los mecanismos y efectos multiplicadores del discurso de odio, de las contribuciones de Ahmed (2015), Kiffer (2019), Gorgi (2019) y Merlin (2019); y, para la descortesía verbal, las aportaciones de Culpeper (2011) y Marlangeon (2005), de quien tomamos las categorías de descortesía por fustigación y afiliación exacerbada para la clasificación y análisis del corpus. La investigación es un aporte para comprender la articulación discursiva y los significantes vacíos en torno a los cuales se articularon los enunciados descorteses, así como las recurrentes estrategias comunicativas de la descortesía en la creación discursiva del odio, cuya comprensión es condición imprescindible para intentar desactivar los sedimentos de ese odio, todavía presentes en las sociedades argentina y brasileña. Los resultados buscaron comprender los fenómenos tratados a la luz de la teoría, los datos recolectados en estas comunidades de habla y la tarea analítica de su interpretación.

Palabras clave: Discurso de odio. Descortesía. Ideología. Cacerolazos. Panelaços.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Desejo tanático: Cristina, Dilma e Lula enforcados 84

Quadro 2- Caracterizações dos ex-presidentes como animais 93

Quadro 3- Desejo tanático: Caixões representando morte de CFK e do PT 96

Quadro 4- Imagens das manifestações em Egito, Argentina e Brasil 135

Quadro 5- Participação de defensores das ditaduras nas manifestações 138

Quadro 6- Símbolos e participação de defensores ideologias proibidas 139

Quadro 7- Manifestantes com empregadas domésticas 149

Quadro 8- Manifestantes com outros elementos simbólicos da classe alta 149

Quadro 9- Cartazes contra a corrupção nas manifestações da Argentina e do Brasil 156

Quadro 10- Faixas contra a corrupção na Argentina e no Brasil 161

Quadro 11- Faixas contra o roubo na Argentina e no Brasil 161

Quadro 12- Faixa e cartaz contra os impostos na Argentina e no Brasil 167

Quadro 13- Capas das revistas *Veja* e *Noticias* 186

Quadro 14- Capas das revistas *Veja* e *Noticias* sugerindo a prisão de Lula e Cristina 189

Quadro 15- Sequência de capas das revistas *Veja*, *Isto É* e *Noticias* 192

Quadro 16- Capas das revistas *Noticias* e *Veja*: morte de CFK e Lula 204

Quadro 17- Classificação dos enunciados segundo as estratégias de descortesia 212

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Dialética individual e social	41
Figura 2-	*Continuum* cortesia-descortesia	46
Figura 3-	O *continuum* cortesia-descortesia segundo um enfoque discursivo sociocultural.	47
Figura 4-	Discurso de ódio e direito penal	88
Figura 5-	Manifestante com cartaz que associa CFK a animais	95
Figura 6-	Exemplo	99
Figura 7-	Detalhe de careta de Dilma Rousseff com nariz de Pinóquio	106
Figura 8-	Detalhe de cartaz com a imagem de Cristina Kirchner e outros membros do governo e inscrição "Mentiras"	106
Figura 9 -	Manifestação Buenos Aires #8N	151
Figura 10-	Manifestações São Paulo e Brasília	152
Figura 11-	Faixas e cartazes contra a corrupção no Brasil	158
Figura 12-	Faixas contra a corrupção na Argentina	160
Figura 13-	Antinomia trabalho x auxílios sociais estatais na Argentina	164
Figura 14-	Polarização antinômica mediante significantes vazios	166
Figura 15-	Cartazes em contra das limitações à liberdade na Argentina	168
Figura 16-	Cartazes a favor da liberdade na Argentina	169
Figura 17-	Cartazes contra o comunismo nas manifestações da Argentina	170
Figura 18-	Cartaz contra o comunismo nas manifestações no Brasil	171
Figura 19-	Jornalista Lanata e temática de ódio e divisão	177
Figura 20-	Cartaz contra a "divisão" e balões a favor da "união" do povo	179
Figura 21-	Capa da revista *Veja* reproduzida num cartaz em um dos "panelaços"	187
Figura 22-	Capa da revista *Noticias* e imagem da personagem do filme "Espelho, Espelho meu..."	188
Figura 23-	Cartazes que remetem a Cristina Kirchner como rainha	188
Figura 24-	Encarte do filme "The Orange is the new Black" e foto da prisão de	190

Guantánamo .....

Figura 25 Bonecos e cartazes de Lula com roupa de presidiário nas manifestações 191

Figura 26- Medusa de Caravaggio 192

Figura 27- Cristina Kirchner apontando a semelhança das representações que fizeram os semanários *Noticias* e IstoÉ 194

Figura 28- Sequência de capas das revistas *Noticias* com apelo sexual 195

Figura 29- Sequência de cartazes sexistas contra Cristina Kirchner 199

Figura 30- Sequência de cartazes sexistas contra Dilma Rousseff 200

Figura 31- Capas da revista *Noticias* com apelo à morte de CFK 201

Figura 32- Imagens de Evita embalsamada e pichação festejando a morte..... 205

Figura 33- Manifestante com cartaz. Manifestação Fortaleza (CE), 12/04/2015 206

Figura 34- Comparação das capas das revistas Newsweek e *Veja* 207

Figura 35- Detalhe da capa da revista *Veja* e cabeça de Lampião exposta 208

Figura 36- Manifestante se recusa a falar com programa CQC 216

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Polarização antinômica “nós – eles” 75

Tabela 2- Polarização antinômica “nós – eles” e discurso de ódio 91

Tabela 3- Diferenciação dos discursos polarizador, polêmico e de ódio 92

Tabela 4- Concordância com universalidade e gratuidade de serviços públicos (%) .. 153

Tabela 5- Vídeos Argentina 213

Tabela 6- Vídeos Brasil 214

Tabela 7- Meios gráficos de comunicação tomados como fonte 214

Tabela 8- Síntese das categorias e subcategorias do *corpus* 217

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	**ASPECTOS TEÓRICOS**	26
1.1	PRAGMÁTICA, COMUNICAÇÃO E DESCORTESIA	26
1.1.1	**Sobre a Pragmática**	26
1.1.2	**Comunicação intencional e alcances**	30
1.1.3	**Intencionalidade e atos de fala**	33
1.1.4	**Imagem (*face*) e trabalho de imagem (*facework*)**	38
1.1.5	**Imagem e (des)cortesia**	42
1.1.6	**Considerações acerca da descortesia**	46
1.1.7	**Descortesia e discursos de ódio**	54
1.2	IDEOLOGIA IDENTIFICAÇÃO E POLARIZAÇÃO	61
1.2.1	**Aspectos socioculturais na comunicação**	61
1.2.2	**Contexto sociocultural, discurso político, crenças e ideologia**	64
1.2.3	**Formação das crenças**	71
1.2.4	**Polarização ideológica: a construção da "outredade"**	73
1.2.5	**Identificação e construção da "outredade"**	76
1.3	"OUTREDADE" E DISCURSO DE ÓDIO	85
1.3.1	**Da construção da "outredade" ao discurso de ódio**	85
1.3.2	**Características do discurso de ódio**	97
1.3.3	**(Re)produção do discurso de ódio**	103
2	**SOBRE AS MANIFESTAÇÕES "CACEROLAZOS" E "PANELAÇOS"**	114
2. 1	ACERCA DOS CACEROLAZOS E PANELAÇOS	114
2.1.1	**Breve percurso histórico dos "cacerolazos"**	114
2.1.2	**Contextos dos "Cacerolazos" e "Panelaços" na Argentina e no Brasil**	120
2.1.3	**Movimentos sociais e "Cacerolazos" e "Panelaços"**	133
2.1.4	**Contexto social dos "caceroleros" e "paneleiros"**	145
2.2	DISCURSO DE ÓDIO NOS "CACEROLAZOS" E "PANELAÇOS"	154
2.2.1	**Construção ideológica do discurso de ódio nos "cacerolazos" e "panelaços**..	154
2.2.1.1	**O significante corrupção**	155
2.2.1.2	**Os significantes planeros/vagabundos**	162

2.2.1.3 Os significantes ditadura e falta de liberdade 165
2.2.1.4 Os significantes comunismo, Venezuela, Cuba e Foro de São Paulo 169
2.2.2 Construção mediática do ódio 172
2.2.2.1 Argentina: "Crispasión", "La grieta" e o "periodismo de guerra" 175
2.2.2.2 Brasil: Corrupção seletiva e crise 180
2.2.2.3 Protagonismo da mídia e das redes sociais nas manifestações 181
2.2.3 A construção visual do ódio nas manifestações 183
3 QUESTÕES METODOLÓGICAS E *CORPUS* DA PESQUISA 210
3.1 METODOLOGIA 210
3.2. ELABORAÇÃO DO CORPUS 213
4 ANÁLISE DO *CORPUS* 218
4.1 CHAVES PARA A INTERPRETAÇÃO 218
4.2 DESCORTESIA POR AFILIAÇÃO EXACERBADA 220
4.2.1 Conclusão parcial 242
4.3 DESCORTESIA DE FUSTIGAÇÃO POR REFRATARIEDADE 244
4.3.1 Conclusão parcial 309
CONSIDERAÇÕES FINAIS 313
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 321
ANEXOS 335

INTRODUÇÃO

O objeto de pesquisa da presente tese insere-se nos estudos investigativos da (des)cortesia verbal, campo de estudo que vem ganhando espaço nos últimos tempos, como aponta o grupo de pesquisa EDICE[1], e os aportes da análise crítica do discurso, dos estudos da (in)visibilidade, da retórica e a teoria discursiva de Ernesto Laclau. Nesse sentido, o ponto inicial deste trabalho partiu da observação do discurso de ódio expresso em diversos meios de comunicação produzidos nas manifestações políticas conhecidas como "cacerolazos", na Argentina (2012-2014), e "panelaços" no Brasil (2015-2016),

No contexto de um mundo contemporâneo, em acelerada transformação, que mostra sociedades intensamente polarizadas na busca de uma resposta às crises constantes que as levam às guerras, as migrações em massa, ao empobrecimento, às vezes ao extermínio, produziram-se em vários países manifestações de diversas características como no Egito, nos Estados Unidos, na Espanha, na Ucrânia etc. A América Latina não escapa a essas crises produto da série de conflitos políticos, sociais e econômicos que nos últimos anos se concretizaram em intensa participação popular nas ruas das grandes cidades, como as vistas em Argentina e Brasil, tema de nossa pesquisa.

Consequentemente, como pesquisadores, acompanhamos os movimentos sociais ao longo do século XXI, em especial os denominados "Primaveras Árabes" e os movimentos antiglobalização, entre eles "Indignados", na Espanha, e "Occupy", nos Estados Unidos, mas também outros movimentos reivindicatórios diversos como os "Panelaços" de 2001, na Argentina, e as "Jornadas de junho" no Brasil em 2013. Entretanto, em 2012 começaram a acontecer "cacerolazos" em diferentes cidades da Argentina com características semelhantes aos movimentos mencionados, mas com uma dinâmica própria que os diferenciavam, motivo pelo qual, em um primeiro momento, desafiavam nosso entendimento. Quando em dezembro de 2014, logo após a vitória eleitoral de Dilma Rousseff ocorreram algumas manifestações na Av. Paulista, no Brasil, que aumentariam em participação popular no ano seguinte, que tampouco podiam ser

[1] O programa EDICE (Estudios sobre el Discurso de la Cortesía en Español), dependente da Universidade de Estocolmo, promove o intercâmbio entre pesquisadores, departamentos, institutos e centros de lingüística em español de Europa e América Latina para o estudo da cortesia e descortesia comunicativas desde uma perspectiva sociopragmática.

identificadas, dadas suas diferenças, como os movimentos sociais, uma sensação de *déjà vu* se nos fez presente.

Toda pesquisa inicia-se com uma percepção de estranhamento ante um fenômeno e, no campo dos estudos linguísticos, o interesse por desvelar a dinâmica social que atravessa os discursos que tornam possíveis a expressão da emergência das forças políticas e simbólicas. Precisamente, nesses discursos é que vamos nos debruçar para analisar a circulação de conteúdos de ódio envolvendo os protagonistas históricos das sociedades brasileira e argentina.

Em relação aos estranhamentos, em nosso caso houve vários: o primeiro foi que, apesar da importância das manifestações na vida social e política na Argentina e no Brasil, quando iniciamos este trabalho pouco se falava delas, a exceção de alguns artigos jornalísticos e dos estudos desenvolvidos por Ortellado e Solano (2016) relativos às manifestações acontecidas na Av. Paulista, no Brasil. No entanto, quando a partir de 2018 começaram a ser publicados textos no Brasil acerca do tema, nenhuma referência se fazia às manifestações na Argentina, muito próximas no tempo e com muitos aspectos em comum.

Outro estranhamento, de fato, foi a constatação de que, embora Aristóteles já tivesse tratado do ódio, principalmente individual, havia pouco material escrito acerca do ódio em sua dimensão social. E, certamente, não foi por falta de eventos para estudar: já tínhamos, só no século XXI, a islamofobia estadunidense após os ataques do 11 de setembro, que favoreceu a naturalização, por parte significativa da sociedade desse país, das torturas ilegais nas prisões de Abu Ghraib[2]; a violência levada adiante pelas "guarimbas"[3] na Venezuela. Cronologicamente, aconteceram os "cacerolazos" na Argentina entre 2012 e 2014, e no Brasil, os "panelaços" em 2015-2016, e o *referendum* na Colômbia, que com *fake news* ancoradas em um discurso de ódio contra as F.A.R.C. – Fuerzas Armadas Revolucionarias Colombianas – deram a vitória ao NÃO

[2] Rossana Reguillo (2013) se refere às torturas acontecidas em 2004 na prisão de Abu Ghraib, 20 km a oeste de Bagdá, documentadas em fotografias, gravações e vídeos, como "textos fundacionais da barbarie civilizada", e aponta a naturalização e banalização da tortura a causa do pouco impacto político e social que teve apesar da repercusão midiática.

[3] As "guarimbas" eram táticas de protesto contra o governo de Nicolás Maduro, na Venezuela, que consistiam em trancamentos violentos de rua, queima de árvores (mais de cinco mil), ataques a população etc. Foram incentivadas pelas lideranças opositoras e chegaram a provocar mais de 100 mortes, muitas delas ao queimar vivas as pessoas. Durante o auge do terror, os "guarimbeiros" incendiaram um hospital infantil. Fonte: IELA. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/venezuela-vence-guarimbas-mas-segue-ameacada-pelos-eua>. Acesso em: 12/04/2018.

ao tratado de paz que poria fim a 40 anos de conflitos armados naquele país[4]. Contudo, foi com o Brexit[5], plebiscito em que os cidadãos da Grã Bretanha decidiram deixar de formar parte da União Europeia, impulsado pelos discursos de ódio e *pós-verdade*[6] construída à base de *fake news*, que se acenderam os alarmes. Logo viria o triunfo nos Estados Unidos do candidato Donald Trump para completar o interesse da Academia pelo tema do ódio. Isso nos leva a uma conclusão que, embora precária, não deixa de ser instigadora: nossas pesquisas ainda estão, amiúde, presas a uma lógica epistemológica euro-norteamericanocentrista, segundo a qual percebemos o que acontece em América Latina a partir do olhar dos pensadores das metrópoles. Dito de outra forma, enxergamos nossos problemas latino-americanos quando também são, ou já foram, preocupações teóricas na Europa ou nos Estados Unidos.

Em relação ao discurso de ódio, Nicolau Maquiavel, no livro *O Príncipe*, considerado o texto precursor da ciência política, perguntava-se se era mais conveniente ao governante ser amado ou temido. Dessa forma, estabeleceu os afetos de amor e de temor como fonte de validação do poder do soberano, prescindindo da fundamentação teológica. Tais sentimentos foram, durante centúrias, os pilares dos estudos políticos até que, no século XX, descobriu-se um bem mais funcional ao poder: o ódio.

Por essa razão, no que tange ao discurso de ódio, há uma lacuna quanto à sua conceitualização uma vez que seu estudo foi negligenciado ou ancorado basicamente em seus aspectos jurídicos, e, portanto, limitados pela própria lógica penal em desmedro de sua dimensão discursiva, que excede em muito a tipificação do "delito de ódio". Hoje, por exemplo, com o auxílio dos estudos da (in)visibilidade podemos compreender o porquê, na cultura ocidental, quando se pensa em amor, prontamente a imagem de Romeu e Julieta da obra do escritor inglês William Shakespeare vem à mente, entretanto, pouco nos atemos ao contexto de ódio entre as

---

[4]Fonte: Jornal El País. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2016/10/02/colombia/1475420001_242063.html>. Acesso em: 23/07/2017.

[5] Como explica o jornal BBC, Brexit é uma abreviação para 'British exit' ('saída britânica', na tradução literal para o português), termo mais comumente usado quando se fala da decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia após o plebiscito, realizado em 23 de junho de 2016, em que eleitores britânicos assim o decidiram, por maioria de 52% contra 48%. Fonte: Jornal BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46335938>. Acesso em: 19/07/2019.

[6] Pós-verdade – em inglês *post-truth* - foi incorporada e eleita a palavra do ano pelo dicionário Oxford em 2016, embora o emprego estabilizado do termo se deva ao livro "Post-truth" publicado em 2004 pelo sociólogo estadunidense Ralph Keyes. Fonte: Jornal El País. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2016/11/16/actualidad/1479316268_308549.html>. Acesso em: 23/07/2017.

famílias Montecchio e Capuleto que serviram de contexto – e empecilho ao mesmo tempo - desse amor frustrado. Portanto, evidencia-se a necessidade de explorar o tema desde uma perspectiva multidisciplinar em uma interface entre a Pragmática e a concepção analítica do discurso e outras disciplinas sociais, principalmente considerando que, no século passado, houve muitas experiências políticas que aperfeiçoaram os mecanismos de controle social mediante a exacerbação do ódio contra determinados "outros", tanto em regimes políticos totalitários quanto democráticos[7], e que no século XXI se alcançou o grau máximo de efetividade devido à presença ubíqua dos meios de comunicação e a entrada em cena de novos protagonistas: a internet e as redes sociais.

Em relação às manifestações em que o discurso de ódio, objeto desta pesquisa, foi empregado com finalidades desestabilizadoras dos governos argentino e brasileiro à época, tentar estabelecer definições acerca dos "cacerolazos" e dos "panelaços" é bastante complexo porque, como todo fato social, ele não é unicausal nem único em si, senão que reconhece múltiplos antecedentes e mudanças histórica e socialmente situadas. Esses antecedentes podem remeter a eventos nacionais ou internacionais, remotos, mediatos e imediatos. Dentro dos antecedentes nacionais imediatos das manifestações na Argentina, devemos fazer menção ao conflito do governo com "o campo" e a famosa resolução 125 que visava modificar o regime impositivo do setor agrário naquele país, uma vez que acirrou a polarização na sociedade, como aponta Rodríguez Lamas (2008).

Por sua vez, os "panelaços" no Brasil (2015-2016) foram considerados, por muitos analistas, como acontecimentos iguais ou muito semelhantes às manifestações de 2013, porém, consideramos que estes últimos foram apenas antecedentes de um processo social complexo no qual houve eventos intermediários e transformações na composição social deles, que devemos apontar para evitar simplificações e determinismos na tentativa de esclarecer a natureza das manifestações estudadas nesta pesquisa.

Da mesma maneira, também nos referirmos às "primaveras árabes" e aos movimentos sociais antiglobalização, em especial ao movimento "Indignados", na Espanha, e "Occupy" nos

[7] A respeito, é muito comum lembrar-se do nazismo, do stalinismo, e até do franquismo ou do falangismo e de outras ditaduras militares, mas esquecer-se do macartismo, por exemplo, que assumiu uma clara polarização ideológica "amigo/inimigo, patriota/comunista" pela qual a realidade exterior é interpretada, mediante a busca da desconstrução ou da negação da narrativa do outro (antes do que afirmar a própria).

Estados Unidos, uma vez que eles aportaram às manifestações destituintes no Brasil e na Argentina um rico material simbólico e discursivo, principalmente na questão organizacional e estética.

Também descreveremos o contexto político e social anterior aos eventos que estudamos, e apontaremos algumas das transformações na economia e nas sociedades argentina e brasileira desde o começo do século XXI. Somente dessa forma poderemos ter um quadro contextual do *contrato comunicacional* (CHARAUDEAU, 2014), estabelecido nessas especiais comunidades de práticas discursivas conformadas nos "cacerolazos" e "panelaços", que nos permita entender o explícito e integrar a informação implícita dos enunciados que empregaram estratégias de descortesia e configuraram discursos de ódio.

Igualmente, dada a particularidade do *corpus*, em muitas ocasiões deveremos acudir a uma interpretação multimodal dos enunciados, integrando texto e imagem dentro de uma concepção ampla da comunicação social, tendo como eixo a Pragmática, os estudos da (in)visibilidade e, em especial, os contextos e a performatividade dos atos de linguagem.

Assim, dadas essas observações, surgiram os seguintes questionamentos:

- de que maneira se operou a construção discursiva que fez aflorar o ódio no campo político ao ponto de considerar inimigos irredutíveis quem tivesse uma determinada ideologia, construindo um "outro" anômalo por questões que se apresentavam como morais antes do que ideológicas (o "negro choriplanero/populista" na Argentina, o "vagabundo/comunista" no Brasil)?;

- por quais mecanismos se realizaram as identificações dos enunciadores em um "nós", depositário de qualidades positivas, e como se estabeleceu a polarização dicotômica com um "eles", a quem foram atribuídos os aspectos negativos?;

- quais as estratégias de descortesia discursiva foram empregadas na construção da dicotomia e, em especial, da "outredade"?;

- quais recursos semânticos, sintáticos e morfológicos foram empregados para produzir novos sentidos a partir de elementos gráficos e fonéticos e intensificar a descortesia extragrupal?;

- de que forma os atos de fala descorteses serviram à construção do discurso de ódio, e em que medida ele conseguiu produzir efeitos na subjetividade de um setor importante das classes médias argentinas e brasileiras?

Tendo em vista esses interrogantes, a questão que procuramos responder neste trabalho é de que forma as expressões de ódio contidas nos atos de fala descorteses proferidas nas manifestações contra o governo de Cristina Kirchner e de Dilma Rousseff, conhecidos como "Cacerolazos" e "Panelaços", serviram à construção do discurso de ódio; e como eles conseguiram produzir efeitos na subjetividade de um setor importante das classes médias argentinas e brasileiras, representando e extremando o processo de construção de tal afeto, a partir de uma leitura interpretativa dos enunciados que compõem o *corpus* a ser analisado.

Partimos da premissa que, embora se trate de países com diferentes formação histórica, política e social, consideramos haver um certo paralelismo nas estruturas linguísticas e nas ideias-força que embasaram os discursos descorteses, portadores de ódio, em ambas as manifestações. Sem prejuízo dessa afirmação, também ponderamos a existência de diferenças nas realizações efetivas dos enunciados.

Também salientamos que o ódio discursivo serviu à finalidade de construir ou reforçar a manutenção da "outredade" que, nos acontecimentos sob análise, pautou-se, principalmente, no contexto ideológico de extrema polarização sociopolítica, por mecanismos de identificação intragrupal e refratariedade extragrupal.

Para alcançar nosso objetivo e realizar a aferição comprovatória de nossa hipótese nos propomos, especificamente, a:

- esclarecer tópicos da comunicação intencional e seus alcances;

- explicar a performatividade dos atos de fala;

- conceituar os atos descorteses;

- conceituar o discurso do ódio, os mecanismos e efeitos multiplicadores de sua difusão;

- categorizar as comunidades de práticas discursivas condicionadas pelo controle das falas operado pela polarização extrema;

- explicar os mecanismos de identificação social;

- elucidar como foi construído o discurso de ódio nas manifestações a partir de elementos linguísticos e verbo-visuais;

- conceitualizar e contextualizar os “cacerolazos” e “panelaços”;

- descrever os mecanismos de construção do ódio nos “cacerolazos” e “panelaços”: significantes vazios e papel dos meios de comunicação;

- categorizar e analisar os enunciados descorteses das manifestações;

- esclarecer o entendimento do discurso de ódio e seus efeitos perlocucionários e performativos.

O *corpus* do trabalho é constituído por enunciados expressos em cartazes e por depoimentos espontâneos dos participantes de ambas as manifestações. A partir das comparações dos enunciados, apontaremos as regularidades temáticas e discursivas respectivas, tais como ataques à honra das ex-mandatárias - e membros dos partidos governantes -, à sua moral e sexualidade, o desejo tanático etc. seja mediante descortesia por fustigação por refratariedade ou por uma atividade afiliativa descortês por exarcerbação do “nós” (MARLANGEON, 2005) na polarização ideológica “nós” x “eles” (VAN DIJK, 2012). Por fim, veremos como discursos símiles, por vezes especulares, foram realizados como expressão reativa a situações sociais nos dois países.

A pesquisa se justifica, pois constitui um aporte na tentativa de compreender as estratégias e mecanismos utilizados na criação discursiva do ódio para, ulteriormente, procurar desativar os sedimentos desse discurso de ódio ainda presentes nas sociedades argentina e brasileira.

Estruturalmente, para desenvolvermos os pressupostos da nossa investigação, dividiremos o trabalho da seguinte forma: no capítulo 1*, ASPECTOS TEÓRICOS,* tratamos dos tópicos teóricos norteadores da pesquisa. Na primeira parte desse capítulo, nos centraremos nas relações entre pragmática, comunicação e descortesia evidenciando as distinções entre esses conceitos, basilares para o entendimento de nosso estudo. Ainda nessa parte teórica, explicaremos os

aspectos socioculturais na comunicação (crenças compartilhadas, mitos e ideologia), a polarização ideológica, a construção da “outredade” e a construção do discurso de ódio.

No capítulo 2, *SOBRE AS MANIFESTAÇÕES "CACEROLAZOS" E "PANELAÇOS"*, apresentamos um breve percurso histórico dessa forma de manifestação política; contextualizamos os eventos das manifestações na Argentina e no Brasil: realizamos uma análise comparativa das semelhanças e diferenças com outros movimentos conhecidos como “novíssimos movimentos sociais”; apontamos seus antecedentes, o contexto sócio-histórico. No subcapítulo 2.2.1, Construção ideológica do discurso de ódio nos “cacerolazos” e “panelaços”, detalhamos os diferentes significantes vazios que serviram à identificação dos manifestantes no Brasil e na Argentina, tais como: a corrupção, planeros/vagabundos, ditadura e falta de liberdade, comunismo e desunião/“la grieta”. Por fim, destacamos o papel dos meios de comunicação e, especialmente, sua contribuição para a construção visual da “outredade” e do discurso de ódio presente nas manifestações.

Na sequência, no capítulo 3*, QUESTÕES METODOLÓGICAS E CORPUS*, detalhamos a metodologia aplicada ao trabalho, e os critérios metodológicos para a seleção dos enunciados que formarão o *corpus* e sua classificação segundo a tipologia da descortesia comunicativa proposta por Marlangeon (2005). Na sequência, elucidamos a composição do *corpus* para a análise que, no caso, será formado por 124 enunciados descorteses, 63 das manifestações argentinas e 61 das brasileiras.

No capítulo 4*, ANÁLISE DO CORPUS*, parte central da nossa investigação, primeiramente classificamos os enunciados descorteses em duas categorias segundo as atividades de imagem implicadas: enunciados descorteses por afiliação exacerbada e enunciados descorteses fustigadores por refratariedade. Também subclassificaremos os enunciados, dentro de cada uma das categorias anteriores, conforme as diferentes estratégias de ataque às imagens empregadas. Finalmente, faremos a análise qualitativa das expressões visando à compreensão contextual dos elementos explícitos e implícitos, assim como as estratégias de descortesia e os efeitos de ódio produzidos.

Nas *CONSIDERAÇÕES FINAIS,* buscamos estabelecer uma compreensão dos fenômenos tratados à luz da teoria, dos dados coletados nas comunidades, e da tarefa analítica da interpretação dos mesmos, bem como nosso posicionamento em relação a estes aspectos

avultados na pesquisa. Entendemos o discurso de ódio como um grau superior à polarização ideológica (VAN DIJK, 2012) e à polarização dicotômica no discurso polêmico (AMOSSY, 2008), uma vez que nele está presente, de forma explícita ou implícita, a ideia da impossibilidade da coexistência com o "outro" que se traduz no desejo de sua "não existência", ou seja, sua nulificação ou aniquilamento, real ou simbólico.

Ao final do trabalho, apresentamos as referências bibliográficas e os anexos. Ainda informamos que as traduções dos textos foram feitas pelo autor da pesquisa. No caso dos textos em espanhol, na maioria das vezes, decidimos deixá-los no idioma original quando não comprometesse a leitura.

1 ASPECTOS TEÓRICOS

1.1. PRAGMÁTICA, COMUNICAÇÃO E DESCORTESIA

1.1.1 Sobre a Pragmática

Antes de tentarmos realizar conceitualizações acerca dessa disciplina (?)[8], diremos que a Pragmática é, em maior ou menor medida, o ponto de contato entre a língua e a sociedade: ela tem a função de descrever os usos que os usuários fazem da língua de acordo a seus diferentes propósitos comunicativos.

A visão clássica sobre a Pragmática foi apresentada pela primeira vez, por Morris (1938) que evidenciou seu caráter empírico e de difícil delimitação e a integrou, junto à sintaxe e à semântica, no campo da semiótica, para descrever a relação do signo com seus usuários.

Assim, por muito tempo, a existência da Pragmática ficou questionada e até negada, como se ela só pudesse existir na forma de uma extensão da semântica[9], um lugar de depósito daquelas questões que a linguística de então não conseguia resolver. Por tal motivo, a autonomia da abordagem pragmática só foi possível quando a semântica e a sintaxe admitiram que não podiam esgotar "nem o problema do sentido, nem o problema da verdade", conforme (ARMENGAUD, 2008, p. 12), sem integrar os elementos contextuais no qual se produz o enunciado, entre eles, os contextos dos usuários. Em consequência, como reza o famoso lema do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein, *significado é uso*, ou seja, um enunciado só pode ser explicado se o relacionarmos com as atividades, ou "**jogos de linguagem**" no qual ele é utilizado.

Desse modo, segundo observa Levinson (2007, p. 289), a interpretação de certas expressões linguísticas varia radicalmente conforme seja o contexto de uso em que seja empregada. Diante disto, fica evidente que a linguagem excede o limite da sintaxe e da semântica

---

[8] Alguns autores, entre eles Rajagopalan (2008), sustentam que não se trata de mais um componente da linguística, nem de uma nova disciplina, senão de uma abordagem, diferente e completa, do fenômeno linguístico.

9 Sem entrar nesses aspectos, destacamos os trabalhos relevantes de GIVÓN, T. Syntax and Semantics: Discourse and Syntax. New York: Academic Press, 1979. E, também de GAZDAR, G. Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form. New York: Academic Press, 1979.

abrindo-se o caminho para uma nova disciplina: a Pragmática, cujo escopo é oferecer as ferramentas teóricas e metodológicas necessárias para poder avançar na descrição das regras e princípios - a maior parte das vezes, não conscientes - que estão vigentes quando nos comunicamos, e que permitem conseguir uma melhor compreensão dos mecanismos que subjazem ao modo em que os falantes usam a língua (Escandell 2004).

Destacamos que o termo "pragmática", etimologicamente, provém da palavra grega *pragmatikus* e do latim *pragmaticam*, termos que remetem tanto à *práxis*, uso, no nosso caso, linguagem em uso, como a ritos e regulamentos (CARVALHO, 1968, p. 904). Isso nos aproxima de uma primeira definição do que seria a Pragmática: regras ou regularidades acerca da língua em uso.

Em função disso, a Pragmática não deve ser considerada nem um novo componente da Gramática das línguas, nem um modo mais amplo de se pensar a gramática de sempre, senão "más bien como una manera distinta de contemplar los fenómenos que caracterizan el empleo del lenguaje, y de acercarse a su conocimiento" (ESCANDELL VIDAL, 2006, p. 235), com o objetivo de "tratar de estabelecer com precisão quais fatores determinam sistematicamente o modo" de funcionamento de "nossos intercâmbios comunicativos e tentar estabelecer regularidades e generalizações" (ESCANDELL, 2004).

Diante disso, a respeito da informação pragmática, "nos referimos al conjunto de conocimientos previos, de creencias, de supuestos, de opiniones y de sentimientos de un individuo en un momento de la interacción verbal".

> Tanto el emisor como el destinatario poseen experiencias anteriores relativas al mundo, a los demás, a lo que les rodea […] Hay una interiorización de la realidad objetiva (ESCANDELL, 2006, p. 33).

Quando falamos fazemos muito mais do que transmitir um código, de alguma forma transformamos o entorno, atuamos, e nesta forma de atuar entram em jogo elementos pragmáticos (conhecimentos, crenças, hipóteses acerca do interlocutor etc.) que nos permitem utilizar uma mesma oração com propósitos discursivos distintos:

> Ello indica que el proceso de *descodificación* no es la única fuente de la que obtenemos contenidos; también la *inferencia* (pensamiento que nos permite

> deducir nuevas informaciones a partir de otras ya existentes) desempeña un papel decisivo en la comunicación (ESCANDELL, p. 2)[10].

Tanto a Pragmática quanto a Gramática tomam como objeto de estudo o conjunto total dos enunciados de uma língua. A diferença está na perspectiva com a qual se aborda seu estudo:

> La pragmática se perfila […] no como un nivel estructural, sino como una perspectiva de análisis, un punto de vista, una manera de acercarse a los fenómenos lingüísticos. Frente al punto de vista gramatical, que sólo debe ocuparse de los aspectos formales y constitutivos del sistema lingüístico, la perspectiva pragmática se caracteriza por tomar en consideración los elementos y factores extralingüísticos y cognitivos que determinan en grado diversos el uso y la interpretación de las secuencias gramaticales (ESCANDELL, 2006, p. 234).

A Pragmática é, portanto, uma disciplina que leva em consideração os fatores extralinguísticos que determinam o uso da linguagem, precisamente todos aqueles fatores aos quais não pode fazer referência um estudo puramente gramatical: noções como as de emissor, destinatário, intenção comunicativa, contexto verbal, situação ou conhecimento de mundo resultarão de extrema importância. Para a autora (2006, p. 16), devemos entender que, sem a Pragmática, muitos fatos relevantes ficariam sem explicação ou seriam explicados parcialmente, já que uma análise puramente linguística não conseguiria explicar os efeitos, linguísticos e sociais, que um determinado uso linguístico tem sobre o destinatário na interação comunicativa.

Por isso, Armengaud (2008, p. 12-13) destaca conceitos que, por não estarem dentro do sistema sígnico e sim no mundo exterior, no campo da *parole* segundo o linguista Ferdinand de Saussure, são próprios de uma abordagem pragmática:

> 1) o conceito de **ato**: [...] a linguagem [...] serve para realizar ações. Falar é agir. [...] agir sobre outrem.
> 2) o conceito de **contexto**: [...] a situação concreta em que os atos de fala são emitidos, ou proferidos, o lugar, o tempo, a identidade dos falantes etc...
> 3) o conceito de **desempenho**: [...] a realização do ato em contexto.

10 Disponível em: <http://www.uned.es/dpto-leng-esp-y-ling-gral/escandell/papers/AportPrag.PDF> Acesso em: 07/10/2012.

Como podemos ver, o objeto de estudo da Pragmática, a linguagem em determinado contexto de enunciação, marca a sua autonomia junto às questões do entendimento da língua e dos sujeitos falantes. Precisamente, Levinson (2007) descreve:

> Partindo de sequências de enunciações, consideradas em conjunto com algumas suposições de fundo a respeito do uso linguístico, podem comportar inferências altamente detalhadas a respeito da natureza das suposições que os participantes estão fazendo e dos fins para os quais as enunciações estão sendo usadas. Para participar do uso linguístico comum, devemos ser capazes de fazer esse tipo de cálculo, na produção e na interpretação. Essa capacidade [...] baseia-se, na maior parte, em princípios bastante regulares e relativamente abstratos. A pragmática pode ser considerada a descrição desta capacidade, já que opera para línguas específicas e para a língua em geral (LEVINSON, 2007, p. 64).

Além disso, é importante destacar que a Pragmática apresenta diferentes vertentes como a indicial, a conversacional, a ilocucional[11] etc. Outra subdivisão importante é estabelecida por Leech (1997), que distingue pragmalinguística e sociopragmática. A primeira prioriza "o estudo da parte mais linguística da pragmática", segundo o autor, a "consideração dos recursos linguísticos dos quais dispõe determinada língua para transmitir ilocuções especiais" (LEECH, 1997, p. 55), ou seja, os efeitos pragmáticos do emprego do próprio signo linguístico. A segunda, sociopragmática ou pragmática social, "é a *interface* sociológica da pragmática" (LEECH, 1997, p. 55)[12]. Para Bravo (2010, p. 20-21), o objetivo de uma pragmática sociocultural é "descrever a produção e interpretação das mensagens transmitidas pelos enunciados" dentro do próprio sistema sociocultural dos falantes. Para tal, faz-se necessário incluir em suas análises, além do contexto sociocultural, as noções de comunidade de fala, contexto do usuário e situação comunicativa.

Alencar (2010, p. 87), por sua vez, destaca, dentro da Pragmática Cultural, que não pode ser considerado apenas o falante "como senhor soberano de seu discurso", nem os significados

---

[11] Como explica Guimarães (1983), a Pragmática indicial, refere-se ao signo indicial de Pierce, e se ocupa da referência das proposições. Por sua vez, Morris (1976) representa a vertente que se centra no usuário do signo. Do mesmo modo, a pragmática conversacional (Grice) entende a relação linguagem/usuário, considerando o usuário como um interlocutor. A ilocucional (Austin e Searle), também pondera a relação linguagem/usuário nos mesmos termos que a pragmática conversacional, mas considera a linguagem como uma forma de ação social: dizer é fazer.

[12] Salientamos que até alguns dos "casos puros" da pragmalinguística não estão isentos, de alguma maneira, de considerações socioculturais. Assim, por exemplo, na clássica diferenciação entre os enunciados "Maria se casou e teve um filho" e "Maria teve um filho e se casou", tal diferença também será maior ou menor dependendo do conservadorismo da comunidade de fala onde o enunciado tenha sido proferido.

“como uma forma privada da experiência”, senão o contrário: é indispensável considerar que “todo ato de fala e todo sentido são historicamente constituídos a partir de diversos fatores”, tais como fatores sociais, culturais, econômicos e políticos, estabelecidos numa determinada cultura.

Em consequência, cabe aos pragmaticistas ater-se a fatores apontados como objeto da Pragmática que “abrange tanto aspectos da estrutura linguística dependentes do contexto como princípios do uso e da compreensão linguística que não têm nenhuma ou têm pouca relação com a estrutura linguística” (LEVINSON, 2007, p. 10), e também de aspectos socioculturais que influenciam na comunicação.

Em nosso trabalho, os fatores extralinguísticos elencados por Bravo (2010) e Alencar (2014) serão determinantes para entender e analisar os diferentes usos e interpretações dos enunciados. Dessa forma, adiantamos que, na análise do *corpus*, a compreensão da relação estrutura do discurso/uso/contexto estará auxiliada por outras disciplinas afins, como a Análise Crítica do Discurso, a Antropologia, a Sociologia, os Estudos da Invisibilidade e a Historiografia, entre outras.

1.1.2 Comunicação intencional e alcances

Quando falamos em comunicação, já há consenso em que estamos nos referindo tanto à transmissão de uma informação mediante um código, nem sempre linguístico, quanto à interação com os outros, revestindo, desse modo, tanto uma faceta linguística quanto social (ESCANDELL, 2020, p. 7). Contudo, e muito apesar do consenso acerca da atividade social da língua, principalmente como os aportes dos estudos da (des)cortesia, cremos que ainda se faz necessário estabelecer algumas relações entre ambas “facetas”, como as denomina Escandell.

Os primeiros intentos de descrever a comunicação estavam centrados no signo, embora apontassem a existência de emissário e receptor, dentro do âmbito da semântica e de forma mecanicista, até, como explica Escandell (2020, p. 11), com a finalidade de servirem aos engenheiros, como foi o modelo de Shannon. Os modelos que resultaram de tais intentos, como detalha a pesquisadora (2020, p. 12), recolhem representações comuns que se dão por consolidadas, e tornaram-se clássicas na bibliografia quando há que caracterizar a comunicação. Isso, talvez, explique de alguma forma a influência que ainda têm em muitas análises apesar das

maciças críticas marcadas: a redução da comunicação a algo simplista e mecanicista; a excessiva ênfase dada ao signo; a pouca preocupação com o papel dos falantes; o contexto visto como algo absolutamente secundário; e a situação comunicativa negligenciada a não ser quando se produzem "interferências no canal". Como se pode apreciar, o que se comunica excede em muito o signo, tema que começou a ser visto pela Pragmática nos anos 60 (ESCANDELL, 2020).

Como lembra Leech (1997, p. 48), passou-se de focar o problema na língua (*langue*) à consideração do "uso da linguagem" (*parole*) dentro do problema do significado. Assim, como aponta o autor, há duas questões a serem resolvidas:

[1] Que significa ***X*** ?

[2] Que quiseste dizer com ***X*** ?

A resposta à questão 1 estaria dada pela semântica, tradicionalmente tratada a modo de relação binária, enquanto a questão 2 caberia à Pragmática responder, em relação ternária, relacionando o usuário da língua. Dessa forma, a partir de [2] podemos falar da intenção como elemento básico da comunicação, além de emissor - destinatário e situação (ESCANDELL, 2004).

Em relação à intencionalidade, constitui um aspecto central dentro da Pragmática, uma vez que a atividade linguística não é uma mera reação reflexa às condições do entorno, mas sim uma forma de comportamento voluntário, com um objetivo comunicativo preciso (ESCANDELL, 2020, p. 113). Isso não significa a impossibilidade de "comunicar" algumas coisas sem intenção, como quando uma pessoa casada usa uma aliança matrimonial que, de fato, está informando ao mundo acerca de seu estado civil. Contudo, isso não poderá ser considerado "comunicação" em sentido estrito a menos que essa pessoa queira, ostensivamente, dizer algo ao mostrar a aliança ou, dependendo do contexto, que isso nos leve a inferir algo com certo grau de certeza.

> Para que podamos decir que hay comunicación en sentido estricto es necesario que haya *intención* de comunicar [y] dejar fuera de los comportamientos comunicativos todos aquellos hechos casuales de los que podamos extraer información […] no producidos intencionalmente […] sobre los que no se tiene ningún control (ESCANDELL, 2004).

Em resumo, falar de comunicação significa referir a um tipo de comportamento humano – conduta - mediante o qual "um indivíduo tenta que se originem determinadas representações na mente de outro indivíduo", tais como "informações novas, reforço de informações já existentes, atuação sobre as relações sociais etc." (ESCANDELL, 2004).

Apontado o tema central da intenção, é importante destacarmos um dos aspectos sociais que deve ser considerado, que é a identidade social dos interlocutores, uma vez que constitui a base da adequação dos enunciados (ESCANDELL, 2020, p. 17), que dependerá das expectativas criadas pela situação extralinguística, do papel que desenvolvem os interlocutores[13], do grau de proximidade entre eles, de suas idades, dos saberes compartilhados e de outros fatores muito importantes relacionados à dimensão social da língua e, em especial, aos estudos da (des)cortesia.

Assim, podemos completar a fórmula de Lakoff da seguinte forma:

Que quis dizer o indivíduo A, quando disse X, para o indivíduo B, no contexto Z

Temos, dessa maneira, o que Escandell (2004) denomina os "quatro elementos básicos", protagonistas necessários, que representam "as coordenadas essenciais" da comunicação:

Emissor: o falante, entendido como pessoa que possui o conhecimento da língua, que produz intencionalmente uma expressão linguística, oral ou escrita;

Destinatário: o falante a quem se dirige o emissor (ficam excluídos os ouvintes ocasionais que por casualidade possam vir a captar a mensagem);

Situação: Inclui tudo aquilo que, física ou culturalmente, rodeia "o ato mesmo da enunciação";

Enunciado: a expressão linguística produzida pelo emissor. Funciona como a unidade mínima da comunicação, sem que sejam considerados outros fatores estruturais como a complexidade sintática ou sua extensão (ESCANDELL, 2004).

[13] Por exemplo, se um hóspede estrangeiro, que não fala a língua do lugar, aproxima-se do balcão do hotel no horário de se deitar e mostrar dois dedos, o lógico é que esse sinal seja entendido como o pedido da chave do quarto de número dois, pois se trata de uma situação institucionalizada, muito marcada pelo contexto extralinguístico.

Como aponta a autora (2004), embora sejam importantes, não são os únicos fatores que devem ser considerados e, além disso, no mesmo nível de importância, estão as relações que entre eles se estabelecem e os efeitos sociais dos atos de fala.

1.1.3 Intencionalidade e atos de fala

Quando falamos, além de transmitir um código, em certa forma, transformamos nosso entorno, "atuamos, modificamos o mundo do destinatário, e inclusive sua conduta" (REYES, 1990, p. 19). Mais ainda:

> Lo comunicado puede afectar también al que comunica: nos afecta lo que oímos pero también lo que decimos, ya que al expresarnos moldeamos nuestra realidad y reflexionamos sobre nuestras propias experiencias (REYES, 1990, p. 19).

Foi Austin, desde a filosofia da linguagem, quem abriu o caminho dos estudos pragmáticos ao entender que "a linguagem não serve somente para descrever estados de coisas, senão para fazer coisas".

> La propuesta de Austin, que viene de su interés en el funcionamiento del lenguaje corriente (ordinary language), es que hay enunciados realizativos (performatives), como las promesas y las apuestas, que no pueden ser evaluados en términos de verdad o falsedad, sino en términos de felicidad o infelicidad (PLACENCIA; BRAVO, 2002, p. 2).

Dentro da sua teoria da ação, Austin observou primeiramente que algumas sentenças declarativas não são utilizadas com a intenção de *dizer* coisas (não descrevem nem registram nada, portanto não são verdadeiras ou falsas), mas, afirmativamente, de *fazer* coisas. O ato de expressar a oração é realizar uma ação, ou parte dela, ação que por sua vez seria normalmente descritiva como consistente em dizer algo,

> expresar la oración (por supuesto que en las circunstancias apropiadas) no es describir ni hacer aquello que se diría que hago al expresarme así, o enunciar que lo estoy haciendo: es hacerlo. Propongo denominarla oración realizativa o expresión realizativa o, para abreviar, "un realizativo" (AUSTIN, 1982, p. 46-47).

E deu a este tipo especial de sentenças o nome de *performativas*[14], as quais "contrastou-as com declarações, asserções e enunciações correspondentes, para as quais reservou o nome de *constatativas*"[15] (LEVINSON, 2007, p. 290). Estas sentenças *performativas,* diferentemente do que acontece com as *constatativas,* não são verdadeiras nem falsas por sua natureza. Contudo, podem "deixar de dar certo" se não são cumpridas as *condições de felicidade* que o próprio Austin estabeleceu, que são: a existência de um procedimento convencional, executado correta, completa e validamente (AUSTIN, 1982, p. 55).

Em seguida, indicou alguns critérios morfossintáticos e semânticos, ou uma combinação de ambos, para caracterizar os atos performativos, porém conclui que "tais critérios não permitirão distinguir os performativos dos constatativos", já que "é muito comum que a mesma oração seja empregada em diferentes ocasiões de ambas maneiras", performativa[16] e constatativa, porque não são tão diferentes entre si (AUSTIN, 1982, p. 111).

Como explica Rajagopalan (2010), o grande mérito de Austin foi trazer à tona que um mesmo enunciado poderia ser empregado e interpretado de diferentes maneiras dependendo do contexto e da intenção de falante:

> Austin argumenta que uma sentença como "o gato está sobre o capacho", que tem sido analisada como "declarativa" [...] e, portanto, passível de ser considerada verdadeira ou falsa, é de fato "performativa", que não pode ser considerada verdadeira ou falsa, mas apenas feliz ou infeliz ou outra coisa qualquer, dependendo das circunstâncias em que foi proferida. Daí nasce a ideia de que falar uma língua é realizar uma série de atos (RAJAGOPALAN, 2010, p. 26).

Por conseguinte, como observa Levinson (2007, p. 293), nota-se uma evolução interna na teoria de Austin uma vez que, o que começou como teoria a respeito de "algumas enunciações especiais e peculiares" – em rigor, as enunciações performativas – acaba tornando-se uma teoria geral "que diz respeito a todos os tipos de enunciação". Ocorre um abandono da "dicotomia performativa/constatativa" e avança para uma teoria geral segundo a qual sempre que dizemos

---

[14] Austin aponta que as expressões do tipo "Prometo te devolver o livro amanhã" possuem a peculiaridade de que, quando pronunciadas em certas circunstâncias, realizam uma ação. E traz vários exemplos, entre eles, as apostas, as doações, a declaração de guerra etc. (AUSTIN, 1982: 46/47).

[15] […] "no todos los enunciados verdaderos o falsos son descripciones; por esta razón prefiero usar la palabra 'constatativo'" (AUSTIN, 1982: 43).

[16] Austin as denominava realizativas.

uma sentença executamos uma ação, ou seja, ao dizer uma coisa *fazemos uma coisa* ou, ainda, "porque dizemos algo fazemos algo" (AUSTIN, 1982, p. 153).

Dessarte, Austin, dentro da sua teoria da ação, estabelece que, ao dizer uma sentença executamos uma ação, ou seja, ao dizer uma coisa *fazemos uma coisa*, e distingue três tipos de atos que são executados simultaneamente nesse *fazer*: um *ato locucionário,* um *ato ilocucionário* e *um ato perlocucionário*. (LEVINSON, 2007, p. 300)

O *ato locucionário*[17] é a simples enunciação de uma sentença, ou seja, a emissão de certos sons -ato fonético-, de certas palavras em uma determinada construção –ato rético-, e com certo sentido e referência –ato fático-.

O *ato ilocucionário* é o realizado quando dizemos algo pela força convencional que se associa à emissão de certo tipo de enunciado conforme um procedimento convencional (LEVINSON, 2007, p. 301) que Austin denomina força ilocucionária, isto é, a maneira com a qual se emprega a locução:

> "Un acto ilocucionario [es] llevar a cabo un acto al decir algo, como cosa diferente de realizar el acto de decir algo. Me referiré a la doctrina de los distintos tipos de función del lenguaje que aquí nos ocupan, llamándola doctrina de las "fuerzas ilocucionarias" (AUSTIN, 1982, p. 144).

Em terceiro lugar, o *ato perlocucionário* é aquele realizado por haver dito algo e se relaciona com os efeitos produzidos: "O ato de causar efeitos no público por meio da enunciação da sentença, sendo tais efeitos contingentes as circunstâncias da enunciação" (LEVINSON, 2007, p. 300). Como estabelece o próprio Austin (1882, p. 145), ao realizar um ato locucionário e, com ele, um ato ilocucionário, pode ser realizado outro ato de outro tipo que ele denominou ato perlocucionário ou perlocução.

> A menudo, e incluso normalmente, decir algo producirá ciertas consecuencias o efectos sobre los sentimientos, pensamientos o acciones del auditorio, o de quien emite la expresión, o de otras personas. Y es posible que al decir algo lo hagamos con el propósito, intención o designio de producir tales efectos. (AUSTIN, 1982, p.145).

[17] Do latim *in* = dentro, e *locutio* = discurso (ARMENGAUD, 2008, p. 100).

Assim, o ato perlocucionário se produz quando o que diz o falante afeta os sentimentos, pensamentos ou ações de uma ou mais pessoas, incluindo o próprio falante, mesmo que esse efeito tenha sido pretendido ou não[18]. Embora, como apontamos anteriormente, os 3 atos se realizem de forma simultânea, é interessante distingui-los porque suas propriedades são distintas: o *ato locucionário* tem significado; o *ato ilocucionário*, força e o *ato perlocucionário* consegue efeitos (ESCANDELL, 2006, p. 60), principalmente sociais como (des)cortesia.

Levinson (2007, p. 301) destaca as apreciações de Austin no sentido de estabelecer que os atos locucionários e os ilocucionários, em princípio, são determinados convencionalmente, enquanto os perlocucionários são específicos "da circunstância da emissão e, portanto, não são conseguidos convencionalmente apenas pela emissão daquele enunciado específico". Por tal motivo, como esclarece Levinson (2007, p. 300-301), para Austin se faz mais problemático distinguir os atos ilocucionários e os perlocucionários, uma vez que as fronteiras entre ambos são "frouxas". Tal noção do ato de fala centrado excessivamente no papel do falante justificaria a crítica realizada à teoria de não ser totalmente dialógica.

Essa crítica justifica-se, ainda mais, se considerarmos os atos de fala unitários, nos quais não contamos com as respostas dos ouvintes e, portanto, não podemos entender os efeitos perlocucionários. Por sua vez, Searle[19] tentou resolver o problema deixando de fora da Teoria dos Atos de Fala os atos perlocucionários. O problema desse ponto de vista é que focar nas intenções do falante e negligenciar as consequências do ato de fala é o contrário de *dizer é fazer,* uma vez que a ação não pode ser reduzida à mera intenção do emissor. Quando falamos, temos em mente a produção de efeitos no ouvinte (convencer, parabenizar etc.), em nós mesmos e no nosso entorno. E tais efeitos também podem ser convencionais, em maior ou menor grau, como os atos ilocucionários, uma vez que se espera que, nessa comunidade de fala, sejam produzidos, tanto no plano de entendimento do enunciado quanto nos seus efeitos sociais. A respeito, Mey (2014, p. 136-137) também condena a intenção do falante como "único critério pelo qual os atos de fala têm que ser julgados" uma vez que "o falante(s), o(s) ouvinte(s), intencional(ais) ou não, em sua

[18] Esse dado é muito interessante quando estamos na presença de descortesia sem intencionalidade, ou gafes, como trataremos oportunamente.

[19] Embora não tratemos da adaptação criativa que Searle fez da teoria austiniana, devemos destacar que ele define o ato de fala como a realização de três atos: a) um ato de emissão linguística (emitir morfemas, palavras, orações), b) um ato proposicional (identificar entidades e predicar algo acerca delas) e c) um ato ilocucionário (como perguntar, afirmar, mandar etc.). Dessa forma, para Searle a realização do ato de fala depende apenas do efeito ilocucionário que é dado pela simples compreensão do ouvinte a partir de seu conhecimento das regras de produção da emissão linguística (de conteúdo proposicional, preparatórias, de sinceridade etc.).

interpretação que reúne tempo/espaço do ato" são indispensáveis para a "*performance* bem-sucedida" do ato numa situação dada. Para o autor (2014, p. 136), os interactantes participam em igualdade de um processo de construção de sentido, "de coconstrução da interpretação" tanto da *situação*[20] quanto dos próprios enunciados, dependendo de como a intenção for conduzida, no tempo e no espaço, na interação.

E mais ainda, mesmo pensando somente no papel do emissor, essa crítica não se coaduna com uma concepção social do uso da linguagem já que, como aponta Volóchinov (2017, p. 204), "o enunciado se forma entre dois indivíduos socialmente organizados, e, na ausência de um interlocutor real", ele seria integrado, de alguma forma, "pela imagem do representante médio daquele grupo social ao qual o falante pertence". Nessa perspectiva analítica, o contexto adquire seu protagonismo necessário numa pragmática que, precisamente, estuda a linguagem situada e ajuda a entender os conceitos de "força ilocucionária prevista" (AUSTIN, 1982), e a projetabilidade da (des)cortesia, como aponta Culpeper (2011).

Em consequência, a crítica de a teoria dos atos de fala não ser dialógica, parece mais dirigida para alguns *austianianos* que, como acusa Rajagopalan (2010, p. 42), tentaram "sequestrar" a teoria de Austin na intenção de fazê-la caber nos "moldes da linguística hegemônica", mediante a descontextualização. Um deles, segundo o autor, foi Searle, que para "domesticar Austin e reverter seus pensamentos" retira o contexto do ato de fala individual "a fim de considerá-lo isoladamente como uma unidade investida de certo potencial comunicativo (ilocucionário)" (RAJAGOPALAN, 2010, p 42).

Por conseguinte, como aponta Rajagopalan (2010, p. 65), é necessário "resgatar o papel originalmente reservado por Austin aos atos ilocucionários, o de serem unidades de análise indissoluvelmente culturais", portanto, específicos de cada comunidade de fala. Principalmente porque, como explica o autor (2010, p. 26)[21], a "ideia seminal" da *performatividade* dos atos de linguagem - falar uma língua é fazer coisas com ela - serviu de inspiração a acadêmicos de áreas muito diversas, como psicologia, antropologia, sociologia e "campos não correlatos como a economia".

---

[20] Para Mey (2014, p. 143), "[...] o contexto da situação determina nossos níveis de liberdade no uso da linguagem, mas, inversamente, só podemos obter essa liberdade respeitando as possibilidades do espaço/tempo que nos são dadas por nossa natureza de animais falantes sociais".

[21] Rajagopalan (2010, p. 29) aponta como, inspirada nas ideias de Austin do "enunciado performativo", Judith Buttler "argumenta que gênero não é uma questão de ser homem ou mulher (constatativo)" senão uma questão "de fazer-se enquanto ser sexual, seja homem, ou mulher, ou que se desejar (performativo)".

Até aqui analisamos, principalmente, os propósitos comunicativos do ato de fala, agora destacaremos os interacionais e sociais, especificamente o *continuum* cortesia – descortesia.

Quanto aos efeitos sociais, como destacamos em outro artigo (BLANCO; KULIKOWSKI, 2018, p. 178) o primeiro que gostaríamos de salientar é que, segundo Caffi (2009), além das necessidades instrumentais dos atos de fala[22], relacionadas com a eficiência da interação, há que atender ao que a autora denomina "construção da identidade", que pode acontecer mediante as escolhas linguísticas dos interactantes.

Segundo Caffi (2009, p. 126), "com meu discurso, eu me construo como um enunciador" que tem não só uma imagem, mas também "um *self,* um eu, que se constrói" precisamente pelo tipo de discurso praticado e por suas características estilísticas. Ou seja, "não há só necessidades instrumentais, mas também necessidades relacionais". Nessas necessidades relacionais, podemos encontrar uma relação dialética entre a construção de um *eu* enunciador, que modifica outros EUs com os quais interage e, ao mesmo tempo, é modificado por eles, numa relação mediada pela (des)cortesia.

A respeito, assinalamos que tal ideia está em concordância com Haverkate (1994), que havia estabelecido que a cortesia é um subato dos atos de fala, e com Marlangeon (2012), que faz extensiva essa noção também à descortesia. Para a autora, a força cortesia-descortesia é uma propriedade dos atos de fala inerente a eles, "complementaria de la fuerza ilocutoria y obligatoria como ésta" (MARLANGEON, 2012, p. 83). E, combinando ambas as perspectivas, veremos que um mesmo ato de fala pode ter efeitos corteses para determinados ouvintes e descorteses para outros, principalmente em se tratando de contextos sociopolíticos polarizados como analisaremos oportunamente.

1.1.4 Imagem (*face*) e trabalho de imagem (*facework*)

O conceito de *face* foi basilar, e continua sendo, tanto nos estudos da cortesia verbal, quanto no campo da descortesia começados posteriormente. Tanto em espanhol como em português, prefere-se empregar, em substituição à palavra inglesa, os termos *imagem social* (Bravo, Briz, Reyes, *et al.*), *imagem pública* (Escandell). Ou simplesmente *imagem*, como adotamos neste estudo. Contudo, *face* é, como explica Arundale (2013), uma metáfora que

[22] Caffi os denomina "atos de discurso".

deveria ser substituída. Por sua vez, *imagem* também é um termo que tem "múltiplas dimensões" já que pode designar desde uma representação gráfica, uma relação de semelhança ou, até, a reprodução de um objeto em uma superfície apropriada para tal efeito (MALOSETTI COSTA, 2013). Por tal motivo, quando em nossa pesquisa falarmos de *imagem,* estaremos fazendo referência a seu aspecto social ou público, aquele que entra em funcionamento na interação social[23].

Diante disso, Goffman (1970) pondera que não existe situação comunicativa que seja o suficientemente trivial "como para não requerer que cada participante se preocupe" pelo modo como trata os outros e a si próprio.

> El efecto combinado de la regla del respeto por uno mismo y de la regla de la consideración consiste en que la persona tiende a conducirse durante un encuentro de modo de mantener su propia cara [imagem] y la de los demás participantes. […] Se establece un estado en que todos aceptan temporariamente la línea de todos los demás. Este tipo de aceptación mutua parece ser una característica estructural básica de la interacción (GOFFMAN, 1970, p. 18).

Por isso, segundo o sociólogo E. Goffman (2011, p. 13), "toda pessoa vive em um mundo de encontros sociais, que a envolve em contatos *face* a *face* ou mediados com outros participantes" uma vez que a comunicação não serve somente para transmitir informações, pois ela também constitui formas diversas das relações sociais. Em função disso, está submetida a certas *expectativas* que existem nela, a mostrar respeito por si próprio e consideração pelos demais salvaguardando suas imagens.

Dessa forma, Goffman ([1967] 2011), ao estudar diversos tipos de interação humana, define o conceito de *face/*imagem como "o valor social positivo que uma pessoa reivindica efetivamente para si por meio do que os outros supõem ser a linha seguida durante determinado contato." Ou seja, na interação, o indivíduo preza por manter uma imagem positiva de si, que também é construída pelo outro mediante o reconhecimento de ter agido dentro das expectativas sociais esperadas - por isso, a ideia de *linha* -, como um delimitador de um território[24] que pode

[23] Há, ainda, outras tentativas de tradução do termo *face* como "cara" ou "fachada" as quais, estimamos, agravam os problemas apresentados pelas soluções adotadas.

[24] Não confundir a ideia de território de Goffman com o conceito de território dado por Brown e Levinson, como veremos adiante.

ou não ser ultrapassado no intercâmbio social. Como resultado, nas interações, os interlocutores procuram um equilíbrio entre as imagens, com a finalidade de que o intercâmbio comunicativo siga a *linha*.

Consequência do anterior, deve-se considerar que a imagem não é algo dado senão co-construído pelos interactantes na interação *face* a *face*: por um lado, o falante realiza uma atividade de imagem - *facework*-, com a finalidade de proteger a imagem do outro - *salvaguardando, prevenindo* ou *reparando* possíveis danos (HERNÁNDEZ FLORES, 2014, p. 178) -, e, por outro, protege a sua própria. Como aponta Albelda *et al.* (2014), amiúde ambos efeitos são conseguidos por meio da mesma atividade de imagem. Desse modo, por exemplo, quando um locutor mitiga um enunciado diretivo (*v. g.* um pedido ou uma ordem) para proteger a imagem do outro, evitando "invadir" seu território, se mostra ele próprio, ao mesmo tempo, no mínimo, como um ser zeloso pelo cuidado da imagem dos outros. Resguardam-se, dessa forma, as imagens tanto do *eu* como do *tu* -, Albelda *et al.* (2014).

Além das atividades individuais que a atividade de imagem supõe, temos que destacar o lado social, uma vez que tem que estar de acordo com as expectativas da sociedade plasmadas nas "normas sociais". Portanto, a atividade de imagem é individual e social ao mesmo tempo. Como explica Nieves Hernández Flores (2014), que retoma os postulados de Goffman (2011[1967]), a atividade de imagem pressupõe:

> a vinculação da ação comunicativa ao social, é pessoal e individual na sua realização, mas tem repercussões na identidade social da pessoa, na sua imagem, que é estabelecida por critérios sociais acordados pelo grupo, e não por critérios pessoais (HERNÁNDEZ FLORES, 2014, p. 181).

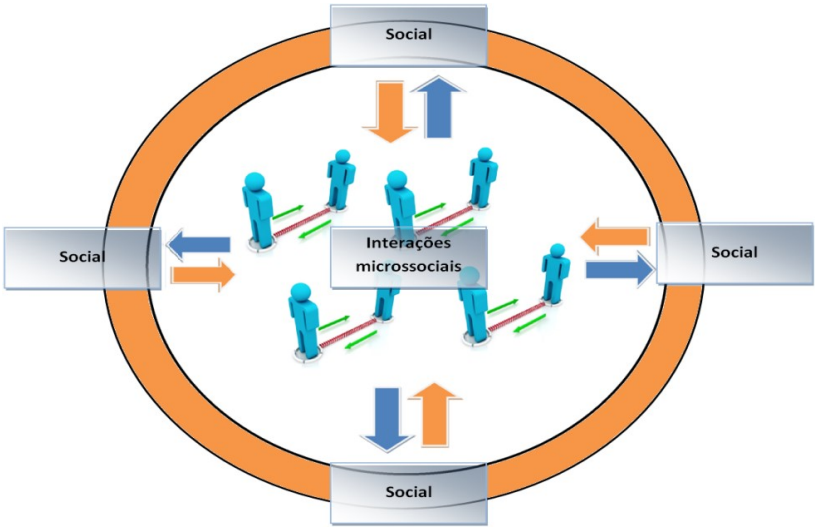
Tal vinculação que realiza Hernández Flores entre o comunicativo, o pessoal e o social é muito importante porque, como esclarece Arundale (2013), a academia muitas vezes tem tratado o social e o individual como um dualismo e esse fato reflete na forma em que se aborda o tema da imagem e da cortesia. Segundo o autor, devemos considerar o individual e o social como um ponto dialético que deveria ser explicado pelo modo microssocial:

> O modo de explicar fenômenos pragmáticos sob o olhar microssocial leva o vínculo dialético do que é individual e o que é social a ser a unidade de análise primária. Tais explicações são responsáveis pelas atividades humanas sem

> privilegiar o individual nem o social. Tais explicações conceituam os seres humanos como mutuamente influenciando-se uns aos outros conforme eles interagem [...]. De acordo com uma explicação microssocial, as entidades sociais de larga escala, como as comunidades de prática, ou sociedades ou grupos culturais, são entendidos como continuamente mantidos e alterados pelos indivíduos nas suas interações de nível micro com os outros (ARUNDALE, 2013, p. 287-288).

Em outras palavras, a imagem é um fenômeno complexo que implica uma relação dialética na qual o individual e o social, em relação de interdependência, são moldados de forma mútua e simultânea, ao ponto que o individual não pode ser explicado sem a presença do social, e vice-versa.

Figura 1: Dialética individual e social



Fonte: Blanco (2021)

Para entender essa inter-relação, o autor traz a figura do yin e yang, ilustrando a interdependência ontológica constitutiva do individual e social.

O ponto de vista de Arundale acerca dos efeitos sociais das interações é essencial para entender a naturalização e legitimação dos discursos de ódio e como eles se articulam mediante as atividades de imagem que visam cortesia intragrupal e descortesia extragrupal.

1.1.5 Imagem e (des)cortesia

Como aponta Diana Bravo (2008, p. 12), os estudos acerca da cortesia verbal, e antecipamos que o mesmo acontece com a descortesia[25], pertencem ao campo da Pragmática já que estamos tratando com "contexto humano de uso". Na medida em que a (des)cortesia é comunicada, conforme a autora, as atividades relacionadas com elas servem aos propósitos que os falantes têm como agentes racionais para conseguir, na interação, sucesso tanto no aspecto linguístico quanto social (BRAVO, 2005a). Isso significa que temos, como analistas, que nos ater às intenções dos falantes quando produzem um enunciado, as formas que escolhem para expressá-lo, às possíveis interpretações que possam surgir dessa mensagem "por parte de um destinatário determinado particularmente nessa situação" (BRAVO, 2008, p.12), e aos efeitos sociais produzidos segundo o *continuum* cortesia ← | →descortesia, como pondera Hernández Flores (2013)

> La actividad de imagen no solo puede corresponder a un tipo de cortesía […], sino que además, ni siquiera incluye siempre comportamientos de cortesía. Es el caso de la descortesía, un fenómeno que inevitablemente afecta a la imagen social de los interactuantes (HERNÁNDEZ FLORES, 2013, p. 179).

A imagem (*face*), quando relacionada ao aspecto social, é concebida por Goffman como "uma instituição cultural que tende a estabelecer e manter boas relações sociais". Para o autor, como aponta Silva (2008, p. 168), "configura-se como um conjunto de normas reguladoras de caráter impositivo que afetam a todos os aspectos da vida em comunidade".

A partir de uma visão ampla da atividade de imagem, foi se concebendo a cortesia como atividade discursiva e retórica que, mediante procedimentos linguísticos, os falantes desenvolvem para conseguir "polir[26] as arestas afiadas demais" na interação (KERBRAT-ORECCHIONI,

---

[25] Doravante chamaremos (des)cortesia quando nos referirmos indistintamente a ambos fenômenos retórico-linguísticos.

[26] Catherine Kerbrat Orecchioni (2013, p. 48), assim como outros autores, continuam a tradição de Brown e Levinson de denominar polidez e impolidez os fenômenos sociais da língua aos quais nos estamos referindo. No Brasil são vários os autores que seguem essa tradição. Em nosso trabalho, preferimos denominá-los cortesia e descortesia, como faz o projeto NURC (Norma Urbana Linguística Culta), e como se faz predominantemente na linha da pragmática sociocultural em língua espanhola.

2014, p.49) e, também, como um conjunto de pautas e normas sociais que uma comunidade dá para si com a intenção de evitar conflitos.

Dessa forma, em um primeiro momento, atividades de imagem e cortesia confundiam-se. Isso se deve ao trabalho precursor dos teóricos Brown e Levinson (1978[1987]) que, retomando o conceito de imagem de Goffman, propuseram uma universalização da cortesia como atividades para minimizar as ameaças que, segundo eles, todo ato de fala implica (ou pode implicar). Tal ideia de ameaça, central na teoria brownlevinsoniana, configurou-se a partir do conceito que denominaram de FTAs - *Face Threatening Acts* -, ou seja, "aqueles atos que por sua própria natureza são contrários aos desejos da imagem do/a destinatário/a e/ou do/a falante" (BROWN; LEVINSON, 1978[1987], p. 65).

Ainda na teoria de Brown e Levinson, todo indivíduo possui duas imagens: a positiva e a negativa. A positiva refere-se ao desejo de que a imagem seja aprovada e valorizada; a negativa, à necessidade de todo indivíduo de ser independente, e de não sofrer imposições (SILVA, 2008, p. 179) nem restrições à liberdade em seu território.

A teoria brownlevinsoniana, apesar de ter ocupado o centro dos estudos da cortesia por seu pioneirismo, precisa de algumas precisões. Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que, nos trabalhos de Brown e Levinson, conforme explica Pacheco (2014, p. 328), a noção de imagem "tem o foco nos desejos do indivíduo, o que não ocorre na definição de Goffman". Na concepção do sociólogo, "*face* é uma imagem reivindicada socialmente e concebida a partir do exterior, na relação com o outro". Brown e Levinson fazem do conceito sociológico de Goffman uma questão de anseio individual (principalmente, no conceito de imagem negativa que Brown e Levinson atribuem à liberdade de ação e de imposição), com um viés quase psicológico. No mesmo teor criativo, também inovam quanto à ideia de território como âmbito espacial de liberdade que o indivíduo quer proteger das invasões à imagem, o que tampouco coincide com a noção de território de Goffman[27], que "não chega a identificar o território humano com a liberdade" (PORTOLÉS, 2011, p. 230).

[27] Portolés Lázzaro (2011, p. 230) explica que Goffman desenvolve a noção de territorio "en el apartado 'Los territorios del yo' de los microestudios de orden público. En él, parte de una interpretación etológica del comportamiento humano y analiza el espacio personal, el recinto, el espacio de uso, el turno, el envoltorio, el territorio de posesión, la reserva de la información y la reserva de conversación".

Diante disso, numa proposta que visa superar a questionada universalidade do modelo de Brown e Levinson, Bravo (2004b, p. 30) propõe a substituição da classificação de *imagem positiva* e *imagem negativa* pela de ***autonomia*** (atividade de imagem mediante a qual um integrante do grupo adquire um "contorno próprio" dentro do mesmo) e ***afiliação,*** "que se plasma em comportamentos tendentes a ressaltar os aspectos" que identificam o indivíduo como membro do grupo. Estes conceitos, ao invés de se contrapor, se superpõem naturalmente e conformam categorias vazias que devem ser preenchidas "com significados e valores socioculturais" da comunidade de fala dos interactantes (BRAVO, 2004b, p. 30).

Assim, desde uma concepção sociocultural, a cortesia é entendida como uma norma social, regulada por condutas que durante a interação buscam proteger a imagem dos interlocutores. Segundo a definição de Diana Bravo (2005a, p. 33), a cortesia consiste em "quedar bien" com o outro, expressão muito usual em espanhol que deve ser entendida em suas duas facetas: *individual*, causar uma boa impressão, ficar com a imagem própria em alta; e *social*, ficar em boas relações com alguém[28].

Dessa maneira, a atividade de imagem, na cortesia, conecta com os conceitos de identidade pessoal e social, que são explicados por Diana Bravo:

> La identidad personal del "yo" (*self*) es un conjunto de cualidades sin las cuales el individuo no puede imaginarse a sí mismo (noción psicológica); en la social, el "yo" es un conjunto *relativamente estable* de *percepciones* acerca de quienes somos en relación con nosotros mismos, los otros y los sistemas sociales (BRAVO, 2003, p. 100).

A autora elucida que o "eu" se organiza ao redor de um "conceito de si próprio", ou seja, de ideias e sentimentos que temos acerca de nós mesmos, mas sempre conexo à "relação que temos/tivemos com os outros". Tais "percepções" têm diversas fontes: o nosso próprio pensamento e percepção do que as outras pessoas pensam de nós, da cultura, de como são valorados os papéis sociais nessa cultura (a cultura de uma empresa, por exemplo) etc. (BRAVO, 2003, p. 100).

[28] Em português, poderia se pensar nas expressões coloquiais "ficar bem na fita" e "ficar de boa com alguém" para entendermos as duas facetas do "quedar bien" em espanhol.

Retomando o tema da cortesia, temos que dizer que ela é parte do conceito maior de imagem antes visto. De fato, pode haver "atividade de imagem" sem que se persiga uma finalidade de equilíbrio como, por exemplo, quando o falante ameaça a imagem do ouvinte com o intuito de que a sua própria não se veja afetada por valores sociais. Assim, quando alguém diz "Desculpa minha sinceridade, mas…" e enuncia algo que possa afetar a imagem do ouvinte, está se apresentando socialmente como alguém em quem é possível confiar, "ganhando imagem"[29]. Ou quando alguém decide, estrategicamente, ferir a imagem do outro (descortesia), porque considera tal ato apropriado com alguma finalidade comunicativa (MARLANGEON, 2017, p. 8).

Além disso, como assinala Bravo (2003), não podemos esquecer que, tanto as atividades de imagem como a cortesia e descortesia, estão permeadas por elementos socioculturais, não só no que respeita às normas sociais de interação "aceitáveis" ou não (BRAVO, 2003, p, 102), como também dos valores que a sociedade considera mais prezados do que outros.

Assim, numa pesquisa anterior (BLANCO, 2010), na qual comparamos as formas de expressar a negação nas cidades de Rosario, na Argentina, e de São Paulo, no Brasil, consultados os informantes dessas duas cidades acerca de quais estratégias empregariam para negar um pedido de empréstimo de dinheiro, de pouca quantidade, feito por um amigo, houve uma mesma preocupação por salvaguardar a amizade, porém com estratégias discursivas diametralmente opostas: os rosarinos preferiam dizer "não" diretamente, sem rodeios, para dar tempo ao amigo para procurar o dinheiro de outro modo; já os paulistanos preferiram empregar formas evasivas para evitar dizer "não" ao amigo porque achavam o "não" algo "muito pesado". Consultados alguns dos informantes, os rosarinos disseram cuidar da imagem própria evitando parecer "falsos" perante o amigo, enquanto os paulistanos disseram evitar parecer "rudes" e ferir a imagem do interlocutor.

Em conclusão, podemos ver que a atividade de imagem é um conceito que relaciona, na interação, o comunicativo, o pessoal e o social. Ele é tão amplo que não pode ser reduzido à cortesia e atividades para "polir" as ameaças à imagem. Inclusive, isso pode ser verificado com maior clareza na descortesia já que não são poucos os casos em que o ataque à imagem do interlocutor persegue uma atividade de construção de imagem própria (parecer poderoso,

[29] Nieves Hernández Flores (2103, p. 179) diz que nesses casos é a imagem do falante a que se sobressai, portanto denomina atividade de autoimagem. Também elenca outras denominações: autocortesia; atividade de imagem não cortês; atividade de imagem dirigida ao falante etc.

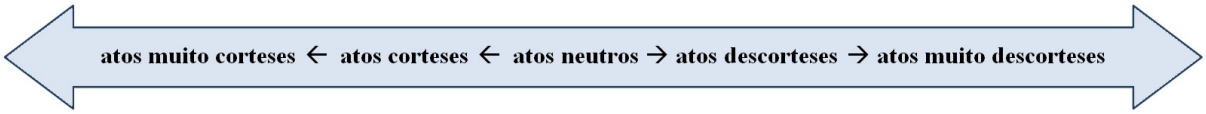
importante, intimidar ao ouvinte etc.), ou do grupo ao qual o falante pertence ou adere, como acontece, por exemplo, nos debates políticos e, especialmente, nas manifestações políticas que analisaremos em nosso *corpus*.

1.1.6 Considerações acerca da descortesia

A descortesia, a partir de trabalhos como os de Haverkate (1994), Culpeper (1996) ou Kientpointer (1997), foi se definindo como objeto de estudo, primeiramente entendida como falta de cortesia ou como comportamentos contrários a ela (BERNAL, 2008). Foi assim que, como assinalam Fuentes e Alcaide (2008, p. 16), durante muito tempo cortesia e descortesia constituíram os dois lados de uma mesma moeda, a do "intercâmbio comunicativo". A primeira propugna o equilíbrio das imagens, enquanto a segunda "supõe o intento de destruir a imagem social do outro em prol do benefício do falante".

Estudos posteriores viriam a demonstrar que há formas neutras, não marcadas como corteses que, no entanto, não por isso são descorteses; assim como existem expressões codificadas como descorteses que podem ser interpretadas, em um determinado contexto e entre determinados interactantes, como corteses[30] (ZIMMERMANN, 2005 *et al.*), configurando um *continuum*.

Figura 2: *Continuum* cortesia - descortesia



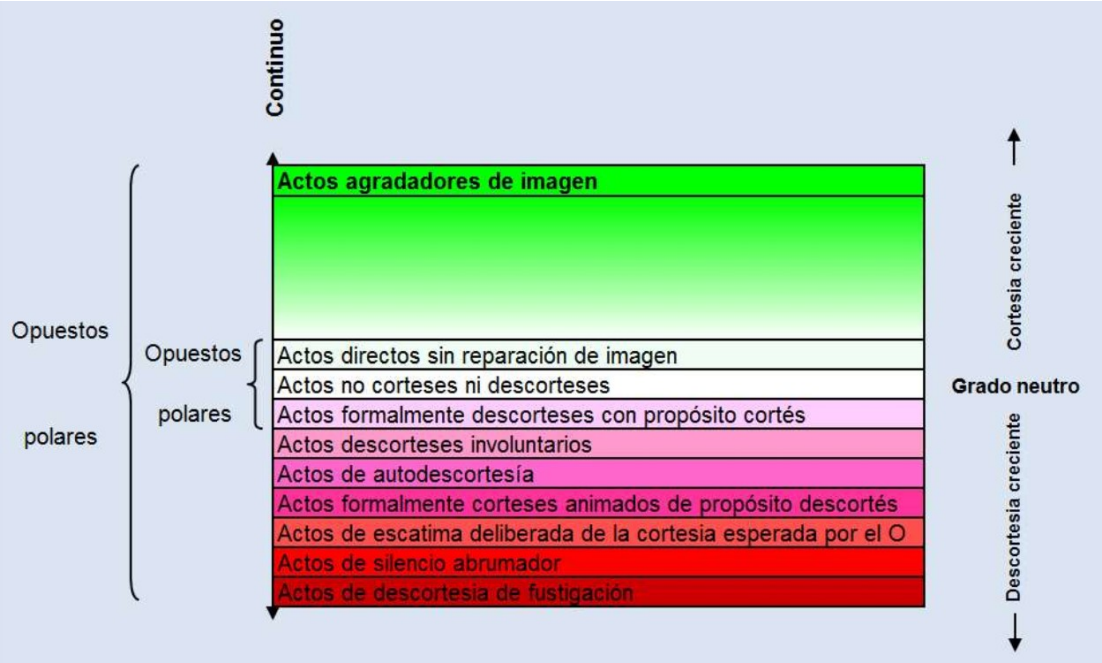
Fonte: Elaboração própria

Como explica Marlangeon (2017, p 94-95), a força cortesia-descortesia que organiza o *continuum* é uma propriedade permanente e obrigatória dos atos de fala e inerente a estes,

[30] São atos de fala codificados como ameaçadores à imagem (insultos, ironias, recriminações etc.) que, entretanto, não são interpretados dessa forma em determinadas situações de fala e entre determinados interactantes. Trata-se de uma falsa descortesia, ou cortesia às avessas, cujos primeiros estudos vêm da sociolinguística, precisamente de Labov ([1972] 2011) quem os denominou "jogos rituais". Culpeper (2011, p. 2017), por sua vez, os chama "mock impolitness".

complementária da força ilocucionária e obrigatória. Por sua vez, cada um desses polos opostos do *continuum* pragmático cortesia-descortesia constituem um *continuum*.

Figura 3: O *continuum* cortesia-descortesia segundo um enfoque discursivo sociocultural.



Fonte: Marlangeon, 2012, p. 84.

Em consequência, como elucida Marlangeon (2012, p. 85), é possível apontar muitos aspectos em comum entre cortesia e descortesia:

- Ambos os fenômenos situam-se na interseção da linguagem com a realidade social e, por tal motivo, é imprescindível se ater as pautas idiossincráticas da sociedade e do grupo, a seus valores e representações, que se manifestam de maneira variável;

- Ambas empregam estratégias linguísticas que, "por discorrer no domínio do implícito", conferem um "plus" de sentido ao enunciado expressado; e

- Ambas dependem do conceito de imagem social e de como ele "se organiza em relação à cultura" à qual pertence.

Outro elemento em comum é a intencionalidade. Como apontamos anteriormente, é um elemento essencial nos estudos da Pragmática e, portanto, também da descortesia já que, como

aponta Culpeper (2011, p. 203), constitui “um elemento importante para nos ajudar distinguir casos intencionais de descortesia” - na qual alguém pretende, de fato, ferir a imagem de outrem, e para tal traçou um plano para realizar essa ofensa e executou-o de forma consciente - de aqueles outros em que alguém, acidentalmente, causou ofensa, por meio de uma gafe, por exemplo.

Em razão disso, a intencionalidade do enunciador é um elemento chave que deve ser contrastada com a percepção do interlocutor de tal intencionalidade de ferir a imagem (CULPEPER, 2011, p. 203). Assim, segundo seu raciocínio, podem acontecer três casos de descortesia: “(1) o falante comunica um ataque à face intencionalmente, ou (2) o ouvinte percebe o comportamento como um ataque intencional à face, ou uma combinação de (1) e (2)”

Assim, Culpeper (2011, p. 204) explica que nem toda descortesia é intencional, porque (1) às vezes o produtor dela não está ciente dos efeitos que causa sua descortesia (estar ciente é uma parte fundamental da noção de intencionalidade), e (2) o ato pode ser considerado descortês, no entanto, porque quem o realiza tem culpa por não ter previsto esses efeitos.

Para precisar a conceitualização da descortesia, como detalha Culpeper na obra citada, Bousfield propõe quatro características prototípicas da descortesia:

1. intenção de ferir a imagem / projetabilidade do falante;
2. consciência do falante de possíveis efeitos prejudiciais à imagem de sua(s) expressão(ões);
3. percepção do ouvinte / construção da intenção do falante / ferocidade de suas palavras, levando ao ponto 4;
4. imagem do ouvinte realmente sendo, ou não, danificada.

Esses elementos, como aponta Culpeper (2011, p. 204), se afastam da tendência usual de considerar a descortesia como atividade “só do falante”, já que também integram a consciência (ou percepção) do ouvinte da intenção descortês.

Além desses elementos apontados, Kaul de Marlangeon também enfatiza que temos que nos ater ao contexto, pois nem sempre o que se considera descortês em determinada situação

comunicativa o é de fato. No mesmo sentido, Culpeper (2005, p. 38) reconhece a dificuldade de definir a descortesia porque, "embora alguns comportamentos verbais sejam tipicamente descorteses", nem sempre o serão, dependendo muito de cada situação comunicativa e do olho do observador, de quem interpreta o ato de fala.

Desse modo, para avaliar a (des)cortesia de um determinado enunciado, devemos considerar uma série de elementos:

1. elementos linguísticos marcados com um valor descortês, como insultos, palavrões etc.;
2. elementos volitivos, ou seja, a existência de uma intenção deliberada de produzir um dano à imagem por parte do falante;
3. elementos de contexto que potencializam a descortesia, ou pelo menos não fazem supor um emprego diferente ao ataque à imagem, como nos casos da anticortesia (ZIMMERMANN, 2005) ou da "descortesia com finalidade cortês" (MARLANGEON, 2017);
4. elementos relacionais, como grau de proximidade ou distanciamento social dos falantes, as idades, a relação familiar, os saberes e interesses compartilhados etc.;
5. elementos próprios do tipo discursivo no qual a comunicação ocorre, que possam auxiliar na compreensão do que é considerado aceitável ou não;
6. elementos do contexto social que orientam a percepção e avaliação do que deve ser considerado adequado ou não, conforme pautas socioeconômicas, políticas, religiosas etc.;

Para dar um exemplo extremo, Culpeper (2005, p. 38) compara a descortesia que supõe gritar com uma pessoa idosa que vive em uma área tranquila, com os gritos proferidos no meio de uma multidão num jogo de futebol, que podem não ser considerados expressões de descortesia.

Em outras palavras, descortesia é uma atitude negativa em relação a comportamentos específicos que só pode ser avaliada considerando os contextos específicos em que ocorre e as expectativas, desejos e/ou crenças sobre a organização social, incluindo, em particular, como a identidade de uma pessoa ou grupo são mediados por outros na interação. Isso significa a necessidade de analisar o "conflito" em relação à frustração das expectativas sociais dos atos

descorteses, quando entram em conflito como se espera que sejam, como quer que sejam e/ou como se pensa que deveriam ser. Os atos que frustram tais expectativas têm, ou se presume que tenham, consequências emocionais para pelo menos um participante, ou seja, causam ou se presume que causam danos a sua imagem e, muitas vezes, com efeitos emocionais adversos em diferentes graus (CULPEPER, 2011, p. 23).

A descortesia, como uma manifestação da conduta social, e a emoção, enquanto fenômeno construído socialmente, podem expressar-se através da linguagem, instrumento apto para a produção de comportamentos e de emoções em forma culturalmente específica. Por isso, desde o começo, tanto o estudo da cortesia como da descortesia foram incluídos no domínio da comunicação emocional (Brown e Levinson, [1978]1987; Arndt e Janney, 1985; Kaul de Marlangeon, 1995, entre outros).

É natural que nesse campo as emoções tenham sido abordadas enquanto produtoras de atos e comportamentos (des)corteses ou causadores de efeitos de (des)cortesia. Kienpointner (2008) se ocupa teoricamente da relação entre cortesia e emoções e assevera que às três variáveis sociológicas de P (poder), D (distância social) e R (rango ou grau de imposição, situacional e culturalmente definido) propostas por Brown e Levinson ([1978]1987, p. 74) para medir o peso de um ato ameaçador da imagem, haveria que acrescentar uma quarta: a relação emocional entre os interlocutores. Mais ainda, afirma que a presença inevitável das emoções implica a percepção constante dos atos de fala como atos (des)corteses de diversas intensidades, segundo as emoções que os acompanhem; e que as emoções são uma parte importante dos fins comunicativos dos interlocutores e não só efeitos dos atos (des)corteses, mas também que as emoções podem causar esses mesmos atos (Kienpointner, 2008, p. 246-247). Com o mesmo temperamento, Fuentes Rodríguez (2012, p. 61) assevera que entre (des)cortesia e emoção há uma relação dialética: as emoções podem provocar a (des)cortesia e a (des)cortesia pode criar certas emoções. Precisamente, nosso estudo confirma a existência de uma relação dinâmica de influência mútua.

A descortesia verbal é uma conduta que introduz agressividade nas relações sociais e os atos de fala que a realizam (primordialmente insulto, crítica, reproche, sarcasmo, burla, advertência, invectiva, acusação, desqualificação, ameaça, reprovação, provocação) conduzem à manifestação de fortes emoções negativas, tanto em quem produz o ato descortês como em quem o recebe (principalmente ira, agressividade, rancor, antipatia, aversão).

Neste estudo, tomaremos duas categorias da tipologia de descortesia proposta por Marlangeon (2012, p. 10-14), a saber:

A) *Descortesia por excesso de afiliação ou afiliação exacerbada* é uma variante proposta por Marlangeon, embasada na distinção autonomia/afiliação realizada por Bravo (2003), em que a descortesia acontece quando "o adepto assume sua qualidade de membro [de um grupo] com plena consciência e orgulho. Ele é a favor dos membros e das ideias de seu grupo, ao ponto de escolher a descortesia em sua defesa" (2005, p. 302).

> En principio reconoceremos que, cuando el hablante tiene una afiliación exacerbada a los valores del grupo, agrede al oyente porque percibe en éste una gran autonomía respecto del grupo u oposición al grupo y que, cuando el hablante se encuentra en autonomía exacerbada respecto del grupo u oposición a éste, agrede al oyente porque percibe en éste su afiliación a los valores del grupo. Por consiguiente, al concepto de afiliación en el seno de la cortesía, correspondería el concepto de afliação exacerbada en el sector de la descortesía, entendida como verse y ser visto como adepto al grupo (MARLANGEON, 2005, p. 303).

B) *A descortesia por fustigação*[31] é representativa da atitude de ofensa deliberada proferida pelo locutor ao interlocutor e que busca o confronto no discurso. A autora a define como agressão verbal constituída em sua maioria por "comportamentos volitivos, conscientes e estratégicos", cuja finalidade é ferir a imagem do interlocutor.

Quando o discurso enfatiza o desrespeito extremo rompendo as convenções sociais, estamos diante do ódio expresso que, ao estigmatizar o "outro", cria a exclusão, real ou simbólica, de sujeitos ou grupos sociais. Segundo Marlangeon (2017, p. 11), na descortesia por fustigação quanto maior for o nível de lesão à imagem do destinatário, maior é a intensidade emocional do falante, "manifestada por certos indicadores de entonação e expressões verbais emocionais negativas".

Esse tipo de descortesia se caracteriza pela finalidade de "dominação ou intento de dominação", uma vez que, segundo a autora:

[31] Como diz a autora, o termo *fustigação* é empregado no sentido metafórico de açoitar, de chicotear a imagem do interlocutor.

> quien enfrenta, desafía o agrede al destinatario, lo hace desde la superioridad provocativa de pretender imponer su propia cosmovisión o requerimientos de imagen por sobre los del oyente, pues sin reclamo de poder, no hay descortesía (2017, p. 13).

Dentro da tipologia proposta por Marlangeon (2005), o grau que opera no extremo da gradação é o da *descortesia de fustigação* e, por isso, é o mais representativo da atitude descortês e da ofensa deliberada do falante ao ouvinte que procura assegurar a confrontação no discurso. A autora (2005) define a descortesia de fustigação (no sentido metafórico de açoitar) como agressão verbal constituída quase que exclusivamente por comportamentos volitivos, conscientes e estratégicos, destinados a ferir a imagem do interlocutor para reagir a uma situação de enfrentamento ou desafio, ou com o propósito de estabelecê-la. Especificamente pensando nos enunciados proferidos na arena política polarizada, a agressão verbal costuma ser uma prática usual, a qual fomenta a agressividade entre os participantes, atores sociais convertidos em atores políticos (não necessariamente afiliados a partidos políticos) que utilizam as estratégias de acusar, insultar, caluniar, desqualificar, ferir, atacar a imagem dos antagonistas (MARLANGEON; CORDISCO, 2014, p. 146)[32].

Ao mesmo tempo, esse tipo de descortesia experimenta o mais alto grau de intensidade emocional. Segundo Andrieş (2011, p. 30), a intensidade da emoção ou seu nível de ativação se refere à força com a qual se experimenta um estado emocional. Na descortesia de fustigação, quanto maior for a intenção ou grau de lesão à imagem do destinatário maior será a intensidade emocional do falante, manifestada por certos indicadores da entonação e expressões verbais emocionais negativas. Há indicadores que ficam fora do alcance de nosso estudo como, por exemplo, gestos e posturas. Contudo, com respeito ao ouvinte, sua expressão emocional dependerá de sua própria avaliação subjetiva do ato do falante, de seu autocontrole na situação e de seu grau de sensibilidade emocional. Isso é evidência da construção social e discursiva da emoção.

Fundamentados na psicologia social, Domènech i Argemí e Íñiguez-Rueda (2002, p. 4) descrevem o comportamento agressivo como:

[32] O trabalho desses pesquisadores refere-se às interações nas comunidades polarizadas em redes sociais, contudo, cremos que compartem a mesma gramática discursivo-retórica que outras interações em comunidades de práticas organizadas em torno à polarização dicotômica excludente, como as manifestações que analisaremos nesta pesquisa.

– intencional;
– produto de seu contexto relacional ou interpessoal, pois é executado contra alguém e por alguém;
– antinormativo, reconhecido assim pelo ator e pela vítima;
– dominador ou intento de dominação;
– capaz de infligir dano ao destinatário.

Pode verificar-se que esta descrição do conceito da agressão coincide essencialmente com nossa definição de descortesia de fustigação, assimilada ao comportamento ofensivo verbal do falante ao ouvinte. Também compreendem os demais traços de tal comportamento: a agressão se produz em um contexto interpessoal, intencionadamente, com revelação de poder, pois quem enfrenta, desafia ou agride o destinatário, o faz desde a superioridade provocativa de pretender impor sua própria cosmovisão ou requerimentos de imagem por sobre os do ouvinte, pois, sem reclamo de poder, não há descortesia. Se nos detivermos no aspecto emocional da descortesia de fustigação, esta pode apresentar-se como raiva ou ira ou cólera por parte de quem a exerce, e pode avaliar-se perfeitamente como violência em distintos graus de intensidade. Dessa forma, a descortesia verbal canaliza as emoções como construções discursivas de acordo com um determinado contexto sociocultural. Na descortesia de fustigação, a agressividade que move o falante pode surgir de duas atitudes radicalmente distintas: uma impulsiva, súbita e outra não impulsiva, urdida para produzir efeitos futuros.

Para complementar as análises dos enunciados descorteses de fustigação, empregaremos as seguintes fórmulas convencionalizadas de descortesia resumidas por Culpeper (2011, p. 212) e adaptadas para os fins desta pesquisa:

- Emprego de insultos: vocativos negativos personalizados, *Seu idiota de merda*;

- Emprego de insultos: afirmações negativas personalizadas, *Você é uma vadia*;

- Emprego de insultos: referências negativas personalizadas, *Sua dentuça*;

- Emprego de insultos: referências negativas personalizadas em relação a terceiras pessoas próximas ou do círculo familiar do alvo da descortesia, *Filho da puta*;

- Realizar críticas ou reclamações, *Isso aqui é uma merda*;

- Realizar perguntas desafiadoras ou desagradáveis, *Por quê você fez a minha vida impossível*;

- Empregar imperativos rudes, ameaças, maldições e desejos ruins.

Nos discursos de ódio das manifestações destituintes na Argentina e no Brasil, os conceitos de *descortesia por fustigação* (e também de descortesia por *afiliação exacerbada*) serão chaves uma vez que não se pode arguir sensatamente que não houve intenção de ferir a imagem dos outros quando nos próprios enunciados estão explicitadas as estratégias linguísticas com essa intenção, como veremos na análise do *corpus*.

1.1.7 Descortesia e discurso de ódio

Como previne Rajagopalan (2008, p. 24-25), é necessário que a linguística abandone a tendência de alguns autores de abordar a linguagem "como um cientista natural estudaria um fenômeno físico", e assumir que refletir sobre a língua "implica, em última análise, indagar, de um lado, sobre a própria natureza humana e do outro, sobre a questão da cidadania" (RAJAGOPALAN, 2008, p.7). Mais especificamente, Tiburi (2015) diz que nosso ser político se forma em atos de linguagem[33], forjando as pessoas e sendo forjados por eles. Posto isso, temos que considerar que os conceitos vistos anteriormente, que se apresentam como indispensáveis na interação (des)cortês face a face, são insuficientes quando tratamos da descortesia nos discursos de ódio, carregados de um importante investimento emocional, como acontece na descortesia de fustigação (MARLANGEON, 2019), e um componente ideológico marcado.

Em consequência, temos que considerar que, em contextos sociais nos quais há uma polarização sociopolítica e discursiva extrema, como acontece na Argentina desde 2008 e no Brasil desde 2013[34] (mas também em muitos outros países do mundo), o ataque às imagens

[33] Ato de linguagem é, em grandes linhas e deixando de lado as diferenciações que fazem alguns autores, outra denominação para os atos de fala (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 72). Neste estudo, preferimos continuar chamando-os atos de fala.

[34] Na Argentina, como aponta Gabriel Giorgi (2019, p. 79-80), desde 2008 havia uma polarização "cada vez mais intensificada em torno das políticas redistributivas do governo kirchnerista". Para alguns setores, como explica o autor, essa polarização indicava uma conflituosidade posta ao serviço do governo (contra certos políticos, como a oligarquia, a imprensa hegemônica etc.) ou mobilizada contra o governo - especialmente contra a figura de Cristina Kirchner – traduzida em uma violência verbal que recuperava tons racistas, machistas e classistas. Por sua vez, no

contra pessoas em particular ou grupos *alvos* com os quais se pretende polarizar (por motivos raciais, políticos, de gênero etc.) é sistematizado e, consequentemente, com tendência à progressividade e radicalização na medida de sua maior ou menor circulação social.

Nesse sentido, Bielsa e Peretti (2019, p. 17) falam das "campanhas de desqualificação" realizadas mediante agravos, mormente orais - mesmo que depois possam ser reproduzidos pela imprensa gráfica -, que são acompanhados por estigmatizações condenatórias pela mídia, que "resultam, com seus efeitos, armas de destruição massiva".

Os autores esclarecem que o *estigma* é um fenômeno social que "se deve a um traço ou caracterização que representa efeitos indesejados para a pessoa portadora". Assim, para eles, uma classificação social se converte em estigma "quando a informação relativa à mesma é processada com uma série de conotações pejorativas". Tal marca "legitima" um trato discriminatório (2019, p. 18) e, portanto, injusto.

E ainda:

> Para obtener efecto político, la infamia se personaliza. El objetivo es desmoralizar a "la tropa", mostrando que sus líderes son "todos unos corruptos" que no buscan el bien común sino el provecho personal. Por mandato de sus intereses espurios, caricaturizan a los representantes de su clase como verdugos de sus representados (BIELSA; PERETTI; 2019, p. 18).

E tal descortesia infamante se constrói, ao mesmo tempo, individual e socialmente. Individualmente, como explicam os autores (2019, p. 20), pela criação de *memes*[35], de notícias falsas; socialmente pela sua divulgação nos meios de comunicação de massas e pelas ubíquas redes sociais. Assim, "grosserias, ofensas, mentiras verossímeis" compartilham a única intenção de confundir, motivar, ocasionar nas pessoas "sentimentos adversos contra os alvos" predeterminados (BIELSA; PERETTI, 2019, p. 20). Ying e yang, como disse Arundale (2013).

Brasil, como diz Esther Solano (2018, p. 49), desde 2013 se instalou "uma dinâmica de polarização nas redes e nas ruas, cujo centro simbólico é o Partido dos Trabalhadores (PT). Uma parte da sociedade mobilizada faz do petismo o alvo de suas críticas, enquanto a outra responde colocando a narrativa do golpe e defendendo a normalidade institucional".

[35] Segundo os autores, um *meme* "é a unidade teórica de informação cultural transmissível de um indivíduo a outro, ou de uma mente a outra, ou de uma geração à outra, segundo as teorias sobre a difusão cultural".

Dessa forma, os atos de fala carregados de forças ilocucionárias injuriantes destinados a atacar a imagem de uma pessoa em especial, ou um determinado grupo, proferidos por um indivíduo ou grupo, nos obrigam a repensar alguns conceitos.

O primeiro deles, relacionado com o lugar de produção e circulação dos enunciados uma vez que, como destaca Charaudeau (2010, p. 18), "toda comunicação humana se desenvolve numa situação social que delimita as condições de realização do intercâmbio comunicativo: sua *finalidade* ("Estou aqui para dizer o quê?"); a *identidade* dos participantes do intercâmbio ("Quem fala para quem?"); e as *circunstâncias materiais* de intercâmbio ("Como posso eu falar?"). Segundo o autor

> […] la *situación social* no es un simple acto decorativo del acto de lenguaje; actúa como una serie de *obligaciones*, dando *instrucciones discursivas* a los participantes del intercambio y determinando, por lo tanto, la *legitimidad* del sujeto hablante. El sujeto es, pues, un ser social que debe respetar los elementos de la situación y del contrato[36], condición para que se produzca la *intercomprensión* (CHARAUDEAU; 2010, p. 18).

Nesse sentido, Charaudeau conclui que todos os intercâmbios comunicativos, desde os mais informais até os mais institucionais (entrevistas, debates, discussões políticas ou científicas) estão *socialmente delimitados*.

Como os enunciados que compõem nosso *corpus* foram proferidos em várias manifestações, com suas semelhanças e diferenças, a delimitação do âmbito da situação de fala tem que, necessariamente, ser alargado sem menoscabo do apontado por Charaudeau (2010). Dado isso, Diana Bravo (2010) propõe como unidade de análise da (des)cortesia, o de *comunidade de fala*[37], ou, como prefere Marlangeon (2010, p. 72), o de *comunidade de prática*, ou, ainda, o de *comunidade discursiva,* como sugerem Charaudeau e Maingueneau (2016, p. 108-109). Em todos eles se faz referência a um grupo de falantes, relativamente homogêneo, mas não necessariamente (TASK, 2011, p. 61), que compartilham regras que definem o desenvolvimento

[36] Charaudeau (2010, 2014) denomina *contrato de comunicação* o conjunto das condições de realização do intercâmbio comunicativo (finalidade, identidade e circunstâncias materiais).

[37] Não nos referimos especificamente ao conceito sociolinguístico de Labov (2008, p. 150; 188; 288), embora muitos de seus componentes sejam aplicáveis, como "participação [dos membros da comunidade] num conjunto de normas compartilhadas".

ou interpretação de uma variedade linguística ou, no caso da *comunidade discursiva*, um grupo organizado "em torno da produção de discursos" que têm em comum "um certo número de estilos de vida, de normas etc.". Maingueneau e Charaudeau (2016, p. 108) ainda distinguem três tipos de comunidades discursivas, entre eles, as comunidades "predominantemente ideológicas"[38] que são as que produzem valores, opiniões e crenças.

Em todos esses conceitos, está implícita a existência de uma margem, mais ou menos ampla, de liberdade de ação, de discussão das ideias e intercâmbio de saberes que esses grupos criam ou compartilham. Entretanto, no contexto sociopolítico de polarização extrema da Argentina e do Brasil, os grupos que se manifestaram pela destituição das ex-mandatárias, muito apesar da sua heterogeneidade, cerceavam os discursos (e até alguns participantes) que questionassem ou tentassem questionar a ideia-força das manifestações: tirar o "kirchnerismo" e o PT, encarnados nas figuras de Cristina e Dilma, do poder.

Por isso, acreditamos mais apropriado falar em comunidades *condicionadas* de fala, ou de práticas ou discursivas, nas quais a circulação dos discursos deve estar necessariamente em conformidade com os lineamentos ideológicos do grupo, o que se assegura mediante diferentes "dispositivos de criação de hábitos que impedem as práticas de diálogo" (TIBURI, 2015).

Essas comunidades *condicionadas* de fala*,* nas quais os discursos de ódio são permitidos e/ou fomentados por meio do investimento afetivo na descortesia contra o "outro", que até chegam a constituir "o núcleo da prática compartilhada" (MARLANGEON, 2017, p. 97), possibilitam três efeitos: 1) unificação do discurso *uno* mediante a negação do diálogo e possível banimento das vozes dissidentes[39]; 2) proteção dos membros ao garantir um espaço de segurança enunciativa livre de confrontos ideológicos, o que contribui com 3) favorecimento do efeito "bola de neve", que leva a discursos cada vez mais polarizados, mais descorteses, com maior investimento emocional e, em consequência, portadores de mais ódio ainda.

A isso devemos acrescentar que os membros de uma comunidade de fala (ou de práticas, ou discursiva) transitam por outras comunidades (LABOV, 2008; *et al.*) e/ou fazem público esses

[38] Tais como partidos políticos, movimentos sociais, associações etc. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 108).

[39] Silvia Kaul de Marlangeon (2017, p. 97), aponta que em certas comunidades de práticas a descortesia é contínua, motivo pelo qual a denominou *descortesia crônica*.

discursos, no caso, os discursos de ódio, em meios de comunicação e, principalmente, nas redes sociais, cada vez mais presentes no dia-a-dia das pessoas, com o qual vão-se naturalizando e, posteriormente, até legitimando num setor considerável da população, correndo os limites dos consensos democráticos estabelecidos desde 1990 na Argentina (GIORGI, 2019)[40].

O outro conceito que devemos colocar em evidência, além das comunidades *condicionadas* de fala, é o de os efeitos (des)corteses dos enunciados que nelas circulam.

Normalmente, a atividade de imagem (*facework*) esteve relacionada com a cortesia a tal ponto que, como dissemos anteriormente, ambos os conceitos se confundiam. Posteriormente, a falta dela foi considerada a causadora da descortesia. Porém, como aponta Hernández Flores (2013, p. 174), as atividades de imagem podem se referir a comportamentos que tenham efeitos tanto corteses quanto descorteses[41] e, por tal motivo, tem que ser analisada dentro do *continuum* cortesia/descortesia.

Outro aspecto, consequência do anterior, mas não menos importante, é que a (des)cortesia tem sido analisada mormente no âmbito da comunicação face a face[42]. Ou seja, as análises estavam balizadas pela sociabilidade implícita dos interactantes num contexto conversacional. Todavia, como esclarece Charaudeau (2010, p. 19), junto com o desejo de sociabilidade, o falante faz uso da palavra também em função de suas próprias motivações (desejos, necessidades, interesses), "com objetivos pessoais dos quais não é necessariamente consciente". Ele deve empregar *estratégias discursivas* em função das condições da comunidade de fala, para "maximizar" os possíveis *benefícios* e "minimizar" os *custos* na comunicação.

Em vista disso, nas situações comunicativas em comunidades *condicionadas* de fala, como acontece em nosso *corpus,* não há interações face a face *stricto sensu*, - ou há muito poucas -, não há interação diádica (falante/ouvinte), uma vez que o destinatário dos enunciados

[40] No Brasil tais consensos estariam estabelecidos na Constituição Cidadã de 1988.

[41] A autora esclarece que há um terceiro efeito relacionado com a autoimagem, tema que excede o tema de nossa pesquisa.

[42] Diana Bravo (2004ª, p. 9) diz que a cortesia (pensamos que também a descortesia) é parte de qualquer tipo de discurso e que supera as barreiras dos canais e da diversidade das situações de fala.

descorteses está, em princípio, ausente[43]. Contudo, isso não significa que deixem de serem produzidos diferentes efeitos[44] dentro do *continuum* cortesia/descortesia, alguns aparentemente contraditórios.

Em primeiro lugar, os enunciadores devem construir sua imagem ou "o *ethos* de sujeito falante" para o qual executam diversas estratégias como o compromisso (CHARAUDEAU, 2010, p. 21-22). Por esse motivo, como aponta Hernández Flores (2013, p.185-187), quando na cortesia o falante protege a imagem do ouvinte acaba protegendo a própria ao mesmo tempo e, assim, se produz um efeito cortês *bidirecional*. O mesmo acontece na descortesia, o ataque à imagem do interlocutor redunda, muitas vezes, em perda de imagem do falante, construindo um "eu" descortês ou, quanto menos, descompromissado com a alteridade. No caso das *manifestações destituintes*[45], o "eu" incorpora sua voz aos outros "eus" mediante enunciados pautados quase que exclusivamente em ataques mediante enunciados descorteses por fustigação contra as imagens das ex-presidentas Cristina Fernández de Kirchner e Dilma Rousseff, da agrupação política "La Cámpora" e do Partido dos Trabalhadores, e do "Peronismo" e da esquerda em geral, nessa ordem, na Argentina e no Brasil. Tal efeito descortês, mesmo que pareça um paradoxo, por causa da polarização extrema, tem como contracara o efeito *afiliativo* que produz no endogrupo descortês. Desse modo, há um efeito *multidirecional* (HERNÁNDEZ FLORES, 2013, p. 186) que se traduz em descortesia para com o alvo dos enunciados, e em cortesia afiliativa para com os outros participantes da manifestação, além de um ganho de imagem com eles e de perda, traçada estrategicamente, com aqueles que tiveram suas imagens atacadas porque o que se procura é o maior distanciamento social e político possível.

E mais ainda, quanto maior descortesia com "o outro", mais afiliação com "o nós", numa relação inversamente proporcional que leva, em muitos casos, a enunciados cujo teor de violência verbal e simbólica faria com que, em outros contextos comunicativos, ficassem somente na esfera íntima do pensamento.

---

[43] Tanto nas manifestações ocorridas na Argentina quanto no Brasil, houve registro de cenas de violência contra pessoas que quiseram dialogar com os manifestantes, assim como agressões contra trabalhadores da imprensa de meios que eram considerados "comprados" pelos governos na época.

[44] Para Nieves Hernández Flores (20013, p. 182), podem ser *positivos* (cortesia), *negativos* (descortesia) ou *neutros* (autoimagem).

[45] "Cacerolazos" na Argentina (2012-214) e "Panelaços" no Brasil (2015-2016).

Para concluir, devemos considerar a variável efeito *sobre a comunidade em geral*, o ying e yang como aponta Arundale (2013). A polarização sociopolítica e discursiva extrema alimenta e se retroalimenta dos ataques à imagem produzidos nas manifestações; nesse contexto vão-se sistematizando e conformando o que Bielsa e Peretti (2019) definiram como "campanhas de desqualificação" contra determinados "outros". Em consequência, não só deve ser considerado o possível incremento do teor das fustigações descorteses, mas também a naturalização que sua maior circulação produz pelas sedimentações que provoca. Tudo soma ao incremento do efeito "bola de neve" dos discursos de ódio.

1.2 IDEOLOGÍA, POLARIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

1.2.1 Aspectos socioculturais na comunicação

Começamos lembrando a Labov (2011, p. 215), para quem "a língua é uma forma de comportamento social: [...] usada por seres humanos num contexto social, comunicando suas necessidades, ideias e emoções aos outros". No mesmo sentido, Charaudeau (2001, p. 23-24) interroga: "Como captar o fenômeno da significação em uma análise de linguagem que não se interessa pelas condições de produção?" O que pode significar "uma sintaxe, tão elaborada e rigorosa", porém incapaz de explicar as "expectativas psicossociais produzidas" em um ato de fala?

Em vista disso, Rajagopalan (2010, p.33) pondera que "apesar de que, para uma língua existir, no mínimo sentido da palavra", deve haver pelo menos dois indivíduos que possam se comunicar mediante seu emprego, "tal fato foi tratado como marginal ou de interesse secundário", motivo pelo qual toda a atenção foi dirigida para o indivíduo e seu conhecimento da língua. Em tal sentido, muitos estudiosos "têm tradicionalmente preferido teorizar a linguagem num completo desrespeito por sua configuração social", reificando-a e tratando-a como um fenômeno puramente mental e individual[46] (RAJAGOPALAN, 2010, p. 32).

Em contraste, quando falamos em "comunicação", em pragmática, destacamos vários fatores além da emissão linguística, entre eles o contexto do usuário que leva ínsitos o conhecimento de mundo dos interactantes, os elementos socioculturais da comunidade de fala etc. Isso inclui as "normas socioculturais" que nos dizem acerca do que corresponde falar em determinadas situações comunicativas, o modo de fazê-lo, os modos de não fazê-lo (os tabus) e o jogo retórico linguístico e estratégico da preservação das imagens na interação, e/ou seu ataque, mas também a forma como decodificar um determinado discurso segundo o contexto imediato

[46] É de fato muito atinada a reflexão de Rajagopalan (2010, p. 34-36) quando aponta para a "pouca atenção dada ao papel fundamental da sociedade na constituição de uma língua" decorrente da concepção de um ser humano "exclusivamente autoconstituído, com base na autoconsciência e na autorreflexão", um espírito de individualismo que poderia ser denominado "ethos cultural e sociopolítico" dos séculos XVIII e XIX, cuja síntese se encontraria no romance Robinson Crusoé, de Daniel Defoe.

em que ele foi realizado e, não menos importante, sob o pano de fundo das ideias, saberes e crenças compartilhados pelos interactantes.

Por tal motivo, Rajagopalan, parafraseando a Koyama (2010, p. 32), precisa que "uma teoria pragmática é, evidentemente, uma teoria linguística e social ao mesmo tempo". Ainda aprofundando no tema, Bravo (2005b, p. 364) assinala que, por ser a comunicação um fato social, é necessário realizar uma abertura da linguística ao interdisciplinário, especialmente aproximar a linguagem e a comunicação com a antropologia, a sociologia, a psicologia etc. para entender em que consiste a competência pragmática ou, mais especificamente, a pragmática social ou sociopragmática[47]. Por tal motivo, para Diana Bravo (2005b, p. 364), atender à relação entre linguagem e contexto social é imprescindível uma vez que tanto nos aspectos normativos quanto nos estratégicos da língua, "é muito elevada" a sensibilidade relacionada ao social e ao cultural tratando-se de cortesia; e nós acrescentamos que o mesmo acontece quando tratamos da descortesia. Dessa forma, a competência comunicativa dos interlocutores, desde a perspectiva da pragmática sociocultural, supõe que eles conhecem e utilizam uma quantidade de dados que, em grau mínimo, permite a projeção e interpretação das mensagens (BRAVO, 2005b), assim como o diferente grau de (des)cortesia que pode haver em cada um deles.

> Lo sociocultural se enfoca en las relaciones del lenguaje con la sociedad. Se considera que el/la hablante de una lengua está provisto de recursos interpretativos que provienen de su entorno social y de sus experiencias comunicativas previas, los cuales parcialmente comparte con otras personas (grupo) y parcialmente no comparte con esas mismas personas (individuo) (BRAVO, 2004, p. 8).

Por sua vez, Escandell (2020, p. 92) observa que a atividade comunicativa dos indivíduos está condicionada pela maneira em que eles percebem - ou aprenderam a perceber - o mundo em geral, e a relação com os outros, individualmente ou em grupos, em particular.

[47] Muitos autores distinguem entre pragmalinguística e sociopragmática ou pragmática social. Em linhas gerais, a primeira se relaciona com as estruturas linguísticas e com os recursos linguísticos que dispõe o falante para se comunicar de forma adequada (explicaria a diferença, no exemplo clássico, entre os enunciados "Maria se casou e teve um filho" e "Maria teve um filho e se casou"). A segunda, como aponta Leech (1983), constitui "a interface social da pragmática", ou seja, trata das percepções de interpretações sociais durante a interação, relaciona-se com comportamentos sociais apropriados. Contudo, esta delimitação não é muito taxativa, uma vez que, como podemos apreciar nos exemplos anteriores, a diferença entre ambos enunciados será maior ou menor dependendo do grau de conservadorismo da comunidade de fala na que tal enunciado tenha sido proferido.

Para Bravo (2005a, p. 25), o contexto sociocultural compreende desde uma interação interpessoal até uma comunidade de fala. Inclui também o grupo, as redes sociais, a classe socioeconômica, fatores culturais e demográficos como o sexo, a idade, a educação, a classe social, a identidade étnica ou nacional. Segundo a autora

> El conocimiento de esos aspectos, así como la conciencia de variaciones interculturales, intraculturales, situacionales y aún interpersonales, les permitiría a los participantes establecer una conexión entre enunciados y realidad social, lo cual haría posible la interpretación del texto (BRAVO, 2005a, p.25).

Alguns desses aspectos do contexto sociocultural estão muito estabilizados e conformam as "regras de urbanidade", por todos conhecidas e respeitadas, que Briz (2004) denomina cortesia ritualizada. Os outros elementos são bem mais instáveis, mudam com o tempo e muitas vezes estão influenciados por questões regionais, institucionais, sociais, etárias, de gênero etc. (Bravo, 2005b, p. 364). Por exemplo, Zimmermann (2005), como dissemos antes, chama de "anticortesia" uma forma de tratamento cortês entre os jovens mediante o emprego "amistoso" de insultos e provocações que, em outras condições contextuais, seriam certamente descorteses. E, também, muitos aspectos semânticos variam conforme o uso pragmático que os usuários fazem do signo linguístico segundo os diferentes contextos, comunidades e situações de fala.

Por tal motivo, faz-se necessário entender o contexto sociocultural nos quais se desenvolveu o discurso de ódio nos "cacerolazos" e "panelaços". Para tal fim, decidimos evitar longas explicações acerca do como são os argentinos[48] e os brasileiros, tema muito debatido nas ciências sociais[49], para nos ater aos aspectos mais imediatos da caracterização social dos participantes das *manifestações destituintes* nas quais os atos de fala que compõem nosso *corpus*

[48] Segundo Grimson (2013), há uma indústria acerca do "ser nacional" do argentino que vai desde o mito de DNA nacional até outros não menos potentes, como o "destino magnífico" ainda não conseguido e os porquês de tal "infortúnio".

[49] Grimson (2007, p. 18), no prólogo ao livro "Pasiones Nacionales: política y cultura en Brasil y Argentina" que organizara, explica que "las conceptualizaciones de la nación como 'cultura objetiva y homogéneamente compartida' han sido ampliamente criticadas en las ciencias sociales y las humanidades. La nación se reveló, especialmente en el trabajo de los historiadores y de los antropólogos, como 'artefacto', 'construcción', muchas de cuyas tradiciones fueron inventadas o creadas como parte de la legitimación de la propia idea del Estado como agente de soberanía". E, resumidamente, adere à ideia de que "o Estado-nação" é um dos campos de interlocução, ou seja, um quadro "dentro do qual certos modos de identificação são possíveis" enquanto outros são excluídos. "Entre os modos possíveis de identificação, existe uma distribuição desigual do poder" (GRIMSON, 2007, p. 32).

foram proferidos, em especial o complexo sistema de crenças que serve de pano de fundo desses enunciados descorteses e discurso de ódio.

1.2.2 Contexto sociocultural, discurso político, crenças e ideologia

As pautas socioculturais, e, particularmente, os saberes e conhecimentos compartilhados, constituem um sistema de valores e atitudes fundadas em ideias e crenças, *doxas*, que não são privativos da comunicação face a face, eles também estão presentes nos discursos políticos, ou seja, naqueles nos que, além de "tentar estabelecer uma relação entre si e ou outro" (CHARAUDEAU, 2018, p. 187-189), procura influenciar, persuadir, acerca da visão da realidade social e os julgamentos que dela se fazem, e do governo da coisa pública. No conceito de coisa pública, precisamente, estriba a grande dificuldade de criar laços comuns em nome da boa convivência entre todos. Isso acontece porque "em toda sociedade convivem diferentes indivíduos com diferentes interesses" (CHARAUDEAU, 2018, p. 189), muitas vezes inconciliáveis, organizados mediante a ideologia e os mitos que dão sustento a representações mentais que conformam sistemas de valores compartilhados.

Tal sistema de valores assim organizado, do mesmo modo em que não é facilmente apreendido, tampouco é "neutro" ou isento de intencionalidade, portanto, muitas vezes se apresenta como um território em disputa. Em consequência, os "saberes compartilhados" amiúde, como pondera Van Dijk (2016, p. 54) ao falar de ideologia, podem constituir sistemas de crenças bem intencionados ou, pelo contrário, servirem para que determinados grupos promovam seus interesses e orientem suas práticas sociais e políticas. E o mesmo pode acontecer com os saberes socialmente compartilhados organizados em torno dos mitos.

Mitos

Compreender envolve não somente o "processamento e interpretação de informações exteriores, mas também a ativação e uso de informações internas e cognitivas" (VAN DIJK, 2016, p. 17) formadas, entre outras coisas, pelas experiências anteriores, pelas crenças, opiniões ou atitudes relacionadas aos acontecimentos ou, ainda, pelas suas "motivações ou objetivos específicos" relacionados com eles.

Junto com a ideologia, e de natureza bastante semelhante, os mitos integram o sistema de representações mentais compartilhadas e podem cristalizar os imaginários sociais[50] (MARTINI; HALPERN, 1998).

Segundo Eliade (1991), antigamente, a palavra mito referia-se a tudo aquilo tido como uma "história verdadeira [...] extremamente preciosa por seu caráter sagrado", história sagrada que "relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do "princípio" (como, por exemplo, graças às façanhas de dois Entes Sobrenaturais uma realidade passou a existir: uma ilha, o Cosmos, uma espécie vegetal etc.). Segundo o autor, trata-se sempre de "narrativas" acerca da criação de algo, no tempo dos "primórdios" por seres sobrenaturais, o que confere sacralidade às histórias - só podiam ser contadas em tempos considerados sagrados - e, portanto, caráter de "verdadeiras" uma vez que sempre referem-se a "realidades" que podem ser comprovadas (a morte, a vida etc.).

Como explica Eliade (1991), com os gregos houve um despojamento progressivo que o Mythos religioso e metafísico trazia em si: dessa forma, o *mhyto*, por oposição, primeiro ao *logos* e depois à *história,* acabou por denotar aquilo que não pode existir. Ainda segundo ele, o "judeu-cristianismo, por sua vez, relegou para o campo da "falsidade" ou "ilusão" tudo o que não fosse justificado ou validado por um dos dois Testamentos. Chegamos, assim, ao valor semântico que a palavra mito veio a adquirir, no sentido de "fábula", "invenção", "ficção", "ilusão" etc. Significado que coexiste com o de revelação primordial, tradição sagrada ou modelo exemplar, "familiar sobretudo aos etnólogos, sociólogos e historiadores de religiões" (ELIADE, 1991, p. 8-11).

No Dicionário da Linguagem e Linguística (TRASK, 2011, p. 192), o verbete *mitos linguísticos* o define como "crenças amplamente aceitas, mas falsas", tanto sobre línguas específicas quanto sobre a linguagem em geral. O autor destaca que algumas dessas concepções errôneas, se fixaram na imaginação popular e, portanto, resulta difícil de eliminar. Muitos desses mitos foram endossados "mesmo por linguistas bem informados", assim como por "jornalistas e

[50] Segundo Stella Martini e Gerardo Halpern (1998), os imaginários sociais referem aos sentidos presentes em um grupo social e que dão conta da percepção do mundo social, suas imagens, memória, experiências e projetos e/ou utopias, que explicam, organizam e ordenam esse mundo social e a forma como se posicionar e atuar nele de maneira consciente e inconsciente ao mesmo tempo. Por condensar a problemática do poder legítimo e das representações fundadoras de legitimidade, constitui uma peça efetiva e eficaz do dispositivo da vida coletiva e do exercício do poder.

autores destinados ao grande público" que acabam perpetuando tais falsidades, "preferindo-as à verdade, que geralmente é mais sem graça" (TRASK, 2011, p. 194)[51].

Segundo o antropólogo Edmund Ronald Leach (1996), o mito, assim como outras diversas histórias, que podem ser ou não verdadeiras dependendo do ponto de vista do narrador, adquire um Status pelo fato de contá-lo e de seus interesses. Para ele (1996, p.319), "Mitos e rituais são uma linguagem de signos em função da qual se expressam as pretensões a direitos e a Status", ou seja, narrativas cujo destino é disputar, validar ou consolidar os interesses de quem conta. Contudo, como o mesmo autor aponta (1996, p. 319), trata-se de "uma linguagem de argumentação, e não um coro de harmonia", portanto, é um território em disputa pelo sentido e pela hegemonia.

Voltando a Eliade (1991), foi na época do filósofo Xenófanes que os gregos questionaram a veracidade dos mitos. Contudo, se os mitos eram falsos haveria de existir algo que fosse real, verdadeiro. Mas, como aponta Popper, Xenófanes não entendia a verdade com um sentido ontológico, a verdade como mera correspondência com os fatos - com suas várias explicações teóricas (POPPER, 1995 p. 197) -, e sim como um "ideal de verdade" concebido como um processo, uma busca que, quanto mais intensa for, mais se aproximava a uma verdade, a qual deverá ser sempre questionada para, "com o sério propósito de eliminar" os erros, nos aproximar ainda mais da verdade (POPPER, 1995, p. 201-206).

Por tal motivo, a pugna entre o mito como criação primordial, realizada por seres sobrenaturais (portanto sagrada) para explicar tanto coisas da natureza quanto do próprio homem - como os ritos e as práticas sociais - cuja simples existência lhes confere o caráter de "verdades"[52], e o sentido moderno do termo, como "ilusão", "crença falsa" etc. não pode ser definida como uma dicotomia com extremos excludentes.

---

[51] Trask (2011) elenca vários desses mitos. Aqui um deles: "Até o século XVIII, mesmo alguns linguistas acreditavam que a língua ancestral de toda a humanidade ainda era falada, em seu estado primitivo, em algum canto resguardado do mundo [...] Um desses linguistas, por exemplo, defendeu que seria [...] o holandês a língua ancestral de toda a humanidade, que se havia preservado intacta: naturalmente, esse linguista era holandês". Esse exemplo demonstra cabalmente que a criação dos mitos, sua propagação e manutenção, frequentemente estão perpassados por interesses mesquinhos.

[52] Como explica Leach (1996), o mito da criação da vida, por exemplo, é verdadeiro porque há seres vivos; o da morte também é verdadeiro porque a vida é finita etc.

Por sua vez, Schwarcz (2019, p. 20) pondera que toda nação constrói para si alguns mitos básicos, que têm, em seu conjunto, a capacidade de produzir nos cidadãos o sentimento de pertencer a uma comunidade única a qual permaneceria para sempre inalterada –"deitad[a] eternamente em berço esplêndido" conforme verseja o hino nacional brasileiro.

Por tal motivo cremos, junto com Grimson (2013, p. 23), que os mitos têm um pouco de ambas as funções: explicações acerca da realidade, e falsificações dessa mesma realidade, fruto da "capacidade que tem certas minorias ou setores para naturalizar ideias em uma sociedade determinada" (GRIMSON, 2013, p. 16). A essas ideias naturalizadas, o autor propõe opor dados e fatos como também posições éticas e ideias-lógicas (GRIMSON, 2013, p. 18).

Desse modo, segundo pondera Grimson (2013, p. 21), há mitos que são como os ditados, contraditórios dependendo da circunstância, que servem para que as pessoas digam coisas como verdades irrefutáveis, e, portanto, são aceitas, não por serem verdadeiras – ou irrefutáveis - e sim pelo fato de serem enunciadas. Quando se enuncia um mito, há o prazer de confirmar o pertencimento em comum, um prazer de compartilhar senhas culturais, de "experimentar a cumplicidade" (GRIMSON, 2013, p. 21).

Como o mesmo autor aponta (2013, p. 23): trata-se de "mistificaciones que se han edificado a lo largo de décadas en nuestra sociedad [que] manipulan de manera burda los datos de la realidad, generando explicaciones erróneas que luego se trasladan activamente a prácticas económicas, institucionales, cívicas y políticas". São os sedimentos da experiência social nos "sensos comuns" que muitas vezes operam como obstáculos ou barreiras culturais para as mudanças sociais (GRIMSON, 2013, p. 24).

A maioria dos mitos têm várias décadas de vida, são histórias culturais muito estendidas no tempo (GRIMSON, 2013, p. 24) que, embora tenham servido a várias conjunturas políticas em diferentes momentos históricos da Argentina (e nos atrevemos a afirmar que também do Brasil), recobraram vida ultimamente como fonte de veracidade de outro tema: as *fake news* e os discursos de ódio.

Em seu estudo sobre a ficção cientifica brasileira, a brasilianista estadunidense Mary Elizabeth Ginway (2005, p. 16) refere uma lista dos mitos mais recorrentes como o do "Brasil como um paraíso tropical, o Brasil como uma democracia racial, os brasileiros como um povo

sensual e dócil, e o Brasil como um país com potencial para a grandeza como nação"[53]. E ainda, como questiona a antropóloga Lilia Schwarcz (2019):

> como é possível representar o país a partir da ideia de uma suposta coesão, partilhada, por todos os cidadãos, quando ainda somos campeões no quesito desigualdade social, racial e de gênero, o que é comprovado por pesquisas que mostram a existência de práticas cotidianas de discriminação contra mulheres, indígenas, negros e negras, bem como contra pessoas LGBTTQ: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queers? (SCHWARCZ, 2019, p. 23).

Por outro lado, se no Brasil existe o "mito da democracia racial", na Argentina seu equivalente se expressa no senso comum: "não temos negros, portanto não somos racistas" (GRIMSON, 2013, p. 17). Ambos em extremo ilusórios nos dois países, porém que serviram para evitar ou atenuar a confrontação em prol de uma maior igualdade étnico-social durante mais de um século[54]. Tal mito, de fato, foi "verdadeiro" durante esse tempo pela "harmonia" conseguida com a ocultação da desigualdade e apagamento do conflito. Ao "não haver" conflito racial, a teoria da "democracia racial" ficava "validada"[55].

Isso, de alguma maneira, explica que tanto as políticas positivas aplicadas pelos governos - como as cotas para a população afrodescendente em Brasil, por exemplo - assim como as reivindicações dos movimentos populares fossem furibundamente contestadas nos "cacerolazos" e "panelaços", como é possível ver em alguns dos enunciados das séries (1-d) e (2-a) do *corpus*. Elas rompiam, ou punham em xeque, a "ordem natural" das coisas, fonte e elemento "validador" do próprio mito. E por isso foram combatidas com um grande investimento emocional

---

[53] Segundo Schwarcz (2019, p. 22), "Esse tipo de modelo, que tem muito de imaginário e projetivo, não raro funciona como argamassa para as várias 'teorias do senso comum'. E, por aqui, a história do dia a dia costuma sustentar-se a partir de quatro pressupostos tão básicos como falaciosos. O primeiro deles leva a supor que o Brasil seja um país harmônico, sem conflitos. O segundo, que o brasileiro 'seria avesso a qualquer forma de hierarquia', respondendo às adversidades sempre com uma com uma grande informalidade e igualdade. O terceiro, que somos uma democracia plena, na qual 'inexistiriam ódios raciais, de religião e de gênero'. O quarto, que nossa natureza seria tão especial, que nos asseguraria viver num paraíso".

[54] Referindo-se ao Brasil, Kiffer pondera que o mito da miscigenação, "ou de uma sociedade igualitária entre homens e mulheres, brancos e negros [...] exige revalorar aquilo que, como efeito de recalque, delineia uma atmosfera afetiva aparentemente apaziguada e/ou pacificada num determinado tempo e em uma certa sociedade (KIFFER, 2019, p. 23). Porém, como explica a autora, "hoje tudo isso exaspera" e existe "um grande nós em conflito" com as "'mitologias' face à nossa sociedade 'cordial' e crente de seus 'sincretismos' e de sua 'harmoniosa miscigenação'"(KIFFER, 2019, p. 26).

[55] Kiffer explica aexistência de um "folclore identitário do 'ser brasileiro', aparecendo em nossa sociabilidade sorridente e amigável" que é, ao mesmo tempo, "síntoma daquilo que não tratamos nem política nem subjetivamente" (KIFFER, 2019, p. 63).

alimentado de uma épica de cruzada pela "recuperação dos valores da Pátria", que se aprecia em enunciados como "Devolvam nosso país" - o "nosso", o da democracia racial vigente até ontem, não aquele que os governos, aos quais nos opomos, pretendem criar.

Em consequência, ser "conservador" virou moda para grande parte das classes médias na Argentina e no Brasil[56], como atitude reativa às mudanças sociais, que eram denunciadas nas manifestações nos dois países como "ilegítimas" e perniciosas à Nação, destacada pelo possessivo "nossos" interesses. Isso explica muito bem o elemento "saudosista" dos reclamos que, como aponta Jason Stanley (2019) ao descrever os elementos do autoritarismo, buscam a legitimação em um passado mítico, glorioso, por vezes, irreal[57].

Ideologia

A ideologia, como observam Charaudeau e Maingueneau (2016), foi objeto de numerosas definições por autores muito diferentes (Marx e Engels, Althusser, Arendt etc.) até que, nos anos '60 e '70, houve um consenso em defini-la como um sistema de interpretações do mundo social, no seio de uma sociedade dada e num dado momento histórico. Como explicam os autores, foi nos anos '80 que começou a ser entendida como *doxas* ou *representações*, tal como a entendemos em nosso trabalho.

Por tal motivo, embasamos nossa pesquisa na Pragmática com auxílio da Análise Crítica do discurso que, "em torno de Van Dijk, faz o uso mais maciço da noção de ideologia" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 269). Em primeiro lugar, consideramos o que elas são - sistemas sociocognitivos de representações compartilhadas socialmente que, por sua vez, controlam outras representações mentais -, e também as estruturas do discurso – sintaxe, estruturas semânticas, atos de fala etc.- mediante as quais as opiniões ideológicas se manifestam no texto e na fala.

[56] Tanto nas manifestações de Buenos Aires quanto de São Paulo há registros de manifestantes que expressaram estar nos eventos, objeto deste estudo, por não aceitarem as mudanças sociais acontecidas nos 10 anos anteriores, em especial, criticaram o suposto ataque à família, o casamento de casais homoafetivos e a possibilidade da despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

[57] Segundo explica Stanley (2019, p. 19), "dependendo de como a nação é definida, o passado mítico pode ser religiosamente puro, racialmente puro, culturalmente puro [...] esses mitos geralmente se baseiam em fantasias de uma uniformidade pregressa inexistente".

Entretanto, é necessário apontar que não aderimos à identificação da ideologia com o discurso, como fazem alguns estudiosos, para evitar a "tendência de confundir ou misturar" ambas as noções, já que as ideologias são geralmente expressas e reproduzidas por meio do discurso (VAN DIJK, 2016, p. 57). Segundo esclarece o autor, as ideologias são estruturas cognitivas, enquanto o discurso é constituído, por um lado, por estruturas linguísticas (texto ou fala concretos), e, por outro, por uma forma de ação social ou comunicação. Além disso, continuando com as explicações de Van Dijk, as ideologias podem ser expressas pelo discurso, mas "podem também ser expressas por outras práticas sociais, como sabemos do assédio sexual ou da discriminação racial como expressões de ideologias sexistas ou racistas" (2016, p. 57). Em outras palavras, as ideologias são formas de cognição social, já o discurso são as maneiras como elas são expressas e empregadas, tanto no próprio discurso como em outras práticas sociais.

Acerca da ideologia propriamente dita, ela é, antes de tudo, representações mentais "essencialmente compartilhadas por coletividades sociais" (VAN DIJK, 2016, p 54). Como aponta o autor, mesmo que as "ideias" originais que dão sustento a uma ideologia possam ter sido originadas pelo pensamento individual ou de alguns indivíduos determinados, só constituem ideologia quando grupos de pessoas "as adquirem, compartilham, propagam e empregam" com a finalidade de difundirem seus interesses de grupo e, assim, orientarem suas práticas sociais. Portanto, as ideologias podem ser aprendidas e usadas por indivíduos como membros de um grupo em suas práticas cotidianas, mas isso não significa que sejam individuais; elas devem representar a própria "definição" de um grupo, de tal modo que seus membros possam identificar-se como membros do grupo. Assim, segundo Van Dijk (2016, p.54)

> as ideologias tipicamente representam quem somos, o que fazemos, por que o fazemos, como (deveríamos ou não deveríamos) fazê-lo, e para que o fazemos, ou seja, nossa identidade, ações, objetivos, normas e valores, recursos e interesses sociais.

As ideologias servem como orientações para as práticas cotidianas dos membros de um grupo, e para isso, fundam e organizam representações mais específicas, também socialmente compartilhadas, conhecidas como atitudes. Dessa forma, os membros de um grupo desenvolvem "estereótipos, preconceitos ou outras atitudes genéricas em relação à intervenção do governo no mercado, à imigração, ao aborto, aos casamentos entre homossexuais, à pena de morte ou às cotas para minorias", entre um variado leque de temas (VAN DIJK, 2016, p. 55).

1.2.3 Formação das crenças

Se "dizer é fazer", como postulou Austin, lógico é concluir que a "outredade" "se faz" *como o* ou *mediante o* discurso. Lembramos que a linguagem tem a capacidade de instaurar, modificar, restabelecer ou estabilizar, performativamente, realidades no mundo, não de forma aleatória, senão como condição de sua existência, como fato estruturante do social. Em consequência, a língua é, na sua dimensão social, ao mesmo tempo, espelho das disputas que acontecem no seio da sociedade e instrumento realizador delas, organizados por meio das diferentes ideologias.

Assim como os outros saberes socioculturalmente compartilhados, as representações sociais e os mitos, as ideologias não são inatas, são adquiridas de forma gradualmente lenta[58] e são relativamente estáveis, a fim de servirem como uma base cognitiva fundamental para a conduta social e o discurso cotidiano dos membros do grupo[59] (VAN DIJK, 2016, p. 54).

A instauração de mitos a partir da informação emanada desde diferentes centros de poder - governos, transnacionais, meios de comunicação etc.- como explicam Martini e Halpern (1998), estimulam a imaginação social, que por sua vez estimula essa informação, contaminado uns aos outros em uma amálgama extremadamente ativa por meio da qual se exerce o poder simbólico.

Em relação às ideologias, segundo assinala Van Dijk (2016, p. 59), elas podem surgir, em parte, como resultado das circunstâncias sociais e políticas de um grupo. Contudo, para que os modelos mentais das experiências pessoais (incluindo emoções e opiniões acerca dessas mesmas experiências pessoais), "sejam partilhadas" as pessoas precisam comunicá-las, compartilhá-las com o resto do grupo, "de modo que outros saibam o que eu sei e sinto". Assim sendo, em todos os níveis da teoria da ideologia, sempre precisamos de:

> i) um componente macrossociológico de situações sociais ou políticas, condições ou relações de grupo (de poder, competição etc.), por um lado, e de um componente microssociológico de interação ou práticas sociais diárias, especialmente fala e texto;

[58] Grimson (2007, p. 16) destaca as experiências sociais e históricas compartilhadas, que foram se sedimentando, e que configuram uma sociedade. Elas traduzem a articulação da diversidade e desigualdade em modos de imaginação, cognição, sentimento e práticas que apresentam elementos comuns.

[59] Segundo Van Dijk (2106, p. 54) uma pessoa não se torna racista ou feminista, nem antirracista ou antifeminista, da noite para o dia.

> ii) um componente sociocognitivo de modelos mentais de experiências específicas, pessoais e situadas, por um lado, e atitudes, ideologias, normas e valores genéricos e socioculturais, por outro; e
>
> iii) uma detalhada análise das várias estruturas ideologicamente influenciadas de discurso como formas de interação discursiva em situações e práticas sociais específicas, por um lado, e de uma análise geral de acesso ao discurso, gêneros específicos e instituições e processos gerais de comunicação na sociedade – incluindo, por exemplo, uma análise das práticas, do controle e poder da mídia, por outro. Essas práticas comunicativas ideológicas constituem elas mesmas exemplos do componente microssociológico com suas consequências macrossociológicas, tornando a teoria um sistema completo de reprodução ideológica na sociedade (VAN DIJK, 2016, p. 59).

O processo de aquisição precisa, antes de tudo, que as atitudes e as ideologias que subjazem a elas sejam "expressadas, formuladas ou de alguma forma comunicadas entre os membros do grupo ou defendidas ou legitimadas fora do grupo" (VAN DIJK, 2016, p. 56), ou seja, produzidas e reproduzidas por falas ou textos, tais como "programas de partidos políticos, debates parlamentares, noticiários e editoriais, compêndios, bíblias, panfletos, artigos científicos", ou como parte das conversas do dia a dia entre ou com pessoas que são membros do grupo ideológico (VAN DIJK, 2016).

Žižek (2013, p.13) destaca o cinismo como uma das mais poderosas formas de produzir "mentira sob o disfarce da verdade", o que não é desdenhável, mas, gostaríamos de voltar sobre o que disse Van Dijk (2016, p. 55) acerca das diferentes possibilidades de "interpretação" de conceitos socioculturalmente compartilhados, e suas ressignificações ou ressemantizações enviesadas. Tal ponto se reveste de uma importância crucial, como explicam as historiadoras Barillaro y La Greca (2011 p. 233) ao se referir à formação da "identidade nacional" - que elas denominam "a invenção das nações"- não se desenvolve a partir de "decretos e normas políticas", e sim de valores simbólicos e culturais que constroem e difundem "o imaginário social". Nesse ponto, elas retomam Baczko (1999) que diz que as ciências humanísticas tiveram que superar o "cientificismo"[60] - que pretendiam reduzir o imaginário a um real deformado - e pôr em evidência que todo poder, em especial o político, estava rodeado de representações coletivas.

[60] Como aponta o autor, a partir da segunda metade do século XIX havia uma tendência cientificista e "realista" que separava na trama da história, nas ações e comportamentos dos agentes sociais, o "verdadeiro" e o "real" do "ilusório" e "quimérico", representado pelas "crenças, mito e ilusões" (BACZKO, 1999, p. 12). A ironia radicou, segundo Baczko, em que essas pretensões cientificistas ocorriam no mesmo período em que a produção de ideologias e mitos modernos era intensificada e, por tal motivo, "promovia a renovação do imaginário coletivo tradicional".

Para esse poder, o imaginário e o simbólico constituíam um lugar de "importância capital" (BACZKO, 1999, p. 12) uma vez que operam ativamente na memória coletiva, para a qual, frequentemente, os acontecimentos são menos importantes que as representações imaginárias às quais eles dão origem e sentido (BACZKO, 1999, p. 30).

Tais representações não são algo "dado", senão "construído" mediante a repetição de lugares comuns até que acabam se impondo como "evidências" que, como aponta o autor (1999, p.13) devem ser sempre questionadas. Trata-se sempre de um algo em disputa entre quem pretende exercer o poder simbólico – não como um agregado do ilusório a um poderio "real," senão como uma multiplicação e reforço de uma dominação efetiva pela apropriação de símbolos e pela conjugação das relaciones de sentido y de poder (BACZKO, 1999, p. 16) – e dos grupos que a tal pretensão resistem.

> De esta manera, el imaginario social es igualmente una pieza efectiva y eficaz del dispositivo de control de la vida colectiva, y en especial del ejercicio del poder. Por consiguiente, es el *lugar* de los conflictos sociales y *una de las cuestiones que están en juego* de esos conflictos (BACZKO, 1999, p. 28).

Essa criação e organização das representações sociais não está isenta de intencionalidade política: a maior parte das ideologias de grupo é desenvolvida e usada em relação a outros grupos sociais com a finalidade de obter o controle social, apelando para obter esse efeito à manipulação das crenças das pessoas, tais como seus conhecimentos, suas opiniões e suas ideologias e, indiretamente, das ações dos receptores baseado nessa manipulação de crenças (VAN DIJK, 2012, p. 236 - 240). E essa relação que determinados grupos constituem em relação aos "outros" é efetivada em termos de diferenciação e polarização.

1.2.4 Polarização ideológica: a construção da "outredade".

Uma das formas mais potentes de exercer poder e, por conseguinte, controle social, dá-se mediante a divisão maniqueísta, muitas vezes com viés arbitrário, entre um "nós" e um "eles", criado ou aumentado com fins antinômicos, em que o "nós" é depositário de todas as qualidades socialmente relevantes, e o "eles", o contrário.

A atribuição de um descrédito aos “outros”, explicam Martini e Halpern (1998), baseia-se na construção imaginária[61] de um “nós” dominante que se autoestabelece como medida da ”correção”, enquanto, de forma naturalizada, se constroem discursos sociais que atribuem defeitos e, portanto, controles sobre os “outros”.

Em outras palavras, essa representação esquemática opera “polarizando” por meio da autoatribuição de valores positivos a “nós” e a identificação dos “outros” com antivalores. Ou seja, como explica Van Dijk (2016, p. 55), as ideologias tendem a polarizar-se entre endogrupos e exogrupos, entre *Nós* e *Eles*:

> los hablantes o los escritores pueden destacar nuestras buenas cosas tematizando los significados positivos, utilizando elementos léxicos positivos en las autodescripciones, proporcionando muchos detalles sobre las buenas acciones, y pocos detalles sobre las malas acciones, valiéndose de hipérboles y de metáforas positivas, dejando meramente implícitas las propiedades negativas propias, o restando importancia a la propia actuación como agente de actos negativos mediante la utilización de oraciones pasivas o nominalizaciones (VAN DIJK, 2003, p. 160).

Como explicamos anteriormente (BLANCO, 2020, p. 197-198), a polarização nem sempre é evidente e, portanto, temos que prospectar o discurso em busca de elementos, tanto sintáticos como semânticos, que indiquem indícios dessa polarização, como o emprego “dos pronomes nós e eles”[62], o uso de possessivos e demonstrativos “tais como nossa gente e essa gente, respectivamente”, e outros elementos linguísticos muitas vezes sutis (VAN DIJK, 2005, p. 20).

Para desenvolver o “princípio polarizante”, que afeta tanto as formas quanto os significados o autor (2003, p. 154), apresenta quatro estratégias discursivas: autoapresentação positiva do “nós” (alarde), expressando ou enfatizando informação positiva nossa; apresentação negativa do “eles” (detração), expressando ou enfatizando informação negativa acerca deles;

---

[61] O termo imaginário remete tanto à imaginação (o “não real”, o diferente da realidade) quanto à imagem (MARTINI; HALPERN, 1998), reflexo da imagem de si ou, ainda, representação gráfica, mental ou simbólica de algo.

[62] Para ver o emprego estratégico que os usuários realizam com os pronomes pessoais, consultar BLANCO, R.; KULIKOWSKI, Z. (2018). Las formas de tratamiento como actividad estratégica y como índice de categorización de sociedades de aproximación o distanciamiento. Disponível em: <https://www.asice.se/index.php/tep/article/view/71/109>.

supressão ou minimização dos aspectos negativos do "nós"; e, por último, sonegação ou mitigação dos aspectos positivos do "eles", segundo podemos apreciar no seguinte quadro

Tabela 1: polarização antinômica "nós – eles"

Nós		Eles
Falar de "nossos" aspectos positivos		Falar dos aspectos negativos "deles"
Tirar ênfase dos "nossos" aspectos negativos		Não falar dos aspectos positivos "deles"

Fonte: Blanco (2020)

Pode parecer trivial, mas a atividade de polarização mediante a atribuição de atributos, características e ações positivas ou negativas – tais como "são corruptos" x "somos honestos", "roubaram meu país" x "trabalhamos e pagamos nossos impostos" etc.- é, pelo menos em parte, avaliativa, e está sujeita a leituras e interpretações enviesadas das normas e valores de um grupo e da sociedade e da cultura em torno dele (VAN DIJK, 2016, p. 55).

Para Márcia Tiburi (2015), no Brasil, "uma das formas do discurso fascista e dominador", que por vezes se alia ao pensamento ideológico, acrítico e até mesmo dogmático que é o "senso comum", - "é *o falar de* e *sobre o* outro projetando sobre este outro seus interesses" sem nunca se posicionar "no lugar de ouvir o que o outro tem a dizer". Dessa maneira, segundo a autora, "outro" é algo sempre negativo, "enquanto estrutura da verdade dominante": o outro "está sempre 'errado', o outro é o 'louco', o estranho", o imoral etc.

Tal descrição está em sintonia com a que Prestifilippo e Seccia (2018, p. 123) fizeram da construção da "outredade" na Argentina. Segundo eles, o outro "que parece criar mais exasperação é o Outro social", ou seja, o pobre. Cabe mencionar o neologismo "aporofobia"[63], para destacar o fato de que, quando se empregam palavras como "xenofobia" ou "racismo" para classificar o rechaço a imigrantes ou refugiados, na verdade essa aversão não advém da condição

[63] O termo "aporofobia", criado pela filósofa espanhola Adela Cortina, professora de Ética e Filosofia Política da Universidade de Valência e membro da Real Academia de Ciencias Morales y Políticas, foi registrado como verbete no Dicionário on-line da Real Academia Espanhola (https://dle.rae.es/aporofobia). Também foi eleito a palavra do ano de 2017 pela Fundación del Español Urgente (Fundéu BBVA). Fonte: Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/aporofobia>. Acesso em: 19/02/2020.

de estrangeiros e sim da situação de pobreza em que eles se encontram. Dentro do contexto brasileiro, o analista político José López Feijóo (REDAÇÃO RBA, 2018) afirma que "a fobia aos pobres veio da manipulação da opinião pública para atender os interesses do alto escalão da sociedade" que "não aguentava mais as políticas de inclusão social, além de pessoas de todas as faixas sociais frequentando os mesmos supermercados, shoppings e aeroportos".

Contudo, é necessário ponderar que a aporofobia não significa uma superação ou negação do racismo, sexismo, xenofobia etc. endêmicos em nossas sociedades, senão um componente ou uma camada a mais de tais práticas. Por tal motivo, o "outro social" não é caracterizado em termos de classe ou estrutura social (nem racial ou de país de nascimento), e sim em termos morais que, com algumas variantes mediante "operações imaginárias", tentam radicalizar a identidade do "eu" projetando uma violência no "outro". São mecanismos de projeção e defesa que, somados a um não-saber, constroem uma figuração do outro com quem não quer ter o mínimo contato, embora tais atitudes contribuam com políticas prejudiciais para quem as defende (PRESTIFILIPPO; SECCIA, 2018, p. 123).

1.2.5 Identificação e construção da "outredade"

A pergunta pela construção da "outredade", muitas vezes, fala mais do desconhecimento do "nós" do que do "eles": quem é esse "nós"? Como se conforma? Como pode influir na vida psíquica, tanto de seus integrantes quanto de quem não o são?

Em relação à conformação dos coletivos sociais, Ernesto Laclau, como apontam Perez e Starnino (2021, p. 86), questionou as "perspectivas sociológicas que consideravam o grupo como unidade básica da análise social" por serem insuficientes para dar conta da variedade de movimentos que podem se implicar na construção das identidades, e propõe um diálogo com Sigmund Freud e Jacques Lacan.

Primeiramente Le Bon, segundo explicam Perez e Starnino (2021), faz do conceito de "sugestão" o elemento central da conformação das multidões. A "sugestão" pode ser provocada por imagens, palavras e/ou fórmulas com poder de influenciar os indivíduos. Assim, alguns

termos teriam a capacidade de conter as soluções aos problemas e sintetizar as aspirações e esperança do grupo[64].

Entretanto, Freud contesta que a conformação dos grupos seja dada somente pela "sugestão", uma vez que este termo é, ele próprio, carente de explicação. Por tal motivo, estabelece a noção de *identificação* "para explicar a diversidade dos processos sociopolíticos identitários", uma vez que a *sugestão*, segundo Sigmund Freud, não funciona sem *identificação* (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 88-89).

Nesse sentido, Para Freud, tal identificação tem caráter político-afetivo e se produz em dois sentidos: vertical, dos membros com o líder, com "o *Ideal* a ser seguido"; e horizontal, entre os membros entre si "atuando decisivamente como laço identitário"[65] (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 90).

A identificação, a partir de Lacan, não é mais com o líder e sim com o que ele representa, com o significante, torna-se uma articulação significante. Certo é que o significante, como explica Pérez (2021), não funciona sem corpos, ele "encarna em algumas lideranças"[66]. Mas também pode haver uma "encarnação" da articulação significante na televisão ou nas redes sociais a partir das quais outras lideranças podem se articular. Desse modo, na Argentina os indivíduos podem se identificar com Cristina Kirchner ou com o grupo multimídia Clarín, seu opositor declarado, por exemplo.

Segundo Ernesto Laclau, como elucidam Perez e Starnino (2021, p. 91), um conceito que deve ser ponderado junto com o de *identificação* é o de *demandas*, no sentido de um pedido dirigido a um Outro:

> A tipificação de cada coletivo identitário aparece, antes, nas demandas sustentadas dirigidas a um Outro. Ou seja, há um processo de identificação,

[64] Como apontam Pérez e Starnino (2021, p. 87), "Não é novidade a exploração eficaz de índices como "comunismo", "socialismo", "fascismo", "esquerda", "direita", "liberdade" ou "igualdade", a disputa política em torno deles, as colagens de significados produzidos e altamente exploradas pelas dinâmicas sociais de propagação, difusão, e construção de verdade, atualmente em redes sociais e afins, pela via da insaciável repetição e afirmação".

[65] A respeito da identificação, Freud traz os exemplos da identificação vertical dos soldados com o general e dos cristãos com a figura de Cristo, como protótipos ideais de líderes a serem seguidos, e da identificação horizontal a que existe entre os soldados e os crentes entre si (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 90).

[66] Por exemplo, a identificação não se produziria com a figura de Lula, senão como o "lulismo", nem com Néstor ou Cristina Kirchner senão com o "kirchnerismo".

> primeiro, no entorno contingente das demandas reivindicadas (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 92).

Por tal motivo, segundo Laclau, as identidades coletivas são construídas a partir de demandas insatisfeitas, organizando uma *cadeia de equivalências* que "acolheria diversos antagonismos internos ao próprio movimento político" organizado em torno delas (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 91-93).

Em resumo,

> as demandas proporcionam o arranjo contingencial, mutante, das identidades coletivas acarretando formações identitárias sempre em conflito político e oposição a outros grupos e coletivos, ou em oposição à própria superestrutura institucional (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 94).

As demandas, segundo assinala Perez (2021), podem estar relacionadas com a pretensão[67] de *obter algo* ou com a pretensão de não *perder algo*, por exemplo, um privilégio[68], como aconteceu na Argentina com as manifestações dos "setores do campo" contra os impostos em 2008 (que foram articuladas com outras demandas, como maior segurança pública etc.). No que tange aos privilégios, Pinheiro-Machado (2019, p. 71) explica que, no Brasil, existe uma "elite *sui generis* que, na teoria, defende o liberalismo, mas na prática age para defender privilégios".[69]

No primeiro dos casos, demandas no sentido de obter melhorias nos serviços públicos aconteceram no Brasil nas manifestações de 2014. Nessa oportunidade, como elucida Céli Regina Jardim Pinto (2019, p. 37-38), em 2014 as demandas, aparentemente fragmentadas "se organizavam em uma cadeia equivalente: moradia, trabalho ambulante, fim da exploração sexual

---

[67] Empregamos o termo "pretensão" no seu sentido jurídico, como a esperança de obter algo a que se acredita ter direito.

[68] Segundo Stanley (2019, p. 103), "a experiência de perder uma dignidade outrora inquestionável e estabelecida [...] é facilmente capturada por uma linguagem de vitimização" que deturpa e subverte as ações afirmativas desenvolvidas pelos estados para minimizar essa desigualdade. De acordo com essa concepção elitista, as ações afirmativas e os auxílios do estado aos desfavorecidos (em especial os planos sociais) são apresentados falsamente como dissociados do mérito individual e, por tal motivo, foram atacadas nas manifestações destituintes na Argentina e no Brasil, sob a forma de enunciados que expressavam a "autopercepção de serem vítimas" delas, e não os causadores dos motivos que lhes deram razão de ser.

[69] A autora (2019, p. 72), estabelece uma diferença entre a ideologia da elite brasileira e das classes altas dos países centrais: "Ao passo que a extrema direita [dos países centrais] geralmente vê seu povo como superior, e encarna o nacionalismo para tanto, o fascismo idiossincrático à brasileira não idolatra a si próprio, mas sim aqueles países que nos barram na imigração".

de crianças e mulheres" etc. E estavam polarizadas em dois grandes grupos: por um lado, grupos anti-PT, que associavam o Partido dos Trabalhadores a Cuba e contestavam os programas sociais do governo, em especial o Bolsa Família, por serem arrecadadores de votos para o partido, e que demandavam serviços públicos "padrão FIFA"[70]; por outro lado, estavam manifestantes que pertenciam a movimentos sociais e partidos de esquerda, em clara oposição aos grupos conservadores anti-PT, que também demandavam melhorias na saúde, na educação, moradia e mais respeito à população de rua, expulsa dos centros das cidades para evitar ser vistas pelos turistas estrangeiros (JARDIM PINTO, 2019, p 37-38).

Dessa forma, as demandas estão "na base de cada discurso identitário que se coletiviza", constituindo um elemento essencial das identidades coletivas (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 96), e se cristalizam em determinados tipos específicos de discursividades e práticas – pode ser um "nome", um "grupo", um "povo", um "ideal", etc.[71].

> Ancorando-se em significantes, a partir de cadeias equivalenciais, as demandas ganham o seu corpo de sustentação formando a identidade de coletivos, nos significantes encarnados; por exemplo: "Todos pela democracia" e "Contra o Fascismo" (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 98).

A propósito, cabe lembrar que os coletivos estão em pugna política com seus opositores em busca da hegemonia discursiva, que também é política. Se não houvesse disputa política teríamos, como apontam Perez e Starnino (2021, p 97), "homogenia e identidade absoluta [...] uma espécie de mitologia da sociedade reconciliada consigo mesma". E esse embate pela hegemonia se institui em termos discursivos uma vez que tudo é significado mediante um processo de articulação, fora do qual nada pode ser entendido ou reconhecido, em um campo

[70] As obras para a Copa do Mundo da Fifa de 2014, especialmente os estádios, não entusiasmaram a população e deixaram patentes as diferenças com os serviços prestados pelo estado para a população, como hospitais, escolas, estradas etc. Essa insatisfação personificou-se na figura de Dilma Rousseff e teve seu ponto máximo no dia 12 de junho, em ocasião da inauguração do evento esportivo no estádio Arena Corinthians, em São Paulo, quando a mandatária foi vaiada e xingada por setores da classe média alta com insultos sexistas ao ter seu nome anunciado, tornando-se um significante vazio "capaz de articular em uma cadeia de equivalência todos os conteúdos que significavam dispersamente os problemas do país" (JARDIM PINTO, 2019, p. 43-44).

[71] É ilustrativo como alguns coletivos assumem a insatisfação no próprio nome escolhido para se identificar, como "vítimas do...", ou o movimento "Indignados", na Espanha em 2011, ou os "Revoltados ON LINE" no Brasil, ou a consequente demanda, como "MPL Movimento Passe Livre" que demandava a gratuidade do transporte público, ou o Movimento Brasil Livre que pretendia "livrar" o Brasil do comunismo.

sobredeterminado no qual nenhuma identidade é fixa nem estável (LACLAU; MOUFFE, [1985] 2004).

Isso significa, necessariamente, começar pela desconstrução do próprio conceito saussureano de signo linguístico[72] e estabelecer que o significante não está fixado a nenhum significado[73], ele é a arena na qual acontecem os intentos de predomínio no campo da discursividade. Por conseguinte, para Laclau o significante é vazio e não pode ser redutível a um único significado ou sentido (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 99), ele deve ser construído por meio de uma cadeia articulatória.

Como explica Ernesto Laclau (2005), o significante vazio, além das funções de articulador e atribuição performática, não tem a função referencial e sim de condensador de sentidos em um campo antagônico; representa a cadeia equivalencial e demarca suas fronteiras. A emergência no discurso, como aponta Laclau (2005), é dependente da história e do contexto:

> Si aceptamos el carácter incompleto de toda formación discursiva y, al mismo tiempo significantes privilegiados que condensan en torno de sí mismos la significación de todo un campo antagónico (el 'régimen', la 'oligarquía', los 'grupos dominante', etcétera, para el enemigo; el 'pueblo', la 'nación', la 'mayoría silenciosa', etcétera, para los oprimidos - cuáles de estos significantes van a adquirir este rol articulador va a depender, obviamente, de una historia contextual-) (LACLAU; 2005, p. 114).

Em outras palavras, o *significante vazio* carece de fundamento lógico ou referencial, ele está ancorado num processo discursivo que é, ao mesmo tempo, afetivo e performativo, uma vez que tenta inaugurar novos sentidos ou contribuir para a fixação de sentidos privilegiados (ato ilocucionário). Se exitoso, dependendo do contexto histórico-cultural e político, se tornará senso comum para algum setor da sociedade (efeito perlocucionário). O senso comum se constrói e se sustenta mediante argumentos de aceitação generalizada e público conhecimento, que contribuem

[72] O conceito de *signo linguístico*, introduzido no início do século XX por Ferdinand Saussure, forma um sistema no qual "todo objeto linguístico tem dois aspectos, ou facetas: uma forma linguística – chamada por Saussure de *significat*, isto é, *significador* - e um sentido - o *signifié*, ou *coisa significada*". Dessa forma, a palavra *cachorro*, por exemplo, está composta por seis fonemas destituídos de sentido, e também um significado particular que remete a um tipo específico de mamífero. Juntos formam um só e único signo (TRASK, 2011, p. 266).

[73] Charaudeau aponta que, apesar de existir um sentido regularmente estável nas palavras, "não há signo na língua – no sentido de oposição língua-fala - [...] o signo existe somente no discurso (discurso no sentido de: totalidade de um ato de linguagem particular)".

ativamente a esquematizar ideias e conceitos que o sujeito internaliza e manifesta, em nível discursivo, em forma de temas recorrentes. Cada indivíduo assume o pensamento geral por contágio do público, muitas vezes de forma acrítica, inconsciente da influência persuasiva de que sofre.

Mas tal processo de construção de sentido não é *ex nihilo*, acontece em um contexto de sedimentação que motiva parcialmente a nomeação uma vez que se vale de elementos estabilizados, ou seja, dos mitos, da tradição, de outros discursos anteriores etc. que são reativados (LACLAU, 2005).

Tal busca pela fixação de sentido evidencia o embate entre diferentes projetos ou vontades, num território discursivo marcado pela disputa hegemônica, o que propicia o surgimento de alternativas pela "pressão de projetos hegemônicos rivais" (LACLAU, 2005, p. 164). Por isso todo sentido tem natureza precária e instável e se encontra em pugna constante contra essa precariedade mediante elementos discursivos privilegiados que fixam parcialmente o sentido da cadeia significante.

A disputa entre forças políticas, como aponta Jardim Pinto (2019, p 22), é um momento privilegiado na disputa discursiva mediante a construção de cadeias de equivalência. A autora explica que, em 1983, a campanha "Diretas Já" constituiu um significante vazio que articulou um conjunto de sentidos como "fim da corrupção, fim da inflação, fim do desemprego, respeito pelos direitos humanos" etc.

Podemos dizer que, na Argentina, aconteceu um fenômeno semelhante em 1982 com o significante "Abajo la dictadura"[74], principalmente a partir do fim, após a derrota da batalha das Malvinas em 14 de junho, da "veda política"[75] imposta pela ditadura militar em 24 de março de 1976. Sob tal significante se sintetizavam anseios de normalização institucional, respeito pelos direitos humanos –em especial castigo aos culpados pelo desaparecimento forçado de pessoas -

[74] Em 30 de março de 1882, em Buenos Aires, a Confederação Geral do Trabalho CGT Brasil (dirigida pelo sindicalista Saúl Ubaldini e localizada na Av. Brasil, daí seu codinome) se manifestou na Praça de Mayo sob as demandas "Paz, pan y trabajo" e outra mais política: "Abajo la dictadura", no entendimento que a primeira não poderia ser alcançada sem a segunda.

[75] "Veda política" refere ao conjunto de restrições que o *Proceso de Reorganización Nacional* que tomara o poder mediante um golpe cívico-militar em 1976, impuseram à sociedade argentina. O presidente Bignone deixou sem efeito essas restrições em 17 de julho de 1882, com o qual a vida política, sindical e social foi se normalizando institucionalmente na Argentina.

fim da crise econômica gerada pelos planos liberalizantes da ditadura, fim da perseguição aos sindicalistas e artistas etc.

Em suma, podemos ver como significantes vazios, como “Abajo la dictadura” e “Diretas Já” cujo sentido está dado pela própria articulação discursiva, condensaram uma série de demandas sociais, relativamente determinadas, no sentido de pedir a outrem cessar em uma atividade, no caso, do exercício do poder já que provocava uma grande insatisfação. E, horizontalmente, significou a identificação de indivíduos ao redor dessas demandas que a esperança da instauração de um regime democrático significou naquele contexto sócio-histórico.

Uma disputa semelhante principiou na Argentina em 2012 e no Brasil em 2015 quando começaram a se produzir manifestações “espontâneas” nos espaços públicos, conhecidas como “cacerolazos” e ”panelaços”. Como nos movimentos anteriores, nessas manifestações também demandavam uma mudança de governo, a diferença se baseia em que nessa ocasião tratava-se de presidentas legítimas eleitas pelo voto popular, não de governos cuja legitimidade era questionável. Por isso que as chamaremos “manifestações destituintes”[76].

Apesar de tratar-se de fenômenos sociais acontecidos em países com diferenças socioculturais significativas e, embora próximos no tempo, não foram eventos contemporâneos, podemos encontrar algumas semelhanças entre eles. A primeira delas é que foram articulados mediante significantes vazios que guardam certo paralelismo: “Fora Dilma” e “Tchau querida”, no Brasil, para exigir o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, e “Fuera Yegua”, “Fuera Cristina”, “Fuera CFK” etc.

Assim, em torno desses significantes, foi se articulando uma identificação horizontal, com a ajuda dos conglomerados de comunicação e a ubiquidade das redes sociais, mediante a configuração de um discurso, cacofônico e repetitivo (TIBURI, 2015) que diuturnamente aumentava os problemas sociais (economia, segurança, serviços públicos etc.), muitas vezes crônicos em América Latina, enquanto ignorava ou minimizava os logros governamentais. Tal repetição das insatisfações, reivindicações e demandas, “é condição de possibilidade para que haja operações e conversões de algo da ordem da nomeação e reconhecimento identitário” (PEREZ; STARNINO, 2021).

[76] Empregamos o termo “destituinte” no sentido de “expulsar a alguien del cargo que ocupa” (dicionário on-line da Real Academia Espanhola) e “privar de função, autoridade ou dignidade” (CARVALHO, 1968, p. 387).

Como explica Céli Regina Jardim Pinto (2019, p. 48), no Brasil o discurso destituinte "se articulou em uma forte cadeia de equivalência" organizada em três elos: "Dilma-PT-corrupção" que antagonizavam com o Brasil "representado pelos manifestantes vestidos de amarelo". O mesmo processo tinha acontecido na Argentina com a tríade de significantes "Cristina-kirchnerismo-corrupção" como eixo do mal, denunciado e combatido nas redes e nas ruas por manifestantes. A essa cadeia de equivalência poderíamos acrescentar mais significantes, entre os quais destacamos três: "comunismo"; "ditadura" ou, quanto menos, "falta de liberdade"; e a "promoção da desunião" social, articulado em diversos significantes.

Assim, tais significantes, que davam sentido às insatisfações nessa articulação discursiva, começaram a ecoar em um setor das classes médias das sociedades argentina e brasileira que, desde diferentes polos do arco ideológico[77], identificaram-se com a "ideia-força" de que o derrocamento das então mandatárias seria uma condição *sine qua non* para haver satisfação a suas demandas, quaisquer que elas fossem. E que esse feito só poderia ser conseguido com o povo nas ruas.

Dessa maneira, conformam-se as oposições dos coletivos identitários por meio à configuração dos "antagonismos e as relações de mútuo reconhecimento" (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 98), ou seja, "nós", os honestos, patriotas, trabalhadores etc. que "tomamos as ruas" x "eles", os corruptos ou coniventes com ela, os "vagabundos" etc.

Outra característica em comum é o alto grau de investimento emocional e agressividade no ataque à imagem das ex-mandatárias, uma descortesia que beirava à violência simbólica, quando não a configurava. Além de corruptas, Cristina era, simultaneamente, a "égua", a "puta", a "montonera"[78], a "tirana" etc. e Dilma, por sua vez, "ditadora", "subversiva" etc. Tal sentimento de rechaço e ódio explícito pode ter sua explicação, como aponta Perez (2021), no fato de que *relação equivalencial* entre as demandas mobiliza afetos de ódio, ressentimentos, ameaças, uma vez que se origina na insatisfação que motiva as demandas. Tal insatisfação, por

[77] Na Argentina, assistiram às manifestações destituintes setores de extrema direita (até neonazistas) e de extrema esquerda; no Brasil compartilharam o espaço público monarquistas, militaristas, igrejas neopentecostais, integralistas e neonazistas, entre outros.

[78] *Montoneros* foi uma organização guerrilheira com atuação na década de ´70 e princípios dos anos ´80. Cristina era acusada de ter militado nela, apesar de nunca ter participado. O contraditório de tal acusação, é que quem sim participara ativamente de "Montoneros", sob o codinome "Carolina Serrano", era a deputada Patricia Bullrich, uma das "caras visíveis" por trás das manifestações destituintes. Para mais informações, ver "La conversión de la piba", disponível em < http://revistaanfibia.com/cronica/la-conversion-de-la-piba/>.

sua vez, provoca exclusão e desejo de destruição daquilo que se pensa o objeto de insatisfação (PEREZ, 2021).

Quadro 1: Desejo tanático: Cristina, Dilma e Lula enforcados

Fonte: Rede social Twitter.

O desejo de morte, certamente, extrema e condensa todos os sentidos do ódio, tema que trataremos em seguida.

1.3 “OUTREDADE” E DISCURSO DE ÓDIO

"Os factos não se apresentam sob o mesmo prisma a quem ama e a quem odeia, nem são iguais para o homem que está indignado ou para o calmo, mas, ou são completamente diferentes ou diferem segundo critérios de grandeza."

Aristóteles

1.3.1 Da construção da “outredade” ao discurso de ódio

Carthago delenda est (Cartago deve ser destruída) era a fórmula com a qual Catão “o Velho” finalizava seus discursos no Senado romano nos últimos anos das Guerras Púnicas, por volta do ano 150 a.C, falado contra seus arqui-inimigos. Nela podemos encontrar o ódio e o desejo de aniquilamento do povo e cultura cartaginenses e o orgulho crescente na plateia romana ao ouvir tais palavras. Ao longo da história, encontramos não só discursos, senão também verdadeiras ações de aniquilamento do “inimigo”[79], sem, de fato, o tema do ódio ter despertado interesse nas ciências humanas até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Foi na última década, como aponta Kiffer (2019, p. 13), que o ódio adquiriu uma nova centralidade, na esteira de uma “nova onda conservadora”, com um desejo de exterminar vidas, com um crescimento avassalador da extrema-direita em boa parte do mundo e “uma necropolítica que avulta e se institui no lugar do que antes críamos ser o pacto civilizatório”. No Brasil, como aponta Schwarcz (2019, p. 25-26), “também andamos “surfando” numa maré conservadora” mediante a

> demonização das questões de gênero, o ataque às minorias sociais, a descrença nas instituições e partidos, a conformação de dualidades como “nós” (os justos) e “eles” (os corruptos), a investida contra intelectuais e imprensa, a justificativa da ordem e da violência, seja ela produto do regime que for, o ataque à Constituição e, finalmente, o apego a uma história mítica, fazem parte de uma

[79] Algumas foram ações individuais, como a execução do líder José Gabriel Condorcanqui Noguera, que passaria à história com o nome de Túpac Amaru, por revelar-se contra a exploração das populações indígenas no Vice-reino do Peru, em 1781 (PIGNA, 2020, p. 85-88), outras foram ações contra populações inteiras, como aconteceu na massacre na Primeira Cruzada, em julho 1099 em Jerusalém, por parte dos Cruzados (https://www.abc.es/cultura/abci-primera-cruzada-descubren-evidencias-feroz-asedio-contra-musulmanes-conquista-jerusalen-201907240124_noticia.html).

> narrativa de mais longo curso, a qual, no entanto, têm grande impacto no nosso contexto nacional e contemporâneo.

"Manifestações de racismo, violência patriarcal e sexista e um classicismo ainda mais raivoso" nos permitem, segundo Kiffer (2019, p. 13), falar de formas contemporâneas do ódio, com novos movimentos e modos de ação e organização em volta de um discurso pretensamente normalizador.

Como costumeiramente acontece nas ciências sociais com diversos termos, é muito difícil chegarmos a uma definição que seja aceita universalmente acerca do significado de "discurso do ódio" (WEBER, 2009).

Desde o campo jurídico[80], há uma grande inclinação a considerar o discurso de ódio (*hate speech*) como uma manifestação discriminadora, ou que incita à discriminação, contra determinados sujeitos de direito e grupos em condições de vulnerabilidade - minorias étnicas, raciais etc.-, realizada por grupos dominantes. Tais manifestações estariam em contradição com a liberdade de expressão, ou constituiriam um abuso dela. Assim, desde o ponto de vista normativo,

> pode-se dizer que o discurso do ódio consiste na manifestação de ideias intolerantes, preconceituosas e discriminatórias contra indivíduos ou grupos vulneráveis, com a intenção de ofender-lhes a dignidade e incitar o ódio em razão dos seguintes critérios: idade, sexo, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idioma, religião, identidade cultural, opinião política ou de outra natureza, origem social, posição socioeconômica, nível educacional, condição de migrante, refugiado, repatriado, apátrida ou deslocado interno, deficiência, característica genética, estado de saúde física ou mental, inclusive infectocontagioso, e condição psíquica incapacitante, ou qualquer outra condição (SCHÄFER; COGO LEIVA; DOS SANTOS, 2015, p 149-150).

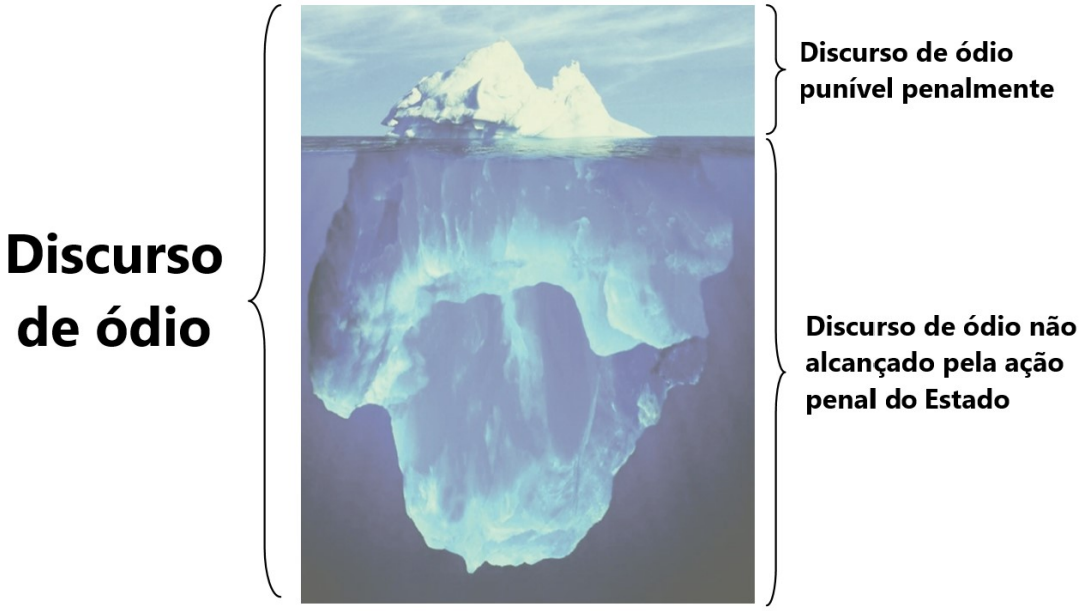
Desse modo, há o embate entre o direito constitucional de expressão e a atividade punitiva do estado, a qual é de interpretação restritiva por princípios também constitucionais. Quando se pensa na aplicação das penas, devemos alargar o conceito para outros efeitos que a

[80] Devemos destacar que não existe uma definição legal de discurso de ódio que seja internacionalmente aceita e sua caracterização é polêmica e objeto de disputa. Porém, como lembra Castro Rocha (2021), o "recrudescimento atual do *hate speech* e, especialmente, das consequências físicas da violência simbólica, levou a Organização das Nações Unidas a lançar um documento" denominado "Estratégia e plano de ação sobre o discurso de ódio" <https://news.un.org/pt/story/2019/06/1676791>.

atividade penal persegue. Nesse sentido, além do "castigo" pela conduta social e juridicamente reprovável, há o efeito "de ampliar o poder político dos pobres, colocando-os num plano de maior equidade perante os ricos e dando-lhes uma oportunidade justa para promover seus interesses e adotar medidas que melhorem sua posição econômica" que a proibição do discurso de ódio, e a consequente persecução criminal podem significar (FISS, 1996, p. 21).

Todavia, como o próprio Fiss (1996, p. 20) lembra, o discurso de ódio está regulamentado pelo Estado com base na teoria que sustenta que tais expressões aviltam o valor daqueles a quem estão dirigidas e dos grupos sociais aos quais pertencem. Portanto, embora sejam fundamentais na hora de decidir acerca da possibilidade da existência de delito de ódio, tais conceitos demonstram-se insuficientes para analisar o tema do discurso de ódio quando não há quebrantamento de preceitos penais de forma "evidente" ao ponto de pôr em funcionamento o sistema repressivo estatal. A respeito dessa questão, Castro Rocha (2021) distingue *retórica do discurso de ódio* e *discurso de ódio*: "enquanto aquela é objetiva em seus procedimentos, este muitas vezes depende de reações subjetivas para sua determinação". Embora tal distinção seja gráfica e ilustrativa, nesta pesquisa usaremos a expressão *discurso de ódio,* seguindo a literatura na matéria, com a observação de que nos estamos referindo a um conceito complexo integrado pelas práticas puníveis penalmente, que configuram apenas a parte visível do *iceberg,* e, também, àquelas que o direito penal não contempla*,* como ilustra a figura:

Figura 4: Discurso de ódio e direito penal



Fonte: Elaboração própria.

Em consequência, na necessidade de termos um conceito suficiente para dar conta deste trabalho, tampouco trataremos do ódio individual, abordado pela psicologia, senão da manifestação social do mesmo. Para isso, partiremos da construção social da "outredade", ou "outreidade"[81], como pressuposto necessário para a construção do discurso de ódio.

Caracterizamos tal construção, seguindo a Reguillo (2013), como uma prática social de construção "do outro" que se faz exacerbando a atribuição das diferenças intersubjetivas, de vários tipos, por mecanismos tais como aumentar as características negativas desse "outro", salientar desmedidamente as positivas do "eu", ou uma combinação de ambas, que resulta em uma posição subalterna desse "outro" assim construído em relação ao indivíduo ou grupo que enuncia. Dita construção não só naturaliza a diferença como, no caso do ódio, faz desse "outro" um inimigo que ameaça, real ou potencialmente, a existência do "eu normalizador" do grupo. Como aponta Reguillo (2013), localizam "o diferente" nas antípodas da sociedade normalizada,

[81] Preferimos o termo "outredade" (ou "outreidade") ao invés de "alteridade", porque este último se encontra estabilizado no "princípio de alteridade", dentro da filosofia para se referir à relação fundada sobre a diferença *eu - não eu*, que é o outro; e na análise do discurso, na relação interacional entre o *eu* enunciador e o *tu* interpretante (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 34, 35). Além disso, "outredade" faz referência a uma relação de construção infamante que faz o *eu* que procura o maior distanciamento possível do *outro*, enquanto a construção da "alteridade" propõe, desde a Epistemologia do Sul, exatamente o contrário: uma aproximação a esse *outro*, uma convivência e coexistência com esse *outro*, um entendimento de que, de alguma maneira, "todos somos *outros*" (DE SOUSA SANTOS, 2010).

disciplinada e medicalizada que se esforça para resistir às contaminações de um mundo "outro" que ameaça questionar seu sistema de *doxas* constitutivo.

> O Outro (oposto ao coletivo identitário em questão) é sempre o "comunista", "o resto", "o judeu", "o populista", o causador de todos os males, aquele que precisa ser descartado, odiado para o "bem de todos"; é sempre o Outro (aquele que não tem o traço positivado da marca da identidade) que atrapalharia a construção de uma "sociedade unificada" sem diferenças de grupos nem antagonismos irreconciliáveis (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 88)

Dessa forma, a construção da "outredade" passa a ser um elemento constitutivo do "eu" do enunciador ou do grupo ao qual ele pertence ou ao qual ele, em maior ou menor medida, adere. Tal diferença, assim criada, é situada e relacional, ou seja, responde ao *que* e *agora* deve servir para infamar "o outro": xenofobia, misoginia, LGBTIfobia etc[82]. Mas também, tais estigmatizações podem se sustentar em motivos políticos, ou estarem perpassados de alguma maneira por eles. Como ponderam Barillaro e La Greca (2011, p. 232), o "outro", na linguagem política, se constrói segundo os contextos na medida em que possa questionar o poder hegemônico, portanto, as formas de identificá-lo se relacionam diretamente com o período uma vez que os termos são polissêmicos e, em consequência, históricos.

Especificamente falando do ódio, devemos começar reconhecendo a impossibilidade da completude deste trabalho, uma vez que trataremos das manifestações do discurso de ódio só desde o ponto de vista de quem enuncia, de quem odeia, e ficarão fora da análise aqueles que são alcançados ou "configurados" pelo discurso dos odiadores[83].

Quando dizemos configurados pelo ódio, estamos com Ahmed (2015, p.99) que aponta

> O ódio cumpre duas funções ao mesmo tempo: cria vínculos negativos com "os outros" e vínculos positivos com aqueles com quem, real ou imaginariamente, se

[82] Na Argentina, por exemplo, com continuidades e ressignificações, o ideal republicano da diversidade, da confrontação, do debate de ideias foi cedendo espaço ao discurso amigo-inimigo que na última Ditadura (1976-1983) encontrou "sua mais feroz expressão" no sentido da ideia do Outro radical, "o inimigo visto como uma bactéria que infecta e que tem que ser destruída" (BARILLARO; LA GRECA, 2011, p. 234).

[83] Como explica Ahmed (2015, p. 99), o "outro" odiado é configurado na própria prática de ódio realizada pelo odiador. Até então, ele pode não ter adquirido consciência de ser um sujeito que pertence a um determinado grupo capaz de "provocar" tal ódio em outrem até não experimentá-lo. Em outras palavras, "o corpo odiado torna-se odiado não só para quem odeia", mas também para o próprio sujeito odiado. Desse modo, tomando como exemplo o racismo, o "encontro de ódio alinha não só o 'eu' com o 'nós' (o corpo branco, a nação branca), senão também o 'tu' com o 'eles' (o corpo preto, o povo preto)" (AHMED, 2015 p. 93).

> configuram como "os iguais", o "nós", depositário de sentimentos de amor [...] "*puesto que amamos, odiamos y ese odio es lo que nos une"* (AHMED, 2015, p.79).

Mas esse "nós" pode ser uma fantasia que surge devido à mobilização do ódio como um forte vínculo passional estreitamente conectado com o amor (por exemplo, amor à pátria, à honestidade, à cultura do trabalho etc.), sentimento "nobre" que esse "outro" ameaça e que faz que o odiador assuma uma posição de vítima perante "*a invasão dos outros",* que pode traduzir-se, como veremos no nosso *corpus*, em sensação de perda (de empregos, de liberdade, de dinheiro, de lugares sociais etc.) (AHMED, 2015, p79), de "injustiça" ("as cotas atentam contra o princípio de igualdade perante a lei", "vivem sem fazer nada graças aos meus impostos" etc.), e até de deslegitimação da sua cidadania ("são comprados com bolsas", "não se informam" etc.), entre outros.

Por essa razão, é muito importante destacar que o ódio não reside em um sujeito ou objeto determinado. Ao contrário da raiva que se concentra no âmbito pessoal, o ódio é global e inclui todas as suas ações. Aristóteles (2000), na *Retórica*, propõe a distinção entre ira e ódio. Em relação à primeira, ela se concentra no âmbito pessoal do sujeito alvo da ira; em suas palavras "forçoso é que o iracundo se volte sempre contra um determinado indivíduo, por exemplo, contra Cleón, mas não contra o homem em geral"[84] Já o ódio, por ser global e incluir todas as suas ações, precisa que a pessoa objeto de ódio deixe de existir para satisfazer a vontade de quem odeia (ARISTÓTELES, 2000 p. 29), simplesmente porque tudo relacionado a essa pessoa é visto sob uma luz negativa. O "outro" é percebido (ou imaginado) como um inimigo irredutível. Esse "outro" assume assim o *caráter do negativo* mediante a construção realizada por quem odeia que, desse modo, instaura as categorias de sujeito odiado e, ao mesmo tempo, de sujeito odiador (AHMED, 2015, p 77).

Muitas vezes, como veremos no *corpus*, o discurso de ódio serve para auto-vitimizar o "sujeito-odiante" mediante a acusação, direta ou velada, de que todos os males de que ele padece são consequência da existência desse "outro" ou de seus "privilégios", que considera insuportáveis, portanto, a sua existência é um obstáculo insuperável para a existência do "nós".

[84] Segundo Aristóteles (2000, p. 29), "o ódio abrange toda uma classe de pessoas: toda a gente odeia o ladrão e o sicofanta".

Dessa forma, o investimento emocional que supõe o ódio, exacerba a diferença e modifica a dicotomia ideológica apontada por Van Dijk "*nós* **x** *eles*" instaurando uma crença-convicção, ainda muito mais potente, que a supera em número e grau: a **impossibilidade de coexistir** com esse "outro", que se expressa na fórmula "***ou** nós, **ou** eles*"[85].

Tabela 2: Polarização antinômica "nós – eles" e discurso de ódio

Polarização ideológica	**"nós" versus "eles"**	Tensão na Coexistência
Exacerbação da polarização por meio do ódio	**"ou 'nós', ou 'eles'"**	Impossibilidade da coexistência

Fonte: Blanco; Blanco (2020)

Amossy (2016), quando trata do discurso polêmico aponta três procedimentos pelos quais é constituído: a dicotomização, a polarização e o descrédito para com o "outro". Com o primeiro se estabelece uma relação de "exclusão" dos integrantes da polarização devido à radicalização do debate. Como aponta a autora (2016, p. 28), "a retórica da polarização consiste em estabelecer campos inimigos".

Os três procedimentos apontados por Amossy (2016) no discurso polêmico, também estão presentes no discurso de ódio. Entretanto, diferentemente do discurso explicado pela autora, que pode estar acompanhado de paixão e violência verbal - com frequência, mas não obrigatoriamente - (AMOSSY, 2016, p. 27), esses elementos, ou pelo menos um deles, são os que constituem o discurso de ódio. Por isso quem odeia, chega a perceber a existência do outro, ou do grupo de pertença desse outro, como uma ameaça a si ou a seu grupo, e deseja sua não existência, sua nulificação ou aniquilamento real ou simbólico.

Ainda na mesma seara, Jean Wyllys, no prefácio ao livro de Márcia Tiburi (2015), pondera que a virada à direita de setores da sociedade que vêm afetando a política nos últimos dez anos "costuma prescrever a eliminação simbólica e/ou física dos 'inimigos' que constrói como forma de se 'justificar'". Por sua vez, segundo Castro Rocha (2021), trata-se de um procedimento, que denomina "desqualificação nulificadora", que reduz o adversário ideológico a

[85] Como explica Charaudeau (2018, p. 17), "todo ato de linguagem emana de um sujeito que apenas pode definir-se em relação ao outro" uma vez que sem a existência desse outro o sujeito não pode ter consciência de si. Se nessa relação, seguindo o pensamento de autor, o sujeito tenta que o outro "pense, diga ou aja" segundo sua intenção, no discurso de ódio não há tal intenção, ele somente deseja sua "não existência".

um “outro” tão absoluto que “ele passa a se confundir com um puro nada, um ninguém de lugar nenhum”. Segundo avalia o autor, “o efeito é assustador porque autoriza a completa desumanização de todo aquele que não seja espelho” das próprias convicções do enunciador. Dessa forma, simbolicamente se despoja de humanidade aos “outros” (os “negros”, os “vagabundos”, os “veados”, as “feminazis” no Brasil; os “cabecitas negras”, os “planeros”[86] etc. na Argentina) mediante uma série aberta e potencialmente infinita de significantes, na qual o ódio se comporta como um “demarcador do propriamente humano a partir dessa desagregação de ‘outros’” (GIORGI, 2019, p.100).

Dessa forma, estamos em condições de estabelecer algumas distinções com para melhor entender as características do discurso de ódio:

Tabela 3: Diferenciação dos discursos polarizador, polêmico e de ódio

	Caracterização	Procedimentos	Observações
Discurso polarizador	**Tensão da coexistência**	Quadrado ideológico.	
Discurso polêmico	**Exclusão do “outro”**	Dicotomização, polarização e desacreditação.	Pode haver paixão e violência verbal
Discurso de ódio	**Eliminação ou nulificação do “outro”**	Construção (e propagação) da “outredade”.	Sempre há afeto de ódio, ainda em enunciados “lúdicos”.

Fonte: Elaboração própria

Segundo a psicanalista Nora Merlin (2019), ninguém diz “eu sou um odiador”, porque existe em psicanálise um mecanismo chamado formação reativa que opera psiquicamente com a pulsão e transforma o ódio no contrário. A esse respeito, reproduzimos o depoimento de uma participante da manifestação na cidade de Buenos Aires dado a uma jornalista mexicana radicada em Argentina, Cecilia Fernández (2012), que retratava o evento:

> Una pareja que rondara los 50 años sostiene una manta que demanda: **“No al odio que crearon los K”**. Los saludo. Les pregunto a qué se refieren.

[86] “Planeros” são as pessoas que recebem qualquer tipo de auxílio econômico por parte do estado em virtude da sua condição social precária. O adjetivo é uma derivação de “Planes Sociales”. Podemos estabelecer uma equivalência em português com “bolsista”. Contudo, devemos ressaltar que, quando o auxílio é recebido por alguém sem estar em situação de precarizado (como acontece com os parlamentares, juízes etc.), já não se aplica esses adjetivos pejorativos.

> - *Me gustaría que Cristina se muriera*—, me dice la señora.
>
> - *Eso es muy fuerte, parece que usted también tiene mucho odio.*
>
> - *Sí, la odio, no la soporto.*
>
> No estoy segura de que algunas personas se escuchen a sí mismas cuando hablan.
>
> - *Ellos fomentaron el odio y lo consiguieron* —continúa. - *Nadie los quiere. La gente está harta de Cristina. Se tiene que ir. Que se vaya con Néstor, así no lo llora tanto.*
>
> La señora habla de corrido, casi ni respira. Ya que me habla de respeto, le señalo entonces a uno de sus compañeros de manifestación que armó una cartulina polémica, por decir lo menos. **"Cristina, no contengas los pedos porque se te suben al cerebro. De ahí te salen las ideas de mierda"**. El mensaje es exitoso. El hombre es rodeado por fans que se ríen, lo felicitan por su ingenio y se sacan fotos con él.

Dessa forma quem odeia, ao invés de assumir esse afeto, se considera, por exemplo, "o mais republicano" e, por isso, acha que tem o dever de "fazer limpeza" e tirar do governo os militantes, os kirchneristas, os chavistas, os castristas, os populistas etc.[87]. Outras vezes, essa atividade discursiva é dirigida contra seus representantes *visíveis,* os quais são desumanizados assemelhando-os a animais: desse modo Dilma é uma "anta", Lula um "molusco" (CASTRO ROCHA, 2021) ou um "sapo barbudo", e Cristina uma "égua", "cerda" e "guanaca":

Quadro 2: Caracterizações dos ex-presidentes como animais

Dilma Rousseff	Luiz Ignácio Lula Da Silva	Cristina Kirchner
Fonte: www.contraovento.com.br	**Fonte: Rede social Facebook**	**diariopregon.blogspot.com**

[87] Merlin se refere a discursos na Argentina, mas poderíamos apontar alguns "outros" do contexto sociopolítico brasileiro como os comunistas, os vagabundos etc.

Enquanto a construção visual, os três *memes* seguem a mesma lógica, simples e direta, de "colar" as cabeças dos alvos das desqualificações aos corpos de animais: no caso de Dilma Rousseff a um mamífero que, no imaginário social brasileiro, representa falta de inteligência e até a estupidez[88]; no caso de Lula da Silva a um batráquio, associado à sensação de repugnância; e Cristina Kirchner a uma égua, animal que serve para denominar às mulheres de má índole[89].

No primeiro dos *memes*, podemos ver recursos verbais que reforçam associação ao animal mediante o destaque nas letras "ANTA" em vermelho e caixa alta, que finalizam a palavra e, ao mesmo tempo, atualiza de forma desqualificadora a demanda da ex-presidenta de ser chamada "presidentA" ao invés de presidentE. Nesse sentido, o meme passa a ideia da suposta tolice de Dilma Rousseff por pretender ser chamada assim, trocando não só o "e" final pelo "a" mas também a vogal "e" anterior: "presidEntE" → "presidAntA".

Um detalhe interessante: nos casos de Lula e de Cristina não foi suficiente apresentá-los como animais e foram acrescentados outros elementos, como a bebida, em ambos *memes*, e de medicamentos de uso psiquiátrico no caso da ex-mandatária argentina. No *meme* de Lula ainda há mais elementos que completam a sequência que conforma o sentido discursivo infamante para esse setor da polarização: pisar na Constituição Federal, usar um chapéu com a sigla e emblema do Partido dos Trabalhadores (PT); fumar charutos cubanos[90] e ter uma tatuagem no braço do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Mas, além do meme, no caso da ex-mandatária argentina, o qualificativo "yegua" logo começou a ser acrescendo a outros mais, como "Puta, yegua y montonera", talvez porque "yegua" também seja empregado, no Río de La Plata, como sinônimo de mulher "sensual e exuberante"[91]. Podemos ver isso no cartaz de uma das manifestantes nas manifestações

---

[88] Segundo definição do dicionário Michaelis, anta significa, coloquialmente: "Pessoa pouco inteligente que não capta ou entende as coisas facilmente; burro, ignorante, tolo." Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/anta>. Acesso em: 18/11/2020.

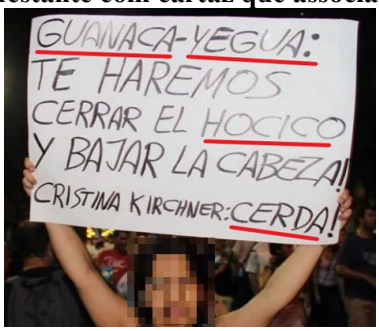
[89] O dicionário da Real Academia Espanhola diz que em Cuba e Uruguai *yegua* é um adjetivo depreciativo coloquial: "Mujer grosera". Não entendemos o porquê dessa limitação geográfica dado que esse uso é bem mais estendido na América do Sul. Disponível em: <https://dle.rae.es/yegua>. Acesso em: 18/11/2020.

[90] Os charutos cubanos são símbolo de poder aquisitivo e econômico, contudo, no contexto da polarização ideológica, remetem à amizade do ex presidente (e da esquerda em geral) com o governo cubano, e a acusação de favorecer o "regime comunista" da ilha em detrimento das necessidades dos brasileiros, que ativa a ideia-força do lema "Vai pra Cuba", bradado nas manifestações destituintes no Brasil.

[91] Disponível em: <https://www.lexico.com/es/definicion/yegua>. Acesso em: 18/11/2020.

destituintes, que estende a comparação a outros animais que se associam a características negativas, como o *cerdo* (em português porco); *guanaca* (camelídeo sul-americano que cuspe para se defender), e ao "hocico" (focinho em português) próprio de certos animais:

Figura 3: Manifestante com cartaz que associa CFK a animais



Fonte: Perfil.com

Tal prática chega ao ponto máximo quando os enunciados expressam, literalmente, o desejo de não-existência desse "outro", um desejo tanático que impossibilita toda compreensão da diversidade, da reflexão e do diálogo[92], como podemos ver nas imagens abaixo nas quais se anseia a morte, representada simbolicamente com ataúdes, de Cristina Fernández de Kirchner (CFK) em uma manifestação em Buenos Aires[93], e do Partido dos Trabalhadores (PT) na manifestação do dia 12 de abril de 2015 na Praça Liberdade, em Belo Horizonte.

[92] Segundo Aristóteles (2000, p. 29), "O homem irado [...] deseja que aquele contra quem está irado sofra por sua vez; que deixe de existir aquele a quem odeia".

[93] Nas eleições de 1983, que marcaram o retorno à democracia após a ditadura militar de 1976-1983, o candidato a governador da província de Buenos Aires Herminio Iglesias, o mais importante distrito eleitoral argentino, queimou um ataúde com a inscrição do principal rival, a Unión Cívica Radical (UCR), em 28 de outubro, no último ato de campanha. A atitude do candidato, que liderava a intenção de votos, foi duramente questionada até por seus partidários, e o partido justicialista perdeu as eleições, dois dias depois, tanto para presidente (UCR 51,75% - PJ 40,16%) quanto para governador bonaerense (UCR 51,98% - PJ 39,73%). Achamos muito importante destacar essa diferença entre as percepções sociais acerca do que é "socialmente permitido" uma vez que, no contexto do discurso de ódio, naturalizam-se práticas discursivas antes repudiadas. Fonte: Diario *La Nación*. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/sociedad/herminio-iglesias-el-caudillo-que-quemo-en-un-cajon-las-esperanzas-electorales-del-peronismo-nid15022021/>. Acesso em: 17/11/2019.

Quadro 3: Desejo tanático: Caixões representando morte de CFK e do PT

Fonte: www.diarioregistrado.com	**Fonte: https://noticias.uol.com.br/**

Desse modo, o discurso de ódio radicaliza as práticas discursivas no que podemos chamar "efeito vale-tudo" que não só naturaliza o que antes era repudiado, como que habilita novas enunciações cada vez mais violentas simbolicamente.

Márcia Tiburi (2015), dentro da sua concepção política que distingue "pensamento autoritário[94] x paradigma de pensamento democrático", explica que "o "sujeito autoritário" pensa (ou "des-pensa") a partir de falas prontas que ele toma como suas, mas que são introjetadas". Dessa forma, como explica a autora, "o sujeito autoritário 'pergunta' e 'responde' a si mesmo a partir de um ponto de vista previamente organizado no qual, a cada momento, o outro precisa ser descartado". Para esse enunciador, seus pensamentos são "verdades teológicas que somente ele detém" e exibe com orgulho.

Tais "verdades", expressas mediante o ódio, ou foram procuradas por determinados atores políticos ou, quanto menos, são funcionais a eles ou a projetos de poder que eles defendem ou representam. Por tal motivo se faz necessário nos deter tanto nas suas características como sua (re)produção social.

[94] Como pondera Tiburi (2015), o autoritarismo é "mais do que uma postura, ele é essencialmente um regime de pensamento. Uma operação mental que, em sentido amplo, se torna paradigmática agindo sobre a ciência, a cultura e o senso comum".

1.3.2 Características do discurso de ódio

Como explica Ahmed (2015), dentro da narrativa do ódio, ele não se resume em uma figura, ele se desliza entre signos diferentes criando um contorno de diferentes figuras ou objetos de ódio com o comum denominador de serem "ameaças". Tal heterogeneidade das características constitutivas do outro, longe de estabelecer uma contradição, cria uma relação de dessemelhanças[95], uma vez que o que as faz parecidas é, precisamente, sua diferença com um "nós", real ou imaginado. Dessa forma, o outro pode ter características estigmatizantes até contraditórias, mas que não são percebidas dessa forma por um "eu" ou "nós" que, precisamente, foi quem as atribuiu ou destacou como capazes de servirem para "criar" esse distanciamento polarizador.

Assim, o ódio também cumpre a função de funcionar como sua própria evidência: "ao ver o outro 'ser' detestável, o sujeito se enche de ódio, o qual se torna um signo da 'verdade' da leitura" que legitima o sentimento antagônico (AHMED, 2015, p. 92).

Por isso, segundo Rodríguez Alzueta (2020), o ódio tem a capacidade de desencadear os piores pesadelos, de avivar os fantasmas que assombram o imaginário social, de agitar as pessoas com ressentimentos e de dar vida às piores fantasias. E é por esse motivo que a experiência de ódio é intensa; é necessário o investimento de muita energia emocional uma vez que onde há ódio, não há indiferença. Segundo o autor, quem odeia não é indiferente, porque odeia alguém ou o que ele representa, alguém que o odiador não consegue "tirar da cabeça".

O ódio não é um afeto nem uma paixão homogênea ou idêntica a si mesma, mas um condensador e modulador de afetos diversos, que conjuga uma constelação de paixões que passam pela reprimenda, pela fúria pela ira, e pela indignação. Escolhemos nos atermos ao ódio como eixo central por ele ser o afeto mais problemático em um sentido específico: ele leva ao limite as formas de relação social, os pactos discursivos, as formas e protocolos da vida civil e as regras da democracia. (KIFFER, 2019, p.12).

Segundo Tiburi (2015),

[95] Ahmed (2015, p. 93) se refere ao jogo de *semelhanças/dessemelhanças* com o "nós" e com os "outros", jogo que ela sintetiza na frase: "Los amo o los odio porque son como yo o no como yo".

> A mais básica abertura a uma conversa se torna inviável quando os indivíduos estão fechados em seus pequenos universos previamente formados e informados de tudo o que supõem saber. Desaprendemos a conversar e somos incapazes de constituir um cenário ético-político diferente. O problema é, afinal, nesse contexto discursivo, sempre do outro. O outro, esse alguém que tratamos como se não fosse ninguém.

Uma das hipóteses sobre o ódio é que 'o campo de ressonância' de seus enunciados é um trabalho de deslocamento e erosão de uma certa ideia de democracia que, tanto na Argentina quanto no Brasil, de formas diferentes porém centrais, se estabeleceu no discurso de direitos humanos como fundamento político de transições e de falas democráticas. O ódio, assim, "mais que descrever uma pulsão pessoal, estaria indicando uma via para desfazer um pacto cultural e político, inseparável de um pacto de fala, um modo de dicção democrática" (GIORGI, 2019, p. 104).

Contudo, para compreender a dinâmica da circulação do ódio, devemos lembrar que ele não pode ser reduzido ou limitado a um corpo em particular, não reside em um determinado sujeito ou objeto, mas nos deslocamentos que ocorrem entre significantes. A maioria deles, como explica Giorgi (2019, p. 100), conforma uma "série aberta" (o "negro", os "vagabundos", o "veado", a "feminazi", os "cabecitas negras", os "planeros" etc.) potencialmente infinita, na qual o ódio se comporta como um "demarcador do propriamente humano a partir dessa desagregação de 'outros'". Nesse sentido, o ódio é algo que adquire sentido à medida que se move entre os signos que vincula, formando cadeias de equivalências, criando associações que se intensificam na medida em que circulam. Opera através do "movimento" entre as figuras (a figura do político se associa à figura do ladrão que rouba nosso dinheiro e fica com nossos impostos, político que, portanto, gosta de marginais que são os que podem roubar nosso celular (RODRÍGUEZ ALZUETA, 2020). Em razão disso, funciona para distinguir alguns outros de outros "outros", uma diferença que nunca termina, em tanto está esperando "outros" que ainda não chegaram, tornando-se viral pelo efeito da circulação. Esse discurso de "aí vem o Bicho Papão"[96] e o que justifica a repetição da violência contra os corpos dos outros, com o pretexto de proteger à Nação (AHMED, 2015, p. 84), entendida como síntese do que o "nós" representa ou como mimese das

[96] No original "bogey man", ser lendário que assusta as crianças. Isto se adequa muito bem com o significante "comunista" repetido como mantra nas manifestações, principalmente no Brasil, e com outros que cumprem a mesma finalidade.

representações aspiracionais do "nós"[97]. As características que estão associadas a uma figura são deslocadas ou transferidas para outra e ganham, assim, vida própria.

Tais signos de ódio emergem ao evocar uma sensação de ameaça e risco, mesmo que eles sejam difíceis de localizar. A dificuldade para localizá-los é o que faz que o ódio funcione de maneira em que o faz; não é a impossibilidade do ódio como tal e sim o modo em que opera, através do qual emerge em um mundo formado por outros corpos (AHMED, 2015, p. 85).

> Trata-se de um afeto profundamente abjeto, ou, ao menos, sempre vizinho a abjeção, fundamentalmente porque se liga ao que uma sociedade, e suas formas de subjetivação, declara como resíduo, detrito, instância de repúdio. Daí, evidentemente, vem a força de sua violência, sua capacidade para evocar e, com vertiginosa frequência, produzir a eliminação de corpos, de vidas, e de grupos. (KIFFER, 2019, p.13).

Um exemplo recente esclarecerá a dinâmica do encadeamento de sentidos. Escolhemos este excerto porque, supostamente, veicula o discurso de ódio de forma lúdica, o qual faz com que seja mais insidioso e, portanto, muito eficaz[98].

Figura 6: Exemplo

Fonte: Whatsapp

[97] Na Argentina, nas manifestações "contra a 128" em 2008, que foram o antecedente imediato dos "cacerolazos destituintes", os produtores agrários protestavam contra uma normativa do governo de Cristina Kirchner. Contudo, muitos dos que se manifestavam não tinham "campos", mas se solidarizavam com os latifundiários com que se identificavam "aspiracionalmente" sob o *slogan* "todos somos el campo". Nos "panelaços destituintes" brasileiros havia, entre os manifestantes "contra a corrupção", muitos que foram processados precisamente por corrupção, mas que se mimetizavam com "as pessoas do bem" da sociedade mediante o ódio professado contra "a corrupção do PT".

[98] Como explica Charaudeau (2018, p. 104), a enunciação humorística "obtém a cumplicidade do auditório, constrói em favor de si um *ethos* de inteligência" que tem o poder de fascinar "mesmo os que não partilham as opiniões" de quem as emprega.

Planes sociales = **aproveitamento ilegítimo** do dinheiro público uma vez que, supostamente, a beneficiária engravidaria só com *a finalidade* de receber o benefício do estado e não *por causa* de seu estado →
Aproveitamento ilegítimo = **roubo ao erário público**, que se compõe "com meus impostos" →
roubo ao erário público = **roubo ao dinheiro de meus impostos** →
Planes sociales = **roubo a mim**.

No exemplo, além da forma em que se produz o encadeamento de significantes para chegar a sentidos bem diferentes da realidade, nos quais podemos encontrar uma lógica infamante por trás, também se percebe uma assimilação entre as minhocas[99] e as mulheres que recebem o benefício social, que reforça o sentido e o efeito de ódio do enunciador. Assim podem ser explicados os efeitos que gera: produzir a distinção entre "nós" e "eles", distinção mediante a qual se constitui um "eles", que com suas práticas ilegítimas são causadores de "nosso" padecimento (nós pagamos os impostos dos quais eles se servem abusivamente), o que justifica "nosso" ódio. Assim, a proximidade do "outro" (ladrões, vagabundos, "planeros" etc.) se percebe como ameaça, como uma violência, como a causa de um dano tanto ao corpo do indivíduo como à Nação.

Outra característica que podemos ver no exemplo apontado é que o ódio não é necessariamente raivoso, pode ser lúdico. Muitas vezes os odiadores acham no ódio uma forma estranha de se divertir. A alegria, às vezes, vem quando eles atuam como uma gangue para os repórteres que retratam sua indignação irada na televisão ou nas redes sociais. Mas outras vezes a encontram em casa, quando estão sozinhos e se divertem repassando *fake news* nas redes sociais, comentando as notícias de seus jornalistas preferidos etc.

> Repito com o Sartre das Reflexões sobre a questão judaica: "Eles sabem que seus discursos são leves, discutíveis, mas se divertem com eles: seu adversário tem o dever de usar as palavras com seriedade; eles têm o direito de jogar. Gostam até de brincar com os discursos, porque, dando motivos cômicos, desacreditam a seriedade de seu interlocutor; deleitam-se com a má fé, porque para eles não se trata de persuadir com bons argumentos, mas de intimidar, desorientar" (RODRÍGUEZ ALZUETA, 2020).

[99] Em espanhol *lombrices*.

Como disse uma vez o jurista americano Owen Fiss (1996): o efeito silenciador vem da própria expressão de opiniões que incapacitam ou desacreditam um possível sujeito que quer se expressar. É o caso de opiniões "amassadas" no ódio que foram proferidas com ódio. Quer dizer, algumas palavras, inofensivas, mas em boca de algumas pessoas são empregadas somente com o intuito de ofender, fazer o mal. Como aponta Rodríguez Alzueta (2020), ressignificando a Hobbes, as expressões de ódio vão delineando um ambiente para o homem se tornar o lobo do homem[100].

O ódio, também, muitas vezes se apresenta como ódio da política ou à política ou aos políticos para se configurar como uma verdadeira política do ódio (KIFFER, 2019, p. 62) que abre espaço para políticos pretensamente *outsiders* com Mauricio Macri na Argentina e Jair Bolsonaro no Brasil[101]. E além do fato de não ser uma paixão homogênea ou idêntica a si mesma e que, como apontam Ahmed, Giorgi e Kiffer, existem muitas formas de ódio, e que as pessoas que são objetos de ódio se alternam ou se alteram, o importante é notar que quem odeia nunca deixa espaço para discordar. A dissidência é vivida com repulsa e tratada como ódio, é a oportunidade de colocar um megafone ao ressentimento que se comunica em voz baixa através da fofoca diária (RODRÍGUEZ ALZUETA, 2020). Em consequência, o diálogo se torna impossível já que se perde a dimensão do outro. O fascista não consegue relacionar-se com outras dimensões que ultrapassem as verdades absolutas nas quais ele firmou seu modo de ser. Sua falta de abertura, fácil de reconhecer no dia a dia, corresponde a um ponto de vista fixo que lhe serve de certeza contra pessoas que não correspondem à sua visão de mundo preestabelecida. A outra pessoa é o que o fascista não pode reconhecer como outro. O outro é reduzido a uma função dentro do círculo no qual o fascista o enreda (TIBURI, 2015).

Nora Merlin (2019), referindo-se ao neoliberalismo, diz que é uma ideologia que propõe o fim da política, e se pergunta: "então, como se tramita o político? Como ódio". O conflito político desconhecido, rechaçado, retorna como relação amigo-inimigo, própria da guerra, ou como

[100] "O homem é um lobo para o homem" (em latim, *homo homini lupus*) é uma frase utilizada pelo filósofo inglês do século XVIII Thomas Hobbes em sua obra O Leviatã (1651) para referir-se a que o estado natural do homem o leva a uma luta contínua contra seu próximo.

[101] Mauricio Macri, antes de ser eleito presidente da Argentina em 2015, foi deputado Nacional 2005-2207, e prefeito da cidade de Buenos Aires de 2007 a 2015 (https://www.casarosada.gob.ar/el-presidente/biografia); Jair Messias Bolsonaro foi 28 anos deputado nacional. Entretanto, ainda preferem se apresentar como empresário e militar respectivamente.

conflito moral: bons e maus, decentes e corruptos etc. No caso de Dilma e Cristina, há um *plus* pelo fato de serem mulheres (MERLIN, 2019).

Consequentemente, se a política é a oportunidade de pensar meus problemas junto com os problemas do outro, o ódio é uma forma de me livrar dos problemas desses outros mediante os mecanismos da degradação, da negação e depois da exclusão. Por isso, o sentimento ou afeto que ativa o discurso de ódio não é político, bem pelo contrário, o ódio é feito de antipolítica e constitui, por tal motivo, uma força dissolvente do pluralismo político (TIBURI, 2015).

Mas o ódio também desvaloriza as palavras, espreita a linguagem e enfraquece os pactos discursivos que organizam os debates democráticos (AHMED, 2015; KIFFER, 2019; TIBURI *et al.*). Com efeito, para discutir e decidir entre todos como queremos viver juntos, não temos apenas de nos encontrar, mas de nos exprimirmos livremente, de apostar na palavra para comunicar e construir consensos e, sobretudo, expressar a discordância. Mas às vezes as expressões do outro, cheias de ressentimento, sabotam ou bloqueiam as discussões, porque impossibilitam a escuta, interditam o direito à palavra e, dessa forma, impossibilitam o diálogo democrático.

Já o ódio, em sua vocação mais característica, busca romper pactos, impugnar formas de relação, desmontar protocolos de civilidade e de laços. O ódio, assim, não é um afeto nobre, uma paixão própria ao entusiasmo civil e democrático, como podem ser a reprimenda e a fúria (KIFFER, 2019, p.13).

> Trata-se de um afeto profundamente *abjeto*, ou, ao menos, sempre vizinho a abjeção, fundamentalmente porque se liga ao que uma sociedade, e suas formas de subjetivação, declara como resíduo, detrito, instância de repúdio. Daí, evidentemente, vem a força de sua violência, sua capacidade para evocar e, com vertiginosa frequência, produzir a eliminação de corpos, de vidas, e de grupos. (KIFFER, 2019, p.13).

Os ódios são depositados no imaginário e se cristalizam em preconceitos duradouros, que costumam se expressar em formações estereotipadas negativas da linguagem. Um evento contemporâneo pode desafiar esses sentimentos profundos e, assim, ativar velhas e intermináveis discussões que são transmitidas de uma geração para outra.

O ódio separa, mas também une, serve para bater nos "outros", mas também para conectar com o "nós". Aquilo que conecta é precisamente o que separa. Dessa forma, o ódio vira uma máquina de compor inimigos para atestar a afinidade das pessoas que odeiam. O ódio ao "outro" alinha o "eu" ao "nós", nos separa "deles" e nos aproxima. O próprio desprezo atesta a afinidade do "nós", como mecanismo de afirmação da identidade. Uma identidade vivida em virtude da ameaça que a alteridade representa.

Como explica Starnino na sua dissertação de mestrado (2018, p. 167), o *afeto de ódio* produz vínculos poderosos de gozo, "prendendo e alienando o sujeito ao odiado" frequentemente de forma mais poderosa que se fosse com o sentimento de amor.

> O ódio é um grande afeto de alienação com destino, objeto, significante bem definido. Pastoreiam-se medos produzindo adversários, inimigos; ativando o gozo de montagem perversa, a agressividade, ocupando vácuos de indeterminação pela precisa produção de narrativas de exclusão sistemática (PEREZ; STARNINO, 2021, p 100).

Completando a ideia anterior, Nora Merlin (2019) explica que a segregação do "outro" tem seu fundamento no ódio que consiste em rejeitar quaisquer formas de gozar que seja distinta à "própria, única e verdadeira". Em consequência, segundo a psicanalista, um gozo "Outro" resulta insuportável, portanto, é rechaçado dando lugar ao surgimento de um ódio-paixão que tenta destruir o objeto.

Em suma, os propagadores do ódio são impermeáveis às razões e à experiência dos outros, mas muito propensos a se deixar levar por uma ideia-força que magnetiza suas paixões profundas. Emoções profundas que interrompem os diálogos e a reflexão em voz alta de que a democracia precisa (RODRÍGUEZ ALZUETA, 2020) e que se produzem de forma opaca e reproduzem como rastilho de pólvora.

1.3.3 (Re)produção do discurso de ódio

Os sentimentos, entre eles o amor e o ódio, segundo Márcia Tiburi (2015), "são apreendidos". Como detalha Tiburi

> O ódio não é implantado como um chip em uma pessoa e não se explica por uma "personalidade" naturalmente odienta por oposição a uma "personalidade" naturalmente amorosa. Nada é natural. A compreensão do ódio torna-se possível se ficarmos atentos ao caráter genealógico da experiência do ódio. Ele surge a cada vez que nos deixamos afetar por ele. Do mesmo modo que nos deixamos afetar pelo amor. O ódio não é uma substância presente em algumas pessoas por oposição a outras, mas um afeto que se constitui na experiência partilhada com outros.

Por causa disso, para Tiburi (20015) o amor e o ódio fazem parte de processos de cognição e formação subjetiva, são formados nas pessoas por experiências sensíveis e intelectuais, então, "todos os pensamentos de quem sistematicamente odeia como o fascista têm como fundamento as potências violentas do ódio". Ainda continuando com as explicações de Tiburi (2015), "o fascista é impotente para o amor porque viveu experiências de ódio. [...] Ele introjetou o ódio muito antes de poder pensar nele". Ou seja, os elementos afetivos são os que motivam nosso pensamento.

Em consequência, "aquele que experimentou amor responde com amor, aquele que experimentou o ódio responde com ódio" (TIBURI, 2105). Em outras palavras, como discorre Tiburi (2015), o sentimento experimentado gera o que é sentido, ou seja, a tendência a ver um afeto como particular e natural perde de vista o caráter social de sua constituição. Em suas palavras "amar se aprende amando. Odiar se aprende odiando".

Segundo Reguillo (2013), essa construção é possível graças a um conjunto de táticas e estratégias que, quotidianamente, gerenciam o olhar produzindo efeitos sobre o modo em que percebemos e somos percebidos, interditando e abrindo novos caminhos, reduzindo[102] ou restituindo complexidade. Trata-se de "lógicas de poder político que se transformam em poder cognitivo; políticas da vida cotidiana que "não vemos" porque, através delas, vemos".

Em razão disso, os afetos, como explica Giorgi (2019, p. 81), encontram sua potência política na capacidade de condensar sentidos, "de justapor, como sedimentos acumulados, sentidos políticos, experiências coletivas, temporalidades e história".

---

[102] Jean Wyllys (TIBURI, 2015) ilustra a redução da complexidade na adesão a "discursos demagógicos e manipuladores que interpelam preconceitos e sensos comuns históricos e propõem soluções fáceis, mas mentirosas e/ou autoritárias para as questões complexas que nos envolvem diariamente, como a criminalidade e a violência urbanas, as desigualdades social e de gênero, as tensões raciais, a diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, a intolerância religiosa, a mobilidade urbana, os conflitos agrários e os desastres ambientais".

Por conseguinte, podemos ver que a redução da complexidade apontada por Reguillo "lubrificou" as engrenagens do discurso de ódio nas manifestações destituintes, centrando o ataque nas ex-mandatárias argentina e brasileira, e nos grupos políticos que elas representam (o "Kirchnerismo" e o PT) sob diferentes acusações. Segundo Charaudeau (2018, p. 91), o discurso político que procura obter adesão a um projeto político ou dissuadir de pertencer a um projeto adverso pode, como estratégia eficaz, apresentar "a fonte do mal" designando-a pelo nome de um indivíduo (Cristina, Dilma, Lula) "ou de um grupo" ("o kirchnerismo", "o lulopetismo" etc.).

Assim, como esclarece Castro Rocha (2021), por trás da "retórica do ódio" e sua pretensão de reduzir o "outro" ao papel de inimigo a ser eliminado mediantes técnicas discursivas, esse "outro" é elevado à categoria de "adversário tentacular" causador de todos os males, o qual serve para manter coeso o projeto que reúne grupos diversos[103] com a mesma finalidade.

Tais indivíduos ou grupos seriam, segundo essa lógica, os causadores da "desordem social", apresentada como "um estado de fato ou como um estado potencial" (CHARAUDEAU, 2018, p. 91). Por isso em política, amiúde, como destaca Charaudeau (2018, p. 93), a argumentação se reduz a ataque *ad hominem*, questionando a probidade do adversário, suas contradições, suas alianças nefastas, a falta de liberdade de ação por seguir a ideologia do partido ou sua incapacidade de cumprir as promessas. De fato, uma das principais acusações que se faziam à presidenta Dilma Rousseff, tanto de setores da direita quanto da esquerda, era a de ter mentido acerca de ter mestrado, ou quando disse que não mexeria nos direitos dos trabalhadores.

[103] Nas manifestações destituintes que analisaremos, houve uma grande heterogeneidade de participantes com ideologias muito variadas. Na Argentina, compartiram o mesmo espaço movimentos nazistas com outros de extrema esquerda (maoístas e trotskistas); defensores de alguns coletivos identitários com outros que defendiam a última ditadura militar (1976-1983) etc. No Brasil, também houve heterogeneidade entre os manifestantes: alguns defendiam a intervenção militar, junto com outros que militavam o retorno da monarquia, por exemplo.

Figura 7: Detalhe de careta de Dilma Rousseff com nariz de Pinóquio

Fonte: Rede social Twitter.

O mesmo aconteceu com Cristina Kirchner. De forma maçante, os meios de comunicação hegemônicos minaram a credibilidade das palavras da ex-presidenta e os próprios índices oficiais de seu governo.

Figura 8: Detalhe de cartaz com a imagem de Cristina Kirchner e outros membros do governo e inscrição "Mentiras"

Fonte: https://obsessedwanderer.wordpress.com/2013/04/19/protesta-contra-el-gobierno/.

Na "personalização" do ódio, principalmente na construção visual da "outredade" (REGUILLO, 2013), temos que destacar o papel da mídia dita "tradicional", em cujos veículos impressos (jornais e semanários) as mandatárias eram mostradas, nas capas, de forma ignominiosa. No ANEXO A, podemos ver as capas da revista *Noticias* contra a ex-presidenta argentina.

Nelas a ex-mandatária é representada com mais idade da que ela tem, como uma mulher solitária, sensual, supérflua, frívola, iracunda, suicida, divorciada da realidade, medrosa, déspota, aferrada ao poder, uma rainha má, mafiosa, entre outras desqualificações[104].

Todavia, além das "mídias hegemônicas", a intensidade discursiva, a simplificação e/ou interpretação enviesada da realidade, e até as expressões de ódio, como explica Gabriel Giorgi (2019, p. 82), foram ganhando um "novo espaço de escrita, enunciação e circulação" em territórios eletrônicos, que começavam "a gravitar e a produzir seus registros e seus personagens ('usuários', 'comentadores', 'trolls', 'bots' etc.), dos quais se modulou um novo registro do político e também das práticas de escrever" (GIORGI, 2019 p; 82). Como explica o autor, eram espaços frequentemente cacofônicos e violentos, no "subsolo" dos portais de notícias, que foram "ganhando peso, potência de expressão e força de subjetivação".

Segundo Giorgi (2019, p. 83), são

> Escritas fragmentadas, assintáticas, anônimas, movendo-se entre registros do oral, de performático e do escrito, evadindo a protocolos formais do que se diz e do que se escreve em público [...] Escritas da transgressão dos pactos centrais à democracia da Argentina: reivindicam a ditadura, o genocídio, o machismo, o racismo, o antiperonismo".

O universo digital, em especial as redes sociais, também favoreceu o surgimento de outro ator social no Brasil que, como explica Ab'Sáber (2015, p. 35), "acabou por ser a fera de ataque mais dura" ao governo petista. Trata-se, como explica o autor, do "*homem conservador médio,* antipetista por tradição e anticomunista por natureza arcaica brasileira", que "entra na cena política como força política real" ao fazer público seu "resentimento rixoso, carregado de contradicções", contra o governo.

[104] Como explicam Pérez e Aymá (2017), "En términos generales, los rasgos que se atribuyen a los liderazgos en las actividades profesionales y públicas coinciden con muchos rasgos asociados al estereotipo de masculinidad, como el habla asertiva y directa, la firmeza, la no demostración de sentimientos y emociones, entre otros. Si una mujer habla como líder, está transgrediendo los límites de la femineidad; si habla como mujer, ya no se representa a sí misma como líder, por lo que ser una mujer líder requiere un "fino balance" de estrategias discursivas para "hacer liderazgo", si se desea continuar manteniendo las dos identificaciones, como mujer y como líder. Ha habido políticas reconocidas, como Margaret Thatcher, que han optado por la asimilación de rasgos masculinistas pero no es ese el tipo" de Cristina Kirchner.

Dessa forma, tanto na Argentina quanto no Brasil, com as lógicas diferenças que o avanço das redes sociais e a democratização do acesso à internet supõem, - considerando que o primeiro "cacerolazo" argentino aconteceu em 2012 e os últimos "panelaços" no Brasil em 2016 -, novos espaços e novas escritas, carregadas de ódio foram dando lugar a "novas enunciações de direita" mobilizando fórmulas racistas, machistas e violentas como lugar de desafio e gozo" (GIORGI, 2019, p. 84), que depois ganharam as ruas nas manifestações escopo desta pesquisa[105]. E das ruas, em tempo real, para os conglomerados de mídia brasileiros (AB'SÁBER, 2015, p. 36) e também argentinos.

Tudo isso conforma, como esclarece Giorgi (2019, p. 94), uma massa textual que "gira em torno do anonimato" permitido pela escrita online produzindo um efeito de coro: "Não são vozes excepcionais, individuais ou anômalas; são enunciados que *se exibem em sua regularidade* e, consequentemente, em uma *normalidade* que se institui como o próprio efeito de sua acumulação". Sob o signo do ódio, dessa forma, se regularizam insultos racistas ou misóginos, deixam de ser excepcionais pelo fato de se acumularem e exibirem nas escritas o que, como conclui o autor, "tem uma consequência clara: *o ódio como norma".*

No Brasil há, como explica Carapanã (2019), um grupo um tanto coeso "chamado de nova direita", no qual convivem ideias do libertarianismo, do conservadorismo, do reacionarismo, com a apologia do eugenismo e da segregação racial que o fazem "flertar" com construtos que remetem ao nazismo e ao fascismo, de maneira consciente ou não. Como explica o autor (2019, p. 35), isso não significa que as pessoas sejam necessariamente "simpáticas a ideias [...] nazistas ou fascistas", senão que o problema se fundamenta em que essas ideias circulem sem oposição nos meios da nova direita, frequentemente justificadas pelo direito à livre expressão. Na Argentina, por sua vez, os alvos dos discursos da direita são também os direitos humanos articulados numa "gramática de direitos antidiscriminatórios – raciais, de gênero, migrantes etc.- que modulam as falas e os modos de relação política da inclusão democrática" (GIORGI, 2019, p 104).

Em consequência, o ódio habilita dizeres e práticas que se pensavam inquestionáveis, contra grupos ou pessoas - "bandido bom é bandido morto", "los bolivianos y paraguayos son

[105] A respeito da relação redes-ruas nas quais os enunciados circularam, parece-me muito acertado o título do livro organizado pelas pesquisadoras Esther Solano e Camila Rocha "As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil". Principalmente pelo fato de apontar a existência de mais de uma enunciação de direita.

todos criminales' etc.- gerando o que Giorgi (2019, p. 104) denomina "a disputa pelo dizível". Como explica Miguel (2019), no Brasil, à época das manifestações destituintes, houve uma "ampliação do politicamente dizível" que permitiu a grande parte da classes médias assumir seu desconforto com a redução da distância que os separava dos pobres e dar vazão a um discurso claramente contrário à solidariedade social, da mesma forma que acontecera na Argentina nos anos imediatamente anteriores.

Assim, foram sendo erodidos os consensos democráticos mínimos necessários para a convivência dentro de um estado de direito capaz de absorver os conflitos gerados em seu seio.

Trata-se de um processo gradual que envolve a disputa pelo sentido: pode começar pelo questionamento do número de vítimas do estado na última ditadura militar argentina, depois negar os desaparecidos para acabar elogiando as supostas "coisas boas do Processo de Reorganização Nacional[106]". O Brasil, por sua vez, país da "democracia racial[107]" e que "acolhe pessoas de todo o mundo", passou a conviver com ataques a trabalhadores imigrantes da África Subsaariana, por exemplo, que "viralizaram" em vídeos no universo digital[108].

Com relação às redes sociais, é necessário apontar que, embora tenham significado uma democratização do dizer, motivo pelo qual foi festejada no começo, acabou por gerar efeitos preocupantes na socialização das pessoas, como o efeito "caixa de ressonância". O Doutor em psicologia Gabriel Navarro (2015) informa que pelos filtros algorítmicos empregados, tanto nas redes sociais quanto nos buscadores (Google, Bing, Yahoo etc.), os usuários têm acesso a uma "menor diversidade de pontos de vista", o que alimenta a desinformação e a polarização. Isso confirma a ideia de que, "quando usamos as redes sociais nos encontramos dentro de 'bolhas sociais', o que implica que a tecnologia que utilizemos" nos expõe a novas informações enviesadas.

Como explica Navarro (2015):

---

[106] Esse foi o nome que os militares argentinos que tomaram o poder mediante um golpe de estado deram ao seu governo em 24 de março de 1976.

[107] Já apontamos a falácia desse mito, porém o que aqui salientamos é a contradição em um setor da sociedade que o tem incorporado e o emprega, por exemplo, para se opor às políticas de igualdade racial (não deveriam existir já que, afinal, somos todos iguais), e suas práticas discriminatórias ou a reprodução delas nas mídias sociais.

[108] Em um deles, um homem agride o frentista por ser trazido pelo comunismo de Dilma Rousseff e o Foro de São Paulo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WOSZu40swU8&t=68s>. Acesso em: 26/04/2016.

> La Web constituye una fuente de conocimiento y un espacio social en el que estamos inmersos, pero en el cual nos es más difícil gestionar el flujo constante de noticias e informaciones que llegan a nuestras pantallas. Los proveedores de contenidos y los usuarios han respondido a este problema mediante la adopción de una amplia gama de herramientas y comportamientos que filtran u ordenan los elementos en dicho flujo. Un efecto de este proceso ha sido la mayor "personalización": la gente ve más contenido adaptado específicamente a ellos en función de sus comportamientos pasados o el uso de redes sociales, o bien, los "sistemas de recomendación": por ejemplo, sugiriendo elementos con mayor probabilidad de que nos interesen en función de compras anteriores, a las acciones pasadas de usuarios similares, u otros criterios basados en la propia conducta pretérita y con nuestros "amigos" (contactos).

Também os buscadores proporcionam resultados personalizados a nossas buscas a partir de nossos históricos de navegação e das conexões sociais estabelecidas (NAVARRO, 2105).

As crenças existentes, desse modo, são reforçadas porque os usuários estão "encerrados" nas chamadas "bolhas de filtro" ou "câmaras de ressonância"[109], que impedem o compromisso com ideias diferentes das próprias, dando lugar a opiniões pobres em conteúdo, "um terreno fértil para a desinformação" (NAVARRO, 2015). Numa sociedade altamente polarizada ideológica e politicamente como a argentina e a brasileira, isso é bem mais acentuado, principalmente quando, como aconteceu nas manifestações destituintes, a identidade dos grupos era definida não a partir do ideário e da agenda própria senão do oposto, da negação da identidade alheia (SOLANO; ORTELLADO; MORETTO RIBEIRO, 2019, p. 92).

Em vista disso, quanto maior seja o engajamento dos membros do grupo, maior será a difusão da sua ideologia. Essa relação é muito importante para entender os conceitos de luta pela hegemonia e "batalha cultural" que as diferentes ideologias de direita pelo mundo, "arrebataram", em maior ou menor medida, à esquerda. Esses grupos "saíram das sombras" e se multiplicaram graças à radicalização de seu discurso e à sua "viralização" pelas redes sociais, apropriando-se de, ou passando a compartilhar, categorias como "ciberativismo" e "cibermilitância". Tal multiplicação resultou muito eficaz já que, como explica o engenheiro em comunicações Ariel Garbarz, ajudou muito em uma nova forma de controle social que ele denominou

[109] Navarro (2015), menciona uma tese de doutorado intitulada "Las emociones y los Sistemas de Recomendación: Un Enfoque Social Network" desenvolvida por Carlos Figueiredo, na qual distingue os dois conceitos: 1) o efeito de "caixa de ressonância", quando as pessoas "de forma natural" procuram aquilo que está de acordo consigo mesma, e 2) o efeito da "bolha filtro", quando são os algoritmos da web os que impedem que as pessoas tenham contato com pontos de vista diferentes dos seus.

“cibercolonização” que opera mediante a proliferação de mensagens que o aparelho cognitivo recebe e não tem possibilidade de processar

> Las enormes tasas de información que recibimos, ya sea por texto, audio o video, no alcanzamos a decodificarlas, para hacer interpretaciones de lo que recibimos; menos aún de hacer análisis. Estamos en una situación de enorme desigualdad frente a las muy bajas tasas de información cuando emitimos respecto a cuando recibimos. Y esa enorme desigualdad produce una alienación, donde en realidad nuestros cambios de conducta y tomadas de decisiones están mucho más regidos por la emotividad que por la racionalidad. Así, es como que tenemos sensaciones, percepciones, que no implican el ejercicio del raciocinio y por eso terminamos reaccionando [guiados] por la sensación que nos produjo, por nuestros impulsos; y es ahí donde las clases dominantes, los poderes fácticos que dominan las redes, pueden producir lo que nosotros llamamos la “cibercolonización” y el control social (GARBAZ, 2021).

Em outras palavras, cibercolonização significa, como aponta Garbarz (2021), a alienação produzida pela desigualdade entre a profusão de mensagens recebidas pelas redes sociais e as que podemos efetivamente emitir.

No mesmo sentido, Márcia Tiburi (2015) descreve o que ela chama de “vazio do pensamento” originado pela repetição acrítica dos discursos. Segundo Tiburi, “é preciso repetir e aderir, copiar e imitar. Falar por falar. [...] No gesto do mero ‘compartilhar’ sem ler que se tornou fácil, agimos no vazio”. Porém, como adverte a autora, não se trata de um vazio silencioso senão que está “cheio de falas prontas” e de “propaganda que impede o nascimento do livre pensamento”.

> Fugimos do pensamento analítico e crítico pelo vazio consumista da linguagem e da ação repetitiva. Fugimos do discernimento que o pensamento analítico e crítico exige. Caímos no consumismo da linguagem (TIBURI, 2015).

Dessarte, como explica Tiburi (2015), ocasiona-se um círculo vicioso no qual “a fuga do pensamento produz o seu vazio” enquanto o “vazio gerado impede o pensamento”.

Tanto o "vazio", cheio de mensagens barulhentas[110] apontado por Tiburi, quanto a cibercolonização que causa alienação pela defasagem entre a quantidade de enunciados recebidos e emitidos, redundam em controle social e em potencialização do discurso de ódio.

Assim, as expressões contra o "outro", *kirchneristas* e *petistas*[111], contra qualquer medida de ambos os governos, ou ainda contra os seus beneficiários[112], cheias de ódio ou ressentimento, estabilizaram-se socialmente pelo **mecanismo da repetição** (AHMED, 2015, p. 83), e conseguiram tornar-se senso comum em uma grande parte das sociedades argentina e brasileira, e foram *in crescendo* pelo **efeito eco** originado pela ressonância da própria fala dentro da rede onde foi enunciada, mediante o poder hipnótico dos *"likes",* comentários laudatórios e compartilhamentos.

Entretanto, o ódio, como explicam Ahmed (2015) e Giorgi (2019, p. 108), principalmente o ódio político, não permanece estanco nas redes sociais já que é fundamentalmente *circulação*, "quer contagiar, é adesivo" no intuito de "demarcar um coletivo a partir de um ódio comum".

> O ódio é compartilhável, quer produzir territórios compartilhados e imagens de igualdade ou de "os iguais" a partir da segregação de um "outro", sempre demasiado próximo. Seu lema fundamental poderia ser: *que esse ou essa (ou isso, porque o ódio desumaniza) desapareça da minha vista,* para fundar sobre essa desaparição um território comum (GIORGI, 2019, p. 108).

As figuras de ódio constroem-se com *clicks*, com postagens em fóruns e retransmissões "viralizadas", e produzem subjetivações e imaginários de "comunidade" pela circulação do próprio afeto pelas vias eletrônicas: "toca, posta, reproduz" (GIORGI, 2019, p. 109). E do mundo digital ganha as ruas com mensagens impressas em folha A4 ou reproduzidas em cartolinas com letras de forma, numa "contiguidade entre corpos, afetos e sentidos", que "conjuga uma *permissão* para dizer o interdito", para escrever e "o que antes se dizia 'à meia voz',

[110] Segundo Tiburi (2015): "a histeria, a gritaria, as falácias e os falsos argumentos fazem muito sucesso, são livremente imitados e soam como absurdos apenas a quem se nega a comprar a lógica da distorção em alta no mercado da linguagem".

[111] Segundo Aristóteles (2000, p. 15), a ira pode ser direcionada também "contra os que são benfeitores de outros, mas não nossos, pois constitui atitude desprezível considerar que o que é digno para uns não o seja para outros". Nas manifestações, tanto argentinas quanto brasileiras, veremos vários enunciados com esse teor.

potencializado pelo anonimato" (GIORGI, 2019, p. 110-113), ou a exibir publicamente essas escritas em manifestações ao amparo da cumplicidade odiadora.

Em consequência, a *disputa pelo dizível*, como denominou Giorgi (2019), e seu "trabalho de deslocamento e erosão de uma certa ideia democrática" em ambos países (GIORGI, 2019, p. 104), pode encontrar uma explicação no efeito "caixa de ressonância" (ou efeito bolha) das redes sociais e na permeabilidade da sociedade às falas por elas geradas, com a colaboração especial de alguns meios de comunicação da chamada "imprensa tradicional". Tal combinação teria "corrido" a janela de Overton[113] para a direita tornando popular, para um setor da sociedade, o que antes era radical ou inaceitável.

[113] A janela de Overton, ou janela do discurso, significa que todo o que está em seu interior entra "na normalidade", conformando o "senso comum", "a maioria", "o centro". Tudo o que fica fora da janela de Overton é visto como extremista, radical, como politicamente impossível. O que a direita faz é mover a janela em sua direção. Desse modo, aquilo que era visto como "extremo" torna-se senso comum, enquanto que o que era senso comum vira "extremo". Nesse mecanismo, há pessoas e organizações que dizem coisas extremas que seus pares mais moderados no querem ou não podem dizer. Desse modo, ao fazê-lo, correm o limite do que é possível e os moderados dirão: "Eu não iria tão longe, mas tem algo de certo nisso...". Assim, fica estabelecido no debate *dizeres* que se pensavam superados e, o que era razoável conforme o consenso social se corre em uma direção diferente (THOMAS, 2020).

2 SOBRE AS MANIFESTAÇÕES "CACEROLAZOS" E "PANELAÇOS"

2.1 ACERCA DOS CACEROLAZOS E PANELAÇOS

O “panelaço”, em espanhol chamado “cacerolazo”, “cacerolada”, “caceroleada” ou “caceroleo” - é uma forma de manifestação cuja característica mais marcante, e que o distingue de outros tipos de formas de protesto, é que os participantes expressam seu descontentamento por meio de ruídos rítmicos, em um horário previamente combinado (ou em outros casos espontaneamente), desde suas próprias casas e sem necessidade de concentrar-se em um determinado local, (pode ser realizado nas janelas, ou nas varandas dos apartamentos etc.), batendo os objetos que têm em mãos, comumente, panelas e outros utensílios domésticos, daí seu nome. Pode ser espontânea, organizada por um grupo de pessoas ou responder ao apelo de alguma força política ou outra organização, geralmente contra um governo ou contra certas decisões governamentais e, muito raramente, a favor de alguma medida do governo[114].

Segundo explica Telechea (2006), os “cacerolazos” são frequentemente acompanhados de outras medidas de protesto popular, como apagões ou cortes de energia, boicotes de consumidores, buzinaços, funerais simbólicos, bloqueios de ruas etc. e, com o surgimento de novas tecnologias, também “viralização” de mensagens de texto por celular, tipos de protesto que passaram a ser chamados de "cacerolazos cibernéticos".

2.1.1 Breve percurso histórico dos “cacerolazos”

Na Argentina, embora o “cacerolazo” mais famoso tenha acontecido em 2001, certamente não foi o primeiro. Segundo Roxana Telechea (2006), os “cacerolazos” mais lembrados são os realizados no Chile em 1972 e 1973, contra o ex-presidente Salvador Allende. Cronologicamente, no ano 1982 também foram realizados na Argentina, para manifestar descontentamento com os preços dos alimentos e dos aluguéis, em 20 agosto na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, e em 9

[114] Telechea (2206, p. 149) destaca o “cacerolazo democrático” realizado em 17 de abril de 1987 para apoiar a democracia e o governo de Raúl Alfonsín ante o autoaquartelamento de um setor dos militares que significava uma atitude destituinte por parte deles. Foi convocada pela *Comisión por la Defensa de la Democracia*, e pela *Federación Universitaria de Córdoba*.

de setembro na cidade argentina de Mendoza. Em Buenos Aires, também cantaram o hino argentino, agitaram sacolas de compras vazias e conseguiram dialogar com assessores do ministro de economia da ditadura militar, José Pastore, para entregar um abaixo-assinado (TELECHEA, 2006, p. 145).

Igualmente, aconteceram na Venezuela em 1983 e em 1992, e foram acompanhados de apagões.

No Chile, também houve um panelaço em 11 de maio de 1983 para repudiar o governo militar de Augusto Pinochet e propor o retorno à democracia. Nesse "dia de protesto", proclamou-se a não concorrer aos locais de trabalho, escolas e universidades, a não utilizar o transporte público, a não fazer compras ou trâmites em bancos ou escritórios oficiais e, pela noite, a realizar um “cacerolazo” às 20h.

No Uruguai, por sua vez, na madrugada do dia 1º de janeiro de 1984, centenas de milhares de uruguaios saudaram o novo ano manifestando contra o governo militar, com “cacerolazos” e palavras de ordem contra a ditadura militar do então presidente Gregorio Álvarez. Foram convocados por todos os partidos políticos e setores da oposição e realizados na maioria das cidades do interior do País.

Antes de 2001, houve outros “cacerolazos” na Argentina em 1986 e 1988, já no governo democrático de Raúl Alfonsín, para reclamar da crise econômica, principalmente dos preços dos produtos da cesta básica e serviços públicos e dos salários baixos. Também na Argentina, entre 1996 e 2001 aconteceram cinco “cacerolazos” protestando, principalmente, pelos altos preços dos serviços públicos que foram privatizados naquela época, 4 deles com menos de 2000 participantes (TELECHEA 2006).

Em todos os casos, a essência do “cacerolazo” residia na expansão e aprofundamento dos protestos democráticos, afastando-os das manifestações tradicionais e, muitas vezes, introduzindo-os nas casas, transferindo, dessa forma, o protagonismo de uma minoria para a grande maioria da população, tornando-se assim um protesto acessível a todos e, portanto, extremamente pacífico. Porém, em dezembro de 2001, as panelas ganhariam as ruas nas

principais cidades da Argentina e, para muitos, se converteriam nos "cacerolazos" por antonomásia[115].

Por tal motivo, convém nos deter brevemente nos sucessos de dezembro de 2001 para entendermos as diferenças entre aqueles "cacerolazos" e os de 2012-2014.

Em 1989, assume Menen na Argentina com um plano de profundas reformas estruturais e muita improvisação sem pensar nos custos sociais e na reconversão produtiva. Isso gerou repertórios não convencionais de confrontação - principalmente nas regiões onde havia atividades de extração petrolífera e de gás das empresas estatais YPF e YCF, respectivamente, que foram privatizadas - e as primeiras organizações de desempregados conhecidos como "piqueteros" (GORDILLO, 2011).

> Esas primeras organizaciones de desocupados fueron luego replicadas en los principales centros urbanos que habían sufrido en la década fuertes crisis en sus industrias, extendiéndose redes entre las nuevas organizaciones y otras más viejas que ya tenían anclaje territorial en los barrios populares (GORDILLO, 2011).

A crise de dezembro de 2001 foi uma crise econômica, social e, principalmente política, caracterizada por uma série de manifestações que motivaram a renúncia do presidente Fernando De la Rúa, num dos sucessos históricos que ainda tem sequelas na vida social argentina. Foi o fim de um governo que chegou ao poder em 1999 com a esperança de acabar com a forte recessão econômica e o aumento do desemprego que se abatiam sobre aquele país desde 1995. Era a ilusão de pôr fim a "era menemista" (1989-1999) que prometia a coalizão *Alianza para el Trabajo, la Justicia y la Educación*[116], formada pelo partido Unión Cívica Radical, do ex-presidente Raúl Alfonsín, e o FRE.PA.SO, *Frente País Solidario*, constituído por setores de centro-esquerda[117]. A chapa vencedora foi Fernando de La Rúa, presidente, e Carlos "Chacho" Álvarez, seu vice.

---

[115] A página da Wikipédia do Brasil, que descreve os panelaços como forma de protestos (https://pt.wikipedia.org/wiki/Panela%C3%A7o), sugere que os antecedentes dos panelaços contra a presidenta Dilma Rousseff seriam os panelaços de 2001.

[116] Em rigor à verdade, a *Alianza* já se havia conformado nas eleições legislativas de 1997, porém em 13 dos 24 distritos eleitorais.

[117] Compunham o FRE.PA.SO o partido PAIS (*Política Abierta para la Integridad Social*), a *Unidad Socialista* integrada pelos partidos *Socialista Popular* e *Socialista Democrático*, e pelo *Partido Demócrata Cristiano*. Desfez-se, precisamente, depois da crise de dezembro de 2001.

Apesar do lema da campanha, “mais estado e menos mercado”, e da firme promessa de “atender los costos sociales”, o novo governo, contudo, fez todo o contrário do que prometera na campanha eleitoral, gerando uma segunda onda de protestos, promovidos por três setores principais: “desempregados e pobres urbanos, vizinhos de distintos bairros e localidades e atores sindicais” (GORDILLO, 2011).

Em 6 de outubro de 2000, Carlos Alvarez, um dos pilares da aliança que sustentava De La Rúa, renunciou[118] e, com isso, gerou uma crise de confiança com relação ao governo nos setores da classe média argentina. Quase todos os políticos “frepasistas” também abandonaram o governo por discordar do rumo político adotado e pela falta de investigação séria à causa de subornos pagos no Senado argentino para conseguir a aprovação de leis que restringiam os direitos dos trabalhadores, impulsionadas pelo ministro de Trabalho Mario Alberto Flamarique. Pelos mesmos motivos, na UCR, haveria a baixa de dois ministros ligados ao líder do partido, Raúl Alfonsín.

Em matéria econômica, no decorrer de 2001 houve nova mudança de ministro da economia com o intuito de conseguir a confiança do povo, do mercado e do FMI. Em 5 de março, renunciou o ministro da pasta econômica José Luis Machinea e De La Rúa nomeou o ultra liberal Ricardo López Murphy, que conseguiu permanecer por apenas 15 dias por causa da radicalidade de suas medidas de ajuste econômico. O presidente, acuado, decidiu pôr à frente do comando da economia Domingo Felipe Cavallo, ministro estrela do ex-presidente Carlos Menem, criador do “plano convertibilidade”[119], vigente desde 27 de março de 1991 até aquele momento, mediante o qual o valor do peso argentino se equiparava ao valor do dólar: “um peso = um dólar”. Dessa

[118] Como explica Manfredo Koessl, o FRE.PA.SO decide deixar a aliança sufocado pelas políticas de De La Rúa, contrárias ao que fora prometido na campanha eleitoral. Com a saída, a frente mantém uma posição ambígua de apoio ao governo, mas também de crítica e de oposição às medidas neoliberais, numa tentativa de manter os poucos espaços de poder que obtivera, entre eles, a prefeitura da cidade de Buenos Aires. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/2433/243321003011.pdf. Acesso em: 14/04/2020.

[119] Em termos formais, poderiam se estabelecer semelhanças com o Plano Real, implementado pela equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso no governo de Itamar Franco, em junho de 1993. De modo geral, ambos planos conseguiram acabar com o processo hiperinflacionário mediante a restrição da emissão monetária, o favorecimento do investimento estrangeiro e uma política de privatizações como forma de aumentar as reservas monetárias que garantissem a paridade cambial com a moeda norte-americana. Porém, os custos sociais foram muito elevados em ambos os países: desemprego, precarização das condições trabalhistas etc.

forma, Cavallo, que obteve apenas 10,24 %[120] dos votos em sua aventura eleitoral, estava à frente do governo, convertido em "superministro"[121] com poderes especiais[122].

O retorno triunfal de Cavallo representou também uma virada na postura ideológica da gestão De La Rúa. O presidente argentino foi eleito por uma coalizão formada por um partido de centro, a UCR, e uma frente de centro-esquerda, a Frepaso. Com o novo ministro, a aliança ficou reduzida ao apoio formal do partido de Cavallo (de direita, e com apenas 12 deputados), a uma parte da UCR (não ligada a Alfonsín) e até à parcela do Partido Justicialista ligada a Menem e de *frepasistas* que seguiam as instruções de "Chacho" Alvarez.

Em consequência, ao reclamo primário por questões básicas, alimento, moradia e trabalho, que estavam realizando vários setores sociais, foi se somando um movimento que, embora não tivesse uma demanda bem delimitada, desafiava as formas de fazer política até tomar um viés marcadamente "antipolítico" que teve seu ponto álgido na campanha para anular o voto nas eleições legislativas de setembro de 2001. Nessa eleição, o voto nulo chegou a 15,9% - 40% em cidades como Rosario -, percentual elevadíssimo se comparado ao 3,6% de sufrágios nulos e 0,7% de em branco da eleição anterior, para ter um ponto de referência.

Às duas linhas de ação - o protesto e a impugnação - foi acrescentada outra, muito maior, que tinha como causa a proibição de sacar a poupança dos bancos públicos e privados conhecida como "corralito"[123] adotada pelo governo De La Rúa em 1° de dezembro. Assim, os sindicatos

---

[120] Fonte: Dirección Nacional Electoral, do Ministerio del Interior de la República Argentina. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/interior/dine/resultadosyestadisticas/1999#3>. Acesso em 30/07/2020.

[121] O Congresso argentino concedeu, por lei, ao ministro Cavallo, poderes que lhe permitiam aumentar ou diminuir tributos, fundir ou descentralizar órgãos públicos, revogar leis que afetem ou regulamentem o funcionamento desses organismos, garantir operações de crédito público por meio de fundos de arrecadação de impostos e, entre outros, modificar a legislação dos Ministérios. Esses atos ficaram sob o escrutínio de uma comissão parlamentar, composta por deputados e senadores. Fonte: jornal ABC. Disponível em: <https://www.abc.es/internacional/abci-cavallo-obtiene-superpoderes-argentina-bajo-vigilancia-comision-200103270300-20481_noticia.html>. Acesso em 30/07/2020.

[122] Segundo o analista Oscar Raúl Cardozo, "Esse governo não tem nada daquele que foi eleito em 1999. Naquelas eleições, De la Rúa obteve metade dos votos (48,5%), (Eduardo) Duhalde (candidato do Partido Justicialista, hoje oposição) teve 39%, e Cavallo, 10%. Hoje, quem manda são os 10%, que perderam". Fonte: jornal Folha de são Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2503200101.htm>. Acesso em 30/07/2020.

[123] O "corralito" - "cercadinho" ou "curralzinho" em português - foi uma "reação desesperada do ministro de economia Domingo Cavallo e o presidente De La Rúa, a uma corrida bancária que provocou, até aquele dia, uma sangria pela retirada de fundos de 22 milhões de dólares em menos de três meses". A medida, aplicada em 3 de dezembro de 2001, indisponibilizou os depósitos dos poupadores por quase 70 bilhões de dólares. Fonte: jornal O Globo. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/12/dez-anos-atras-a-argentina-se-afundava-em-um-corralito.html>. Acesso em 30/07/2020.

declararam uma greve geral que contou com muitas adesões, ao mesmo tempo que diferentes manifestações populares repentinas começaram a ocorrer entre as classes populares lideradas pelos chamados "piqueteros". Como explica Gordillo (2011), foi se instalando a ideia de que cada um, desde seu lugar e reclamo, devia contribuir para acabar com as diferentes injustiças. Nesse sentido, articulou-se uma aliança entre os setores populares e a classe média argentina sob o lema "piquete y cacerola, la lucha es una sola"[124] que, nos acontecimentos de fins de dezembro, tomaria forma em uma demanda articulada sob a conhecida consigna: "Que se vayan todos, que no quede ninguno"[125]. Segundo explica Gordillo (2011):

> fue la forma que adoptó la reasunción de la soberanía, pero no para hacerse del poder, no para la toma del poder como había sido propuesto en otros tiempos, sino para volver a delegarla en nuevos y viejos formatos.

O clima de descontrole cresceu e houve saques (pessoas que entravam à força em várias lojas e levavam os produtos) em supermercados de várias cidades, como acontecera em 1989, na época da pior hiperinflação argentina. Para restabelecer a ordem, na noite de 19 de dezembro, o presidente De La Rúa anunciou o estado de sitio, medida que suspendia as garantias constitucionais e entregava às forças armadas faculdades de repressão. Foi nessa mesma noite que se ouviram, em todo o país, o ecoar das panelas. As pessoas saíram às ruas para se manifestar, ou o faziam nas lajes das casas e nas sacadas dos apartamentos. Um grande número de manifestantes rodeou a Casa Rosada, sede do governo argentino, reclamando "que se vayan todos" e exigindo a renúncia do presidente, desafiando as restrições à circulação por ele impostas.

Por causa da decretação do estado de sítio, alguns ministros renunciaram, entre eles, o próprio superministro Domingo Cavallo. De La Rúa tentou convocar ao diálogo, mas não resistiu à pressão popular e acabou apresentando também a sua renuncia às 20hs do dia 20, saindo da Casa Rosada num helicóptero por causa dos manifestantes, numa cena que perdurará no imaginário político argentino.

---

[124] Gordillo, em sua pesquisa, esclarece que a "aliança" era só na superficialidade já que nos anos posteriores demonstraria sua fragilidade.

[125] Sob o mesmo lema, foi canalizado o desgosto e a falta de esperança da juventude espanhola em 2011 que, no movimento social "Indignados" ou "15M", se reuniu nas diversas praça públicas desse país para atrever-se a pensar novas formas de politicidade. "Que se vayan todos", na Espanha, foi uma ideia-força contra o bipartidismo (PP-Partido Popular e PSOE Partido Socialista Obrero Espanhol, que governaram, alternadamente, depois da retomada da democracia em 1978 (popularmente conhecido como "pacto del '78").

Na semana seguinte o Congresso argentino nomeou 4 presidentes[126], mas nenhum deles conseguiu se manter no poder até que foi declarado presidente Eduardo Duhalde, que fora vice-presidente de Carlos Menem de 1989-1995, governador da província de Buenos Aires e candidato a presidente que obtivera o segundo lugar nas eleições presidenciais em 1999. Duhalde se manterá presidente até 2003, quando assumirá Néstor Kirchner, eleito em outubro daquele ano.

Por fim, acreditamos necessário nos deter nos "cacerolazos" de 2001 porque, em suma, eles se estabeleceram como forma de resistência às políticas neoliberais que se desenvolviam, em maior ou menor grau, na Argentina desde a ditadura de 1976. Esses "cacerolazos", aliados ao movimento "piqueteros", deram lugar a assembleias deliberativas populares em todo o país[127]. Como aponta della Porta (2005, p. 15), essas experiências, junto com o Movimento Sem Terra, no Brasil, os movimentos indigenistas na Bolívia, Equador e Peru, se conectam com os movimentos de resistência ao neoliberalismo a com as ações antiglobais. De fato, os "cacerolazos", como repertório de ações de protesto, chegaram às manifestações dos "Indignados", acontecidas na Espanha em 2011.

Todavia, apesar do protagonismo das panelas, esses movimentos (o de 2001 na Argentina, os que o antecederam na América Latina e o de 2011 na Espanha), em nada se parecem com os "cacerolazos" destituintes de 2012-2014 que pregavam o contrário: a volta do individualismo, o abandono dos setores menos favorecidos da sociedade e, em alguns casos extremos, até a reivindicação da ditadura.

2.1.2 Contextos dos "Cacerolazos" e "Panelaços" na Argentina e no Brasil

Em concordância com, ou em decorrência dos movimentos sociais acontecidos na África, Europa e Estados Unidos, ocorreram na Argentina e no Brasil mobilizações contrárias aos

[126] Primeiramente, no dia 21 de dezembro, assume provisoriamente o presidente do senado, Ramón Puerta; no dia 22, o Congresso nomeia presidente o governador da província de San Luis, Adolfo Rodríguez Sá, que governará até o dia 30; Eduardo Camaño assume a presidência por um dia e, em 1 de janeiro de 2002, Eduardo Duhalde é nomeado presidente e governará até às eleições de 2003.

[127] Segundo o dirigente social Sergio Bertaccini, no começo de 2002, havia 112 assembleias de bairro funcionando em Buenos Aires, e 272 em todo o país. "Não havia mandato, não havia forma de coordenar. Era um processo aberto. Havia forte descrédito em toda institucionalidade burguesa, uma coisa que foi se acumulando ao longo dos anos". Fonte: portal RDB. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2012/01/do-presidente-relampago-a-eleicao-de-nestor-kirchner-fim-de-2001-foi-agitado-na-argentina/>. Acesso em 30/07/2020.

governos das presidentas Cristina Fernández de Kirchner (2012-2014) e Dilma Rousseff (2015-2016).

Quanto ao contexto sócio-histórico, no qual as manifestações que analisaremos se desenvolveram, sumariamente é possível apontar, numa primeira aproximação geral, alguns paralelismos na Argentina e no Brasil:

a) em matéria social, ambos os países criaram planos assistenciais para os setores mais desfavorecidos (Bolsa Família e Asignación Universal por Hijo, no Brasil e Argentina respectivamente); políticas de valorização do salário mínimo; criminalização do feminicídio; casamento igualitário; programas habitacionais ("Minha casa, minha vida" e "PRO.CRE.AR"); políticas de pleno emprego; criação de escolas e universidades etc.

b) no plano econômico: políticas de desendividamento externo; favorecimento do mercado interno para impulsionar o desenvolvimento econômico; política de crédito ativa para os setores produtivos etc.

c) na política exterior: diplomacia menos alinhada aos interesses dos EUA e mais voltada para a África e América Latina. Destacam-se a criação da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas) e da CELAC (Comunidade dos Estados Latino americanos e Caribenhos). Outro ponto de destaque é a participação do Brasil, como membro pleno, de um bloco de países emergentes, o BRICS[128], e a participação na balança comercial e nos investimentos diretos da China, tanto da Argentina como no Brasil.

Diretamente ou não, muitas dessas realizações serão vistas como pontos negativos nos discursos das manifestações como veremos oportunamente.

Como explica Valdéz (2015, p. 8), muitos países latino-americanos e caribenhos gozaram de vários anos de prosperidade com taxas de crescimento elevadas, aumento nos fluxos de investimento estrangeiro direto (IED), ampliação da classe média e redução da pobreza. Nesse contexto, a Argentina tinha sua participação garantida no G20 e o Brasil tinha se convertido num ator relevante dos BRICS, seleto grupo da elite dos países emergentes.

[128] O nome deve-se ao acrônimo dos países emergentes que o compõem: Brasil, Rússia, Índia, China e, a partir de 2011, África do Sul – South Africa, em inglês-.

Entretanto, como aponta o autor:

> dicha estabilidad también ha causado el despertar de los ciudadanos y de las clases sociales emergentes, mientras que el modelo económico basado en las industrias extractivas en la región también ha causado un serio descontento en la población (VALDÉZ, 2015, p. 10).

No mesmo sentido, Sampaio (2015, p. 117) afirma que a história positiva do auge da classe média na América Latina, entendido como um dos avanços do crescimento econômico com inclusão social, disfarçaram por um tempo "la desagrable verdad" da insegurança econômica, que atingiu a marca de 37% na região. Dentre eles, estão os considerados "vulneráveis", ou seja, aqueles que podem voltar à pobreza em menos de 5 anos em qualquer momento, que chegam a 10% da população latino-americana.

Sem ânimo de alimentar um determinismo ingênuo na tentativa de explicar eventos sociais unicausalmente, podemos dizer que esse foi um sentimento comum nas manifestações em ambos os países: a de serem "injustiçados" (e não privilegiados), de "suportarem a maior parte do peso social" e de que alguém "levava vantagem" dessa situação (no Brasil, os "bolsistas"[129]; na Argentina, os "planeros"). Tais sentimentos se entrecruzarão com outros, de responsabilização das duas mandatárias na época, como veremos no *corpus*.

a) Contexto sócio-histórico dos "cacerolazos" argentinos

Quanto à Argentina, a economia e, especialmente, o tecido social estavam em processo de recomposição depois do período de políticas neoliberais 1990-2002 que culminou com a crise de dezembro e a queda do Presidente Fernando De La Rúa dois anos antes de acabar o mandato.

Depois do governo de Eduardo Duhalde que completaria o mandato, em 2003 chega ao governo um novo setor do Partido Justicialista[130], ignoto até então, com Néstor Kirchner iniciando um período que seria denominado como "era kirchnerista", "os Kirchner" ou, simplesmente, "os K". Em 2007, Néstor não concorreria à reeleição, como muitos esperavam, e

[129] Há vídeos em que participantes das manifestações na Av. Paulista hostilizam transeuntes ao grito de "bolsistas".

[130] A ideologia do Justicialismo é muito difícil de definir porque abarca desde setores de extrema esquerda até ultraconservadores e setores de direita neoliberal, como os que governaram o país na década dos '90.

em seu lugar se elegeria a sua esposa, Cristina Fernández[131]. Néstor Kirchner faleceu em 27 de outubro de 2010, de uma parada cardiorrespiratória aos 60 anos. Cristina se apresenta na eleição de 2011 e consegue ser reeleita, em 23 de outubro, com 54,11% dos votos, a maior votação desde a redemocratização da Argentina de 1983[132].

Quanto às características das ações de estado nos três períodos presidenciais "kirchneristas", em linhas gerais, como acontecera com os mandatos do Partido dos Trabalhadores no Brasil, tiveram como foco principal a proteção dos setores mais vulneráveis da sociedade. Assim, por exemplo, a presidenta Fernández criaria o AUH, (Asignación Universal por Hijo), uma ajuda social que "les corresponde a los hijos de las personas que están desocupadas, trabajan en la economía informal con ingresos iguales o inferiores al Salario Mínimo, Vital y Móvil, monotributistas sociales, trabajadores del servicio doméstico, trabajadores por temporada […]"[133]. No ano de 2012, a presidenta argentina criou o PRO.CRE.AR, Programa de Crédito Argentino, plano que entregou empréstimos imobiliários a 400.000 famílias para "la construcción, ampliación, terminación y refacción de viviendas, como así también para adquirir aquellas que son construidas por el Programa a través de desarrollos urbanísticos"[134].

Na esfera econômica, renegociou a dívida externa e acabou com o endividamento externo pondo fim aos planos de austeridade que exigia o FMI aos países desde a década de ´80; promoveu o papel mais atuante do estado na economia, principalmente mediante o gasto público e as obras de infraestrutura, assim como com créditos dados aos empresários com o dinheiro das AFJP - os fundos do sistema previdenciário que tinham sido privatizados no governo Menem - agora novamente em mãos do Estado, e uma política de *superávit* primário e fiscal.

---

[131] Embora possa parecer um caso de nepotismo, Cristina já havia participado ativamente da política. Em 1989, foi eleita Deputada Provincial pela província de Santa Cruz, cargo para o qual foi reeleita em 1993 e 1995. Em 1994, elegeu-se representante por Santa Cruz à Convención Nacional Constituyente de Santa Fe, que reformou a Constituição Argentina. Em 1995, ingressou no Senado Nacional por Santa Cruz. Em 1997 renunciou a seu cargo de senadora para ser eleita deputada nacional e, em 2001, foi eleita novamente senadora, sempre pela mesma província. Fonte: site CFK argentina. Disponível em: <http://www.cfkargentina.com/biografia-de-cristina-fernandez-de-kirchner/> Acesso em: 20/04/2016.

[132] Fonte: Disponível em <https://oglobo.globo.com/mundo/cristina-kirchner-reeleita-com-maior-votacao-desde-redemocratizacao-da-argentina-2897680> Acesso em 70/06/2020

[133] Fonte: ANSES Administración Nacional de Seguridad Social. Disponível em <http://www.anses.gob.ar/prestacion/asignacion-universal-por-hijo-92> Acesso em 20/04/2015.

[134] Fonte: PRO.CRE.AR. Disponível em <http://www.procrear.anses.gob.ar/programa> Acesso em 20/04/2015.

Entretanto, em março de 2008, aconteceu uma série de protestos dos setores ligados à exportação de grãos para se opor ao decreto 125/2008, que, como explica Zunino (2010),

> establecía un incremento de las retenciones a la exportación de soja del 35% al 44%, de girasol del 32,1% al 39,1%, mientras que se reducían las alícuotas para el maíz y el trigo en un 1%. Un rasgo característico de esta nueva modalidad impositiva era su movilidad. El porcentaje de los tributos quedaba atado proporcionalmente a la evolución de los precios internacionales.

Diante disso, para se opor a tal medida, produtores rurais grandes, medianos e pequenos, agrupados em diferentes associações de classe, realizaram um "lock out" que impediu o trânsito nas principais rodovias do país deixando "os diferentes centros urbanos à beira do desabastecimento de todo tipo de produtos" (ZUNINO, 2010). O confronto foi inédito por sua duração, pela coesão alcançada por todas as organizações representativas do agronegócio e pelos métodos empregados: notas pagas nos principais jornais, manifestações em diversas capitais argentinas, corte de estradas por tempo indeterminado e muitas outras variadas formas de protestos, tanto das pessoas diretamente afetadas quanto de quem se identificou, por diversos motivos, com os reclamos dos produtores rurais, mobilizados sob o lema "todos somos el campo". A medida legislativa promovida pelo governo não foi aprovada na Câmara de Senadores por um voto e, depois de 6 anos, as camadas médias da sociedade argentina estavam prontas para se manifestar novamente nas ruas.

Dessa forma, logo após as eleições presidenciais de 2008 e as mobilizações protagonizadas pelos dirigentes agropecuários contrários a uma medida governamental, começaram a acontecer manifestações "autoconvocadas" por setores das classes alta e média alta de Buenos Aires, que foram se espalhando por outras capitais e grandes cidades, ao som do bater de panelas. Como esclarece Calabrese Castro (2014, p. 2), ao analisarmos a mobilização denominada #13S (em alusão ao dia 13 de setembro de 2012 em que foi realizada)[135], os que batiam panelas eram "as classes de maior poder aquisitivo", embora, como aponta a autora, alguns setores ou integrantes de setores populares também pudessem aderir a este tipo de protestos na busca de respostas "a demandas historicamente postergadas".

[135] O #13S, a diferença do que acontecera com manifestações de pouco poder de convocatória nos meses de maio e junho daquele ano, conseguiu reunir milhares de manifestantes nos bairros mais abastados das cidades de Buenos Aires, Rosario, Mar del Plata, Mendoza, Córdoba, Bariloche, Posadas, Salta e Río Gallegos, alcançando destaque em nível nacional e internacional.

Os motivos das reivindicações iam desde flexibilização da política cambial até reclamações por suposta falta de liberdade. Em relação ao #13, que *grosso modo* daria o teor das manifestações seguintes, Calabrese Castro (2014, p. 2) aponta:

> A rasgos generales, las principales consignas que expresaron los manifestantes el 13-S fueron en contra de la política económica, la inflación, las retenciones a las importaciones y las restricciones para comprar moneda extranjera. Esta última medida afectó principalmente a sectores de clase alta y clase media alta, acostumbrados a ahorrar en dólares. Con lemas como "en Barrio Norte también tenemos hambre", estos sectores salieron a las calles al ver amenazado su estatus y nivel de vida.

Junto com o "som das panelas" e os reclamos apontados, apareceram manifestações de uma agressividade explícita tanto contra a presidenta Cristina Fernández, quanto à agrupação política "La Cámpora", braço juvenil do partido governante.

Essas manifestações alcançaram grau de massividade em 2012 e logo foram definhando paulatinamente. Foram conhecidas como #13S #8N #18A #8A #13N y #18F aludindo às datas de sua realização.[136]

Durante os dois governos de Cristina Fernández de Kirchner (2008-2015), uma palavra pareceu capturar o *sensorium* da esfera pública argentina: "crispação"[137]. A crispação definia um humor social próprio de uma polarização cada vez mais intensificada em torno das políticas redistributivas do governo kirchnerista e uma politização - que muitos/as percebiam como demasiadamente agressiva, ou diretamente manipuladora, e que mascararia problemas reais - de um governo que setores da política e da imprensa caracterizavam como "ideológico. Essa crispação indicava, para alguns setores, uma conflituosidade posta a serviço do governo (contra certos setores políticos, como a oligarquia, a imprensa hegemônica etc.) ou mobilizada contra o governo e especialmente contra a figura de Cristina - traduzida em uma violência verbal que recuperava tons machistas, racistas e classistas e que bebia numa tradição antiperonista de longa data (GIORGI, 2019, p. 79-80).

[136] Respectivamente: 13 de setembro e 8 de novembro de 2012; 18 de abril, 8 de agosto e 13 de novembro de 2013, e 8 de fevereiro de 2014.

[137] Em espanhol "crispasión".

b) Contexto sócio-histórico dos "panelaços" no Brasil

Em 2015 e 2016, no Brasil, o mesmo tipo de manifestações ganharam as ruas também de capitais e grandes cidades brasileiras, com o mesmo teor de agressividade contra a presidenta Dilma Rousseff e o Partido dos Trabalhadores[138]. Embora alguns autores tentem estabelecer uma relação de causa-efeito entre essas mobilizações com as de 2013, elas tiveram protagonistas, objetivos e pautas reivindicatórias totalmente diferentes. Como explica o professor Calil (2016), nas primeiras

> se colocaram em pauta demandas por ampliação da democracia, denúncia da repressão policial e reivindicação por direitos sociais e melhores serviços públicos. Em síntese, demandas de qualificação da democracia e em defesa do Estado social.

Já nas segundas, conforme o autor, à defesa do *impeachment* misturaram-se "posições fascistizantes", de "regeneração da ditadura", hostilização pública da esquerda e mobilizações golpistas sob distintas formas, como a reivindicação por "intervenção militar".

Pinheiro-Machado (2019, p. 68) também aponta que é "comum que se responsabilizem as jornadas de junho de 2013 por tudo o que aconteceu no Brasil"[139], mas afirma que esse é um argumento que não ajuda a compreender o fenômeno de rearticulação das direitas nacionais e globais, uma vez que "a guinada conservadora já estava em curso, desenhada e pronta para eclodir". A extrema-direita, nacional e global disfarçada de liberalismo, atuava e conquistava corações e mentes desde a virada do milênio. No Brasil, fazia-o por meio de institutos e *think tanks*[140], como o Instituto Ludwig von Mises, o Instituto de Estudos Empresariais, o Instituto

[138] Perceba-se o paralelismo com os "alvos" na Argentina: Cristina Kirchner e a organização social juvenil justicialista "La Cámpora". Tanto "petista" como "camporista" foram empregados como significantes vazios, condensadores de significados altamente negativos, pelos opositores e até por alguns jornalistas contrários aos governos em cada um dos países.

[139] Gerab Baggio (2016, p. 260) aponta que o grito "Fora Dilma" já aparecia nas manifestações de rua em 2013, "incentivado pela 'grande' mídia liberal-conservadora antipetista".

[140] O termo, que poderia ser traduzido como "tanque de ideias", alude a institutos de pesquisas, ou centros de pensamento etc. dedicados a estudos principalmente de caráter político, econômico e social, normalmente de ideologia liberal ou neoliberal. Costumam estar vinculados a partidos políticos, empresas multinacionais, meios de comunicação, uma vez que sua função é exercer pressão política (*lobby*), e influenciar a opinião pública.

Liberal, Estudantes pela Liberdade e o Instituto Millenium, entre outros (GERAB BAGGIO, 2016, p. 265)[141].

No mesmo sentido, Jardim Pinto (2019, p. 42) explica que as jornadas de junho não foram "o momento inaugural" do discurso conservador, que era preexistente, nem que o PT tivesse sido abandonado por seus eleitores, uma vez que, de fato, Dilma Rousseff foi reeleita em 2104. O que para a autora aconteceu é um vazio discursivo do campo da centro-esquerda e uma reorganização da centro-direita, que "tomou a dianteira" mediante a construção de um discurso popular pautado por "palavras de baixo calão, panelaços nas janelas dos prédios de classe média, xingamentos machistas contra a presidenta e até uso pornográfico de sua imagem", características que foram se intensificando nos panelaços de 2015-2016.

Dessarte, e com a finalidade de evitar simplificações, Jardim Pinto (2019, p. 15) aponta uma trajetória discursiva com três momentos diferentes das manifestações de 2013 a 2105: 1) as manifestações de junho de 2013; 2) as manifestações relacionadas à Copa do Mundo de Futebol em 2014; e 3) as manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em março de 2015.

Momento 1: 2013

Em relação às manifestações de 2013, é muito difícil estabelecer uma caracterização dado que "as diferenças são mais fortes do que as equivalências" (JARDIM PINTO, 2019, p. 35). Sampaio (2015) lembra que as últimas manifestações massivas ocorreram em 1992 com motivo do *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo. Se pensarmos no "mais de um milhão de pessoas" que em 20 de junho de 2013 saiu às ruas (SAMPAIO, 2015, p. 120) podemos dizer que as coisas já não estavam mais como eram conhecidas até então. Dessa multidão 46% nunca tinham estado antes num protesto e 80% disse que se uniram ao movimento através das redes sociais, segundo pesquisa do IBOPE (2015, p. 120).

[141] Todos esses institutos, como explica Kátia Gerab Baggio (2016, p. 265), têm vínculos estreitos com a "organização ultraliberal norte-americana Atlas Network", assim como os *think tanks* argentinos "Fundación Libertad", e o "Consejo Argentino para las Relaciones Internacionales" (CARI), muito atuantes na convocação e realização das manifestações destituintes naquele país. Inclusive Alejandro Chafuen, argentino radicado em Estados Unidos, presidente na época de Atlas Network, esteve presente na manifestação do dia 12 de abril de 2015 (AMARAL, 2015).

Coincidentemente, ou não, a União Europeia experimentava um período de crise econômica, *déficits* fiscais consideráveis, medidas de austeridade, altas taxas de desemprego, especialmente entre os jovens, e o deterioro dos *standard* de vida dos cidadãos em geral que resultaram em protestos com massiva cobertura da imprensa. A exemplo da Europa, não demoraria para que o descontentamento no Brasil se materializasse em manifestações que reivindicavam melhorias nos serviços. Segundo Sampaio, "las marchas de un pequeño grupo en el sur de Brasil pidiendo transporte público gratuito, de repente ganaron en tamaño y visibilidad" conseguindo seu apogeu no mês de junho de 2013 (SAMPAIO, 2015, p. 115).

De igual forma, quanto à natureza organizativa das manifestações, Pinheiro-Machado (2019, p. 51) aponta que

> Os movimentos que vimos no Brasil desde 2013 são ambíguos porque seguem a lógica de agregação, em que se integram pessoas via viralização, contágio, na internet. E como os participantes não são sindicalizados, sem aquela linha clara política à qual estávamos acostumados nas manifestações do passado, reivindicam coisas múltiplas[142].

Fruto da "inclusão social pelo consumo" (Pinheiro-Machado, 2019), no decênio 2002-2012, a classe média pulou de 38% a 53% da população total e seu ingresso monetário médio cresceu 50% alcançando R$ 576,00 (257,00 USD)[143]. Entretanto, os reclamos e frustrações sobre as infraestruturas e serviços públicos insuficientes cresceram em uma proporção insustentável. Segundo Sampaio (2015, p.117), os ingressos desse estrato social, incrementados após uma década de alto crescimento "tenía que acomodarse a los gastos de los servicios básicos esperados por parte del estado, pero se dieron de forma inadecuada o precaria - o no se dieron", como aconteceu, por exemplo, com a segurança nos centros urbanos brasileiros em expansão.

Esse contraste entre o imenso aumento das demandas e o crescimento bem mais modesto dos serviços e infraestrutura é, como afirma Sampaio (2015, p. 118), uma fonte tradicional de agitação dentro dos movimentos sociais. A respeito, Gurr postulava, segundo aponta Sampaio (2015, p. 118):

---

[142] Percebem-se, novamente, traços comuns com as manifestações na Argentina: a multiplicidade dos reclamos e a lógica organizativa.

[143] Sampaio cita como fonte um levantamento feito pelo IBOPE publicado em um artigo da revista Época chamado "Pesquisa Revela Perfil dos Manifestantes Brasileiros". Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2013/06/pesquisa-revela-perfil-dos-manifestantes-brasileiros.html>.

> La privación relativa (PR) se define como la percepción de los agentes de discrepancia entre sus expectativas de valor y sus capacidades de valor. Las expectativas de valor son los bienes y condiciones de vida a las que las personas creen que tienen derecho. Las capacidades de valor son los bienes y condiciones que creen que son capaces de conseguir y mantener… El énfasis de la hipótesis está en la percepción de privación; las personas pueden estar privadas subjetivamente en referencia a sus expectativas aunque un observador objetivo no juzgue que estén necesitadas.

Com as demandas da nova classe média não satisfeitas e a constante insegurança social, o Brasil experimentou uma sensação de *privação relativa* em grande escala (SAMPAIO, 2015, p. 118). Esse sentimento de insegurança evidenciou-se numa pesquisa de opinião de "Pew Global Attitudes", publicada em junho de 2013, que mostrava que 74% dos brasileiros considerava sua situação financeira "boa", porém 70% deles manifestaram que o aumento dos preços e a falta de oportunidades de trabalho são grandes problemas (SAMPAIO, 2015, p. 116).

Quem se manifestava nas ruas em 2013 eram majoritariamente jovens altamente escolarizados, sem experiência político-partidária ou associativa, que "portavam cartazes feitos à mão" nos quais criticavam o governo em particular e os políticos em geral (JARDIM PINTO, 2109, p. 32), ao mesmo tempo em que pediam mais recursos para a saúde e a educação, embora, como aponta a autora (2019, p. 33), viessem de setores sociais que menos utilizavam tais serviços.

Momento 2: 2014

Segundo Pinheiro-Machado (2019, p. 71), o ano de 2014 "foi muito importante para entender a extrema-direita que saía do armário", uma vez que as pessoas que tinham vergonha de se dizerem de direita começaram a sentir orgulho disso. Mostra disso, como aponta a autora, foi que, nessa eleição, o Brasil elegeu "uma das bancadas mais conservadoras da sua história". Naquele ano, começaram a acontecer manifestações para pedir hospitais e escolas "padrão FIFA", em alusão aos 8 bilhões de reais que o estado brasileiro destinara à realização da Copa do Mundo de 2014. Como salienta Sampaio (2015, p. 115), o que a classe média reclamava não eram mudanças de regime político, nem mais liberdade e sim qualidade de vida e preços razoáveis. Por esse motivo, embora possam ter sido confundidas com as Primaveras Árabes - ao ponto de alguns meios de comunicação internacionais apelidá-las de "primavera tropical"

(SAMPAIO, 2015, p. 113) - a natureza de seus objetivos estava longe do que se reclamava naqueles *novíssimos movimentos sociais* antiglobalização.

Contudo, é justo salientar que o governo ouviu e, em grande parte, se mobilizou para atender aos pedidos:

> el gobierno tuvo que revisar muchas de sus prioridades estratégicas en espacio de unas pocas semanas. Envió al Congreso y consiguió que se aprobase rápidamente una propuesta de ley para dirigir casi todas las rentas de sus reservas de petróleo del litoral hacia la educación y la sanidad. Una propuesta para una reforma del sistema político para que tenga mayor capacidad de respuesta y frenar la corrupción empezó a ser debatida para una posible aprobación antes de finales de 2014. Los que hacían campaña por la movilidad urbana fueron recompensados con un compromiso de inversión en infraestructura de 25 mil millones (SAMPAIO, 2015, p. 123).

Estas medidas foram anunciadas pela presidenta Dilma Rousseff dias depois dos protestos conhecidos como "jornadas de maio".

Desta série de protestos, ficaram alguns "legados": a vontade de sair nas ruas e a capacidade de se organizar por meio das redes sociais. Com relação ao primeiro, Sampaio (2015, p. 113) aponta que

> En un país con bajos niveles de movilización social para la protesta, los propios brasileños parecían perplejos, intentando describir lo que estaba pasando a través de una etiqueta de Twitter que se extendió rápidamente: "el gigante ha despertado" (#OGiganteAcordou).

Momento 3: Os panelaços destituintes de 2015-2016

Depois das eleições presidenciais de 2014, o Brasil ficara profundamente dividido "com as forças da oposição que haviam votado em Aécio Neves inconformadas com a derrota por pequena margem de votos", de tal forma que o discurso anti-Dilma logo virou pro-*impeachment* (JARDIM PINTO, 2019, p. 45). Como lembra a autora, a popularidade da Presidenta despencou, nos 3 primeiros meses, de 42% de ótimo e bom e 24% de péssimos em dezembro, para 13%, de ótimo e bom e 60% de péssimo (2019, p.45), sem que tivesse havido nenhuma medida drástica que justificasse a queda.

Aproveitando esse clima pós-eleitoral, a tão só 6 dias do fim das eleições, foi convocado, pela página do Facebook do candidato a deputado Paulo Batista, o primeiro "protesto pró-*impeachment*" na Av. Paulista, na cidade de São Paulo (ROCHA, 2019, p. 51). Como aponta a autora, "apesar de ter recebido 100.000 confirmações *online* e o apoio de Olavo de Carvalho e Marcelo Reis (da página "Revoltados Online"), apenas compareceram menos de 2.500 pessoas (ROCHA, 2019, p. 51). Participaram personalidades como o músico Lobão e Eduardo Bolsonaro[144]. Já nesse primeiro ato público, os manifestantes portavam cartazes com os dizeres: "Fora Dilma", "Fora PT", "Fora corruPTos", que virariam mantras nas manifestações do ano seguinte, e também a favor da intervenção militar e contra o comunismo, Venezuela e Cuba. Um dado interessante nessa manifestação foi uma imensa faixa na qual estava escrito "Dilma sabia" numa clara alusão à capa da revista *Veja*, publicada em 24 de outubro com os rostos de Dilma e Lula e, em letras vermelhas, "Eles sabiam de tudo", acusando ambos políticos de serem responsáveis pela corrupção na empresa estatal de petróleo Petrobrás, denunciadas pela "operação Lava Jato" desde março daquele ano. Há uma continuidade criada no sistema de *doxas* dos manifestantes entre a eleição, a ilegitimidade pela corrupção acobertada (eles sabiam, ela sabia) e o *impeachment*, que seria sua natural consequência.

Apesar da pouca participação popular, os organizadores não desanimaram e

> Passados apenas 15 dias do primeiro protesto, foi convocada uma segunda manifestação na mesma avenida paulistana pelo grupo Revoltados Online, em 15 de novembro [...] após o segundo protesto seguiram-se ainda mais três eventos similares, e os diferentes movimentos começaram a tentar superar as diferenças existentes" (ROCHA, 2019, p.52)

Foi nesse contexto político que, em 2015, aconteceram 4 manifestações, aos finais de semana, festivas e com estética "verde-amarela", manifestações das elites brancas, especificamente, conhecidas como "panelaços", cujos motivos eram a favor de um pseudo nacionalismo, expressar oposição à corrupção do governo ("a corrupção do PT") e, principalmente, ao Partido dos Trabalhadores (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 73). Como explica Ab'Sáber (2015, p.31):

[144] Fonte: Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml> Acesso em: 24/05/2018.

> Da noite para o dia, longas e sérias crises acumuladas, do transporte público nas grandes cidades brasileiras, da experiência coletiva da polícia incompetente e antissocial, herança não criticada da ditadura militar, da péssima qualidade dos serviços públicos no Brasil, todas as mazelas de uma vida falsamente pacificada e redimida na lógica das seduções muito propagandeadas do *lulismo*, entravam em crise imediata e urgente e movimentavam uma nova paixão política, do desejo de política direta, nos corpos vivos de jovens, há muito não vista no Brasil.

A diferença das anteriores, essas conseguiram reunir centenas de milhares de pessoas nos grandes centros urbanos, com a ajuda da "divulgação massiva por parte da grande mídia dos escândalos revelados pela operação Lava Jato" e pelo financiamento que os organizadores passaram a receber "de empresários e políticos da oposição" (ROCHA, 2019, p. 52). Os 4 "panelaços" aconteceram, cronologicamente, em 15 de março, 12 de abril, 16 de agosto e 13 de dezembro. A última das manifestações destituintes aconteceu no dia 13 de março de 2016[145], às vésperas da autorização do *impeachment* no Congresso brasileiro em 17 de abril[146].

Como acontecera nas manifestações destituintes na Argentina, as cores da bandeira do Brasil dominaram a cena e, contraditoriamente, no momento em que era questionada a honestidade dos dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol pelos escândalos, entre outros, das construções dos estádios e outras obras realizadas com motivo da Copa do Mundo da FIFA, a camiseta da seleção brasileira de futebol tornou-se o uniforme "oficial" dos manifestantes.

O denominador comum dos manifestantes era o *impeachment* da Presidenta e, como sustento, uma forte cadeia de equivalências que articulava todo o discurso: Dilma-PT-corrupção (JARDIM PINTO, 2019, p.48). Eram, em sua maioria, como aponta Telles (2019, p. 60), indivíduos brancos, altamente escolarizados, com rendas superiores a 5 salários-mínimos, muito interessados em política cuja principal fonte de informação era a internet. Esse último dado não é

[145] Sem entrar na polêmica de se foi ou não a maior manifestação política em São Paulo, como disseram os jornais na época (entre outros o jornal Folha de São Paulo: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1749528-protesto-na-av-paulista-e-o-maior-ato-politico-ja-registrado-em-sao-paulo.shtml), foi, sem dúvidas, o "panelaço" que maior participação teve. Fonte: Portal UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/13/brasil-tem-maior-manifestacao-contra-dilma.htm>. Acesso em: 24/05/2018.

[146] O processo de *impeachment* começou em 15 de outubro de 2015 com a apresentação da denúncia crime pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal na Câmara dos deputados, a qual foi admitida pelo seu presidente, o deputado Eduardo Cunha em 2 de dezembro; em 12 de abril de 2016 a denúncia obteve parecer favorável pela comissão especial da Câmara dos Deputados encarregada da sua admissibilidade, sendo definitivamente autorizada em 17 de abril pelos deputados em sessão plenária. O senado, que realmente julgou o processo de *impeachment*, cassou o mandato da presidenta, mas não impôs a pena de inabilitação solicitada na denúncia crime.

menor porque, como aponta Pinheiro-Machado (2019, p. 73-74), o "Movimento Brasil Livre" - MBL- e "Vem pra Rua", entre outros, foram muito atuantes nas convocações às mobilizações, atraindo às novas gerações ao se apresentar como jovens liberais, rebeldes contra o poder estabelecido, e com forte presença na internet, principalmente por meio da produção de *memes*, tudo o qual lhes conferia um "ar moderno" e renovado no campo da política. Telles (2019, p. 77) também destaca o papel das redes sociais nas manifestações e, em especial, dos *outsiders* da política tradicional que se comportaram como "novos líderes" negando o papel das instituições e desacreditando ainda mais a política, com táticas oriundas das lógicas e novas formas de comunicar inauguradas pela emergência das redes sociais:

> Esses grupos, que se apresentam como apartidários (ou mesmo contrários aos partidos) e sem líderes, usaram o Twitter e o WhatsApp para noticiarem fatos e boatos desfavoráveis ao governo e aos políticos (TELLES, 2019, p. 77).

Esses *outsiders*, embora viessem, com o tempo, a perder credibilidade e, por conseguinte, poder de convocatória, foram capazes de conseguir a atenção de um grande número de pessoas insatisfeitas. Com sua narrativa anticomunista e anticorrupção, contribuíram ao *impeachment* de Dilma Roussef, à eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e, ainda, conseguiram uma bancada de "quatro deputados federais – Jerônimo Goergen (PP-RS), Paulo Martins (PSC-PR), Zé Mário (DEM-GO) e Eduardo Girão (Podemos-CE)." (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 74).

2.1.3 Movimentos sociais e "Cacerolazos" e "Panelaços"

Caracterizar os acontecimentos sociais que aconteceram na Argentina entre 2012 e 2014, e no Brasil no período 2015-2106 não é tarefa fácil, uma vez que diversos aspectos têm que ser levados em conta.

Em primeiro lugar, já não se trata de simples expressões de demandas ao som das panelas como acontecera até 2001 e sim, como apontou a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2019, p. 73) em relação ao Brasil, manifestações festivas com estética "verde-amarela" que deixavam transparecer um pseudo nacionalismo que justificava uma denúncia seletiva de corrupção. Tomamos-nos a liberdade de fazer extensiva essa caracterização aos eventos argentinos, com a mudança de cores correspondente.

Em segundo, tais manifestações tomaram elementos emprestados dos novíssimos movimentos sociais[147], principalmente de alguns acontecidos na região africana do Magreb conhecidos como "Primaveras Árabes".

Uma das primeiras coisas que devemos apontar é que a maioria dos *novos* e todos os *novíssimos* movimentos sociais tinham algo em comum: desenvolveram-se em espaços públicos. Segundo della Porta (2015: 15), no ano de 2011, em poucos meses apareceu em 3 continentes (África, Europa e América do Norte) uma forma de protesto que se desenvolvia, precisamente, nas praças. Quanto à centralidade do espaço público, Valdés aponta que

> En todos estos casos […] los manifestantes ocupan el espacio público para transmitir sus reclamaciones en lugar de utilizar los mecanismos de intermediación política, esencialmente los partidos políticos, que son considerados elementos importantes de los sistemas democráticos. Por lo tanto, la protesta social es también indicación de una percepción que pasa por alto esos mecanismos y su rol en las democracias (2015:8).

No plano estético desse *ocupar o espaço,* também houve preocupação por se mimetizar como os movimentos sociais transatlânticos. Se na praça Tahrir, em El Cairo, só podiam estar presentes as cores da bandeira do Egito, o mesmo aconteceu nas manifestações na Argentina e no Brasil, nas quais só apareceram símbolos pátrios, como bandeiras e camisetas de futebol, por expresso pedido dos organizadores e banimento[148] de outros elementos "alheios" por parte dos participantes.

[147] Richard Day categorizou os movimentos sociais em 3 tipos segundo a finalidade da suas ações com relação ao Estado e, em última instância, ao poder: a) os chamados *velhos movimentos sociais* que perseguiam a revolução política nos moldes de Lênin e Gramsci, envolvendo as dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais (DAY, 2004, p. 720-22); b) os *novos movimentos sociais* que, a partir dos anos 60 e 70, se diferenciam dos anteriores porque suas ações não visavam à luta de classes e sim o combate ao racismo, ao patriarcalismo, à dominação à natureza, ao hetero-sexismo e ao colonialismo (DAY, 2004, p. 722); e c) os *novíssimos movimentos sociais*, nascidos à luz das lutas antiglobalização, que têm por objetivo não mais criar um novo poder ao redor do centro hegemônico, mas sim desafiar, desmontar, rearticular os processo de hegemonia global (DAY, 2004, p. 730).

[148] Já em 2014, em várias manifestações na Av. Paulista, grupos de esquerda foram obrigados a se retirar por causa das bandeiras e cartazes partidários que os identificavam.

Quadro 4: Imagens das manifestações em Egito, Argentina e Brasil

Praça Tahrir, El Cairo, Egito (27/01/2011)	**Av. Corrientes, Buenos Aires, Argentina (18/04/2013)**	**Av. Paulista, São Paulo, Brasil (13/03/2016)**

Fontes: *CNN*, *Clarín* e *El País*.

Embora seja acertado salientar esta coincidência que, dado o curto intervalo de tempo entre as manifestações pode ter chegado a confundir ao identificar os movimentos, temos que destacar que várias foram as manifestações políticas que, sem ser compreendidas no conceito de movimentos sociais apontados acima, também aconteceram nas ruas e se apropriaram das cores pátrias.

A respeito dos movimentos sociais, até os anos ’90, como aponta Diani (2015), não tinha se realizado uma discussão acerca do conceito de movimento social porque a dificuldade de tal tarefa costumava ser atribuída à “heterogeneidade e incompatibilidade” entre as diferentes abordagens que impossibilitavam todo intento. O mesmo autor, ante esse vácuo, escreve em 1992 o artigo “The Concept of Social Movement” no qual os define movimentos como:

> redes de interacción informal entre una pluralidad de individuos, grupos y/o organizaciones, envueltos en un conflicto político y/o cultural, sobre la base de una identidad colectiva compartida (1992[2015], p.3)

A partir dessa definição, o autor estabelece alguns parâmetros para delimitar o que são os movimentos sociais e encontra, entre outros, os seguintes elementos: “atores” que podiam ser indivíduos, grupos informais e/ou organizações; uma “ação conjunta” e/ou de comunicação; e uma “definição compartilhada de si próprios” que os colocava do mesmo lado do “conflito social” dando sentido aos protestos ou práticas simbólicas uma vez que explicitavam o conflito e sua temática (1992[2015], p. 3).

Sem aprofundar neste trabalho as quatro definições de movimentos sociais que Diani analisou em "The concept of social movement" (DIANI, 1992)[149], podemos dizer que elas coincidiam com os eventos que analisamos em três aspectos: a) as redes de interação informal, b) as crenças compartilhadas e a solidariedade, e c) a ação coletiva com cerne em temas conflitivos (2015:6).

a) as redes de interação informal: formas de organização horizontais

Quanto ao primeiro dos aspectos, como explica Diani (2105, p.7), trata-se de redes organizadas nas quais interagem indivíduos ou organizações, informalmente, para facilitar a circulação de recursos (recursos materiais, informações etc.) que são essenciais para a ação, "así como de sistemas de significado más amplio".

> De este modo, las redes contribuyen a crear las precondiciones para la movilización (que es lo que más ha subrayado la TMR) y para proporcionar el contexto adecuado para la elaboración de cosmovisiones y estilos de vida específicos" (DIANI, 2015:7)

Embora os organizadores das manifestações, tanto na Argentina quanto no Brasil, proclamassem insistentemente o caráter de serem "autoconvocadas", sabia-se que isso não era real. O papel das redes sociais nas manifestações foi essencial nos dois países. Na Argentina, participaram das convocatórias e organização as páginas de Facebook: *Yo no voté a la Kretina y Ud*, *Argentinos indignados*, *el Anti k*, *No más K, Unamos nuestros votos* e *El cipayo*.

A "independência" dessas páginas é muito questionável. Marcelo Morán, criador da página de Facebook *El anti-K,* que à época tinha 200.000 seguidores, denunciou que a única manifestação que foi realmente autoconvocada foi a primeira, já que depois a página foi cooptada por militantes do partido PRO, do ex-presidente Mauricio Macri, prefeito de Buenos Aires na época. Foi convencido por Mariana Torres a compartilhar a administração, porém, não tinha liberdade para publicar coisas contra o prefeito Macri, por exemplo, nem coisas que não fossem contra o governo Kirchner. Como ele não quis se submeter a essas práticas, nem se associar ao partido do Prefeito de Buenos Aires, foi deixado de fora da página que criara, que passou a ser

[149] Diani (2015, p. 3) elenca a perspectiva do "comportamento coletivo" (Turner e Killian), a "teoria da mobilização de recursos" (TMR), a perspectiva do "processo político", e a aproximação dos novos movimentos sociais (NMS).

gerida por profissionais da comunicação vinculados à deputada Patricia Bullrich[150]. Por sua vez, uma das mais ativas páginas de Facebook, *El Cipayo*[151], era gerenciada por Luciano Bugallo, um dirigente macrista vinculado ao diretor de Educação Pública de Buenos Aires, Max Gulmanelli, quando Macri era prefeito da cidade.

No Brasil, as comunidades virtuais organizadoras das mobilizações tampouco eram transparentes. Uma das mais atuantes, o MBL Movimento Brasil Livre –MBL-, foi uma marca "criada" pelo grupo Estudantes pela Liberdade - EPL -, que recebia contribuições de organizações norte-americanas como *Atlas* e *Student For Liberty,* para, com este novo nome, "participar das manifestações de rua sem comprometer as organizações americanas" que são impedidas de doar recursos para ativistas políticos pela legislação impositiva de seu país de origem[152].

Também políticos notórios da oposição, que depois viriam a ocupar ministérios com a vitória de Macri na Argentina e o golpe palaciano de Temer no Brasil, como a mencionada Patricia Bullrich[153], Federico Pinedo e Oscar Aguad[154], na Argentina; e os senadores brasileiros José Serra e Aloysio Nunes[155] participaram visivelmente das manifestações, quando não colaboraram na organização delas.

As manifestações contra Dilma Rousseff contaram, como aponta Calil (2016), também com a participação da grande burguesia que

---

[150] Fonte: Site El Destape Web. Disponível em: <http://www.eldestapeweb.com/exclusivo-el-destape-el-troll-arrepentido-macri-n19347> Acesso em: 24/05/2017.

[151] O termo "cipayo" remete aos soldados da Índia que, nos séculos XVII e XIX, lutavam nos regimentos de ocupação franceses, portugueses e ingleses contra seus próprios conterrâneos. Dentro do contexto político argentino refere-se aos antiperonistas em geral e, em particular, àqueles que defendem ideais ou interesses estrangeiros. É interessante que uma página adote esse nome, que constitui em si uma auto-ofensa, como elemento identitário. O mesmo processo de ressignificação pode ser visto em uma página de Facebook brasileira que se denominava "Reaças SP", assumindo como traço de identidade um codinome mal visto em política. Fonte: Revista *Veja*. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/panelaco-lula-casa-civil/>. Acesso em: 17/06/2019.

[152] Fonte: Revista Fórum. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/06/23/a-nova-roupa-da-direita/> Acesso em: 24/05/2017.

[153] Patricia Bullrich foi ministra de Trabalho no governo De La Rúa (2000-2001). Voltou a ser ministra de segurança na presidência Macri (2015-2019).

[154] Todos eles foram ministros do ex-presidente Mauricio Macri. Fonte: Site Minutouno. Fonte: Portal Minuto Uno. Disponível em: <http://www.minutouno.com/notas/262214-como-se-organizo-el-cacerolazo-esta-noche>. Acesso em: 21/05/2017.

[155] Fonte: Portal G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/manifestantes-se-reunem-na-avenida-paulista-em-ato-contra-governo-dilma.html>. Acesso em: 21/05/2017.

> passou a endossar explicitamente a perspectiva golpista, a partir da adesão da FIESP na manifestação anti-Dilma de 13 de dezembro de 2015 (com a "participação" do pato de borracha que pretende simbolizar seu repúdio aos "altos impostos"). Ainda assim, naquele momento manifestavam-se explicitamente contra o afastamento de Rousseff outras importantes entidades representativas do grande capital, como a FIRJAN, e também lideranças empresariais como o presidente do Banco Itaú-Unibanco, Roberto Setúbal.

Como explica della Porta (2015) tanto os novos quanto os novíssimos movimentos sociais foram bem amplos enquanto às exigências para pertencer a eles, porém com um limite intransponível: não ser fascista. Este limite não aconteceu nas manifestações na Argentina e no Brasil ao ponto de que foi possível ver, entre outros, personagens defensores dos repressores da Ditadura Argentina, como Cecilia Pando[156], ou do Regime Militar no Brasil, como Carlos Alberto Augusto conhecido como "Carlinhos Metralha"[157], não só participando das manifestações como também tirando *selfies* com outros participantes.

Quadro 5: Participação de defensores das ditaduras nas manifestações

Cecilia Pando no "cacerolazo" do dia 8 de junho de 2012	**Carlos Alberto Augusto tirando *selfies* com participantes da manifestação de 15/05/2015**

A essas participações questionáveis nas manifestações devemos acrescentar a nociva permeabilidade, tanto de organizadores como de participantes, em relação a manifestantes de ideologia nazista ou a símbolos e saudações típicas daquele regime político totalitário e genocida, proibidos pelos sistemas legais argentino e brasileiro.

[156] Esposa do major reformado Pedro Mercado e titular da Asociación de Familiares y Amigos de los Presos Políticos de Argentina (AfyAPPA). Fonte: Revista *Noticias*. Disponível em: <http://noticias.perfil.com/2012/06/16/cecilia-pando-nadie-sabe-lo-que-estamos-pasando-con-mi-marido/>. Acesso em: 24/05/2017

[157] "O seu nome consta na lista de 377 responsáveis por graves violações aos direitos humanos no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, sendo acusado de envolvimento em desaparecimentos políticos e torturas". Fonte: Portal UOL. Disponível em: <http://painelacademico.uol.com.br/painel-academico/4747-5-coisas-que-voce-tem-que-saber-sobre-carlos-alberto-augusto-o-vovo-metralha>. Acesso em: 24/05/2017.

Quadro 6: Símbolos e participação de defensores ideologias proibidas

Manifestação em Buenos Aires, 18/04/2013[158].	**Manifestação em São Paulo, 16/08/2015.**

b) as crenças compartilhadas e solidariedade

A identidade coletiva tem um papel significativo na definição dos limites de um movimento social: aqueles atores que compartilham das mesmas crenças e de um sentimento de pertencimento podem ser parte dele. O limite interno é estabelecido pela identificação do ator com o movimento enquanto o externo se dá quando aqueles que participam no mesmo movimento, os adversários e/ou os observadores, também o percebem desta forma (DIANI, 2015, p. 8):

> La existencia de creencias compartidas y de solidaridad permite tanto a los actores como a los observadores asignar un significado específico a acontecimientos colectivos que de otro modo no podrían ser identificados como parte de un proceso común. Es a través de este "proceso estructurador" como se hace evidente la presencia de un movimiento social diferenciado, así como de la aparición de temas asociados a ese movimiento.

O fato de uma "coletividade em interação" requerer uma série de crenças compartilhadas não significa de modo algum que estas devam permanecer inalteradas. Segundo Diani (2015), o processo de formação de identidade não pode ser isolado do processo de redefinição simbólica, uma vez que os movimentos sociais participam nas novas orientações sobre temas existentes assim como na emergência de outros novos.

[158] Com posterioridade à manifestação conhecida como #18A, numerosas entidades representativas da comunidade judaica argentina repudiaram a livre circulação de símbolos nazistas, ainda que sua finalidade tenha sido empregá-los para realizar oposição política e não se identificar com o nazismo. Fonte:

Quando analisamos os "cacerolazos" e os "panelaços", faz-se difícil estabelecer pontos em comum por tratar-se de manifestações *sui generis*, que aconteceram em dois países diferentes e em tempos diferentes. Entretanto, a partir da análise dos discursos dos próprios manifestantes, coletados nos cartazes e em depoimentos espontâneos gravados, encontramos similitudes surpreendentes. De fato, um sentimento de *viver sob um regime ditatorial-comunista* percorre os enunciados produzidos nas manifestações, como ilustram os seguintes exemplos extraídos do *corpus*:

Argentina	Brasil
"Son unos boludos esos del gobierno" […] ***Esto es facismo*** " […]" "Esto no es una democracia, esto es ***una tiranía oculta***" "Una ***dictadura*** de mediocres" "***No es democracia***" "¿***Esto no es una dictadura, acaso***? ¿Esto no es una dictadura?" Esto es una **dictadura**, no es una democracia". "Se a acabar, ***la dictadura de los K***" (cántico)	"Fora impostos destrutivos / Fora comunismo" "Quem não pula é comunista". (coro) "**Comunismo** aqui não." "Eles estão tentando impor um ***regime que não é o democrático.***" "Quero que o PT saia porque os amigos do PT são todos ***ditadores de esquerda*** querendo, 'tão enganando a população querendo implantar um regime **COMUNISTA** no Brasil [...]" "O Brasil é democrático e não socialista/comunista".

Outro ponto a destacar, também relacionado com o item *a)*, foi a forma de organizar o debate e construir os consensos. Como visto, tanto nos *novos* quanto nos *novíssimos* movimentos sociais, o consenso era conseguido mediante debates em que todos estivessem convencidos (della PORTA, 2015). Nas manifestações contrárias às ex-presidentas, pelo contrário, o que se viu era a carência de debates nas ruas e a total falta de disposição para ouvir *outras vozes* que não fossem as próprias. Na Argentina, ficaram registradas imagens violentas de agressões físicas sofridas por jornalistas de meios de comunicação por não serem opositores ao governo de Cristina Fernández de Kirchner. Imagens do mesmo teor de confrontação agressiva também se viram no Brasil, principalmente em São Paulo, onde manifestantes agrediram outras pessoas por quererem debater ou até, simplesmente, por vestirem roupas vermelhas.

Do mesmo modo, discursivamente foi construído simbolicamente um OUTRO, os "KaKa", na Argentina, os "Petralhas", no Brasil (ANEXO K); é o OUTRO que não merece ser

ouvido porque carece de vontade própria, age movido *por um choripán y planes sociales*[159] ou *por um sanduíche de mortadela e bolsa família* como se aprecia nos seguintes depoimentos enunciados extraídos do *corpus*:

Argentina	Brasil
"**Es un clientelismo político** que por darles **un plan**, por darles **un colchón** por darles **plata** lo único que hace es formar gente que no piense para que la vote y poder tenernos a todos dominados (V1-AR 5,14") "Lo único que hacen es **darles planes sociales**, **planes de vivienda**" (V3-AR 2,36") "**Que pare** (la presidenta) con **los 'planes NO trabajar**'". (V6-AR 0,57") "Estoy podrido de que mantenga a la gente **pagándole los planes**, las asignaciones…" (V6-AR 1, 13")	"[...] ***Estão valorizando a classe pobre, multiplicando-a cada vez mais***. E isso para nós, como país, estamos no retrocesso. Só no governo Dilma, acredito, que nos temos retrocedido 20 anos de desenvolvimento democrático." (V2-BR 1,04") "É a **bolsa família** que está sustentando essa gente. Muita pouca gente se beneficiou alguma de coisa." (V4-BR 0,06") "Eu sou totalmente contra a Bolsa Família. No Ceará não tem mais mão de obra, 'tá todo mundo deitado na rede **recebendo o Bolsa Família**. Tem que acabar com isso" (V4-BR 0,06")

Desta forma, a construção do EU identitário dá-se quase que exclusivamente pela negação ou desconstrução do OUTRO. Este mecanismo integrador, como veremos no próximo ponto, serviu eficazmente para que coletivos com ideologias diametralmente opostas, - da extrema esquerda à direita nazista na Argentina, por exemplo - convivessem no mesmo espaço físico-político.

c) a ação coletiva com cerne em temas conflitivos

Este ponto, de muita importância na delimitação do que pode ser considerado um movimento social, é o que mais problemas apresenta devido à heterogeneidade das conceitualizações feitas pelos autores. Diani (2015, p. 9) aponta, esquematicamente, que alguns autores como Touraine, Melucci e Tilly focaram no "conflicto" como componente central do conceito de movimento; para outros, como Turner e Killian, McCarthy e Zald, os movimentos sociais se definem a si próprios em "referência aos processos de mudança social", mudança que não os exime de ter relações conflitivas com outros atores como as instituições, os contramovimentos, etc.

[159] Na Argentina, chegou a ser alcunhado o apelido de "choriplanero" justapondo as duas características atribuídas.

Outro ponto no qual os autores discrepavam era o entendimento do que constituía "conflito". Para Touraine, o conceito de "movimento social" se aplica somente àqueles conflitos que têm a historicidade como objetivo. Para Melucci importavam só as ações que visavam alterar o mecanismo de dominação sistêmica. Por sua vez, os autores americanos incluíam nesse conceito as ações de protesto, sem importar a sua natureza. Por fim, autores como Melucci e Turner e Killian consideravam como movimentos sociais às redes de ação coletiva exclusiva ou principalmente "orientadas hacia el cambio cultural y personal" (DIANI, 2015, p. 9).

Entretanto, essas diferenças conceptuais não eram tão profundas, como aponta Diani, já que quando se analisam

> otros tipos de conflictos distintos a los relativos a la historicidad, Touraine añadía distintos adjetivos a la etiqueta de "movimiento" (p.e., nacionalistas, comunitarios, culturales). De modo similar, Melucci […] hacía una distinción entre los movimientos sociales, que son los que operan a nivel del sistema, y otros tipos de acción colectiva. Por ejemplo, se refería a la "acción conflictiva", designando así un tipo de comportamiento que conlleva cierto grado de identidad colectiva y la presencia de un conflicto, pero que no rompe los límites de compatibilidad del sistema (DIANI, 2015, p. 9).

Ou seja, enquanto Touraine e Melucci estabeleciam uma distinção entre movimentos em geral e movimentos sociais como uma categoria especial dentro daquela, outros autores empregaram o termo para referir "movimentos de qualquer tipo" (DIANI, 2015, p. 9).

Quanto à temática dos conflitos podiam se distinguir duas vertentes segundo a ênfase que era dada a alguns dos aspectos: alguns autores deram ênfase à "esfera cultural" na qual se desenvolvem as ações que perseguiam transformações e não só a distribuição desigual dos bens econômicos e do poder, mas também dos significados socialmente compartilhados, do modo de definir e interpretar a realidade; outros focaram na "esfera política" das ações[160]. Mas, como diz Diani (2015, p.10), não há contradições e ambas as interpretações podiam ser incluídas lado a lado numa mais abrangente, a de "conflito político e cultural".

Nos "cacerolazos" e "panelaços" existiu, por parte dos manifestantes – e até dos organizadores - nos dois países um empenho imenso no plano da retórica e da estética com o

[160] Dentro da primeira concepção, Diani aponta como representantes da segunda os nomes de McCarthy e Zald e Tilly (2015, p. 9).

intuito de se apropriar de algumas das características dos movimentos sociais da África, Europa e Estados Unidos, tais como *Indignados,* na Espanha, e *Occupy,* nos Estados Unidos. Embora tivessem muitos elementos comuns - reais ou meramente declarados -, as diferenças eram muito maiores.

O problema do *conflito* é essencial porque, como vimos anteriormente, para Touraine o conceito de "movimento social" se aplica somente àqueles conflitos que têm a *historicidade* como objetivo, enquanto que, para Melucci, era aplicado só às ações que visavam alterar o mecanismo de dominação sistêmica. No caso das manifestações contra Dilma Rousseff, como explica Sampaio (2016), a principal reivindicação era a luta contra a "corrupção seletiva" do PT. O mesmo pode se aplicar às manifestações acontecidas na Argentina (2012-2014). Em nenhum dos dois países perseguia-se a mudança cultural nem acabar com a dominação sistêmica, embora, como vimos no item *b)*, muitos dos manifestantes declaravam opor-se à ditadura, dos "K" na Argentina, e do "PT" no Brasil, ou alegavam falta de liberdade.

A pergunta que paira no ar é: como a falta de um fator aglutinante que signifique um *conflito* que norteie as ações fizeram centenas de milhares de pessoas, de diferentes ideologias e com crenças tão díspares, se organizarem nas manifestações? O pensador polonês Žižek em "En defensa de la intolerancia" (2008) explica como foi que setores tão diferentes e com interesses opostos conseguiram unificar ações para enfrentar o regime soviético em seu país nos anos ´80:

> La expresión "los comunistas en el poder" era la encarnación de la no-sociedad, de la decadencia y de la corrupción, una expresión que mágicamente catalizaba la oposición de todos, incluidos "comunistas honestos" y desilusionados. Los nacionalistas conservadores acusaban a "los comunistas en el poder" de traicionar los intereses polacos en favor del amo soviético; los empresarios los veían como un obstáculo a sus ambiciones capitalistas; para la iglesia católica, "los comunistas en el poder" eran unos ateos sin moral; para los campesinos, representaban la violencia de una modernización que había trastocado sus formas tradicionales de vida; para artistas e intelectuales, el comunismo era sinónimo de una experiencia cotidiana de censura obtusa y opresiva; los obreros no sólo se sentían explotados por la burocracia del partido, sino también humillados ante la afirmación de que todo se hacía por su bien y en su nombre; por último, los viejos y desilusionados militantes de izquierdas percibían el régimen como una traición al "verdadero socialismo". La imposible alianza política entre estas posiciones divergentes y potencialmente antagónicas sólo podía producirse bajo la bandera de un significante que se situara precisamente en el límite que separa lo político de lo pre-político; el término "solidaridad" se presta perfectamente a esta función: resulta políticamente operativo en tanto en

> cuanto designa la unidad "simple" y "fundamental" de unos seres humanos que deben unirse por encima de cualquier diferencia política". (ŽIŽEK, 2008, p. 15)

Embora Mauricio Macri na Argentina tenha conseguido criar o "termo performativo" *Cambiemos,* que conota mudança positiva, superação, para ganhar às eleições em 2015[161], nas manifestações destituintes anteriores não existia uma palavra para tal finalidade, nem pautas propositivas. O mesmo pode se dizer do Brasil. Talvez por isso seja que as manifestações esgotaram-se apenas acabada sua finalidade imediata, a mudança dos governantes. Talvez por isso que a interdição do diálogo e da reflexão tenha sido uma constante. E talvez por isso é que o comum denominador tenha sido o ódio exacerbado com os governos e seus partidários ao ponto de desejar sua extinção física ou sua anulação como sujeito político, negando-lhes a possibilidade de mínima conotação positiva.

Nota-se que as manifestações contra as presidentas Cristina Kirchner, na Argentina, e Dilma Rousseff, no Brasil, tentaram se apropriar de algumas características dos novíssimos movimentos sociais recentemente acontecidos na África, Europa e Estados Unidos. Podemos ver como esses movimentos operaram e se configuraram se mimetizando com esse novo formato de participação coletiva.

Entretanto, se os movimentos sociais denominados *novos* pretendiam um melhor posicionamento do sujeito político, ou melhorar suas condições materiais ou culturais, e os *novíssimos* procuravam interpelar e desarticular o sistema hegemônico de poder, vemos que nenhum desses objetivos se encontrava presente nas manifestações que analisamos. Por tal motivo ambos "movimentos" esgotaram sua existência com a remoção das presidentas sem que houvesse sido, de fato, conquistada uma única das suas pautas declamadas em nenhum dos dois países. Muito pelo contrário, o ex-presidente da Argentina, Mauricio Macri, responde por vários processos criminais e se viu envolvido no escândalo mundialmente conhecido como *Panamá Papers*. No caso do ex-mandatário brasileiro que sucedeu Dilma Rousseff, Michel Temer, teve o privilégio de ser o primeiro presidente na história de seu país a ser acusado penalmente no Tribunal Supremo de Justiça.

---

[161] O partido dele, à época das manifestações, chamava-se "Propuesta Republicana" ou, simplesmente, PRO. Disponível em: <https://www.definicionabc.com/politica/propuesta-republicana-pro.php>. Acesso em: 09/11/2018.

Por tudo isso, podemos concluir que o fio comum que organizou simbolicamente e deu sentido político às manifestações dos "caceroleros" e "paneleiros", em ambos os países, foi simplesmente o ódio.

2.1.4 Contexto social dos "caceroleros" e "paneleiros"

Com a finalidade de tentar realizar uma delimitação da situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2014, p. 76), é mister realizar algumas ponderações acerca do quadro físico nos quais as manifestações destituintes se realizaram, na Argentina e no Brasil, assim como da composição social dos participantes. Com relação a esse último ponto, sem pretender tentar fazer uma caracterização sociológica dos participantes nos "cacerolazos" e "panelaços" – o que seria tarefa para uma nova tese de estudo - apontaremos alguns traços que os assemelham ou diferenciam. Tal caracterização é necessária porque, embora seja este um trabalho linguístico, não é possível prescindir de considerar as características socioculturais dos falantes, para nos aproximar "da identidade social e psicológica das pessoas que comunicam" (CHARAUDEAU, 2014, p. 76), para entender o implícito em seus enunciados e suas reais intenções comunicativas.

O tema se dificulta porque a literatura relativa aos "cacerolazos" e "panelaços", ao descrever os enunciadores, se refere a eles genericamente como pertencentes à "classe média" ou "classe média alta", o que é certo, mas a quais delas? Como explica o doutor Serrano Mancilla (2020), embora o termo monopolize a maioria de interpretações possíveis à hora de justificar os comportamentos sociológicos e políticos, é necessário ver, ao menos, duas questões.

A primeira delas é que a classe média não é um bloco monolítico nem hegemônico. Como aponta o autor, citando a CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe - em América Latina a classe média aumentou de 136 a 250 milhões de pessoas entre 2002 e 2017, entretanto, não todos são iguais se considerarmos sua capacidade econômica e sua "lógica aspiracional" (SERRANO MANSILLA, 2020).

As classificações propostas por organismos internacionais (classe média baixa, classe média média, classe média alta, e até "quase classe média" etc.), não são suficientes porque, como aponta Serrano (2020) nessas categorias há dinâmicas completamente contrapostas. Por exemplo, não é igual a família que recentemente chega a ter níveis de educação, de ingresso, de

saúde, propriedade etc. próprios da classe média que aquela que tradicionalmente os teve. Do mesmo modo, tampouco é lícito equiparar esta classe média "recém-chegada" com aquela que já foi alta, mas decaiu socialmente por múltiplas razões econômicas, políticas ou sociais (SERRANO MANCILLA, 2020).

Isso demonstra a impossibilidade de se tratar por igual um grupo tão diverso na sua capacidade econômica, em seus níveis educativos, em seus hábitos culturais, e mais ainda se pretendemos fazê-lo em relação a sua lógica aspiracional.

> Si bien es cierto que hay un "comportamiento imitador" de aquella ciudadanía que asciende y mejora, no es verdad que las aspiraciones sean las mismas con aquella otra porción de la clase media que desea ser alta; o con aquella otra que tiene tradición histórica de pertenecer a ese grupo social, con usos y costumbres arraigados, sólidos, que hacen que la subjetividad se diferencie de los ciudadanos que aún están en esa fase de movilidad social y siempre con una sensación más bien de tránsito, del "querer llegar a ser". (SERRANO MANCILLA, 2020).

A segunda premissa é que o conceito de classe média não pode ser importado de "outras latitudes" (SERRANO MANCILLA, 2020). "No se puede trasladar ahistóricamente la concepción de clase media europea a Ecuador, ni la de Argentina a Bolivia, ni la mexicana a Chile". Qualquer "epistemicidio", como diria Boaventura De Sousa, para substituir uma episteme externa pela própria, costuma fazer um grande estrago em qualquer análise. Com a classe média acontece, frequentemente, supor que seus comportamentos são semelhantes em todas as partes, como se não houvesse especificidades próprias em cada país. E, muito pior, como aponta Mancilla (2020), não observar a distribuição do ingresso em cada sociedade. Por exemplo, não é possível comparar a distribuição em um país cuja classe média está muito estendida com outro no qual a classe média representa apenas uma pequena porção entre duas "corcundas": uma gigante, conformada pela classe baixa e a outra, a classe alta, muito reduzida. A subjetividade de uma ou outra de modo algum poderia ser a mesma. Existe sempre um "relativismo" na construção da subjetividade dessa classe média com base na forma como as pessoas se observam em relação às outras, como se relacionam com os demais, com os de cima e/ou com os de baixo (SERRANO MANCILLA, 2020).

Por essa razão, é necessário entender, como esclarece Mancilla (2020) que não há uma única classe média, senão que são muitas as variedades coexistentes nesse grande grupo tão

complexo. Existe a classe média recém-chegada que, aliás, pode fazê-lo por caminhos muito diferentes; a classe média de sempre; a classe média que é mais alta do que média; a classe média que sempre está em risco de deixar de sê-lo. Existe classe média no econômico que, por sua vez, se diferencia segundo sua capacidade econômica esteja atrelada a seus ingressos, à herança, ao consumo ou ao endividamento. Entretanto, nem todos os diferenciadores procedem do econômico, porque também há classe média no cultural, no simbólico, no poder político. Em síntese, ante tanta variedade de "classes médias", haverá que considerar uma multiplicidade de lógicas aspiracionais e sentidos comuns.

Lamentavelmente, não contamos com dados precisos acerca das características socioeconômicas dos participantes nas manifestações na Argentina. No Brasil, contamos com o trabalho do grupo de pesquisa dirigido por Esther Solano e Pablo Ortellado (2016) que aponta dados do perfil dos "paneleiros" da Av. Paulista. Segundo o estudo, "a idade média dos manifestantes presentes era de 44 anos", e 48% tinham renda superior a R$ 7.780[162]. A maioria era branca (77,4%), 13,3% pardos e 4,9% negros.

Esses dados são concordantes com os do instituto Datafolha, segundo o qual

> a maioria dos manifestantes presentes à Avenida Paulista no domingo, 15 de março, era do sexo masculino (63%), e 38% eram do sexo feminino. Uma parcela de 14% tinha até 25 anos, 28%, de 26 a 35 anos, 37%, de 36 a 50 anos, e 21%, 51 anos ou mais. A idade média era de 40 anos. Uma parcela de 76% tinha ensino superior, e os demais haviam estudado até o ensino médio (21%) ou fundamental (2%). Uma fatia de 85% fazia parte da PEA (População Economicamente Ativa), com destaque para assalariados registrados (37%), autônomos regulares (11%), profissionais liberais (7%), empresários (14%). A segmentação por renda mostra que 14% tinham renda mensal de até 3 salários mínimos, 15%, de 3 a 5 salários mínimos, 27%, de 5 a 10 salários mínimos, 22%, de 10 a 20 salários mínimos, e 19%, mais de 20 salários. Uma fatia de 4% não informou sua renda mensal familiar.[163]

Dito isso, o que podemos estabelecer com maior precisão é que, tanto na Argentina quanto no Brasil, a mudança social entre os participantes das manifestações destituintes e, em

[162] Segundo o estudo, realizado nas manifestações do dia 12 de abril e 16 de agosto, 28,5% tinham renda entre R$ 7.880 e R$ 15.760; 24,8% recebiam entre R$ 3.940 e R$ 7.880; 19,5% acima de R$ 15.760; 14,4% entre R$ 2.364 e R$ 3.940 e só 9,4% até R$ 2.364. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu11.-ORTELLADOPabloSOLANO.pdf>. Acesso em: 19/11/2018.

[163] Fonte: Pesquisa Datafolha Manifestação na Avenida Paulista, 15/03/2015. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>. Acesso em: 12/11/2018.

especial, com as demandas em relação com os antecedentes, de 2001 na Argentina e de 2013 no Brasil, que servem como referência.

Na Argentina, como explica a socióloga Norma Giarracca, os "cacerolazos" que começaram em 2012 foram um fenômeno novo e raro dada presença de grupos de direita que os estimulavam, o beneplácito de partidos conservadores e grupos empresariais e, principalmente, porque, apesar da heterogeneidade social, a solidariedade social foi um fato isolado[164]. A pesquisadora não descarta a participação de setores populares, mas destaca que o fizeram sob os eixos hegemônicos de melhorar as instituições e a gestão de governo, instalados como eixos centrais nas marchas pelos setores meios e seus aliados midiáticos.

> A nuestro entender, el 2012 remite a aquella otra parte de nuestra historia que deja afuera a los sectores populares (los subordina, los victimiza, los invisibiliza) en el intento de "blanquear" la sociedad en la siempre anhelada "república perdida". Pide "institucionalidad", "gestión", olvidar masacres y juicios para mirar hacia adelante y atenerse a las leyes incluyendo las del "mercado" (GIARRACCA, 2012).

Algo semelhante aconteceu nos "panelaços" no Brasil, onde, a partir de 2015, abandonaram-se as demandas por melhores serviços públicos, a luta por direitos, por melhores salários, por passe livre nos transportes públicos ou por "performances simbólicas contra o capitalismo", presentes em 2013 (JARDIM PINTO, 2010, p. 51). De 2015 em diante, os líderes das manifestações foram os moradores dos bairros nobres, de classe média e média alta – assim como na Argentina - antipetistas, "muito dispostos a bater panelas e usar linguagem vulgar" para se referir à Dilma Rousseff e pedir pelo seu derrocamento (JARDIM PINTO, 2010, p. 51).

Hebe Mattos (2016, p. 34) aponta que grande parte da nova classe média formada nos doze anos de governos petistas, entre 2002 e 2014, um pouco inspirada no ideário do Partido Republicano dos Estados Unidos, "namorava a olhos vistos o discurso neoliberal".

> É gente conservadora do ponto de vista do comportamento e que acha, com certa razão, que o mérito de sua ascensão é somente seu, sem cultivar solidariedade com quem não tem desempenho parecido (MATTOS, 2016, p. 34).

[164] Giarracca (2012) destaca que os panelaços de 2001 e 2002 significaram um momento de exceção onde podia se ver um princípio de solidariedade de classe, que às vezes pode ser cristalizado em alianças e projetos, e outras vezes se perdeu.

Em vista disso, podemos ver como simbolicamente, nas manifestações destituintes em ambos os países, desfilaram pessoas ostentando, sem medo ao ridículo, objetos-fetiches claramente identificados, real ou aspiracionalmente, com as classes médias altas históricas, como charutos, champagne, babás e empregadas domésticas, trajadas como tais, ante o olhar indiferente de uma multidão que achava natural essas práticas.

Quadro 7: Manifestantes com empregadas domésticas

ARGENTINA	BRASIL
Fonte: Jornal El País	**Fonte: Site Pragmatismo Politico**

Quadro 8: Manifestantes com outros elementos simbólicos da classe alta

ARGENTINA	BRASIL
Fonte: Jornal El País	**Fonte: Revista Exame**

É o que Rosana Pinheiro-Machado (2019, p. 75) chama de “era de indignação com glamour”, na qual os manifestantes protestavam e “levavam o cachorro para passear, bem como os filhos, junto com suas babás [...] havia quem tomasse espumantes nos bairros de elite e até aparecesse nas colunas sociais do dia seguinte”. Por sua vez, Ab’Sáber (2015, p. 36) destaca a

repercussão pública das manifestações de "antipetistas indignados com a corrupção do outro, e anticomunistas do nada [que] tomaram as ruas para produzir o texto para os grandes conglomerados da mídia nacionais repercutirem, o que ocorreu em tempo real".

Voltando ao quadro físico no qual aconteceram as manifestações destituintes, a composição social de seus protagonistas teve incidência direta na escolha dos lugares onde os eventos sociais se desenvolveram. Assim, na Argentina, em Buenos Aires mais precisamente, as manifestações de 2012 se concentraram principalmente nos bairros abastados: Belgrano, Núñez, Recoleta, Palermo e na área de Las Cañitas, e, algumas delas, se espalharam em direção ao centro, em direção à Avenida 9 de Julho e à histórica Plaza de Mayo. Como acontecia na época dos protestos pela Resolução 125, os "caceroleros" se concentravam em esquinas características do norte da cidade argentina, como a esquina da Av. Santa Fe e Scalabrini Ortiz, ou a esquina de Av. Callao e Santa Fé, ou a esquina de Libertad e Avenida del Libertador etc. O mesmo se repetiu em cidades de classe média alta, vizinhas à cidade de Buenos Aires, como Vicente López, Olivos e San Isidro[165].

No Brasil, como explica Céli Jardim Pinto (2019, p. 47), houve uma mudança do local das realizações em relação às manifestações populares acontecidas até então, contra a ditadura militar, por exemplo, aconteciam nos centros históricos (centro velho). Assim, no Rio aconteciam na Cinelândia, em São Paulo na Praça da Sé, e Porto Alegre no Largo da Prefeitura.

> As manifestações de março de 2015 deslocaram as concentrações para bairros de classe média alta: Avenida Paulista em São Paulo, Copacabana no Rio de Janeiro, Moinhos de Vento em Porto Alegre, para citar apenas alguns exemplos em grandes capitais (JARDIM PINTO, 2019, p. 47).

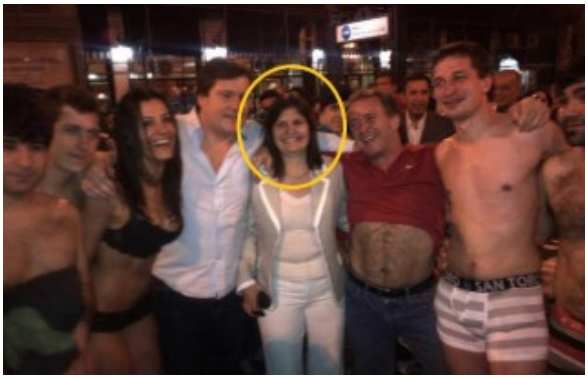
Segundo a pesquisadora Jardim Pinto (2019), tal deslocamento, longe de ser um detalhe, espelha o tipo de pessoas que acudiram a essas manifestações. Igualmente, observa a mudança do dia de realização, para os domingos, o que, aliás, significava um empecilho para o deslocamento dos setores populares que moram nas periferias, o qual indica que sua presença não era esperada.

[165] Fonte: jornal Página 12. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-195394-2012-06-01.html>. Acesso em: 09/11/2018.

Em relação à manifestação de 15 de abril de 2015, para ter um parâmetro exemplificador, o instituto Datafolha apontou que os participantes eram vizinhos das regiões sul (28%) e oeste (23%), da zona leste (14%), do centro (13%), da zona norte (9%), e outras cidades (13%)[166].

Em consequência, a "intimidade" com o local das enunciações pode ter contribuído não só com a exacerbação dos discursos de ódio e a consequente prática de "falar pra todo mundo" coisas que antes eram ditas em voz baixa (GIORGI, 2019), mas também com a prática ou convivência com algumas formas de expressão que, por dizer de alguma maneira, são contraditórias com o respeito aos costumes e à moral familiar que permeava muitos dos enunciados. Estamos nos referindo às *performances* que incluíam nudez pública, como as ilustradas nas fotos seguintes tomadas na manifestação argentina conhecida como #8N realizada o dia 8 de novembro de 2012.

Figuras 9: Manifestação Buenos Aires #8N

	
Fonte: Flickr	**Manifestantes com a deputada Patricia Bullrich. Fonte: 24con.com**

No Brasil também houve performances de nudez explícita, apesar da participação de público identificado com igrejas neopentecostais, de alguns grupos como a Ação Jovem do Instituto Plínio Corrêa de Oliveira[167], e do conservadorismo nos costumes (CARAPANÃ, 2018) de muitos dos manifestantes:

[166] Fonte: Pesquisa Datafolha Manifestação na Avenida Paulista, 15/03/2015. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2015/03/17/manifestacao-15-03.pdf>. Acesso em: 12/11/2018.

[167] Grupo tradicionalista que estava na Av. Paulista com um abaixo assinado pedindo "pela família como Deus a fez"

Figuras 10: Manifestações São Paulo e Brasília

Brasília	São Paulo

São Paulo		

Contudo, não foram as únicas contradições encontradas nas manifestações. Por exemplo, contrariamente ao que se pensa de forma acrítica, no Brasil os participantes dos "panelaços" não eram a favor da intervenção militar[168], apesar dos barulhentos carros de som e da numerosa presença de pessoas que militavam essa demanda, nem estavam totalmente identificados com a cartilha neoliberal de alguns dos principais organizadores, como o Movimento Brasil Livre – MBL –, o "Revoltados Online" e o "Vem pra rua" (ROCHA, 2018), como se aprecia na seguinte tabela:

[168] Segundo pesquisa de Ortellado e Solano (2016, p. 176), 71,1% dos manifestantes da Av. Paulista eram contrários a entregar o governo aos militares, enquanto 13,1% eram totalmente favoráveis e 15,1% concordavam em parte.

Tabela 4: Concordância com universalidade e gratuidade de serviços públicos (%)

	O estado deve prover serviços de saúde para todos os brasileiros	Os serviços de saúde devem ser gratuitos	O estado deve prover educação para todos os brasileiros	A educação pública deve ser gratuita	O estado deve prover transporte coletivo para todos os cidadãos	O transporte público, como o ônibus e o metrô, deve ser gratuito
Concordo totalmente	88,60	74,30	92,30	86,90	72,10	21,00
Concordo em parte	07,90	21,70	05,40	09,60	17,50	29,40
Não concordo	03,20	03,70	02,00	03,20	10,10	48,90
Não sei	00,00	00,00	00,00	00,00	00,00	00,50
Não respondeu	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20	00,20

Fonte: Ortellado; Solano, 2016, p. 177

Isso pode explicar o porquê das pautas identificatórias dos participantes dessas manifestações destituintes tenham sido, de algum modo, abstratas, como a "liberdade", ou até anacrônicas, como o caso do "comunismo".

2.2. DISCURSO DE ÓDIO NOS “CACEROLAZOS” E “PANELAÇOS”

2.2.1 Construção ideológica do discurso de ódio nos “cacerolazos” e “panelaços”

Manifestações com participação de pessoas tão heterogêneas necessitaram encontrar pontos mínimos de confluência ideológica que lhes permitissem acordar consensos enunciativos. Porém, a articulação discursiva foi construída não por demandas de coisas para si senão de uma forte oposição ao governo e a sua base eleitoral, na crença/convicção de que somente com o derrocamento desses governos poderia haver um retorno à normalidade institucional e social nesses países.

Para exemplificar as autorrepresentações do grupo social que se manifestava em Buenos Aires, transcrevemos outro relato da jornalista mexicana Cecilia Fernández (2012):

> Un helicóptero sobrevuela el Obelisco. Muchos creen que es la presidenta en su camino de la Casa Rosada a la Quinta de Olivos. Arman un masivo coro con una sola palabra: “Argentina, Argentina, Argentina”. Una joven universitaria llora. Le pregunto por qué.
>
> —*Me emocioné porque estoy orgullosa de que* ***la gente****,* ***el pueblo****, venga a defender la patria de estos* ***ladrones que nos gobiernan*** *y que nos van a destruir*.
>
> La autodefinición es una constante. Muchos de los aquí reunidos se refieren a sí mismos como “la gente” y “el pueblo”, los únicos con autoridad para criticar, demandar, protestar.
>
> —*¿Y los que apoyan al gobierno, ellos no son “la gente”?*—, le pregunto a la muchacha.
>
> —*No.* ***Los que apoyan a Cristina son todos unos vendidos****. Además, cada vez son menos*.

Nesse relato podemos logo detectar a identificação de um “nós”, “o povo”, que deve suportar um “governo de ladrões” e “cúmplices que o apoiam”; um “nós” honesto e trabalhador criado em torno de um sentimento coletivo de vitimização. A identificação é sempre em contraste contra um outro, um “eles” perigoso “contra o qual devemos nos proteger, às vezes combater, controlar, a fim de restaurar a dignidade do grupo” (STANLEY, 2019, p. 109).

Contudo, “la gente” e “el pueblo” são categorias muito vagas para a construção de uma identidade determinada. Porém, tal indeterminação não é casual, constitui um elemento de “generalização” de um “nós”, uma totalidade ao invés de um setor social, que espontaneamente se opõe a um “eles”, o governo, corrupto, ditador e, no caso do Brasil, comunista, e a seus eleitores aos que qualifica como vendidos. Por isso, essas categorias devem ser entendidas como significantes vazios (LACLAU, 2005), cujo significado deve ser achado nessa relação polarizadora e dicotômica, e procurado “não apenas ‘nós’ ou ‘por meio dos’ discursos, mas também [...] por ‘detrás dos discursos’ relevantes como força societal” (VAN DIJK, 2012, p. 44).

Diante disso, conforme verificamos no *corpus*, a identificação foi estabelecida em função de um “nós” que polariza com um “eles” em termos de atributos morais (corrupção, clientelismo político etc.) ou de totalitarismos políticos (tirania, ditadura, ditadura comunista etc.).

2.2.1.1 O significante corrupção[169]

Em relação à corrupção[170], ele constitui um significante vazio que pode ser articulado por grupos de direita ou de esquerda, dependendo de se colocar o foco em quem pode corromper (as empresas do setor privado que prestam serviços para o estado) ou nos funcionários públicos que se corrompem. No primeiro dos casos, lutar contra a corrupção pode equivaler a “governo popular, Estado forte, partido das classes populares”; já no segundo, quando há um governo popular, “criam-se condições para que o combate à corrupção seja articulado a posições de centro-direita” habilitando demandas discursivas em torno de “Estado mínimo, mercado e liberalismo econômico” (JARDIM PINTO, 2019, p. 23). Tal significante foi muito funcional à retórica destituinte ao dar sustento a uma demanda legítima (afinal, quem pode ser a favor da corrupção?), e constituiu um guarda-chuva sob o qual se uniram pessoas de ideologias e vontades díspares.

---

[169] Os enunciados que empregaram este significante vazio para expressar descortesia e polarização dicotômica serão analisados na série (2-d) do *corpus*.

[170] No Código Penal Brasileiro o delito de corrupção está tipificado em dois artigos, dependendo de ser *corrupção passiva* ou *ativa:* Corrupção passiva, Art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem; Corrupção ativa, Art. 333 - Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
No direito penal argentino, a corrupção não existe como delito autônomo senão que está tipificada em diversos artigos constituindo uma variedade de delitos contra a administração pública: O delito de *cohecho*, ou recebimento de subornos, semelhante ao delito de *corrupção passiva* no código brasileiro (art. 256); a dádiva, ou entrega de presentes, muito parecido à *corrupção ativa* do direito brasileiro (art. 258), entre outros.

> As identidades coletivas se organizam a partir da sustentação contingente de significantes vazios. De certo modo, poderíamos denominar a constituição identitária coletiva como uma forma selvagem de apropriação de significantes vazios. De algo que aparece como um "particular coletivizado", sustentado enquanto discurso e prática por um sujeito, coletivo ou massa (PEREZ; STARNINO, 2021, p. 86-87).

Tanto nas manifestações destituintes na Argentina quanto no Brasil, o que se via e ouvia era uma acusação seletiva de corrupção, como se a corrupção tivesse começado com a chegada ao poder do *kirchnerismo* em 2003, e do *petismo* em 2002.

Quadro 9: Cartazes contra a corrupção nas manifestações da Argentina e do Brasil

ARGENTINA	BRASIL
Fonte: Jornal Infobae	**Fonte: Portal UOL**

Alejandro Grimson (2012, p. 134) esclarece um dos mais arraigados mitos argentinos segundo o qual o corrupto sempre é o outro: "Magia: a los coimeros no los coimea nadie"[171]. Como ele explica, essas crenças contribuem ao problema de não assumir responsabilidades acerca de nossos atos:

> Un procedimiento crucial de las mitologías es la simplificación. Esto es, los problemas siempre se ven en las otras personas o familias, en los otros barrios, en las otras clases sociales. Lo dice el dicho: "Vemos la paja en el ojo ajeno y no la viga en el propio" (GRIMSON, 2012, p. 133).

Em consequência, se existem políticos corruptos que desviam dinheiro público, é uma coisa, porém, "se há empresas que corrompem um funcionário, já estamos frente a uma relação entre dois. Nunca ninguém oferece?" (GRIMSON, 2012, p. 134).

[171] "Mágica: ninguém corrompe os corruptos" (tradução livre).

O doutor em antropologia menciona exemplos de "corrupção privada", de desrespeito às leis e da ajuda de quem tem a possibilidade ou o conhecimento de evitar as sanções. Muito semelhante ao comportamento dos brasileiros conhecido como "jeitinho"[172] que descreve a antropóloga Lívia Barbosa (1992).

Como explica Grimson (2012, p. 135), para a classe média argentina o problema não são as práticas sociais dos cidadãos senão o Estado: "Una parte importante de la sociedad argentina vive encerrada dentro de esa misma falacia, riéndose de anécdotas que muestran que se puede coimear (subornar) o violar la ley".

O autor chama a atenção para a existência de um duplo padrão (dois pesos e duas medidas) que têm os argentinos para julgar as relações com o Estado, sejam elas grandes ou pequenas. Assim, segundo um deles, "riguroso, transparente, exigente, juzgan a los demás", que são qualificados como "ladrões". Com o outro, mais compreensivo, suave e permissivo, julgam suas próprias condutas (GRIMSON, 2012, p. 136).

No Brasil, para Sidney Chalhoub (2016, p. 37), a insistência na teoria da invenção da corrupção pelo PT também é uma mostra de hipocrisia, mas acrescenta o fator ignorância[173]. No mesmo sentido, Mattos (2016, p. 35) pondera que imputar somente as práticas de corrupção a apenas um dos lados é repetir "a velha máxima da política brasileira, 'aos inimigos a lei'".

É importante destacar que a corrupção é um mal que data da época colonial na maioria dos países latino-americanos. Na Argentina, especificamente em Buenos Aires, epicentro das marchas "contra la corrupción K", os delitos contra a administração da coroa espanhola estão na base das fortunas patrícias, como ilustra o historiador Jorge Abelardo Ramos (2006, p. 32-33)

> Edificada sobre las barrancas que caían suavemente al río barroso, la pretenciosa ciudad era conocida desde los tiempos coloniales, en las cortes europeas, por el oficio predilecto de su "gente decente": el contrabando y su comercialización. Los burgueses de mostrador se destacaban por su habilidad para burlar las

[172] Barbosa destaca o lado bom do termo, aquele que refere à capacidade para superar obstáculos, e o outro, que serve para driblar as leis e que podem constituir corrupção dependendo das circunstâncias (1992, p. 74).

[173] Ela aponta que "a corrupção, por assim dizer, está no código genético do Estado brasileiro", desde as primeiras décadas após a independência cuja fonte principal de corrupção era "o tráfico ilegal de africanos escravizados" contrariando os compromissos internacionais adotados pelo Brasil e pela lei sancionado em 7 de novembro de 1831. Tal prática, como explica a autora, durou até 1850 e constituiu a base do "desenvolvimento da cafeicultura" (CHALHOUB, 2916, p. 36-37).

> disposiciones fiscales y la prohibición de comerciar con extranjeros; sabían hacerlo tan bien como manejar fructuosamente la vara de medir. Toda esta clase mercantil, cuyos apellidos de campanillas resonarán incesantemente en nuestra historia política, habíase ganado en la Europa de comienzos del siglo XIX un mote muy significativo: se la llamaba la "pandilla del Barranco".

No Brasil, como pondera Lilia Schwarcz (2019, p. 90), a corrupção que assola a política nacional nos dias de hoje causando a indignação dos brasileiros "faz parte, em maior ou menor escala, do cotidiano do país desde os tempos do Brasil colônia". Como explica a antropóloga:

> Desde fins do século XVI, nas sátiras, sermões, poemas e ofícios, políticos do Brasil eram acusados de enriquecimento ilícito e de práticas como favorecimento, tráfico de influências, nepotismo e abuso de autoridade [...] No século XVII, viajantes costumavam afirmar que era preferível ser roubado por piratas em alto-mar a aportar no Brasil, onde teriam que pagar uma série de taxas sobre a mercadoria comercializada, além de serem obrigados a adular os administradores e grandes proprietários com todo tipo de presentes (SCHWARCZ, 2019, p. 90-91).

Ab'Sáber (2015, p. 60), se referindo à corrupção mais recente no Brasil, destaca que a "ocupação generalizada do Estado por máfias do governo", ligadas aos grandes interesses e grupos econômicos, "que atualizaram de modo pós-moderno o tradicional Estado patrimonialista brasileiro, parece ser uma constante nacional certamente presente ao menos desde a ditadura militar".

Contudo, como explica Mattos (2016, p. 33), o que deveria ter ficado no campo do direito penal, acabou transformado em matéria política empregada contra o governo de Dilma Rousseff. E, para tal finalidade, estabeleceu um diálogo com um imaginário que via a política "como uma luta do bem contra o mal".

Figura 11: Faixas e cartazes contra a corrupção no Brasil

Fonte: Jornal La Nación 18/04/2013	**Fonte: Portal UOL**

Entretanto, tal prática não é privativa da política brasileira. Há um uso mais moderno e enviesado do termo corrupção na América Latina, que passou a ocupar um lugar central no debate eleitoral e na ação política (BIELSA; PERETTI, 2019, p 22). Assim se explicam, segundo os autores

> Los ataques a Cristina Fernández de Kirchner en Argentina; El golpe parlamentario a Dilma Rousseff y la prisión de Lula en Brasil; la cárcel del vicepresidente "correísta" de Ecuador, Jorge Glas; las denuncias sobre el hijo de la presidenta de Chile, Michelle Bachelet; la destitución de Pedro Pablo Kuczynski, presidente del Perú; el triunfo de Nayib Bukele en El Salvador; los ataques a Nicolás Maduro, en Venezuela: en todos estos procesos (como desde luego también en otros) se advierte un contenido dominante, fomentado y favorecido por el país bélicamente más poderoso del planeta, los Estados Unidos (BIELSA; PERETTI, 2019, p. 22-23).

Se em 1964 os militares brasileiros "usaram a corrupção e o comunismo como argumentos principais para deflagrar um golpe" e instaurar uma ditadura de 21 anos, não isenta de casos de corrupção muitas vezes ocultados pela censura imposta pelo regime (SCHWARCZ, 2019, p. 110), nas manifestações destituintes ambos os conceitos ganharam centralidade discursiva na polarização nas redes e nas ruas, tendo o Partido dos Trabalhadores como um grande divisor de águas: por um lado os defensores do partido e das políticas de governo por ele desenvolvidas, identificados como "o campo progressista", e pelo outro, "um setor mobilizado pela narrativa do golpe" para o qual o PT era o "mais corrupto de Brasil" e, portanto, definidos como *antipetistas* ou contra a *corrupção* (SOLANO; ORTELLADO; MORETTO RIBEIRO, 2019, p. 92-93). A mesma construção de antagonismo aconteceu na Argentina com a centralidade da figura da ex-presidenta Cristina Kirchner e o *kirchnerismo* (GIORGI, 2019).

Figura 12: Faixas contra a corrupção na Argentina

Fonte: Jornal La Nación 18/04/2013

Entretanto, como questiona a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2019, p. 113), "o maior problema do Brasil pode não ser a corrupção, mas a estrutura de desigualdade social que perpetua a cultura da servidão, de um lado, e privilégios, do outro".

No mesmo sentido, Stanley (2019, p. 82) explica que os teóricos políticos sabem, desde a época de Platão e Aristóteles, que "a democracia não pode florescer em solo envenenado pela desigualdade". E aponta que

> Aqueles que se beneficiam das desigualdades são frequentemente sobrecarregados por certas ilusões que os impedem de reconhecer a contingência de seus privilégios [...] e tendem a acreditar que conquistaram seu privilégio, uma ilusão que os impede de ver a realidade como ela é. (STANLEY, 2019, p. 82,83).

Contudo, como reflete Pinheiro-Machado (2019, p. 113), a percepção da corrupção como "praga nacional" não pode ser ignorada, mesmo que ela "seja incendiada por uma narrativa midiática e ideologizada", dados os impactos profundos que ela teve e ainda tem na política. Segundo a autora (2019, p. 113), embora seja fruto, em grande parte, da mídia "ela ainda [...] é fruto da experiência cotidiana das pessoas comuns que se sentem, de maneira legítima, espoliadas pela política".

Entretanto, nas manifestações, a oposição à corrupção não se restringia ao delito cometido por funcionários públicos, também foi percebida por um setor das classes médias argentinas e brasileira como um roubo a eles próprios, ora como excessiva cobrança de impostos, ora como subtração de coisas imateriais, tais como a vida, a liberdade, os direitos humanos e

constitucionais e o orgulho da nacionalidade, como é possível apreciar nas imagens do quadro abaixo:

Quadro 10: Faixas contra a corrupção na Argentina e no Brasil

ARGENTINA	BRASIL
Fonte: Blog Hartos de chamuyos	**Fonte: Rede social Twitter**

Como dissemos anteriormente, o ódio vai se deslizando por diferentes sentidos que se encadeiam por proximidade até produzir novos sentidos. Dessa forma, se o governo é corrupto, logo, também é ladrão e rouba todo o que nós apreciamos, até o próprio país:

Quadro 11: Faixas contra o roubo na Argentina e no Brasil

ARGENTINA	BRASIL
Fonte: Blog Hartos de chamuyos	**Fonte: rede social Twitter**

Junto com a ideia do roubo, deve se associar outra que perpassava a representação social dos manifestantes, a de que o governo para roubar precisa de um cúmplice, os eleitores dos governos *kirchneristas* e *petistas*, que foram denominados pejorativamente de "planeros" e "vagabundos" respectivamente.

2.2.1.2 Os significantes planeros/vagabundos[174]

Com relação aos planos sociais, podemos ver um distanciamento considerável entre a prática discursiva e a implementação política. De fato, o Bolsa Família, tão criticado nas manifestações, não foi criado pelo Partido dos Trabalhadores senão pelo antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Naquele momento não se ouviam vozes que o questionassem. Foi no governo do PT que ele adquiriu alcance nacional e essas vozes "acordaram". Com as "asignaciones familiares", como lembra Sarlo (2012), aconteceu algo semelhante, foi Elisa Carrió, que disputara as eleições de 2007 com Cristina Kirchner, quem o tinha ideado. Mas foi o governo de Cristina que o implementou e universalizou e a oposição que o criticou, inclusive a própria deputada Carrió.

Na Argentina, as políticas de inclusão social desenvolvidas pelos governos de Néstor e Cristina Kirchner foram vistas por um setor da sociedade como um espúrio comércio de votos em prol de conseguir se perpetuar no poder. Dessa forma, encontraram-se centenários preconceitos de classe contra os mais necessitados, com uma "nova" teoria, o populismo[175], que explicaria a suposta sistematização de governos "populistas" que beneficiariam essa classe social em troca de apoio político. Em consequência, nenhum benefício seria legítimo assim como nenhum resultado eleitoral que favorecesse esses governos.

Tal construção da "outredade", na Argentina, teve um viés xenófobo, ao mirar nos imigrantes estrangeiros oriundos de países limítrofes (Paraguai, Peru e Bolívia) e torná-los bodes expiatórios. Entretanto, o alvo principal nas manifestações estava "dentro de casa", o constituíam

---

[174] Na análise do *corpus*, nas séries (1-d) e (2-a) analisamos os enunciados descorteses articulados por meio deste significante vazio.

[175] Na Argentina, por obra das ONGs, mencionadas anteriormente, que convocavam os cacerolazos (Fundación Libertad etc.), o ideário neoliberal sob a forma do antipopulismo teve muito destaque. Figuras carismáticas, como a cientista política e radialista Gloria Álvarez, ministravam palestras nas ONGs ou eram cultuadas nas redes sociais. Álvarez também teve sua passagem pelo Brasil e, na manifestação do dia 12 de abril de 2015 na Av. Paulista, o líder do movimento Vem pra Rua, Rogério Chequer, um dos organizadores, a apresentou à multidão como "uma das maiores representantes da batalha contra o populismo do Foro de São Paulo" (AMARAL, 2015). (ver ANEXO H)

os “villeros” (favelados) transformados em “planeros” (bolsistas), ou seja, as famílias necessitadas quem recebem auxílios econômicos do estado. No *corpus*, encontramos duas seções de enunciados nesse sentido.

É necessário destacar que muitos dos auxílios econômicos eram *erga omnes*, como os subsídios ao consumo de eletricidade e de gás encanado na cidade de Buenos Aires[176], pago às empresas fornecedoras para abaterem das contas dos usuários independentemente do bairro em que residiam, ou da renda dos clientes. Também os auxílios à família (asignaciones) eram recebidos por membros da classe média. Em função disso, se o critério para definir alguém como “planero” (quase um parasita nessa articulação discursiva) era o de ser beneficiário de algum auxílio estatal, então todos seriam, de alguma forma, “planeros”.

Como explica Stanley (2019, p. 16), qualquer progresso para um grupo minoritário estimula, por um lado, sentimentos de vitimização na população dominante o que, por outro lado, provoca o acirramento da polarização na qual

> “Eles” são preguiçosos, sobrevivem dos bens que produzimos, explorando a generosidade de nossos sistemas de bem-estar social ou empregando instituições corruptas, como sindicatos, para separar os cidadãos honestos e trabalhadores de seus salários. “Nós” somos produtores, “Eles” são parasitas (STANLEY, 2019, p. 17).

Por esses motivos, “planero” não é uma categoria descritiva senão performativa, através da qual se constrói uma dicotomia polarizante entre um “outro” que, para não trabalhar, vende seu voto ao “regime corrupto”, e um “nós”, que paga a conta.

[176] Em 2011, Argentina, por causa dos subsídios, era o país da região com os serviços mais baratos. Segundo o jornal BBC, destinava “el 4% de su Producto Interno Bruto (PIB) a financiar la provisión de gas, electricidad, agua y transporte público, entre otros”. Em 2011 esses subsídios foram limitados ao uso doméstico (excetuando bancos, indústrias, cassinos, portos etc.) e as famílias de maiores ingressos que não quisessem mais recebê-lo deveriam renunciar explicitamente, o que não aconteceu como esperado pelo governo. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/11/111123_argentina_subsidios_vs>. Acesso em: 19/01/2021.

Figura 13: Antinomia *trabalho* x *auxílios sociais estatais* na Argentina

Fonte: Rede social Twitter

No mesmo sentido, Pinheiro Machado esclarece que, se no Hemisfério Norte se teme ao inimigo externo, no Brasil o sentimento fascista mobiliza o medo a um inimigo no interior da Nação: "o velho e conhecido vagabundo".

> Vagabundo é sempre o "outro". "Nós" somos humanos, do bem, inteligentes, realizadores e dotados da moral cristã. Tudo o que temos é mérito do nosso suor, e o que não temos é porque os "vagabundos" recebem privilégios e mamatas. Quando "nós" morremos, a dor é imensa porque nossas vidas importam. "Eles", os vagabundos, são menos humanos. São lesados, preguiçosos e pervertidos. Tudo o que eles possuem vem da vida fácil. Quando "eles" morrem, não há dor e, muitas vezes, há até comemoração, o vagabundo bom é vagabundo morto." (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 141).

A tal ponto são acertadas as considerações de Pinheiro-Machado que nas manifestações apareceram cartazes com os dizeres "Aeroporto parece rodoviária" (Br-1b -2), manifestando seu malestar por ter que dividir espaços públicos antes restritos a certas camadas da população, como diz Débora Messenberg (2019, p. 205)

> Um novo segmento social com capacidade de consumo de bens duráveis passou a ocupar espaços e a dividir o uso de serviços, nunca antes compartilhados pela classe média brasileira com outras camadas mais pobres da população (aeroportos, shoppings, universidades e planos de saúde). Mais do que dividir espaços, as manifestações de ódio da classe média brasileira, durante os protestos de 2015, expressavam o seu pânico em perder privilégios seculares.

Igualmente, a pesquisadora Helcimara Telles (2019, p. 62) traz os resultados de uma sondagem (*survey*) realizada na manifestação do dia 12 de abril de 2015, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em que "apesar de a maioria concordar com a proposta de que reduzir a diferença

entre as pessoas deve ser uma prioridade de qualquer governo" foi comprovada uma grande "resistência aos programas relativos à igualdade e expansão de direitos das minorias". Segundo dados da pesquisa:

> A maior parte discorda das políticas governamentais de inclusão social como o Bolsa Família (77,8%). Eles opinam que pessoas assistidas por programas sociais podem "se tornar mais preguiçosas". Já 37% dos que protestavam alegaram que minorias, como negros, mulheres e homosexuais, têm direitos demais no Brasil, e as cotas raciais são contestadas pela maioria, pois 70,1% declararam que elas deveriam ser eliminadas (TELLES, 2019, p. 63).

Dessa maneira, foi se criando um consenso acerca do "saqueio eleitoral" promovido pelo governo e os setores populares em contra do "dinheiro dos contribuintes"[177], junto com a falta de liberdade, a qual também teria sido "roubada" pelo governo.

2.2.1.3 Os significantes ditadura e falta de liberdade[178]

Teun Van Dijk (2016) pondera que até o significado das palavras está sujeito às relações de poder[179], nem sempre explícitas, e explica que:

> um valor sociocultural positivo compartilhado como a Liberdade pode ser interpretado em diferentes ideologias a fim de servir aos interesses de certos grupos, como no caso da liberdade de mercado, a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, liberdade acadêmica, por um lado, e liberdade da opressão, discriminação ou poluição, por outro (VAN DIJK, 2016, p. 55).

Dessa maneira, é possível entender, como apontamos em outro trabalho (BLANCO; BERTI, 2018), como setores ultraliberais na Argentina e no Brasil, em sua retórica "libertária", mediante um reducionismo enviesado do sentido da palavra "liberdade", se posicionaram contra

---

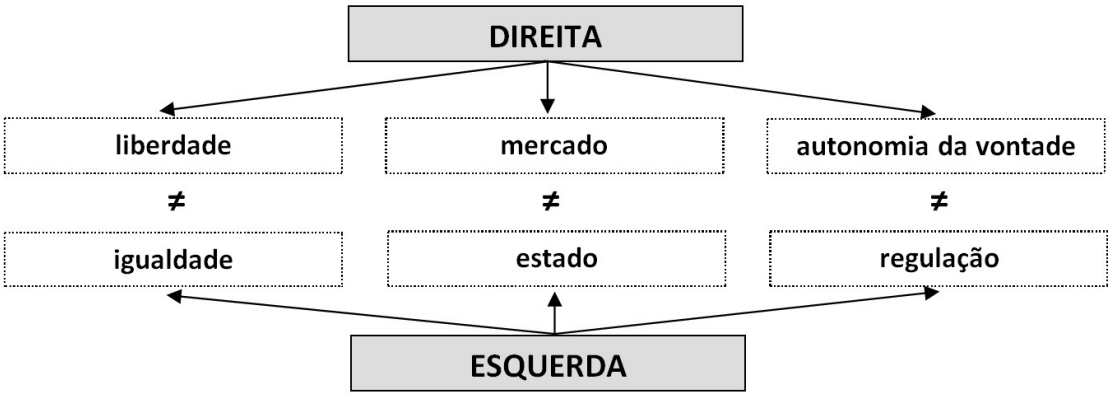
[177] Esse é o outro dos mitos que alimentam essa representação social: a classe média sustenta o país porque é a única que paga impostos. Isso é uma falácia já que, no Brasil e na Argentina, o sistema tributário taxa muito mais o consumo (tributação indireta) do que a riqueza (tributos diretos) motivo pelo qual, proporcionalmente, são os setores mais pobres que contribuem com a maior parte da carga tributária. Segundo o jornal BBC, em 2021 50% do que o governo arrecada tem origem em impostos ao consumo de bens e serviços. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54006822>. Acesso em 26/05/2021.

[178] Os enunciados descorteses articulados por meio destes significantes vazios são descritos e analisados na série (1-c) do *corpus.*

[179] Como esclarece Aguilar (2007, p. 2), o signo, apartado de sua vida social e limitado ao âmbito imanente do sistema da língua, se revela como carente de sentido, já que "a dimensão significativa do signo dentro da língua se resolve como uma relação opositiva", porém sem contato com o mundo.

os direitos sociais, particularmente os direitos trabalhistas, *so pretexto* de ferir a liberdade de contratação, por exemplo, ou contra as mobilizações populares porque ferem a "liberdade de ir e vir", ou quaisquer medidas de intervenção estatal na economia porque, na sua concepção radical seriam, *a priori*, sempre contrárias à liberdade de mercado, seja qual for a sua natureza[180]. Como resume Luis Felipe Miguel (2018), trata-se de uma doutrina que prega o menor estado possível, ao que opõem a supremacia absoluta do mercado, resumida na dicotomia à *liberdade* (mercado) x *igualdade* (políticas do estado). Consequentemente, o significante esquerda (e suas variantes: comunismo, Venezuela/Cuba, totalitarismo, ditadura, ditadura de esquerda, etc.) se referem ao estado, à regulação e à igualdade, enquanto o significante direita é identificado com mercado, liberdade e autonomia da vontade.

Figura 14: Polarização antinômica esquerda/direita mediante significantes vazios



Fonte: Elaboração própria

Nessa articulação discursiva, portanto, são silenciadas outras tradições filosóficas que não operam com as dicotomias excludentes liberdade/igualdade, mercado/estado etc.

[180] Também tem que ser destacado "o 'matrimônio por conveniência' entre o ultraliberalismo e o cristianismo fundamentalista, em todas suas vertentes. O ataque ao estado é um ponto em comum entre eles uma vez que, ao tempo que "restringe os alcances da liberdade", reduz a autoridade patriarcal, em especial, a (não)educação privada dos filhos. Essa aliança entre ONGs defensoras do ultraliberalismo e as igrejas neopentecostais se traduziu, na Argentina e principalmente no Brasil, em um *mix* de ataque à ingerência do estado na economia, fim do estado de bem-estar social, denúncias de 'ideologia de gênero' e 'doutrinamento dos professores' nas escolas" (BLANCO; BERTI, 2019). Tudo em nome da defesa irrestrita da liberdade.

Quadro 12: Faixa e cartaz contra os impostos na Argentina e no Brasil

ARGENTINA	BRASIL
Fonte: Jornal ABC	**Fonte: Blog da Cidadania**

O fato da manipulação do valor semântico de certos assuntos que, em princípio, pensávamos haver certo consenso, como a liberdade, não é um dado menor. De fato, pode acontecer que um discurso ideológico, como aponta Slavoj Žižek (2013, p.13), possa ser verdadeiro, mas o que verdadeiramente importa não é o "conteúdo afirmado como tal" senão se ele "é funcional com respeito a alguma relação de dominação social da maneira intrinsecamente não transparente", velada, oculta ou disfarçada: *mentir sob o disfarce da verdade*. Como exemplifica o autor, se uma intervenção em um país do terceiro mundo for realizada sob alegação de que não respeita os direitos humanos, a causa alegada pode ser verdadeira, e até o fato de eles melhorarem com a intervenção, mas será ideológica a legitimação se, por exemplo, se esconde(m) o(s) motivo(s) que há por trás dessa intervenção (geopolíticos, econômicos etc.). Lamentavelmente, no curto decorrer do século XXI já contamos com demasiados exemplos de procedimentos desse tipo, quando não de inverdades manifestas, desde as jamais encontradas "armas químicas" que deram fundamento à invasão do Iraque, ao golpe moderno contra Evo Morales por "suposta fraude eleitoral", denuncia falaz feita pela Organização dos Estados Americanos[181].

Dito isso, temos que considerar os enunciados que alegam a falta de liberdade como manifestações individualistas que não conseguiram se articular propositivamente em torno de algo para si, senão como mera oposição, de forma imprecisa, aos governos. Como explica Beatriz Sarlo (2012) em relação às manifestações argentinas: "detestar al kirchnerismo no produce

[181] Para entender o que aconteceu na Bolívia nas eleições de 2019 e a participação dos Estados Unidos, recomendamos a leitura do artigo "EE. UU. y la construcción del golpe en Bolivia" dos analistas Silvina Romano, Tamara Lajtman, Aníbal García Fernández e Arantxa Tirado. Disponível em: <https://www.celag.org/wp-content/uploads/2019/11/ee-uu-y-la-construccion-del-golpe-en-bolivia-1.pdf> Acesso em 30/03/2021.

política. Y hoy, en cualquier lugar del mundo, afirmar la primacía absoluta de los derechos individuales (yo hago lo que quiero con lo mío) es una versión patética y arcaica de lo que se cree liberalismo".

Figura 15: Cartazes em contra das limitações à liberdade na Argentina

Fonte: Jornal El País	**Fonte: Jornal ABC**

No Brasil, o fortalecimento do egoísmo social e a recusa à redistribuição e a solidariedade também foram elementos empregados pelos formadores de opinião que organizaram as manifestações (MESSENBERG, 2019, p. 208).

Assim foi que um dos motivos em torno dos quais se articularam as demandas dos manifestantes nos dois países era o fato dos governos democraticamente eleitos, em três oportunidades consecutivas na Argentina (2003, 2007 e 2011) e quatro no Brasil (2002, 2006, 2010 e 2014) não seriam democracias e sim ditaduras ao não respeitar a liberdade. No Brasil, como explica Ab'Sáber (2015, p. 41):

> Embora a imprensa fosse absolutamente livre, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça trabalhassem como jamais no Brasil, e desde o segundo ano do governo Lula a cúpula petista estivesse sobre processo criminal aberto e acabasse de fato inteiramente na cadeia, durante anos homens muito inteligentes nos garantiam todos os dias nos jornais a natureza ditatorial fixada -alucinose- do governo petista [...] O delírio interessado, farsesco, não conhecia limite, uma vez que desobrigava radicalmente de checar realidades.

Figura 16: Cartazes a favor da liberdade na Argentina

Fonte: Rede social Twitter.

A produção de sentido em torno da falta de liberdade se traduziu em percepções de estar governados sob regimes totalitários. Na Argentina foram articuladas, majoritariamente, as ideias-força de o governo de Cristina Kirchner se tratar de ditadura, fascismo ou de regime político semelhante ao de Venezuela ou Cuba, embora encontrássemos algumas referências isoladas ao comunismo.

Já no Brasil, ainda que houvesse enunicados que expressassem a falta de liberdade (Br-1c-1), o significante vazio "comunismo" serviu para esse fim de forma quase hegemônica nessa comunidade de fala.

2.2.1.4 Os significantes comunismo, Venezuela, Cuba e Foro de São Paulo[182]

Nas manifestações na Argentina encontramos alguns registros marginais de textos que faziam referência ao comunismo - Figura 17, ANEXO L e enunciado (Ar-2b-10) - como forma de expressar as limitações à liberdade que os manifestantes diziam haver naquele país. Entretanto, os significantes vazios mais empregados para esse efeito foram os de falta de liberdade ou ditadura, possivelmente pelas profundas marcas que deixou nas instituições e na sociedade o último governo militar (1976-1983).

[182] Na análise do *corpus*, nas séries (2-b) e (2-c), trataremos detalhadamente os enunciados das manifestações que se organizaram mediante estes significantes vazios.

Figura 17: Cartazes contra o comunismo nas manifestações da Argentina

Fonte: Rede social Twitter.

No Brasil, como resume Jardim Pinto (2019), houve uma combinação de pedidos de intervenção militar, alguns em inglês, que atualizavam "o espaço político das Forças Armadas"[183] com o anticomunismo:

> A maioria das pessoas que estava nas ruas não havia vivido as campanhas anticomunistas no Brasil que dominavam o discurso dos partidos de direita e das Forças Armadas na década de 1950, e que foram fundamentais para angariar apoio popular para o golpe militar de 1964. Em 2015, o anticomunismo renasceu facilitado com a identificação do governo da Venezuela como comunista e a associação desse país com o Partido dos Trabalhadores e com os governos de Lula e Dilma (JARDIM PINTO, 2019, p. 49).

No mesmo sentido, Ab'Sáber (2015, p. 37) explica que "a já tardia ideia de 'comunismo'"[184] esteve bem presente "nas ações de rua" [panelaços] de grande fração das classes altas brasileiras, mantendo o discurso político "em um polo muito intenso e extremo de negatividade à qualquer realização democrática ou popular de governo" brasileiro ao reduzir, como pondera Débora Messenberg (2019, p. 197), a "uma única causalidade os acontecimentos

[183] A pesquisadora relata a existência de pequenos grupos e de alguns manifestantes avulsos que pediam essa saída institucional individualmente, assim como a presença de movimentos mais organizados com essa finalidade , como o chamado "SOS Forças Armadas". Contudo, muitos dos participantes dessas manifestações eram contrários a essa prédica, como ficou registrado no vídeo (V1-BR) que traz testemunhos das manifestações de 15 de abril de 2015 na Av. Paulista.

[184] Segundo o autor (2015, p. 44), "o anticomunismo atrasado brasileiro" significa uma regressão da política "aos argumentos de força e redução da diferença, e implica gozos baixos, do ódio que poderia se alçar ao sadismo, simplificação de toda a vida pública e social e do direito ao desprezo do destino da vida popular. É uma política do direito ao ódio fixado, frente à vítima escolhida".

desconcertantes e incômodos", personificando o mal (petistas, comunistas etc.) para melhor reconhecer, exercer o controle e combater esse mal. Segundo a pesquisadora, "encontrando-se encarnado, o mal reafirma a identidade dos grupos sociais que se consideram majoritários" que o combatem em nome da "normalidade" (MESSENBERG, 2019, p. 198).

Ab'Sáber (2015, p.11) destaca que o "ódio brutal" que se expressava nas ruas nas manifestações contra o governo petista estava "baseado em grandes emoções e na redução calculada da linguagem" que procurava esvaziar a popularidade dos ex-presidentes brasileiros. Em consequência, bastava aos antipetistas, "movimento de desfaçatez do velho anticomunismo"[185], atribuir ao governo "o epíteto de estalinista, ou bolivariano, ou bramar nas redes e nas ruas "vai pra Cuba", "aqui não é Venezuela" etc. (AB'SÁBER, 2015, p. 37), para reduzir a problemática social e política brasileira ao maniqueísmo interessado simplório (como na época da "guerra fria"[186]), e a uma épica de luta imaginária, "contra comunistas inexistentes", os quais devem ser derrotados *in extremis*. Como assevera o autor (2015, p. 44), "o anticomunismo atrasado brasileiro [...] é regressão aos argumentos de força e redução da diferença [...] É uma política do direito ao ódio fixado, frente à vítima escolhida".

Figura 18: Cartaz contra o comunismo nas manifestações no Brasil

Fonte: Rede social Twitter.

[185] Como explicam Silva e Lentz (2018), o sentimento anticomunista iniciou-se "logo após a Revolução Russa de 1917 e tem sua primeira grande onda após a Intentona Comunista (1935), depois que Luiz Carlos Prestes declarou sua adesão ao pensamento marxista". Tal sentimento perdurou ao longo dos anos seguintes, alcançando sua "segunda grande onda a partir de 1961, durante a campanha da legalidade, e resultando no golpe civil-militar de 1964".

[186] Como reflete Ab'Sáber (2015, p. 43), "não por acaso, em regime de farsa verdadeira, se vislumbrou nas passeatas de março o semblante das velhas marchas conservadoras de 1964". Está se referindo pontualmente ao ano 2015, mas o mesmo tom pode ser visto nos panelaços subsequentes.

Messenberg (2019), por sua vez, salienta a construção do "mito do complô", presente no discurso de certos formadores de opinião alinhados com pensamento de extrema direita (Olavo de Carvalho, Beatriz Kicis, Marcello Reis etc.), mito, segundo o qual haveria "uma conspiração empunhada por uma sociedade secreta" com contornos não muito definidos, entre os que participam "partidos, grupos específicos: os comunistas, os negros, os gays, as feministas e todos aqueles" que não compartilhem de sua cosmovisão (MESSENBERG, 2019, p. 198). Só dessa forma podem ser entendidas a ideias-força do "bolivarianismo" e outros significantes equivalentes nesse regime de coerência discursiva, como Hugo Chávez, Nicolás Maduro Venezuela e Cuba, que se articulam com o significante comunismo "principalmente por intermédio de uma organização denominada Foro de São Paulo[187]" que, como explica a pesquisadora (2019, p. 198-199), assume "a hipérbole retórica da 'personificação do mal'", particularmente nos dicursos dos formadores de opinião de direita brasileira, e em muitos enunciadores que participaram dos "panelaços".

Entretanto, exceptuando o Foro de São Paulo, esse encadeamento de significantes também aconteceu em grande parte da classe média argentina e, portanto, esses termos também estiveram expressos em diferentes textos discursivos nas manifestações, como analisamos no *corpus* na série (Ar-2c), inclusive participando do neologismo "ARGENZUELA" o qual descreveremos oportunamente.

2.2.2 Construção mediática do ódio

"Com o tempo, uma imprensa cínica, mercenária, demagógica e corrupta formará um público tão vil como ela mesma".
Joseph Pulitzer

O modo de produção da articulação discursiva é controlado pelo que se pode chamar de "elites simbólicas", tais como jornalistas, escritores, artistas, diretores, acadêmicos e outros

[187] Segundo o site oficial, o Foro de São Paulo foi "criado a partir de uma convocatória dos ex-presidentes Lula e Fidel Castro a partidos, movimentos e organizações de esquerda em julho de 1990". Sua primeira reunião aconteceu na cidade brasileira de São Paulo, em junho de 1990, e teve como objetivo "refletir sobre os acontecimentos pós-queda do Muro de Berlim e os caminhos alternativos e autônomos pela visão da esquerda da América Latina e Caribe, para além das respostas tradicionais" do neoliberalismo, assim como contribuir na promoção da integração da América Latina mediante a promoção de "intercâmbios especializados em torno dos problemas econômicos, políticos, sociais e culturais". Disponível em: <https://forodesaopaulo.org/breve-historico-e-fundamentos/>. Acesso em: 11/09/2019.

grupos que exercem o poder com base no "capital simbólico". Esse poder simbólico não se limita à articulação em si, mas também inclui o modo de influência: eles podem determinar a agenda de discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente quanto a quem deve ganhar destaque publicamente e de que forma (VAN DIJK, 2012). Segundo o autor explica, as elites simbólicas, junto com as elites militar, política e econômica, "desempenham um papel essencial ao dar sustentação ao aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder em nossas modernas sociedades de informação e da comunicação" (VAN DIJK, 2012, p. 46).

Dada sua natureza, muitas vezes é mais difícil abordar o discurso das mídias do que o político já que, em relação a este último se admite, de forma geral, sua vinculação com o poder e, por conseguinte, a manipulação, enquanto "o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação" (CHARAUDEAU, 2015, p. 17).

Para compreender a importância que os meios de comunicação têm na mediação entre o poder e os cidadãos, apontamos que o dia 2 de junho de 1810 Mariano Moreno, secretário da Junta de governo que sucedeu o vice-rei espanhol Cisneros, fundou o jornal Gazeta de Buenos Ayres[188]. Não por acaso o jornal, cujo primeiro exemplar saiu à venda em 7 de junho daquele ano, foi um dos primeiros atos do governo revolucionário, sob a lema: "el pueblo tiene derecho a saber la conducta de sus representantes".

Isso evidencia o poder simbólico dos meios de comunicação é também uma forma de poder ideológico uma vez que são os "fabricantes de conhecimento, dos padrões morais, das crenças, das atitudes, das normas, das ideologias e dos valores públicos" (VAN DIJK, 2012, p. 45), e o fazem despertando o interesse e "tocando a afetividade do destinatário da informação" tornando-se manipuladores, muitas vezes "sem se darem conta disso", uma vez que não transmitem o que ocorre na realidade social, senão "o que constroem do espaço político" (CHARAUDEAU, 2015, p. 19). Por esse motivo:

> A instância midiática acha-se, então, condenada a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida. O efeito produzido por essa visada

[188] Por esse motivo, no dia 7 de junho se comemora na Argentina o "Dia do Jornalista".

> encontra-se no extremo oposto ao efeito de racionalidade que deveria direcionar a visada da informação (CHARAUDEAU, 2015, p. 92).

Desse modo, seguindo o pensamento do autor francês, para satisfazer essa emoção os meios têm que realizar a uma "encenação sutil do discurso de informação", levando em conta, de forma simultânea, tanto os "apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural" quanto o "conhecimento dos universos de crenças que aí circulam", já que as emoções são socializadas, são produto de uma "regulação coletiva de trocas" que segue os movimentos da afetividade e, concomitantemente, "as representações que atribuem valores às condutas e às relações emocionais".

Segundo Charaudeau (2015, p. 20), "as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, vários espelhos deformantes ao mesmo tempo "mostrando cada um, a seu modo, um fragmento "amplificado, simplificado ou estereotipado do mundo".

Por tal razão, o pesquisador da Universidade de Buenos Aires - UBA - Santiago Marino (2009) rejeita a categorização de "meios de comunicação", devido a sua obsolescência, e os rebatizou como "agentes corporativos de informação" devido a sua atuação como agentes políticos[189]. E abona sua distinção em duas premissas:

> La primera de ellas refiere a la necesidad de proponer un nuevo modo de definir (algunos de) los medios masivos de comunicación, por al menos tres razones: a) no son vehículos de intermediación, ya no están en medio de algo, sino en el lugar de sus propios intereses; b) no son herramientas al alcance de todos los ciudadanos en condiciones igualitarias; y c) su función central es la de formar/informar sentidos y representaciones de acontecimientos, y no la de comunicación en sentido amplio. La segunda idea es que –en términos estructurales– los medios masivos han puesto en discusión el rol del Estado en la producción de sentidos, y también de la política (MARINO 2009).

Por sua vez, Nora Merlin (2019), acrescenta o tema do ódio às mensagens dos meios hegemônicos: "los medios de comunicación concentrados, la voz del poder, estimulan el odio que el neoliberalismo necesita para permanecer" em uma una relación neoliberalismo-ódio em que se retroalimentam. Dessa maneira, a partir de começos do século XXI, as identificações e discursos

[189] O autor exceptúa dessa distinção "a los medios comunitarios, alternativos, populares, críticos, alternativos (y un "otros" amplio), de cualquier soporte posible (digitales, impresos y de radiodifusión) y de gestión no comercial".

massivos têm como ator predominante, nas narrativas de ódio e agressividade, aos meios hegemônicos de comunicação e as redes sociais cada vez mais presentes no dia-a-dia. Eles são os protagonistas pela mobilização da insatisfação social oferecendo "alguém a quem odiar" (MERLIN, 2019) e os motivos para fazê-lo.

Embora não seja possível afirmar que o papel das mídias tenha sido determinante nas expressões de ódio dos manifestantes dos eventos destituintes no Brasil e na Argentina, (embora muitas tivessem uma influência direta, principalmente na Argentina[190]), o papel dos meios de comunicação foi muito relevante quanto à escolha e articulação das demandas e a construção de sentido em volta delas.

2.2.2.1 Argentina: "Crispasión", "La grieta" e o "periodismo de guerra"

Na Argentina em 2008, após o fim da *pax romana* entre o Grupo Clarín e o governo de Néstor Kirchner (2003 – 2007), principalmente a partir da crise com o setor agrário em 2008, qualquer demanda, real ou criada pela mídia, - por exemplo, a instalação "midiática" de uma possível reforma constitucional que lhe permitisse à presidenta Cristina Kirchner se candidatar a um terceiro mandato, o que nunca foi cogitado pelo governo -, a imprensa se ocupou de exacerbar as críticas até recorrendo, muitas vezes, a "não fatos" ou "não-notícias"[191] para gerar ou sustentar a insatisfação de um setor da população.

---

[190] O programa 678, autodeclarado oficialista, que se emitia pela TV Pública Argentina, recopilou uma série de enunciados dos manifestantes especulares aos temas e consignas instalados socialmente pelos meios e jornalistas dos grupos Clarín e *La Nación*.

[191] Não temos condições de enumerar todas as "fabricações jornalísticas" que realizaram os meios de comunicação nos 8 anos de governo de Cristina Kirchner. Só nos limitaremos a apontar um que teve como protagonista o jornal italiano Corriere Della Sera que publicou que a mandatária argentina, em ocasião da sua visita a Roma para assistir à reunião acerca da fome da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura FAO, teria comprado joias em joalherias muito renomadas. A "notícia" teve ampla repercussão na Argentina. Porém, por tratar-se de uma mentira difamatória, a então presidenta processou o jornal italiano, que foi condenado a pagar 40.000 euros de indenização, que a ex-mandatária doou para o hospital de atendimento infantil "Sor María Ludovica" de La Plata, sua cidade natal. Fonte: <https://www.lavoz.com.ar/politica/cristina-dono-un-hospital-de-ninos-los-40-mil-euros-que-gano-en-un-juicio-contra-un-diario/> Acesso em: 18/05/2020.

Outras duas não-notícias internacionais, que ecoaram na Argentina nos meios hegemônicos, foram produzidas pelo jornalista brasileiro Leonardo Coutinho para a revista *Veja*. Em uma delas, o semanário denunciava um "pacto" entre Argentina e Irã para acobertar o atentado à AMIA, em troca de tecnologia nuclear. Na outra, a "existência de duas milionárias contas bancárias nos Estados Unidos e nas Ilhas Caimã, em nome de Máximo Kirchner, filho da ex-presidenta, e a embaixadora Nilda Garré, por 80 milhões de dólares". Pouco tempo depois, foi demonstrada a inverdade das duas. Fonte: <https://stripteasedelpoder.com/2015/04/veja-floja-de-papeles-para-investigar/>. Acesso em: 11/10/2017.

Em consequência disso, um processo particular se deu em torno do conceito de "crispação"[192], que marcou "o rompimento das retóricas do consenso democrático", que se caracterizou pelo aumento da intensidade do debate político, o qual "se tornava inseparável, de forma explícita, de intensidades afetivas" que iam em aumento, e de linguagens que se "condensavam sob o signo do ódio" (GIORGI, 2019, p. 80). Contudo, "crispação" não era um conceito "neutro", tinha como alvo quaisquer medidas econômicas, políticas ou sociais, sem importar sua natureza ou possível acerto ou desacerto, decretadas pela então presidenta Cristina Kirchner (GIORGI, 2019, p. 80).

O mesmo aconteceu, pouco depois, com o termo "*grieta*" (em português, rachadura), alcunhado pelo jornalista declaradamente opositor[193] ao governo de então, Jorge Lanata[194]. Longe de ser uma metáfora para descrever a polarização política da sociedade argentina, esse significante vazio foi criado[195] e empregado, maciçamente, pelos meios hegemônicos de comunicação enfrentados com o governo no contexto de resistência à aplicação integral da lei

---

[192] Em espanhol "crispasión". Em torno desse termo, foi protagonizada uma verdadeira "batalha pelo sentido": por um lado, fora transformado em "Krispasión", marcando a letra "K" que identifica os governos kirchneristas (os "K"); logo foi ressignificado pelos seguidores da ex-presidenta argentina como "CrisPasión", ou seja, paixão por Cristina.

[193] Cabe lembrar que Jorge Lanata, até 2011, denunciava o poder do conglomerado midiático Clarín e era um dos maiores defensores da regulamentação estatal dos meios de comunicação. Em 2012, contratado por esse mesmo grupo, se converteu no "jornalista estrela" do conglomerado midiático e na principal voz a atacar Cristina Kirchner e seu governo.

[194] Mais do que uma autêntica criação, Lanata ressignificou o conceito de divisão do país que fora o leitmotiv da campanha, em 2103, da "Frente Progresista Cívico y Social" na qual os candidatos a deputados Margarita Stolbizer e Ricardo Alfonsín, prometiam acabar com ela unificando os argentinos. Em quatro anúncios publicitários, elaborados pela agência Kepel & Mata, se apontava a existência, na percepção do público, de dois países antagônicos: "Argen" e "Tina". O slogan da campanha dizia "Hay dos países. Venimos a unirlos". Fonte: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-225084-2013-07-23.html> Acesso em: 10/12/2018.

[195] É importante destacar que já na primeira vez que Lanata pronunciou a palavra "grieta", em 5 de agosto de 2013 em ocasião da entrega dos prêmios "Martín Fierro" – a principal premiação à TV e rádio na Argentina entregue pela Asociación de Periodistas de la Televisión y la Radiofonía Argentinas -, o fez em tom provocativo, conforme seu estilo, para "denunciar" o governo de Cristina Kirchner e seus adeptos, acusando-os de serem quem a criou. Nessa oportunidade, o jornalista recebeu três prêmios, e discursou, portanto, igual número de vezes. Na primeira oportunidade, "agradeceu" o prêmio, em tom de deboche, a membros do governo (se referiu à presidenta Cristina Kirchner, ao vice-presidente Amado Boudou, ao ministro de planificação Julio De Vido, entre outros), e a empresários, políticos e dirigentes sociais (como Hebe de Bonafini, de Madres de Plaza de Mayo), o qual gerou um mal-estar em grande parte dos assistentes. Na sua terceira participação enunciou e instalou mediaticamente o termo "grieta", segundo o mecanismo de manipulação que consiste em acusar os outros pelos efeitos das ações que o próprio denunciante provoca ou contribui ativamente em ocasionar. Tal mecanismo foi evidenciado quando, em dezembro do mesmo ano, Lanata recebeu o prêmio Tato e novamente empregou o termo "grieta" para debochar de um ator identificado com o *kirchnerismo,* e o colega Reynaldo Sietecase, também opositor ao governo Kirchner, expôs a contradição: "Faz messes ouvi [...] falar da preocupação que há pela "grieta" que está se gerando na Argentina e eu comparto essa preocupação, mas me surpreende que os mesmos colegas que estão preocupados pela "grieta" estão preocupados por alargá-la cada dia mais" (INFOBAE, 2013).

que os regulamenta[196] promovida pelo poder executivo, com a intenção de denunciar "una suerte de retórica manipuladora basada en dádivas y propuestas facilistas a problemas complejos, y una suerte de 'militancia permanente' en pos de la confrontación" (ARTESE; CASTRO; TAPIA, 2019, p. 136). Ainda que esse significante não tenha constituído uma categoria com contornos próprios, como aconteceu com os anteriores (ditadura, comunismo etc.), esteve presente de forma transversal na maioria dos enunciados dos manifestantes argentinos de todas as séries.

Figura 19: Jornalista Lanata e temática de ódio e divisão

Fonte: Rede social Facebook. Página "El anti K"

Como explicam os autores, o conceito de "grieta", segundo essa articulação discursiva, teria as seguintes características:

> A) las divisiones y conflictos entre los argentinos han sido instalados «artificialmente», producto de un modelo político que fomentó la conflictividad social como forma de gestión política (grieta). B) Por lo tanto, estos conflictos y divisiones son externos y anormales; es decir, representan una anomalía. C) Son, entonces, de carácter episódico: es posible volver a un estado de unidad entre los argentinos (mancomunión) (ARTESE; CASTRO; TAPIA, 2019, p. 132).

[196] A "Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual" de 2009 foi elaborada após um processo de discussão multissetorial e federal. Um dos principais avanços era considerar a comunicação como um direito humano. Foi derrogada por Mauricio Macri, aos poucos dias da sua chegada à presidência, mediante um decreto de necessidade e urgência porque, segundo ele, a comunicação não deve ser regulada senão pelas lógicas do mercado (SAINTOUT, 2108, p. 15).

Um simples percurso pela história argentina permite ver que a polarização e o conflito de interesses sempre foi a constante desde a época da colônia: *interior* x *puerto de Buenos Aires*; *unitarios* x *federales*; *radicales* x *antirradicales*, *peronistas* x *antiperonistas*; *campo* x *industria* etc. por citar as mais reconhecidas.

Semelhante ao que aconteceu no Brasil que, como explica Rossana Pinheiro-Machado (2019, p. 107), "nossa herança colonial revela a construção de um imaginário partido em dois num país também dividido: um branco, civilizado e seguro, e outro negro, bárbaro e perigoso", o qual dialoga com a visão de certa intelectualidade argentina herdeira e perpetuadora de Domingo Faustino Sarmiento e a falaz antinomia expressa em seu livro "Civilización y barbarie".

Por essa razão, a falácia de que Cristina Kirchner e o Partido dos Trabalhadores introduziram "artificialmente" a "conflitividade social" e a "divisão" dos argentinos e brasileiros[197] serve para demonstrar a mendacidade de tal criação. E também, na Argentina, explica a eficácia da prédica constante e onipresente dos meios hegemônicos de comunicação que empregaram esse argumento para fazer "jornalismo de guerra", como confessou em tom autocrítico o jornalista, editor chefe e redator do grupo *Clarín,* Julio Blanck em julho de 2016[198].

Dessa forma, o conceito de "grieta" que sintetizou o rechaço às medidas do governo que foram caracterizadas como "acciones vinculadas a un plan populista, de crispación y divisionismo, de prácticas corruptas, etc." alternou, por sua vez, com a acusação de o governo ter-se tornado um regime populista (ARTESE; CASTRO; TAPIA, 2019, p. 150).

[197] Ainda que escassos, encontramos enunciados em cartazes nas manifestações brasileiras demandando "União".

[198] As palabras do jornalista foram: "¿Hicimos periodismo de guerra? Sí. Eso es mal periodismo. Fuimos buenos haciendo guerra, estamos vivos, llegamos vivos al final, al último día" (SAINTOUT, 2018, p. 18).

Figura 20: Cartaz contra a "divisão" e balões a favor da "união" do povo

Fonte: Rede social Twitter.

Consequentemente, o conceito de "grieta" conseguiu tornar-se senso comum em um grande setor da classe média argentina, como demonstra o estudo de Artese, Castro e Tapia (2019) e expressam alguns enunciados da série (Ar-2). Em consequência, foi rapidamente "apropriado" por políticos opositores ao governo de Kirchner, entre eles Maurício Macri, que se elegeu em 2015 com a promessa de acabar com a "grieta". Por isso, cremos necessário destacar mais uma vez que não estamos ante um termo neutro, meramente descritivo, e sim de um dispositivo discursivo-performático[199] de controle social que resume as diferenças ideológico-políticas[200] e os conflitos na sociedade argentina (ARTESE; CASTRO; TAPIA, 2019, p. 132), ao mesmo tempo em que denota culpas e as carrega, exclusivamente, numa determinada forma de discursividade assertiva e politicidade representada pelo kirchnerismo, e justifica, por outro lado, a prática sistemática do "jornalismo de guerra", que se havia tornado "o rosto da oposição" ao governo de Cristina (GIORGI, 2019, p. 82).

O "jornalismo de guerra", longe de ser exclusividade argentina, se inscreve num contexto mais geral, que Florencia Saintout (2018) denomina protagonismo dos "meios para a desestabilização", para se referir àqueles "que afiançaram, junto às direitas regionais, as campanhas de desprestígio contra aqueles governos populares que foram instalando-se em toda

[199] Além de caracterizar a sociedade, a constitui e a condiciona.

[200] A reação à acusação de serem causadores da "grieta", além das explicações dos políticos, demorou em vir e aconteceu na forma de resignação e ressignificação. Assim, quando Macri foi eleito presidente e suas medidas neoliberais fizeram efeito na população, começaram a surgir diversos comentários e publicações nas redes sociais - a até camisetas - com dizeres do tipo: "Menos mal que existe la grieta, sino parecería que somos todos como estos hijos de puta", e muitas outras variações. Desse modo, a "grieta" converteu-se em espaço de pertença e resistência ao governo macrista.

América Latina", governos que repuseram "a história e a linguagem que o neoliberalismo havia-lhe tirado à verdade" (SAINTOUT, 2018, p. 17).

2.2.2.2 Brasil: Corrupção seletiva e crise

No Brasil, as demandas das mobilizações de 2013 estiveram ancoradas, em um começo, em insatisfações em relação ao transporte público; as de 2014 em insatisfação com os serviços públicos em geral. Quando tais insatisfações, tanto na Argentina quanto no Brasil, não se canalizaram em forma de uma demanda articulada popularmente, foi articulada em forma de um ódio que gerou exclusão e destruição do "outro" (PEREZ, 2021), no caso, do ciclo de governos kirchneristas e petistas.

Se na Argentina os meios hegemônicos realizaram, como apontamos anteriormente, "jornalismo de guerra", no Brasil, por sua vez,

> [...] reportagens em jornais e redes de televisão, processos judiciais, investigações policiais e boatos gerados na internet retroalimentavam-se, gerando uma nuvem de informações verdadeiras, duvidosas e indubitavelmente falsas que estigmatizavam o PT- e, por consequência, toda a esquerda - como encarnação da desonestidade e do mal. Entre os rumores mais absurdos fabricados e disseminados na internet e a cobertura tendenciosa de jornais e emissoras de televisão não há uma fronteira e sim um *continuum* (MIGUEL, 2019).

No limite, chegamos a conviver cotidianamente, em grandes jornais, com articulistas que atacavam qualquer ideia ou projeto progressista, de interesse coletivo, solidário ou até mesmo, apenas meramente humanista (Ab'Sáber, 2015, p. 42).

Entretanto, como demonstra uma pesquisa de Esther Solano e Pablo Ortellado (2016), a desconfiança dos participantes nas manifestações nos meios de comunicação era notória ao ponto de alguns "demonstravam desprezo pela Folha de São Paulo e pela rede Globo". Segundo os pesquisadores:

> Mais uma vez, foi constatada uma ampla desconfiança. Entre os veículos apresentados, apenas a revista *Veja*, de extrema direita, teve muita confiança dos manifestantes, com 51%. A Folha de São Paulo e o Jornal Nacional tiveram grande índice de desconfiança, com 29 e 37%, respectivamente. Investigamos também a confiança depositada pelos manifestantes em comentaristas políticos. Aqui prevaleceu o grande desconhecimento dos comentaristas da imprensa

> escrita – o que sugere que a televisão ainda é o meio de comunicação predominante na formação da opinião política (ORTELLADO; SOLANO, 2016).

Por tal motivo, se faz necessário ver o papel que tiveram os meios hegemônicos e, em especial, a contribuiçao das redes sociais na (re)produção discursiva nesses eventos.

2.2.2.3 Protagonismo da mídia e das redes sociais nas manifestações

Vimos em *2.1.3 Movimentos sociais e "Cacerolazos" e "Panelaços"*, como as manifestações destituintes foram convocadas e organizadas, tanto na Argentina quanto no Brasil, por diferentes movimentos sociais através das comunidades virtuais, *blogs* e redes sociais, que se apresentavam como apartidários, porém intensamente contrários aos governos de Dilma Rousseff e Cristina Kirchner.

As novas tecnologias (redes sociais, *blogs*, salas de bate papo, *podcasts* etc.) facilitam a participação política não convencional dos cidadãos interconectados, reforçando tanto a "mobilização cívica quanto a antipartidarismo daqueles cidadãos que são interessados, porém insatisfeitos com a política" (TELLES, 2019, p. 76). Por tal motivo, segundo pondera a pesquisadora, a direita migrou "para os espaços *on-line* - onde se localizam os setores de alta escolaridade e que desaprovam o governo -" para "expandir sua clientela" por meio da disseminação intensa do tema da corrupção, "tratando-a como um escândalo político midiático centrado no PT e seus políticos".

Por sua vez, na Argentina, não por acaso as manifestações destituintes foram denominadas com o emprego do signo "cerquilha" ou "jogo da velha" (#), que direciona o usuário para uma página com publicações acerca do mesmo tópico, usado principalmente nas redes sociais Twitter e Facebook, que eram as mais populares à época. Dessa forma, as manifestações dos dias 13 de setembro, 8 de novembro e 18 de abril, transformaram-se nos *hashtags* (#13S; #8N; #18A).

Existe entre os meios de comunicação "tradicionais", por assim dizer (rádio, TV e imprensa escrita), e as redes sociais uma relação de intertextualidade e de complementariedade cada vez maior, principalmente a partir da popularização do acesso a internet e a presença dos

telefones inteligentes que permitem novas formas dos meios hegemônicos de sempre veicularem seus conteúdos, ainda que de forma reduzida ou fragmentária, em imagens, memes e vídeos.

Quanto ao papel da mídia argentina[201], temos que fazer uma distinção entre os meios de comunicação hegemônicos, em clara "guerra jornalística" contra o governo, os meios oficiais, especialmente e TV Pública e a rádio Pública, com abrangência em quase todo o território, defensores das políticas do governo, e outros meios intermediários que não estavam enfrentados com as políticas sociais do governo. Cada um foi retratando as manifestações com estratégias diferentes: os meios concentrados tentavam não mostrar as falas dos manifestantes e, quando apareciam algumas, nunca eram transmitidas em direto, o que permitia o filtro respectivo. Da mesma forma, os principais meios gráficos desses grupos, jornais *La Nación* e *Clarín*, entre outros, mostravam imagens aéreas ou primeiros e primeiríssimos planos das manifestações com o qual era praticamente impossível ler o que estava escrito nos cartazes dos participantes ou estimar a quantidade de manifestantes presentes (CASTRO, 2014)[202]. Nos meios públicos e não opositores, pelo contrário, houve uma aproximação aos manifestantes para permitirem se expressar (em alguns casos para questioná-los) e destacar as demandas expressas nos cartazes e faixas.

No Brasil, aconteceu algo semelhante e as manifestações eram tratadas, pela mídia hegemônica, como eventos em sua totalidade e não houve muitas falas dos protagonistas que não fossem de seus organizadores. Mesmo assim, muitos sites, blogs e blogs informativos conseguiram dialogar com os participantes e obter imagens próximas deles nas quais se podiam ver as demandas expressadas nos cartazes.

Por esse motivo, quando a violência, e muitas vezes a incongruência, das falas dos manifestantes argentinos chegou aos meios de comunicação não opositores, desde os hegemônicos tentou-se desacreditá-las arguindo que se tratava de "invenções" da imprensa oficialista. Porém, como aponta a intelectual, opositora declarada, Beatríz Sarlo em relação às expressões dos participantes da manifestação #8N mostradas em vários programas de televisão:

---

[201] A respeito do tema, recomendamos a leitura da dissertação de mestrado de Guillermo Omar Orsi intitulada "ATIVISMO MIDIÁTICO: a atuação da mídia corporativa na produção dos Cacerolazos argentinos. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/170395>.

[202] Tanto nas manifestações argentinas quanto brasileiras, houve uma batalha entre os organizadores e os governos acerca da quantidade de pessoas presentes nos eventos, uma vez que a massividade é uma das pautas de legitimação identitária.

> Sin embargo, las críticas kirchneristas a la movilización del jueves [08/11/2012] se apoyan en datos y citan consignas indiscutiblemente escritas en las páginas de Facebook que propagandizaban la convocatoria. Allí se ha usado el lenguaje del odio contra los planes sociales y la asignación universal ("planes descansar" y "asignación para coger"", entre otras frases), que no salió de la cabeza de Cristina, sino de una iniciativa presentada, hace años, por Elisa Carrió. Este despiste ideológico, la antipatía contra la política y el encierro dentro de los propios deseos indican el terreno fracturado en el que se mueve la protesta. (SARLO, 2012)

Em função disso, nosso *corpus* está composto pelos enunciados que os participantes das manifestações realizaram para esses meios proferidos, a maioria, nas primeiras manifestações, uma vez que logo houve censura por parte dos organizadores e, também, recusa dos participantes em dar depoimentos.

No Brasil, como explica Luis Felipe Miguel (2018, p. 25), a "maior parte da mídia convencional não dava guarida aos boatos mais risíveis" embora, como esclarece o autor, alguns deles pudessem ser publicados em "veículos marginais que abandonaram a pretensão de credibilidade (como a revista *IstoÉ*)". Todavia, como explica o pesquisador a seguir, o protagonismo da imprensa dita "tradicional" não por isso foi secundário uma vez que, com sua cobertura enviesada dos fatos "fomentava a visão maniqueísta do público e, assim, consolidava o ambiente mental que permitia que mesmo as falsificações mais disparatadas ganhassem foros de verdade"[203].

2.2.3 A construção visual do ódio nas manifestações

Os meios de comunicação de massas, como pondera Rodríguez (2013) são *depositários dos anseios dos diferentes grupos sociais* (televisão, meios gráficos e internet) e, por tal motivo, detêm grande poder na *construção social do visual* já que nos indicam **o que** e **como** ver. Tal construção deve ser entendida

> como herramienta de conocimiento, como dispositivo de poder y como mediación para la interacción social, [que] refiere al conjunto de tácticas y estrategias que, de manera cotidiana, gestionan la mirada, esa que produce

[203] Miguel (2018, p. 26), tomando dados da pesquisa de Solano e Ortellado feita na manifestação do dia 12/04/2015), explica que "a maioria dos presentes concordava com afirmações como as de que o filho de Lula era o proprietário da Friboi, de que a facção criminosa Primeiro Comando da Capital era o braço armado do PT ou de que os governos petistas trouxeram milhares de haitianos para fraudar as eleições no Brasil".

> efectos sobre el modo en que percibimos y somos percibidos, esa que clausura y abre otros caminos, esa que reduce o esa que restituye complejidad (REGUILLO, 2013).

Tal construção social não é arbitrária, "tiene que estar a 'tono' con el segmento que se proponen conquistar, no pueden ignorar en términos absolutos qué está ocurriendo en cada tiempo en lo existente socialmente como **visual construido**, imaginado" (RODRÍGUEZ, 2013). No caso dos meios de comunicação, que tanto contribuíram para extremar a polarização na Argentina o no Brasil, eles oferecem algo a um público que está predisposto a aceitar e que, por isso, acaba consumindo esses "produtos" oferecidos, retroalimentando o ódio.

Dessa forma, tratar do papel que os meios de comunicação tiveram nas manifestações destituintes, seja na convocatória, na cobertura jornalística privilegiada ou nos reportagens "laudatórios" que se fizeram acerca delas, excede em muito as possibilidades de nosso estudo. Todavia, vamos centrar nosso olhar nas capas de dois semanários, *Noticias*[204] da Argentina e *Veja* do Brasil, uma vez que serviram para criar ou exacerbar o ódio contra Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, por meio da *construção visual do social*, proposta pelos estudos da (in)visibilidade.

Esses semanários e suas polêmicas capas, por vezes questionáveis, têm um protagonismo na construção visual do ódio porque, independentemente do número de assinantes ou de leitores eventuais, possuem a capacidade de circular nas redes sociais e até nas manifestações destituintes.

A capa da revista pode ser entendida como um texto complexo constituído por uma relação de completitude entre o verbal e a imagem que, combinados, constroem o enunciado. Somente mediante tal junção é possível compreender os diferentes efeitos de sentido ao recuperar os sedimentos discursivos nos quais se fundamentam, e as metáforas que permitem sua leitura e as relações de intertextualidade que amiúde apresentam. Esse texto complexo e desenhado por

[204] A Revista Notícias (seu nome exato é "Notícias da semana"), pertence ao grupo editorial Perfil, que possui também diversas revistas e um jornal digital que aos fins de semana é impresso. É um semanário do tipo "atualidade", cujo sumário contempla temas de interesse geral e apresenta uma certa orientação para o tratamento dos conteúdos políticos. Sua matéria central, quase sempre de conteúdo político, é antecipada na capa. Essa é uma característica distintiva da sua identidade.

uma gramática visual, ou verbovisual que se enquadra no contexto cultural e comunicacional ao qual pertence.

Por tal motivo, é míster salientar que as capas dos semanários constituem um dispositivo privilegiado para enxergar formas de construção de significados e identidades em jogo (CINGOLANI, 2009), porque nelas podem se comprovar redundâncias relacionadas tanto aos aspectos de organização visual quanto às tematizações desdobradas em imagens e títulos. Essa repetitividade contribui tanto para o reforço da marca da revista quanto para o estabelecimento de um pacto tácito de leitura sustentado nas reiterações dos sentidos que são produzidos e/ou reproduzidos.

Continuando com esse "procurar os rastros dos modos como a diferença foi pensada e construída" (REGUILLO, 2013), pinçaremos alguns exemplos das capas dos dois semanários e analisaremos as ilustrações e os títulos, uma vez que são os elementos principais na configuração gráfica do que se denomina "editorialização"[205]. Em especial, nos ateremos às estratégias, às referências e aos recursos discursivos e retóricos - as escolhas linguísticas empregadas para construir sentidos que criem ou reforcem o contexto de polarização extrema -, e às ideologias implicadas.

Começaremos analisando as duas capas mencionadas anteriormente, que apreciamos nas figuras abaixo:

[205] Entende-se por "editorializar" o ato ou efeito de tornar um artigo, a capa, um programa radial etc. semelhante à editorial, exprimindo ideia(s) ou juízo(s) sobre determinado(s) tema(s) da atualidade. (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Fonte: Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa-aao/editorialização> Acesso em: 10/01/2021.

Quadro 13: Capas das revistas Veja e Noticias.

BRASIL	ARGENTINA
Fonte: Revista Veja, ed. 2417	**Fonte: Noticias, ed. 11/01/2013**

Na capa da revista *Veja*, podemos ver a caricatura da presidenta Dilma Rousseff, com os olhos tapados pela faixa presidencial, numa clara alusão a estar "cega pelo poder" ou pelo cargo ao ponto de não ser capaz de enxergar os problemas do país, segundo o enunciado do semanário, que nessa edição criticava um discurso realizado pela mandatária uma semana antes no Dia Internacional da Mulher. A mesma imagem circulou, também, nas manifestações, mas não criticando apenas um discurso e sim como ilustração de um atributo estigmatizante de Rousseff: a cegueira. Um ponto interessante dessa capa, é que ela não tem títulos dando por sentado que a configuração gráfica, que remete ao gênero charges, fosse suficiente para passar a mensagem da matéria editorial principal. Com esse recurso, o nome da revista *Veja* assume o papel de um ato de fala diretivo que convida a "ver" o que acontece com a presidenta retratada de forma caricaturesca.

Outro ponto a destacar é que o escudo do Brasil, presente na faixa presidencial, está no lugar de um dos olhos, estabelecendo uma semelhança entre a figura de ex-presidenta com a de um monstro ciclope.

Finalmente, compõem o texto gráfico a diferença na direção da cabeça e do corpo de Rousseff com a direção das pernas, que apontam em sentido contrário, indicando desorientação.

Tais representações, longe de serem arbitrárias, supõem um modo de categorização social que, amiúde, "se independizam" do seu suporte material e circulam nas redes sociais e em outros

meios de comunicação, incluídas as manifestações de rua, de forma figurada ou literal, como no caso da capa da revista, a seguir:

Figuras 21: Capa da revista Veja reproduzida num cartaz em um dos "paneçlaços"

Fonte: Revista Veja, ed. 2417	**Fonte: Rede social twitter**

Por sua vez, a revista *Noticias* retrata Cristina Kirchner, por meio de uma montagem gráfica, como a rainha má do filme "Espelho, Espelho meu" que estreara na Argentina em 29 de março de 2012. Mediante a intertextualidade manifesta[206], a Rainha Clementianna passa a constituir um significante vazio que evoca outros significados tais como despotismo, raiva, vaidade, excessivo e injustificada cobrança de impostos, frivolidade e apego às joias etc. que passam a configurar, pragmaticamente, também elementos representativos da personalidade da ex-presidenta para os leitores do semanário. Essas atribuições já tinham sido apresentadas em capas de edições anteriores, pelo qual esta nova edição só reforça sentidos previamente criados, afiançando o "pacto tácito" entre a publicação e seus leitores.

Na capa, Cristina Kirchner olha furibunda para o espelho e vê refletida a imagem do governador da província de Buenos Aires Daniel Scioli[207], sorridente. O título em si dispensa comentários: "La furia de Cristina". Completam o sentido o subtítulo "Odio a Scioli y soledad

[206] Por meio da intertextualidade externa, são evocados outros textos de campos discursivos diferentes (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 288-289) para acentuar elementos significativos que contribuem para a produção de novos sentidos, independentemente das particularidades contextuais. No filme, a Rainha Clementianna é uma déspota que empobrece o povo pelos impostos que cobra para sustentar sua vaidade exagerada e o gosto desmedido pelas joias.

[207] Segundo a capa, haveria uma inimizade irreconciliável entre a presidenta e o governador, o qual, no mínimo, era exagerado já que nunca houve um rompimento de relações institucionais entre eles e, de fato, Cristina Kirchner o indicou para candidato à presidência em outubro de 2015, embora um grande setor do seu grupo partidário preferisse outro candidato.

total”, ódio e solidão absoluta. Já não se trata de uma presidenta (não se faz nenhuma referência ao alto cargo que ocupa), é simplesmente “Cristina”, uma pessoa solitária que odeia, uma rainha déspota, como no filme.

Figura 22: Capa da revista Noticias e imagem da personagem do filme “Espelho, Espelho meu...”

Fonte: Revista Noticias, ed. 11/01/2013	Fonte: Jornal New York Times

A “imagem” de monarca déspota desfilou pelas manifestações do ano seguinte, por exemplo, em forma de pessoa fantasiada, de colagem em cartaz (Figura 8), de texto escrito em oposição à democracia, e de texto no qual a palavra monarquia se escreve com “K”. Nesse último caso, tal escolha não se tratou de um erro já que essa letra remete à primeira consoante do sobrenome Kirchner (os “K”). No cartaz também estão destacadas, pelo tamanho e cor, a palavra NO, que completa a construção de sentido: “Os “K” são uma monarquia”, “não à monarquia”, e “não aos ‘K’”, como podemos ver na seguinte sequência que realizamos com detalhes de fotos panorâmicas:

Figura 23: Cartazes que remetem a Cristina Kirchner como rainha

Fonte: Elaboração própria

Essa construção visual do ódio alimentou os enunciados da série (1-c), descortesia exacerbada por identificação em um "nós" vítimas da falta de liberdade, e das séries (2-b) e (2-c), descortesia por fustigação motivada em qualificação dos governos petistas e kirchneristas como totalitários, comunistas ou formas equivalentes nessa articulação discursiva.

Continuando com as comparações, escolhemos duas capas com a temática "cárcere" nas quais os ex-presidentes Luiz Inácio "Lula" da Silva e Cristina Kirchner[208] aparecem com trajes de presidiários pelos supostos delitos de corrupção dos quais eram acusados.

Quadro 14: Capas das revistas Veja e Noticias sugerindo a prisão de Lula e Cristina

BRASIL	ARGENTINA
Fonte: Veja, ed. 2450	**Fonte: Noticias, ed. 08/04/2016**

Nas capas das revistas os ex-mandatários Luiz Ignácio "Lula" da Silva e Cristina Fernández de Kirchner são retratados vestindo roupas de presidiário dando por certo que as causas penais contra eles eram "evidências" da sua culpabilidade. Lula, com o característico traje com listras pretas formadas pelos nomes dos "parentes, amigos, amigos, petistas e doadores de campanha" que supostamente o "afundariam", como disse na capa, por causa das delações premiadas[209] (José Carlos Bumlai, Alexandre Alencar, Rosemary Noronha, Ricardo Pessoa, Marcos Valério, Léo Pinheiro, Marcelo Odebrecht etc.). No caso da capa da revista Notícias, traz

[208] A capa da revista *Noticias* é posterior às manifestações destituintes argentinas, porém decidimos cotejá-la com a de Lula já que são parte do mesmo contexto de *lawfare* que em Argentina se concretizou dois anos depois, já com Mauricio Macri na presidência.

[209] Naquela época era muito difícil argumentar que essas delações eram ilegais, fruto do "tensamento" mediante a errônea interpretação que impõe o *lawfare*.

a Cristina Kirchner com a roupa de presidiária do sistema prisional estadunidense, em clara referência a um seriado de moda "Orange is the new Black"[210] ou à prisão de segurança máxima de Guantánamo. O título merece um aparte: "El país de Cristina presa" reforça o senso comum instalado midiaticamente das duas Argentinas, a de Cristina e os kirchneristas, e a dos cidadãos comuns que padecem os desatinos do governo. Novamente ativa-se o significante vazio "la grieta" para atualizar a polarização ideológica. E em letras maiores "Van por Ella", sem determinar quem constituem esse "eles" que a levariam ao cárcere, mas instalando a ideia de se tratar de muitos. Assim como na revista *Veja*, *Noticias* também nomeia um empresário (Lázaro Báez) que poderia declarar como delator premiado e denunciar, segundo o semanário, "fideicomisos, contratos e poderes comprometedores", o que, juridicamente não diz nada já que são atos jurídicos normais. E juízes "panqueques" ("viracasacas", em tradução livre ao português do Brasil) que a processariam por "fraude" (estelionato) e lavagem [de dinheiro?]. É importante destacar a pouca precisão jurídica das duas capas, compensada pela exposição central de Lula e Cristina, pelos trajes e pelas manchetes com letras imensas.

Figura 24: Encarte do filme "The Orange is the new Black" e foto da prisão de Guantánamo

Fonte: https://spinoff.com.br	**Fonte: Jornal O Globo**

Hoje, com o passar dos anos, podemos ver que as acusações e condenações ao ex-presidente brasileiro no âmbito da megaprocesso conhecido como "Lava Jato", que foram deixadas sem efeito pelo Supremo Tribunal Federal, o que confirma a suspeita da leviandade das

[210] A série de sucesso, cujo nome poderia ser traduzido como "Laranja é a nova moda", narra a vicissitudes de uma jovem de classe média que é presa por um crime que ela não cometeu. Foi lançada pela plataforma Netflix em 11 de julho de 2013.

afirmações da capa do semanário da editora Abril. O mesmo poderia se dizer com relação aos processos penais contra a ex-presidenta argentina, em muitos dos quais dos quais foi absolvida, enquanto que os restantes estão paralisados por falta de provas e/ou por inconsistência das imputações.

Contudo, a imagem do ex-mandatário com roupas de presidiário também fez parte das manifestações em enunciados (Ar-1d-5) e (Br-1d-5) e os que analisaremos nas série (2-d), assim como em cartazes, figuras alegóricas e em bonecos, pequenos para uso dos manifestantes ou gigantes, chamados popularmente de "Pixulecos"[211]:

Figura 25: Bonecos e cartazes de Lula com roupa de presidiário nas manifestações

Fonte: Revista Exame, ed. 17/04/2016

A seguinte sequência de capas que escolhemos comparar poderia ser denominada "dão medo" uma vez que os protagonistas aparecem em composições gráficas assustadoras.

[211] Segundo o Dicionário Online de Português Dicio, pixuleco é "propina; dinheiro que se oferece a alguém, buscando fazer com que essa pessoa pratique ou realize procedimentos ilegais, contrários às leis". Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pixuleco/>. Acesso em 14/11/2020.

Quadro 15: Sequência de capas das revistas Veja, Isto É e Noticias

BRASIL		ARGENTINA
Fonte: Veja, ed. 2469	**Fonte: Isto É, ed. 2417**	**Fonte: Noticias, 07/06/2013**

Na primeira delas, o ex-presidente Lula é retratado como fizera o pintor Caravaggio da Medusa, com cobras na cabeça (algumas delas em posição de ataque) em lugar de cabelo, numa clara referência intertextual à figura da mitologia grega que convertia em pedra quem alcançasse com seu olhar.

Figura 26: Medusa de Caravaggio

Fonte: Pinterest

Como pondera Malosetti Costa (2013b), mesmo que uma imagem tenha sido criada por seu autor com a intenção de "inscribirla e inscribirse en un sistema canónico de valores" (o campo artístico, por exemplo), certas formas, uma vez lançadas à arena da história, têm um

caminho próprio que escapa ou excede a vontade de seus autores, se independizando das maneiras prefixadas pelo lugar que ocuparam na cultura na qual foi realizada originariamente. Uma vez reapropriadas ou ressignificadas, tornam-se dispositivos simbólicos capazes de desvendar performativamente novos sentidos ou potenciar os já existentes.

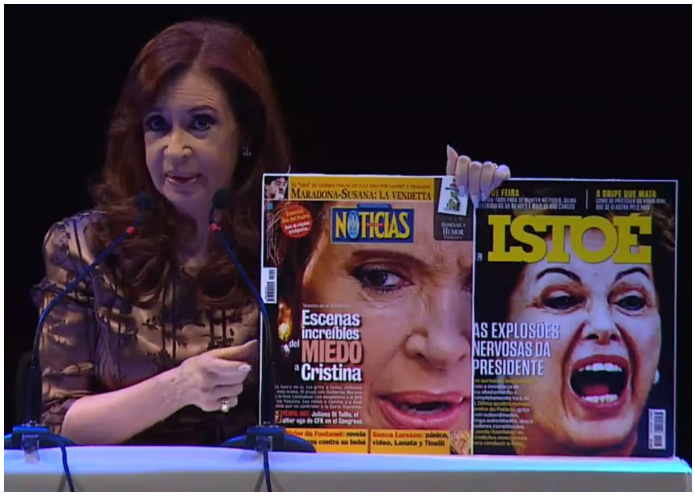
Completa a operação lógico-discursiva o título "O desespero da jararaca", dando a entender que as cobras na sua cabeça pertencem a essa letal espécie e que, aliás, estaria desesperada com o que aumenta sua periculosidade. A escolha lexical não é casual: o próprio Lula tinha se autodefinido como jararaca, em tom irônico, num ato público em 4 de abril de 2016[212]. Dessa forma, a paráfrase empregada pelo semanário tem uma finalidade antitética, já não como animal resiliente, no sentido empregado pelo ex-presidente, e sim como bicho peçonhento pronto para atacar.

Quanto às duas outras capas, chama nossa atenção a semelhança entre elas: os primeiríssimos planos, os gestos furibundos encenados por bocas e olhos ameaçadores, a posição das sobrancelhas, uma mesma paleta de cores quase em tons sépia etc. Havíamos dito que só traríamos exemplos da revista *Veja*, mas pela semelhança com a capa do semanário argentino decidimos fazer uma exceção com a revista *Isto É*. A comparação que a própria Cristina Kirchner fizera em um evento público[213] baliza nossa licença:

[212] "Se quiseram matar a jararaca, não bateram na cabeça, bateram no rabo, e a jararaca está viva" ao se referir a algumas das providências legais realizadas pela "Operação Lava Jato". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/04/a-jararaca-esta-viva-confira-trechos-do-pronunciamento-de-lula-sobre-a-lava-jato.htm>. Acesso em: 24/10/2020.

[213] "Nosotras siempres somos las nerviosas, las histéricas" manifestou Cristina Kirchner num dos primeiros atos políticos que presidiu, em El Ateneo em 21 de abril de 2016, após deixar a presidência em dezembro de 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XMKnwpCx0Cg>. Acesso em 16/04/2019.

Figura 27: Cristina Kirchner apontando a semelhança das representações que fizeram os semanários Noticias e IstoÉ



Fonte: Captura de tela do evento em El Ateneo

Na capa da revista *IstoÉ* vemos, pela configuração verbo-visual, uma presidenta descontrolada que supostamente tem "explosões nervosas"[214], o que a falta de alguns dos fatos contemplados na lei 1.079 e na Constituição Nacional para realizar um *impeachment*, justificaria, no entanto, o derrocamento da mandatária.

No mesmo sentido, segundo a revista argentina, haveria "tensão no governo" pelas "cenas incríveis de medo" que provocaria Cristina, segundo reza seu título, motivo pelo qual tampouco estaria qualificada para tão alto cargo.

Quando no plano político aparecem mulheres líderes ou em cargos públicos de destaque, frequentemente há uma reestruturação na ordem discursiva que desloca o plano institucional, de modo que o privado "acaba invadindo" o público até em mulheres que tenham optado pela "masculinização" da sua imagem[215]. Dessa forma, temas como a aparência física, a vestimenta, as relações de família (em especial a situação matrimonial e a maternidade), os sentimentos e a intimidade tornam-se o centro da preocupação do discurso jornalístico e se convertem em

[214] As acusações de descontrole seguem depois do título: surto de descontrole, quebra os móveis e grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos" e, por isso "perde (também) as condições emocionais para conduzir o país".

[215] Há um excelente artigo a respeito escrito por Carol Pires na revista Piauí, disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/dilma-hillary-e-o-machismo/>.

"questões de estado"[216], como comprovam as diversas capas da revista *Noticias*[217]. No caso de Cristina Fernández de Kirchner, isso se acentuou, principalmente, por ter desenvolvido performativamente sua identidade mulher-presidenta de maneira sistemática (PÉREZ; AYMÁ, 2017).

A próxima sequência de capas da revista *Noticias* pode servir de princípio de explicação quanto ao sexismo e à misoginia de alguns enunciados vistos nas manifestações destituintes da Argentina de teor sexual.

Figura 28: Sequência de capas das revistas Noticias com apelo sexual

Fonte: Noticias, ed. 27/09/2013	**Fonte: Noticias, ed. 02/09/2012**	**Fonte: Noticias, ed. 27/12/2013**

A primeira das capas, que foi amplamente criticada na imprensa argentina[218], teve repercussão internacional e foi objeto de estudos semióticos e de gênero como exemplo da misoginia nos meios de comunicação. Mesmo assim, cremos necessário destacar alguns

[216] Em uma excelente trabalho de nome "'As expressões nervosas da presidente': estereótipos de gênero na Revista Istoé e a repercussão com a hashtag #IstoÉMachismo", Paula Cunha Lopes contrasta as capas das revista IstoÉ e *Noticias* que escolhemos, com a capa da revista Época de 2010 que retratava ao então técnico da Seleção Brasileira de Futebol também gritando. Contudo, a suposta raiva que nas mulheres era significada como descontrole e motivo de perda dos mandatos no caso do técnico Dunga era apresentado como "O dom da fúria" e algo que pode ser "usado a nosso favor" segundo a própria capa. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0893-1.pdf>. Acesso em: 16/11/2020.

[217] No Anexo A podemos ver várias de essas capas que se referem, além das já apontadas neste capítulo, a outros temas tais como a "solidão de Cristina", o "luto de Cristina", os "problemas emocionais de Cristina", a "saúde mental de Cristina", as supostas "joias compradas por Cristina", e até a "idade de Cristina" ("Los 60 de Cristina", edição 1886 de 16/02/2012).

[218] Para ver as críticas que recebeu à época, veja o artigo do Equipo Latinoamericano de Justicia y Género, disponível em: <http://www.ela.org.ar/a2/index.cfm?muestra&codcontenido=1237&plcontampl=12&aplicacion=app187&cnl=79&opc=50>. Acesso em: 20/11/2020.

elementos textuais que complementam a imagem gráfica. O primeiro deles está no intercalado textual no próprio título, "Psicoanálisis de la cadena permanente" que faz referência à recriminação que faziam os meios hegemônicos de realizar muitos comunicados à população por meio da rede nacional de comunicação (*cadena nacional* em espanhol), recriminação que também circulou em muitos dos enunciados nas manifestações destituintes (Figura 23). Dessa forma, a "cadena" torna-se o objeto de prazer da ex-mandatária, e não os atos massivos que ela presidia, conforme sugeria o videoclipe do qual se extraiu a ilustração[219]. Essa referência tem que ser combinada com o deslocamento do *lócus* que propunha a banda de rock, a praça de Mayo, para o "não lugar" da capa da revista, numa adaptação enviesada que oculta a participação popular dos enunciatários de Cristina sugeridos no videoclipe, como se aprecia nas figuras do ANEXO B. Esse isolamento da protagonista traz à memória dos leitores do semanário muitas outras capas nesse sentido: mulher solitária e que, agora se sabe, faz discursos "permanentemente" por rede nacional para seu prazer. Há uma combinação entre a cor amarela das letras e o tamanho gigante da palavra "Goce" (a única em caixa alta), que permite uma leitura rápida nesta ordem: "Psicoanálisis de la cadena permanente [=] GOCE".

Como último elemento de análise dessa capa, não podemos deixar de ressaltar o tratamento que se fez na imagem do rosto da ex-presidenta para enrijecer os traços uma que vez que, na imagem original do videoclipe, eles eram bem mais suaves como se aprecia na última das imagens do Anexo B.

Embora cronologicamente a terceira das capas seja posterior, vamos continuar com sua análise. Novamente se recorre à caracterização da ex-mandatária como uma rainha, só que agora está desnuda, numa alusão intertextual ao clássico conto "A Roupa Nova do Rei" de Hans Christian Andersen, que ativa outro sentido: e existência de um rei soberbo, autocentrado, propenso a ouvir tecelões charlatães do que a voz da razão, e que atemoriza a todos os súditos os quais, por esse motivo, não têm coragem de falar o evidente, sua nudez. No caso de CFK, uma rainha rodeada de uma corte de acólitos obsequentes e covardes. Muitas das capas da revista contribuem para a construção dessa ideia-força, uma mulher déspota, desequilibrada, demente clínica, solitária e lasciva, sentido que se atualiza e ativa a morbosidade de grande setor da

[219] A ilustração foi tomada de um videoclipe em estilo de HQ da banda de rock de Miami, "The Rockadictos", que mostra a Cristina Kirchner discursando na sacada da Casa Rosada para a multidão na Plaza de Mayo. O que lhe proporcionaria prazer e "gozo".

sociedade com o corpo desnudo de uma mulher com a cabeça de Cristina Kirchner, numa montagem que remete ao filme *Streaptease* dos anos '90[220]. O encarte do filme trazia a figura da atriz, nua, também de pernas cruzadas[221]. Contudo, três diferenças entre as imagens são reveladoras da intencionalidade do semanário: a primeira está na paleta cromática uma vez que a capa da revista emprega os tons branco e cinza e o fundo é extremamente escuro, dando a entender que o que rodeia a ex-presidenta também é. O único que quebra esta cromaticidade é o título, em um amarelo, e o subtítulo em vermelho que fazem um marcado contraste levando nosso olhar para a leitura *La reina está desnuda* →portanto → *Crisis del modelo*, ou seja, por culpa das características de Cristina o governo (e o projeto político que ela representa) está em crise. A segunda das diferenças tem a ver com a atitude das protagonistas. Enquanto na fotografia do filme a mulher olha, entre séria e desafiadora, para que se enfrente com ela numa tentativa de estabelecer certo tipo de contato visual, a expressão facial de Kirchner é despreocupada, sorridente, como se não se importasse com a crise que a revista enuncia em letras vermelhas. Não há tentativa de contato visual, o olhar é para um vazio que reforça a ideia de estar propositalmente indiferente à realidade que a rodeia. Tal diferença marca um contraste entre a atitude da protagonista do filme, que tira a roupa por necessidade, com a da presidenta, que está sem roupa, em crise e, entretanto, parece desfrutar. A terceira das diferenças, mais sutil mas não menos reveladora, é que na fotografia publicitária do filme a atriz estava totalmente nua sem nenhum acessório enquanto, na fotomontagem de Cristina, aparece um brinco para reforçar a suposta frivolidade e apego às joias, temática que o semanário argentino retomará em outra capa (ANEXO C), um ano depois, num diálogo intertextual com a própria publicação.

Embora a capa possa ter gerado uma forte reação[222] por ferir a sensibilidade de uma ampla parcela da sociedade e gerado uma polêmica, não por isso deixou de produzir efeitos na subjetividade social já que um dos efeitos do discurso de ódio, que de alguma maneira garante seu sucesso, é que ante ele ninguém pode ser indiferente: identificação ou repulsa amiúde são afetos mobilizadores de atitudes e ações no plano da discursividade social.

---

[220] O filme referido, de 1996, foi protagonizado pela atriz estadunidense Demi Moore.

[221] Essa imagem foi (re)produzida em diferentes épocas por outras modelos e atrizes de vários países como ícone pop de sensualidade.

[222] Nas redes sociais as manifestações condenando o conteúdo da capa foram imediatas. Fonte: El Esquiu. Disponível em: <https://www.elesquiu.com/sociedad/2013/12/28/la-reina-esta-desnuda-polemica-tapa-de-noticias-134288.html>. Acesso em: 25/10/2020.

Na segunda das capas, com o pretexto de falar do emagrecimento da ex-presidenta, temática de por si totalmente superficial e acessória ao cargo que ocupava, aproveita para destacar a sensualidade mediante sua imagem da cintura para baixo, focando nas pernas e em sua genitália, num contraste marcado entre a calça preta que veste como o fundo cor de rosa que domina a conformação gráfica. Tal imagem deve ser integrada com a primeira das frases que integra a composição, "El look Nac & hot", que parafraseia um *slogan* da juventude kirchnerista "Nac & Pop", acrônimo de nacional e popular com o qual o semanário dá a entender a seus leitores que agora Cristina Kirchner se preocuparia mais com o visual sensual, com o *look hot*, do que com o povo. Em seguida, a repetição de gradação crescente, obtida pelo aumento do tamanho das letras, "Nueva DIETA, Nueva TERAPIA (letras maiores), Nueva CKF (letras ainda maiores)", onde a palavra "Nueva". em cor amarela, destaca sob o fundo rosa reforçando visualmente a repetição: "nova, nova, nova".

Mas, ao afastar o olhar podemos vislumbrar um fundo rosa e duas figuras em tons que vão do cinza escuro ao preto: a parte inferior de um corpo feminino, como apontamos, e, na parte inferior esquerda um livro com a cabeça de Cristina Kirchner na capa cujo título é, precisamente "La cabeza de Cristina". Temos assim um corpo desmembrado, literalmente decapitado cuja cabeça jaz no chão como na Revolução Francesa, uma imagem que remete ao pior do machismo[223] argentino que instalou, no imaginário social, muitos anos antes, o ditado "a mulher é como o peixe, o único que não presta é a cabeça"[224]. Reforça essa noção o fato de, se prestarmos atenção à capa do livro, perceber o rosto de CFK com a boca para cima, sem o queixo, adotando a forma triangular que assemelha os contornos de uma cabeça de peixe.

Mulheres irracionais, amedrontadoras, déspotas, cegas como Dilma Rousseff ou sensuais como Cristina Kirchner, conformam tematizações que reatualizam propriedades atribuídas às mulheres pela organização patriarcal dos papéis sociais, e se opõem às qualidades esperadas para

[223] Como explicam Angel Rodríguez Kauth, Leticia de Marín y María Leone (1993, p.276), o machismo é um construto cultural no qual o homem adota uma posição de superioridade em relação à mulher o que faz, também, com que assuma uma "atitude de desvalorização das capacidades da mulher" e, em consequência, a discrimine "no plano social, laboral e jurídico".

[224] Em español: "la mujer es como el pescado, lo único que no sirve es la cabeza" (RODRÍGUEZ KAUTH, MARÍN; LEONE, 1993, p. 278).

a legitimidade[225] do líder político (CHARAUDEAU, 2018). A sistematicidade com a qual tentou-se erodir a legitimidade das ex-mandatárias (e dos projetos políticos que representavam) e associar suas imagens com monstros ciclopes ou rainha malvadas, solitárias e/ou luxuriosas, obteve sucesso em grande parte da população dos dois países que se manifestou nas ruas com enunciados de ódio que aludiam a elas nesses termos. Não insinuamos que tenha havido uma conduta condicionada de quem "viu" as capas e participou das manifestações destituintes, senão que elas podem ter contribuído a atualizar, reforçar ou legitimar sentidos presentes em discursos de alguns setores sociais, dado o peso da autoridade simbólica dos semanários[226]. Na sequência de imagens abaixo podemos ver dois cartazes de conteúdo sexista. Na primeira delas, há cartazes insinuando pelas letras destacadas que a ex-presidenta argentina praticaria sexo oral enquanto, na segunda, mediante uma aliteração se chega a uma palavra que alude a sua genitália: Com Chávez (ex-presidente venezuelano) → com....chuda[227].

Figura 29: Sequência de cartazes sexistas contra Cristina Kirchner

Fonte: Site variopintos.net	Fonte: Blog resentido.blogspot.com

[225] Segundo Charaudeau (2018, p 65), a legitimidade, entendida como o estado ou qualidade "daquele cuja ação é bem fundamentada", constrói-se pelo reconhecimento "de um sujeito por outros sujeitos" em base a valores aceitos por todos.

[226] Segundo Patrícia Cornils (2016), apesar da "partidarização da imprensa cada vez mais clara" e sua consequente perda de credibilidade, o poder das empresas de mídia ainda é grande e "seus veículos são fonte de informação para milhões de pessoas". Com relação aos manifestantes pró-*impeachment*, a jornalista afirma que eles preferiram a imprensa escrita (*Veja*, *Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo*) para se informar, conforme mostra o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

[227] A palavra concha se emprega em espanhol para referir-se de forma vulgar à vagina. Segundo o dicionário online da Real Academia Espanhola esse uso se estende à Argentina, Bolívia, Chile, Guatemala, Paraguai, Peru e Uruguai. Fonte: RAE. Disponível em: <https://dle.rae.es/concha>. Acesso em: 22/11/2020.

E, embora não tenhamos encontrado capas de revistas brasileiras de teor sexista como as da revista *Noticias*, isso não significou que não tenha havido muitos enunciados que atacassem a imagem de Dilma Rousseff com alusões à sua vida sexual, como mostramos nas imagens abaixo:

Figura 30: Sequência de cartazes sexistas contra Dilma Rousseff

Fonte: Rede social Twitter	**Fonte: Rede social Twitter**	**Fonte: Medium.com**

Entretanto, embora as capas analisadas até agora mostrassem o ataque desapiedado às imagens dos ex-mandatários e contribuíssem para gerar, atualizar ou legitimar enunciados de ódio, como veremos ao analisar as expressões das séries (2-e) e (2-e) do *corpus*, o que define mais acuradamente o discurso ódio e o distingue dos discursos ideológicos polarizantes (VAN DIJK, 2005) ou polêmicos (AMOSSY, 2016) é a ideia da impossibilidade da coexistência que se resume na não existência do outro, ou seja, no impulso tanático, no desejo de morte, na aniquilação real ou simbólica[228] do outro (BLANCO; BLANCO, 2019).

Segundo Nora Merlin (2019), o ódio é, em psicanálise, expressão da pulsão de morte, um dos pólos do dualismo pulsional: "pulsão de vida x pulsão de morte". A pulsão de morte é desintegradora, atua pela desintegração ao contrário de Eros que é discurso, ligação etc. "A pulsão de morte se expressa rompendo laços, ou "outro" não um adversário e sim um inimigo, e o

[228] Na Argentina o *antikirchnerismo* contribuiu à vitória de Mauricio Macri em 2015, cuja ministra de segurança, Patricia Bullrich, permaneceu os 4 anos no cargo e atualmente é a presidenta do partido PRO, graças a sua política de repressão aos movimentos populares e ativistas sociais, um deles, Santiago Maldonado, morto em contexto de repressão às manifestações de comunidade mapuche perto de Esquel, e outro jovem, Rafael Nahuel dessa comunidade assassinado pelas costas pelas forças de segurança ao seu cargo no lago Mascardi, próximo a Bariloche. O Brasil, por sua vez, elegeu Jair Bolsonaro em 2018, declarado *antipetista*, fazendo gestos de armas com as mãos e prometendo "fuzilar a petralhada".

inimigo tem que ser destruído porque são categorias da guerra" (MERLIN, 2019), que foram empregadas no jornalismo de guerra realizado contra Cristina Kirchner conforme apontamos anteriormente.

Começaremos com uma sequência de três capas da revista *Noticias* nas que se refere a morte de Cristina Kirchner de distintas formas.

Figura 31: Capas da revista Noticias com apelo à morte de CFK

Fonte: Noticias, ed. 17/04/2014	**Fonte: Noticias, ed. 13/02/2015**	**Fonte: Noticias, ed. 18/12/2015**

A primeira das capas gerou repercussão negativa tanto de setores religiosos de vários credos[229] que questionaram o emprego de um símbolo religioso com finalidades políticas, quanto de políticos pela mensagem de ódio que a crucifixão evoca.

A revista saiu à venda um dia antes da Sexta-Feira Santa, quando se celebra o Via Crúcis (ou Via Sacra) que rememora as doze estações de Cristo antes de morrer na Cruz. Isso explica o jogo de palavras com o título: "Vía Crisis" (caminho da crise), em substituição do litúrgico "Via Crúcis" (Caminho da Cruz). Dessa forma, Cristina Kirchner estaria transitando em uma via direta à crucifixão, passando por diferentes estações de crise econômica. Devemos incorporar na análise a frase que antecipa o título, "La cuenta regresiva", que em letras amarelo-forte que se destacam

[229] No dia seguinte à publicação o arcebispo de Buenos Aires Mario Poli disse que pôr essa imagem na capa era "de muy mal gusto" porque a Semana Santa "no es para eso". Dois padres que trabalhavam nas favelas denunciaram que a foto "banaliza la festividad de la Semana Santa con fines políticos". Também se manifestaram o presidente da Asamblea Rabínica Latinoamericana, Marcelo Polakoff, e o rabino da Comunidade Bet-El, Daniel Goldman que questionou "Si hay un grupo que sea mayoritario o minoritario que se siente incómodo por algo que tiene que ver con un elemento tan raigal como es la vida religiosa, hay que tener cuidado y respeto por la sensibilidad del otro". Disponível em: <https://andradetalis.wordpress.com/tag/cristina-kirchner/>. Acesso em: 21/11/2020.

sob o fundo azul evidencia a existência de momentos anteriores de um processo que indefectivelmente chegará ao seu fim. A expressão de consternação que a revista estampou em seu rosto e o vestido preto que indica luto, completam a produção de sentido[230].

Na segunda capa, podemos ver uma continuidade com outras anteriores nas quais se afirmava que a ex-presidenta tinha problemas psiquiátricos (ANEXO E)[231], nesta se sugere que há tendência ao suicídio pelo gesto de mão que simula uma arma apontando para a têmpora. Há nesse gesto uma ressignificação da morte do promotor Alberto Nisman que a acusava do delito de traição à pátria[232], que faleceu em situação ainda não esclarecida mas que, segundo os peritos da Corte Suprema de Justiça da Argentina, teria se suicidado.

O título enuncia um "Juego suicida de Cristina" (destaque para as palavras "Juego Suicida em letras cor laranja e caixa alta) pelo "efecto Nisman". Mediante o "jogo", o suicida não é mais o promotor senão Cristina Kirchner[233].

Finalmente, nesta capa como em muitas outras, inclusive as do ANEXO E, há um primeiríssimo plano do rosto de Fernández Kirchner com o olhar apontando para o nada, entre distante e perdido, e uma blusa preta em sinal de luto e solidão.

A terceira das capas não pertence à época das manifestações destituintes, entretanto decidimos trazer para análise por sua simbologia autoexplicativa, repetida desde a época medieval: a da bruxa queimada na fogueira. No contexto de produção, Cristina Fernández de

---

[230] Neste capítulo, nos propusemos analisar só as imagens e os títulos e subtítulos destacados das capas por serem os elementos que impactam nosso olhar e, por isso, são essenciais para a construção visual do ódio. Contudo, não podemos deixar passar algumas escolhas semânticas do "olho" que dialogam com a imagem e integram seu sentido, como a referência a suposta solidão em que o peronismo estaria deixando a CFK ("El peronismo la deja cada día más sola") e de outros que remetem a elementos litúrgicos da festa cristã como "calvario", "resurrección", "iglesia" "Jesús", "Papa", "traición", "Judas" e "apóstol".

[231] É mister dizer que nunca houve algum laudo médico ou coisa semelhante nesse sentido.

[232] A denúncia do promotor por um suposto pacto com o Irã para acobertar os executores de um atentado com bombas na AMIA (um centro assistencial da comunidade judaica em Buenos Aires) em 1994 foi um dos casos prototípicos do *lawfare,* motivo pelo qual foi desestimada em cinco instâncias judiciais por inconsistência e carência de provas.

[233] Novamente, devemos apelar a algumas pistas que estão no olho da capa. O "jogo" seria, conforme à informação do olho, ter "entrado em guerra com a SIDE", ou seja, ter reestruturado no mês de dezembro anterior o serviço de inteligência do estado (SIDE), e demitido o espião mais atuante, Jaime Stiuso, que estava no organismo desde 1972. Isso teria provocado "furia y peligros de una división violenta en el país", ativando novamente o dispositivo "la grieta" antes visto. E, para completar o significado do "juego suicida", na chamada de rodapé se anuncia, em exclusivo, cenas de Stiuso "en acción". Ter-se oposto a Stiuso é, dessa forma, um jogo suicida e não uma decisão de estado.

Kirchner deixara a presidência nove dias antes da publicação. Isso é relevante na composição textual que confere sentido à capa pela emergência de um anúncio em um círculo vermelho[234], em grande tamanho, no canto superior esquerdo[235], de CFK, da chegada da esposa de Mauricio Macri, Liliana Awada, à residência presidencial chamada popularmente "Quinta de Olivos".

Na parte superior central, Cristina Kirchner com trajes femininos que remetem à época medieval, está acorrentada pela cintura a uma madeira, agonizando na fogueira. Na parte inferior, um grupo de homens, um juiz, três políticos um sindicalista e o CEO de um grupo multimídia[236], encabeçados pelo eleito presidente Macri e trajados como monges da inquisição seriam os protagonistas de um pacto para queimar Cristina em prol de "proteger a governabilidade".

Destacamos a frase "Nunca Más" do subtítulo já que, por um lado, radicaliza La peremptoriedade do antecedente "Para que no vuelva [nunca más]", e, por outro, faz menção ao livro "Nunca Más" no qual se registraram pela primeira vez tais delitos de lesa humanidade, e à temática dos desaparecidos e às políticas de verdade, memória e justiça desenvolvidas nos governos kirchneristas. Essa remissão acentua a mensagem de aniquilamento de CFK representado por sua figura na fogueira; o subtítulo introdutório "blindar la gobernabilidad" legitima "El pacto" uma vez que o país com Cristina, segundo o semanário, seria ingovernável.

O argumento da bruxa queimando na fogueira também foi empregado no Brasil em reação à Dilma Rousseff quando, em ocasião das olimpíadas de 2016, o fotógrafo do jornal Folha de São Paulo tomou uma foto com a tocha olímpica na frente do rosto dela, em uma configuração gráfica que sugeria a queima da ex-mandatária brasileira, como pode se apreciar no ANEXO F.

Por fim, voltamos ao "círculo rojo" que remete à esposa de Macri e vemos também um sinal dos novos tempos conservadores na Argentina pós-Cristina: a mulher que governara o país por oito anos, que fora aclamada no último dia da sua gestão presidencial por uma multidão que superava o quarto de milhão de pessoas, que enfrentara os poderosos etc. à fogueira, enquanto a

[234] Achamos que o formato e a cor dessa chamada não é casual já que faz referência ao grupo de líderes econômicos e políticos ("El círculo rojo") que Macri disse que o apoiavam na campanha eleitoral.

[235] O canto superior esquerdo é um lugar privilegiado em composições com mais de um elemento já que nosso olhar, na cultura ocidental, se desloca de esquerda para direita e de cima para baixo.

[236] De esquerda à direita aparecem o presidente da Corte Suprema de Justiça, Ricardo Lorenzetti, o candidato a presidente pelo Partido Justicialista Daniel Scioli, Mauricio Macri, Sergio Massa, e-ministro do Cristina Kirchner e líder de um setor interno do Partido Justicialista, o sindicalista Hugo Moyano e o CEO do grupo multimídia Clarín, Héctor Magnetto.

primeira dama decorativa, Juliana Awada, ingressa pelo "círculo rojo" não à casa Rosada, lugar onde se tomam as decisões, senão à residência presidencial de Olivos, às tarefas do lar. Algo semelhante ao acontecido com Dilma Rousseff e a primeira dama que a sucedeu depois de seu derrocamento, a festejada pela mídia "bela, recatada e do lar"[237].

Para finalizar o capítulo, deixamos duas capas que tratam do desejo de morte de Cristina Fernández de Kirchner e de Luiz Inácio Lula da Silva. Nelas há referência a personagens míticos da história argentina e brasileira, amadas por uns e odiados por outros, o qual mostra de forma patente que, como aponta Giorgi (2019), o ódio se constrói sobre sedimentos de ódios anteriores.

Quadro 16: Capas das revistas Noticias e Veja: morte de CFK e Lula

ARGENTINA	BRASIL
Fonte: Noticias, ed. 02/02/2014	**Fonte: Veja, ed. 2496**

A primeira das publicações se trata de uma capa que a própria editora da revista *Noticias* decidiu, à última hora, que não se publicaria na capa senão na parte central porque era muito forte. Trata-se da imagem do rosto de Cristina Kirchner de perfil, com o mesmo enfoque de uma das fotos do cadáver de Eva Duarte de Perón, "Evita", depois de embalsamado[238]. O título da matéria não deixa dúvida acerca de seu sentido ilocucionário "¿Muere ella o su relato?".

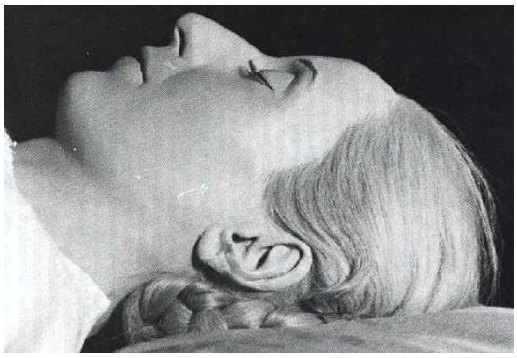
[237] Como explicam Pérez e Aymá (2018), o ingresso de mulheres na política, campo tradicionalmente dominado pelos homens, põe de manifesto normas, crenças e valores implícitos sob o manto da "neutralidade genérica" que logo evidenciam sua falsidade. Os meios de comunicação tem a tendência a considerar positivamente àquelas mulheres que aparecem no contexto de narrativas tradicionais, num lugar de subordinação, como protagonistas de cenas familiares: namoradas, esposas, mães etc.

[238] Para saber acerca do processo de embalsamamento realizado pelo doutor espanhol Pedro Ara Sarriá ver "Eva Perón: los últimos 50 años". Disponível em: <https://guiarte.com/evita/>. Acesso em 19/10/2020.

A escolha dessa intertextualidade é de uma simbologia perversa, já que corpo de Eva Duarte de Perón, quando da chegada da ditadura militar que assalta o poder na Argentina em 16 de setembro de 1955, começa um macabro percurso no qual é exibida como troféu pessoal do chefe do Serviço de Inteligência, Carlos Koenig, que aproveita para realizar toda classe de vexames[239]. Logo é trasladado clandestinamente à Itália, como o nome falso de María Maggi de Maggiolis, sepultada em Milão e entregue a seu marido, Juan Domingo Perón, em Madri em 1971, profanado e com sinais de ter sido mutilada. Entretanto, ainda serão necessários mais 5 anos para que seus restos descansem no panteão familiar no cemitério da Recoleta, em Buenos Aires.

Lembrar o cadáver de Evita desperta um sentimento mórbido e de ódio ao mesmo tempo, em grande parte da classe média argentina que em 1952 escrevia nas paredes "¡Viva el cáncer!". Doença que tirou a vida da "mãe dos descamisados", como se aprecia na segunda figura da seguinte sequência[240]. E, ao mesmo tempo, de indignação na outra parcela da sociedade. De fato, devido à repercussão negativa da imagem logo também foi retirada da edição online.

Figura 32: Imagens de Evita embalsamada e pichação festejando a morte.

	
Fonte: Pinterest	**Fonte: Jornal Nueva Tribuna**

No caso da capa da revista *Veja*, o ex-presidente Lula é retratado como uma figura que se desfaz pelo fundo vermelho que o invade em forma de jatos desde a parte superior da cabeça até

[239] Fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/de-sequestro-a-rituais-5-fatos-sobre-a-inacreditavel-saga-do-cadaver-de-eva-peron.phtml>

[240] A intertextualidade se torna ainda mais sórdida se lembramos de que dois anos antes Cristina Kirchner teve diagnosticado câncer na glândula tireoide, mas acabou sendo um "falso positivo". Mesmo assim, a ex-presidenta teve que ser operada. Fonte: Rede Brasil Atual. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2012/01/cristina-kirchner-divulga-exames-na-internet-para-desmentir-uso-politico-de-cancer/>. Acesso em: 14/01/2021.

a metade e, ao mesmo tempo, se sangra como se tivesse sido decapitado. O fundo vermelho remete à cor partidária, de vários partidos de esquerda mundo afora e da extinta U.R.S.S.[241]. Não por acaso um dos gritos de guerra mais escutados nas passeatas destituintes era "A minha bandeira jamais será vermelha"[242], rememorando épocas da guerra fria.

Figura 33: Manifestante com cartaz. Manifestação Fortaleza (CE), 12/04/2015

Fonte: Portal UOL

O contexto político-social da publicação eram as acusações que o ex-juiz Sérgio Moro realizara contra o ex-presidente pelos delitos de corrupção passiva e lavagem de dinheiro no contexto da operação Lava Jato, segundo informação do semanário. Segundo a revista, o "mito Lula" estaria derretendo e isso é o que a capa "expressaria".

Entretanto, há muito mais que pode ser lido nesse texto. Em primeiro lugar, como alertou o cientista político Reginaldo Nasser[243] em seu perfil da rede Facebook, trata-se de uma cópia de outra capa da revista estadunidense Newsweek de outubro de 2011, que retratava, no mesmo estilo, textura e cores, o ex-presidente líbio Muammar Kadafi, quem governou esse país por 42

[241] Ernesto Toledo Brückmann (2018) faz uma minuciosa revisão histórica acerca da cor vermelha associada aos movimentos que se opuseram ao poder estabelecido, desde a bandeira vermelha da República de Florença de fins do século XIV até a atualidade. Nesse sentido, como aponta o autor: "Para 1768, la bandera roja era portada por los obreros británicos, como símbolo durante la huelga de marinos y para diferenciarse de sus patrones […] Durante la Comuna de París (Primer Estado proletario que tomó el poder de la capital francesa, entre el 18 de Marzo y el 28 de Mayo de 1871) los trabajadores ocuparon la ciudad flameando la bandera roja de la clase trabajadora y como símbolo de emancipación. Para 1892, el rojo pendón dirigía las marchas por el Día del Trabajo; el 1ro de mayo era celebrado con la bandera roja en toda Europa, Australia, América del Sur, Cuba y Japón". Logo seria a cor das bandeiras oficiais da União Soviética e da República Popular China, entre outras".

[242] Há até comunidade na rede social Facebook com esse nome cuja principal reivindicação é ser contrários ao Partido dos Trabalhadores.

[243] Disponível em: <https://www.facebook.com/reginaldo.nasser.1/posts/1142032912517947>. Acesso em: 19/11/2020.

anos[244]. Kadafi foi deposto, com auxílio da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), em um dos conflitos que fizeram parte da chamada Primavera Árabe. Vídeos na internet se tornaram virais na época mostrando opositores que linchavam e enforcavam o ex-premier.

Figura 34: Comparação das capas das revistas Newsweek e Veja

Fonte: Portal PT na câmara

A intertextualidade é manifesta: a mesma composição cromática (detalhe para as letras brancas dos nomes dos semanários), os mesmos efeitos de "derretimento/desbotamento", no caso de Kadafi seria de sua corporeidade e no caso de Lula, segundo a revista brasileira, do "mito". Essa capa também foi duramente criticada por parlamentares e militantes do Partido dos Trabalhadores por, precisamente, incitar à violência e insinuar o linchamento de Lula[245].

Porém, o título da matéria principal que antecipa a capa, "Prenda-me se for capaz", do jornalista Thiago Bronzatto, fala de um Lula que desafia a legalidade e nos remete a um prófugo da justiça, mítico, nordestino como o ex-presidente: Virgulino Ferreira da Silva, "Lampião". Virgulino foi morto pelas Forças Policiais Volantes, teve sua cabeça decepada[246] e exposta

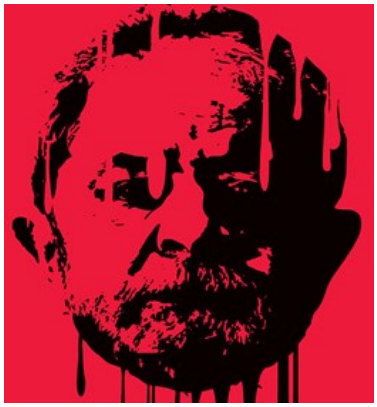
[244] Em rigor da verdade, na matéria central à qual a capa antecipa, diz ter se inspirado na capa da revista estadunidense. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/lula-e-a-lava-jato-prenda-me-se-for-capaz/>. Acesso em: 22/11/2020.

[245] Para ver as razões dos parlamentares, ver portal PT na Câmara. Disponível em: <https://ptnacamara.org.br/portal/2016/09/22/capa-da-veja-e-fascista-e-incita-o-odio-alem-de-ser-um-plagio-mal-feito/>. Acesso em 24/11/2020.

[246] Como aponta Clovis Carvalho Britto (2017), "Vários personagens emblemáticos na história brasileira foram decapitados, como estratégia exemplar e didática ou em virtude dos estudos de antropologia física. O fecho dramático, aliado a uma série de estratégias, contribuiu para a mitificação em torno de suas trajetórias. Nesse sentido, além de Maria Bonita, Lampião e dos nove cangaceiros de seu bando, são ilustrativas as mortes de Tiradentes, Antônio Conselheiro, Ganga Zumba e Zumbi".

primeiro nas escadarias da prefeitura de Piranhas, no estado de Alagoas, e depois no Museu Antropológico Estácio de Lima, na cidade de Salvador (CARVALHO RITTO, 2017). Só em 1969, 31 anos após sua morte, os restos mortais de Lampião foram entregues aos familiares para poder realizar a devida sepultura.

Figura 35: Detalhe da capa da revista Veja e cabeça de Lampião exposta

	
Fonte: Pinterest	**Fonte: Jornal Nueva Tribuna**

Duas coisas assemelham ambas as imagens: o achatamento da cabeça de Lula (que acreditamos ser feito propositalmente pelo semanário) para que se assemelhe à de Lampião quando exposta nas escadarias junto com a de Maria Bonita e outros nove cangaceiros. O outro detalhe é o destaque a orelha esquerda realizado na imagem de Lula da capa, que coincide com o protagonismo que a orelha do cangaceiro tem na foto histórica, o que nos leva a concluir que, longe de ser arbitrária, a composição visual busca ativar, resgatar ou legitimar a divisão *Brasil x Nordeste,* pela acusação de terem votado no Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2014, gerando uma nova camada ao antipetismo ao avivar o ódio aos nordestinos que também "passeou" nas manifestações destituintes pelas cidades do Sul e Sudeste brasileiro.

Com esta análise das capas dos semanários, conseguimos encontrar a construção de uma mensagem de ódio, sistemático, com o intuito de atingir às imagens dos ex-presidentes do Brasil e da Argentina, e de seus projetos políticos, muito além da polarização ideológica que rivaliza com o outro ou da polêmica que o exclui. O discurso de ódio, como aponta Merlin (2019), se inscreve dentro da lógica da guerra - e do jornalismo de Guerra, segundo confessara Julio Blanck, jornalista argentino do *Clarín* -, na qual vale tudo com tal de aniquilar o inimigo.

Com esse intuito, foram (re)produzidas, nas capas dos semanários analisados, algumas imagens com o poder de persistir na memória, de serem reativadas após longos períodos e de convocar novas vivências e ideias. Como explica Laura Malosetti Costa:

> Hay imágenes que no sólo no se olvidan sino que adquieren -con el tiempo- nuevos poderes. El poder de las imágenes, su capacidad para ser veneradas, despertar devociones y sostener creencias, generar violencia, ser odiadas, temidas y hasta destruidas, es algo que parece caer por fuera de la institución "arte", desbordando sus circuitos y mecanismos de legitimación en las sociedades occidentales modernas (MALOSETTI COSTA, 2013b).

E, em clave de discurso de ódio, foram exibidas em lugar privilegiado de dispositivos de circulação social com a finalidade de aniquilamento de outras imagens públicas, da morte simbólica na fogueira (Cristina e Dilma), na cruz ou evocando outros corpos inertes (Cristina), ou linchado e decapitado como o caso de Lula.

E todo esse ódio discursivo, (re)produzido e legitimado, posto ao serviço de determinadas finalidades de dominação: tirar do poder quem não puderam vencer em mais de uma década pelas via do jogo democrático e legitimar a feroz perseguição judicial da qual foram alvos Lula e Cristina no contexto jurídico-comunicacional do *lawfare*[247]. Descortesia por fustigação extrema com finalidade política desestabilizadora. Muito distante da linha de conduta social esperada na interação comunicativa em termos de Goffman (1970, p. 18), como veremos ao analisar os enunciados da série (2-f) realizados nos “cacerolazos” e “panelaços”.

[247] A tradução mais aceita desse termo jurídico inglês composto é “guerra judicial” ou “guerra jurídica”. Novamente a lógica amigo-inimigo apontada por Merlin (2019).

3 QUESTÕES METODOLÓGICAS E *CORPUS* DA PESQUISA

No presente capítulo, vamos descrever o *corpus* e a metodologia deste estudo.

No subcapítulo "3.1 Metodologia", especificamos os métodos usados bem como esclarecemos como os procedimentos metodológicos foram empregados para realizar a análise e levantamento dos dados. Na seção "3.2 Elaboração do *corpus"* delineamos como foi elaborado o *corpus*, detalhamos a escolha, os critérios de seleção e sua constituição final.

3.1. METODOLOGIA

Os métodos que orientam a investigação para obtenção de resultados serão:

a) o método comparativo, que investiga os fatos de acordo com suas semelhanças e diferenças em "duas séries ou fatos de natureza análoga, tomados de meios sociais ou de outra área do saber, a fim de se detectar o que é comum a ambos" (FACCIN. 2005, p. 40). Essa abordagem aplica-se ao presente estudo pois comparam-se:

- os eventos sociais de natureza semelhante (manifestações político-sociais conhecidas como "cacerolazos" e "panelaços";

- os contextos sociais e enunciativos em que esses eventos ocorreram;

- a linguagem empregada, principalmente, as estratégias de descortesia articuladas nos enunciados e a possibilidade de haver discurso de ódio;

Em conformidade, os diferentes eventos político-sociais acontecidos na Argentina e no Brasil, mesmo que distantes, ainda assim podem ser comparados por apresentar eixos temáticos em comum: motivação política das manifestações, identificação exacerbada, polarização extrema, refratariedade em relação a um "outro" socialmente constituído etc. Ainda, o método comparativo "permite a análise de dados concretos e, então, a dedução dos elementos constantes, abstratos e gerais" (FACHIN. 2005, p. 41), assim como as suas diferenças.

b) o método histórico, que investiga os fatos e acontecimentos do passado para verificar "possíveis projeções e sua influência na sociedade contemporânea" (FACHIN. 2005, P. 41),

possibilitando, assim, a compreensão da dinâmica histórica dos eventos sociais. Os procedimentos do método histórico se apresentam pelos eventos discursivos, as sedimentações em que foram construídos e as normalizações e naturalizações que produzem (no nosso caso, descortesia fustigadora e discurso de ódio).

c) método descritivo-analítico, no qual se observa o fenômeno e registram os dados para, finalmente, realizar a análise e interpretação dos resultados e uma categorização das estratégias retórico-discursivas empregadas nos enunciados para transmitir descortesia e do discurso de ódio.

Dessa forma, com o uso desse método, juntamente com a pesquisa quantitativa e qualitativa, pode-se especificar:

a- a descrição contextual na qual a situação se apresenta, de máxima importância dado que tratamos com enunciados proferidos em comunidades de prática de fala condicionada;

b- a esquematização dos procedimentos linguísticos descorteses e da função de descortesia (afiliação exacerbada ou refratariedade);

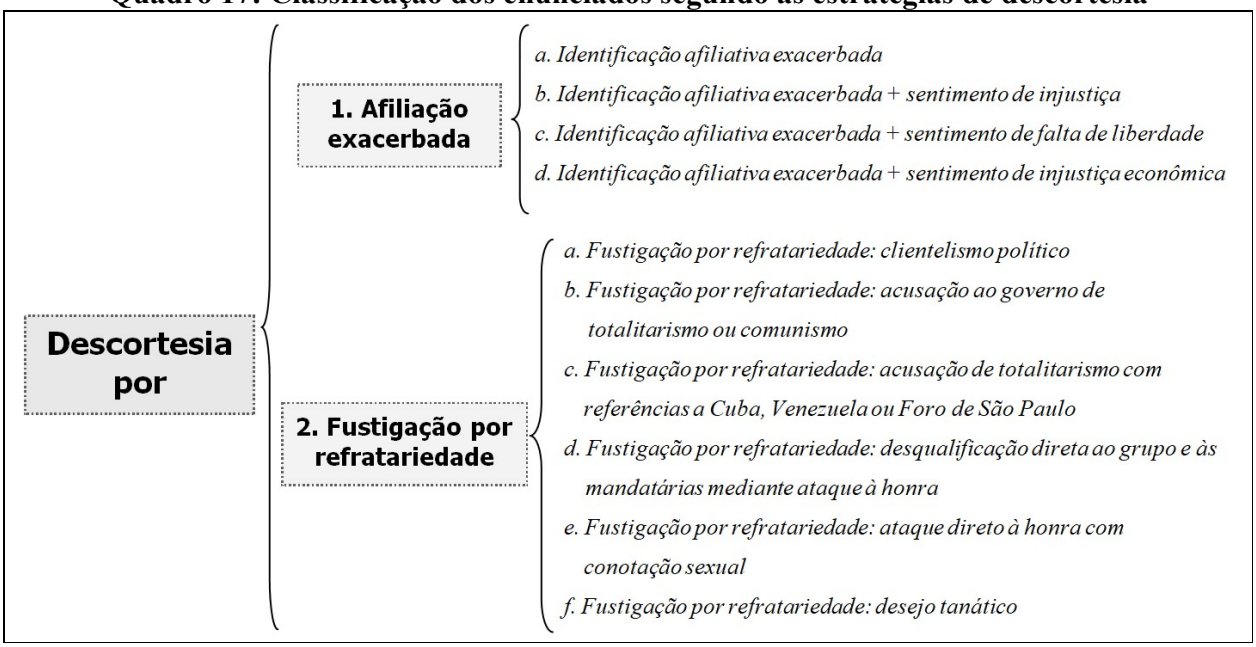
c- como os enunciados descorteses aconteceram, observando, analiticamente, as relações entre o procedimento usado e a imagem social afetada do "alvo" da descortesia;

d- as relações entre descortesia, principalmente fustigadora, e o discurso de ódio por refratariedade com o "outro".

Ressaltamos que essa escolha metodológica buscou observar o fenômeno de forma que não enclausurasse os enunciados em fórmulas fixas, mas que, antes de tudo, possibilitasse a interpretação de tais realizações tratadas em seus contextos de enunciação e, consequentemente, proporcionar uma verificação criteriosa dos resultados obtidos a partir do *corpus* sob análise.

A pesquisa, desse modo, apresenta uma abordagem de caráter quantitativo, com a seleção de enunciados de vídeos e de cartazes, bem como qualitativo, na medida em que a análise busca um eixo comum para explicar o fenômeno do ódio por meio das categorizações que explicitamos no quadro abaixo:

Quadro 17: Classificação dos enunciados segundo as estratégias de descortesia



Fonte: Elaboração própria

Como lembram Marlangeon e Cordisco (2014, p. 147), a descortesia costuma ser estudada desde uma perspectiva microanalítica em um determinado intercâmbio comunicativo; porém, também pode "configurar-se através de distintos eventos nos quais não necessariamente participam os mesmos interlocutores", como é o caso das manifestações em que foram produzidos os enunciados que compõem nosso *corpus*.

Em decorrência disso, em relação à categorização dos enunciados descorteses, empregamos a classificação segundo os conteúdos de imagem: "afiliação exacerbada" e "refratariedade" propostos por Kaul de Marlangeon (2005). Na primeira, o indivíduo produz atividades nas quais se percebe e é percebido pelos outros como seguidor de um grupo e, para demonstrar sua adesão com plena consciência e orgulho, escolhe estratégias de descortesia na defesa intragrupal. Na segunda, o indivíduo se percebe e é percebido pelos outros como adversário do grupo. Ele critica, ataca, briga, quer expressar que está em uma atitude refratária em relação ao que desperta sua oposição (MARLANGEON; CORDISCO, 2014, p. 147).

Para melhor realizar a categorização, efetuamos subclassificações de cada uma dessas categorias segundo o critério dos eixos comuns entre as estratégias descorteses e/ou motivos empregados para ferir as imagens dos enunciatários.

3.2. ELABORAÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* para este estudo é formado por enunciados, escritos e orais, obtidos a partir de vídeos e de fotos de cartazes veiculados em revistas, sites e *blogs* que documentaram os eventos das manifestações ocorridas na Argentina, conhecidas como "Cacerolazos" (2013-2014), e no Brasil, denominadas "Panelaços" (2015-2016).

A maioria dos enunciados foram extraídos de depoimentos coletados de 10 vídeos da Argentina, num total de 1h, 44' 01"; e 9 vídeos do Brasil, num total de 49' 34" das plataformas YouTube (10 da Argentina e 03 do Brasil) e Vimeo (02 no Brasil), e da rede social Facebook (04 do Brasil). Igualmente, selecionamos enunciados de imagens capturadas desses vídeos e de publicações gráficas.

Os dez vídeos das manifestações destituintes acontecidas na Argentina correspondem:

Tabela 5: Vídeos Argentina

Vídeo	Nome do vídeo	Data	Duração	Fonte
(V1-AR)	CQC "Caiga quien Caiga"	13/06/2012	6' 38"	YouTube
(V2-AR)	Programa 678	03/06/2012	8' 32"	YouTube
(V3-AR)	"Duro de domar"	08/06/2012	9' 15"	YouTube
(V4-AR)	Mix de programas	21/07/2012	13' 49"	YouTube
(V5-AR)	CQC "Caiga quien Caiga" #8N	15/11/2012	11' 53"	YouTube
(V6-AR)	678 - 8N - LOS TESTIMONIOS QUE AVERGUENZAN A CLARIN	12/11/2012	5' 15"	YouTube
(V7-AR)	Nicolás Lichtmaier #13M	15/04/2014	44' 37"	YouTube
(V8-AR)	TVR - Violentos cacerolazos de Pando y Clarín	11/06/2012	14' 51"	YouTube
(V9-AR)	Informe TVR Televisión Registrada#8N	11/11/2012	17' 49"	YouTube
(V10-AR)	678 - LAS AGRESIONES DE LA MARCHA OPOSITORA QUE LOS HEGEMONICOS OCULTAN	21/04/2013	11' 21"	YouTube

Os vídeos das manifestações acontecidas no Brasil correspondem a seguinte relação:

Tabela 6: Vídeos Brasil

Vídeo	Nome do vídeo	Data	Duração	Fonte
(V1-BR)	Revista TRIP: "Por favor, chamem o alto comando!" #15M	16/04/2015	5’ 44”	Youtube
(V2-BR)	Revista Carta Capital#15M	16/04/2015	3’ 43”	Facebook
(V3-BR)	Portal UOL #15M	17/04/2015	3’ 45”	Facebook
(V4-BR)	Jornalistas Livres “Contra bolsa família”	15/04/2015	0” 23”	Facebook
(V5-BR)	Jornalistas Livres. #CulpaDaDilma	15/04/2015	0’ 45”	Facebook
(V6-BR)	HVETews Manifestação 15 de março - São Paulo - Av Paulista	15/04/2015	15’ 56	YouTube
(V7-BR)	Revista Viomundo	01/11/2014	5’ 24”	Vimeo
(V8-BR)	Revista Viomundo	15/04/2015	7’ 41”	Vimeo
(V9-BR)	Avulso	17/05/2015	5’ 57”	YouTube

Muitos dos vídeos que estavam no YouTube, principalmente os que retratavam as manifestações no Brasil, foram retirados da plataforma quando, a partir de 2017, a empresa aderiu à política de combate ao discurso de ódio. Dessa maneira, só em 2020 saíram do ar tanto vídeos como também canais que pregavam esse tipo de discurso.

Para a elaboração do *corpus*, também procuramos enunciados em cartazes, faixas e cartazes de fotografias publicadas nos seguintes meios de comunicação gráficos:

Tabela 7: Meios gráficos de comunicação tomados como fonte.

Manifestações na Argentina	Manifestações no Brasil
El País (Espanha)	Uol
Infobae (Argentina)	Terra
La Nación (Argentina)	Portal 247
ABC (Espanha)	Folha de São Paulo
La política Online (Argentina)	O Globo
La prensa (Argentina)	Sensacionalista
El Diario 24 (Argentina)	
BBC (Reino Unido)	

Portal Taringa (Argentina) Periódico Tribuna (Argentina)	

De posse dessas fontes consultadas, realizamos os seguintes processos metodológicos:

1) Trabalho exploratório em diferentes mídias *online*, vídeos e publicações de portais, em busca de enunciados que implicassem estratégias linguísticas descorteses e, possivelmente, discurso de ódio;

2) Seleção de 124 enunciados das manifestações, 63 realizados na Argentina e 61 no Brasil, conforme os critérios acima mencionados;

3) Transcrição *verbatim* desses enunciados;

4) Classificação desses enunciados em dois grandes eixos temáticos segundo os critérios de identificação identitária (descortesia por afiliação exacerbada) e ataque direto à imagem pública do "outro" (descortesia de fustigação por refratariedade);

5) Subclassificação dos enunciados, em cada uma das categorias (quadro 17), segundo o critério das imagens atingidas pelas diferentes estratégias de descortesia;

6) Organização desses enunciados dentro de cada uma das subcategorias para facilitar sua exposição e análise;

7) Análise detalhada dos enunciados e conclusões parciais ao final de cada categoria.

A justificativa para o reduzido número de enunciados está dada, como apontam Tiburi (2015) Giorgi (2019) *et al.*, pela natureza dos discursos de ódio que se caracterizam por ser repetitivos, redundantes, cacofônicos etc. Assim, por exemplo, um ataque à honra com conotação sexual de Dilma Rousseff com o enunciado "Ô, Dilma, vai tomar no c..." "desfilou" estampado em milhares de camisetas amarelas nas manifestações destituintes, em cartazes dos manifestantes e em cantos em coro, ressonando seu efeito multiplicador como se se tratasse de uma multiplicidade de enunciados diversos (ANEXO G).

Como dado adicional, temos que lembrar que a maioria dos enunciados correspondem às primeiras manifestações da Argentina e do Brasil por um fenômeno de controle discursivo, comum a muitos eventos comunicativos, conforme explica Van Dijk (2012):

> A forma crucial de acesso consiste no poder de controlar dimensões variadas do próprio discurso ou fala: qual modalidade de comunicação pode/deve ser usada (fala, escrita), qual variedade linguística pode/deve ser usada e por quem [...], quais gêneros do discurso são permitidos, quais tipo de ato de fala, ou quem pode iniciar ou interromper turnos de fala ou sequências discursivas [...] em função do poder institucional ou social de cada um (VAN DIJK, 2012, p. 92).

Consequência desse controle, nas primeiras manifestações, os meios de comunicação que foram para conversar com os participantes puderam fazê-lo sem maiores problemas e as pessoas pareciam dispostas e à vontade para dar seu testemunho, contudo, quando essas falas tautológicas, muitas vezes ilógicas ou vazias, começaram a circular pelas mídias alternativas e redes sociais, os organizadores começaram a exercer um controle mais estrito de quem fala e de quem não. Às vezes de forma explícita, interrompendo entrevistas e tomando eles a fala em lugar da pessoa que estava sendo perguntada; outras, simplesmente, dando diretivas aos manifestantes para não falar com determinado meio de comunicação[248], ou com nenhum meio, como mostra a figura:

Figura 36: Manifestante se recusa a falar com programa CQC

Fonte: Captura de tela do vídeo AR-5

[248] Nas manifestações na cidade de Buenos Aires, foram registradas cenas de violência contra os repórteres que estavam trabalhando nas manifestações. A TV Pública teve que colocar o emblema da empresa informativa estadunidense CNN no microfone para poder dialogar com os manifestantes. Por tal motivo, um dos vídeos mais extensos (44 minutos) foi realizado por uma pessoa, sem vínculo com nenhum meio informativo, que, por vontade própria, decidiu registrar essas falas sem mais pretensões do que o próprio registro. Por sua vez, também houve agressões violentas a meios brasileiros nas manifestações da Av. Paulista, como à Revista Carta Capital.

Em síntese, podemos observar na tabela abaixo a descrição detalhada da composição do *corpus* elaborado em função das categorias e subcategorias, e o número de enunciados que compõem cada uma delas.

Tabela 8: Síntese das categorias e subcategorias do *corpus*

Descortesia por	**Subdivisão dos enunciados**	**Totais**	
		Argentina	**Brasil**
1) Afiliação exacerbada	a) Identificação afiliativa exacerbada	3	6
	b) Identificação afiliativa exacerbada + sentimento de injustiça	2	3
	c) Identificação afiliativa exacerbada + sentimento de falta de liberdade	3	1
	d) Identificação afiliativa exacerbada + sentimento de injustiça econômica	5	4
2) Fustigação por refratariedade	a) Fustigação por refratariedade: clientelismo político	6	3
	b) Fustigação por refratariedade: acusação ao governo de totalitarismo ou comunismo	12	13
	c) Fustigação por refratariedade: acusação de totalitarismo com referências a Cuba, Venezuela ou Foro de São Paulo	7	6
	d) Fustigação por refratariedade: desqualificação direta ao grupo e às mandatárias mediante ataque à honra	9	12
	e) Fustigação por refratariedade: ataque direto à honra com conotação sexual	8	8
	f) Fustigação por refratariedade: desejo tanático	8	5
Totais parciais		63	61
Total geral		124	

4 ANÁLISE DO *CORPUS*

Neste capítulo, realizaremos uma análise dos enunciados que: a) expressam descortesia contra determinados atores políticos, contra seus projetos político-ideológicos e/ou contra quem partilha desses princípios; e b) manifestam um alto investimento emocional em tais estratégias discursivas.

4.1 CHAVES PARA A INTERPRETAÇÃO

A linguagem em geral, e a linguagem política[249] em particular, não são totalmente transparentes, uma vez que há questões que são "ditas sem dizer" e, portanto, devem ser recuperadas por meio de uma atividade de interpretação além da puramente semântica, ou seja, decodificar o que pode ser evidente e, também, inferir *o que está entre linhas*.

> Sutilmente, propriedades conversacionais, tais como hesitações, reparos e correções, fornecem indícios sobre os processos cognitivos e o monitoramento subjacente a essas falas. A escolha léxica e o uso de pronomes identificatórios y demonstrativos também sugerem distância social: 'eles', 'aquelas pessoas', 'aqueles turcos (mexicanos etc.)'. Dessa forma, a fala cotidiana dos membros dos grupos majoritários brancos reproduz tais preconceitos dentro do grupo interno, enquanto, ao mesmo tempo, confirma verbalmente não só o pertencimento ao grupo, mas também suas normas e seus valores que, por sua vez, são relevantes para a manutenção do poder do grupo branco (VAN DIJK, 2012, p. 63).

Por tal motivo consideramos, como pondera Charaudeau (2014, p 24), o ato de fala em sua "dupla dimensão ou um duplo valor" indissociáveis: Explícito e Implícito.

A primeira das dimensões, ou valor, relacionada com o Explícito, que Charaudeau denomina *Simbolização Referencial*, dá-se mediante operações de comutação que estabelecem relações de oposição (paradigmas), e de combinação (sintagmas), dos signos. Como exemplifica o autor (2014, p. 29), o enunciado, sem importar o contexto, "*Feche a porta*", não significa "*Abra* a porta", nem "Feche *a janela*" (relações de oposição); e pode ter como alternativas "*Eu lhe peço para* fechar a porta" etc. (relações de combinação). Tais relações permitem, mediante a formação

[249] "O discurso político se caracteriza por um jogo polêmico, que utiliza constantemente contratos e estratégias para convencer ou seduzir ao outro" (CHARAUDEAU, 2014, p 58), mas também para manifestar um posicionamento individual e social, de apoio ou discrepância, frente a determinadas medidas políticas e/ou políticos.

das *perífrases estruturais*[250], que se realize, na linguagem, "um jogo de reconhecimento morfossemântico construtor de sentido", que remete à realidade (atividade referencial), e a conceitua (atividade de simbolização).

Em consequência, a tarefa de interpretar, desde um enunciado e até a elucidação de um termo, "trata-se de uma tentativa de descrever algumas das *representações coletivas* que uma determinada sociedade (ou grupo social) constrói para si [...] nesse caso, lidamos comum "conjunto de possíveis interpretativos", sugeridos [...] pelo contexto e não pelo dicionário (CHARAUDEAU, 2014, p. 29).

Para a nossa análise, será de grande valia o conceito de *circunstâncias do discurso*[251] que nos permitirá nos aproximar dos diferentes atos ilocucionários e possíveis atos perlocucionários dos enunciados, a partir do *saber dos protagonistas*[252]. A partir desses saberes, que tais sujeitos comunicantes supõem existir entre eles, poderemos tentar desvendar os *filtros construtores de sentido* (CHARAUDEAU, 2014, p. 31). Tais filtros auxiliarão na escolha da interpretação mais pertinente entre as múltiplas possíveis.

Em muitas ocasiões, deveremos acudir a uma interpretação multimodal dos enunciados, integrando texto e imagem dentro de uma concepção ampla da comunicação social tendo como eixo a pragmática, em especial os contextos e a performatividade dos atos de linguagem.

Seguidamente, apontaremos os ataques à imagem pública que signifiquem descortesia, e as estratégias linguístico-argumentativas por meio das quais se realizaram.

A descortesia, como apontam Marlangeon e Cordisco (2014), costuma ser estudada desde uma perspectiva microanalítica em um determinado intercâmbio comunicativo - normalmente a comunicação *face* a *face* -, contudo, como os mesmos autores destacam, também pode ser

---

[250] Charaudeau (2014, p. 25) as denomina assim.

[251] Segundo Charaudeau (2014, p. 30), as "circunstâncias de Discurso intervêm na partilha do saber dos protagonistas da linguagem, no que diz respeito a suas práticas sociais, na condição de sujeitos coletivos, definidos em uma relação interindividual, no quadro de um grupo ou, ainda, no quadro mais vasto de uma comunidade cultural".

[252] E o "saber que os protagonistas da linguagem constroem sobre os diferentes propósitos contidos nas trocas comunicativas que não é ligado apenas às referências ou experiências vividas por cada um deles". Incluem-se nesse saber as representações coletivas formadas com os dados fornecidos pela comunidade social de pertença - *doxas,* ideias, atitudes e afetos -, aquela com a qual se compartilham "experiências dos mais variados tipos (física, intelectual, afetiva etc.)" (CHARAUDEAU, 2014, p. 29).

estudada quando configurada "através de distintos eventos nos quais não necessariamente participam os mesmos interlocutores" (MARLANGEON; CORDISCO, 2014, p. 147), como acontece em nosso trabalho.

Lembramos que entendemos a descortesia não como ausência de cortesia[253] e sim como uma estratégia discursiva que tem seus próprios propósitos comunicativos. No caso dos discursos políticos polarizantes, nos quais "o conflito pode constituir o núcleo essencial da prática compartilhada" (MARLANGEON, 2012, p. 87), tal motivo estriba em acentuar o antagonismo mediante o ataque às imagens dos adversários como apontado, mas também em criar ou afiançar os vínculos intragrupais com quem participa do mesmo evento, uma espécie de tatuagem discursiva de pertencimento identitário para, precisamente, conforme Goffman ([1967] 1970) ganhar imagem.

Por tal motivo, no que tange às frustrações dos requerimentos de imagem, as duas estratégias relevantes para a nossa análise serão as de *afiliação exacerbada* e a *descortesia por refratariedade*. Na primeira delas, a intenção do falante é demonstrar seu alinhamento ideológico-social com determinado grupo e, como consequência disso, escolhe a descortesia em defesa do grupo e como marca do orgulho de formar parte dele (MARLANGEON; CORDISCO, 2014, p. 147). Na segunda, o indivíduo assume sua posição de opositor a um determinado indivíduo ou grupo aos quais ataca, critica, arremete, combate, agride etc. demonstrando "que está em uma atitude refratária respeito de aquilo que suscita sua oposição" (MARLANGEON; CORDISCO, 2014, P. 147).

Finalmente, analisaremos se os enunciados constroem uma polarização dicotômica que pretenda eliminar simbolicamente o "outro" da relação instaurada discursivamente – nulificação - e configurar discursos de ódio.

4.2 DESCORTESIA POR AFILIAÇÃO EXACERBADA

O tema do pertencimento a um grupo social com o qual há a intenção de se identificar - afiliação (BRAVO, 1999) -, "não advém apenas da vontade do sujeito comunicante", mas da

[253] Como lembra Marlangeon (2012, p. 89), o uso comum do termo "descortesia" geralmente está associado à falta de cortesia e frequentemente, as pessoas associam essa ausência com o quebrantamento de normas sociais e/ou falta de respeito, como apontamos na seção 1.1.6 Considerações acerca da descortesia.

legitimação da fala (CHARAUDEAU, 2014, p. 59), o qual supõe o direito de se manifestar, a razoabilidade das demandas articuladas, o porquê do "estar em", e a adequação da expressão individual à representação social do grupo e às circunstâncias do discurso. Como aponta Charaudeau em outra obra (2018, p. 63), a importância da legitimidade estriba em que "dá a toda instância de palavra uma autoridade de dizer".

Como aponta Marco Aurélio Moura dos Santos (2016), a identidade é algo utilizado para afirmar pertencimento e igualdade, porém também é utilizado para afirmar diferença:

> Na diferenciação é que a identidade e a diferença são produzidas, e são produzidas em geral por um processo de inclusão e exclusão ("estes pertencem, aqueles não"), demarcação de fronteiras ("nós" x "eles"), classificação ("bons" x "maus"; "puros" x "impuros"), normalização ("nós somos normais, eles são anormais") (SANTOS, 2016).

Entretanto, como pondera o autor (2016), a identificação e diferença nunca são inocentes já que, onde existe diferenciação nas formas de identidade e diferença, lá estará o poder. No mesmo sentido, Silva (2000) lembra que Ernesto Laclau já tinha ponderado que a constituição de uma identidade é sempre um ato de poder. E, ainda, explica que as identidades são construídas dentro e não fora do discurso, produzidas em lugares históricos e institucionais específicos. As identidades podem funcionar ao longo de toda sua história, como ponto de identificação e apego apenas para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em "exterior, em abjeto". (SILVA, 2000)

Trataremos aqui do conjunto de comportamentos discursivo-estratégicos cujo propósito é antagonizar com o interlocutor (mediato ou imediato) atacando sua imagem ou, quanto menos, não se importando com sua preservação de forma deliberada e desafiadora. O que move o falante a tal comportamento é a defesa da cosmovisão própria e a do grupo ao qual pertence. Há uma atividade de imagem individual de identificação grupal e, ao mesmo tempo, descortesia extragrupo por afiliação exacerbada e, muitas vezes, por refratariedade para com o grupo antagônico.

Dividiremos os enunciados dentro de quatro subcategorias segundo as estratégias discursivas de identificação e autoatribuição de serem vítimas, direta ou indiretamente, do "outro" antagônico.

Começaremos pela primeira, orientada em torno à identificação exacerbada.

a) Identificação afiliativa exacerbada (1a)

Argentina (Ar)	Brasil (Br)
(Ar-1a-1) "**Soy de** clase alt… **media alta**, sí… ¡sí señor!". (V3-AR 3', 48")[254] (Ar-1a-2) "**Acá es el pueblo**, acá no pasa por ninguna bandera política ni nada". (V3-AR 6', 29") (Ar-1a-3) "No te estoy escuchando porque escucho a **todos los argentinos que estamos reclamando acá**". (V3-AR 1', 31")	(Br-1a-1) "**Nós somos das elites**, eh, das elites..." (V2-BR 1', 25") (Br-1a-2) "Elite é meu ovo **aqui é o povo"**. (Bandeira) (V8-BR 2', 45") (Br-1a-3) "Essa daqui é a Pátria Grande (mostrando o mapa do Brasil nas costas da sua camiseta) ô tamanho dela, ô, **não a Pátria Grande que eles querem**. Essa é a Pátria Grande, ô!". (V9-BR 4', 20") (Br-1a-4) "**Brasil acima de tudo**". (tatuagem) (V1-BR 2', 32") (Br-1a-5) "Melhor **coxinha** do que trouxinha". (cartaz) (Br-1a-6) "**Não somos idiotas**". (cartaz)

Nossa análise começa com os dois primeiros enunciados, de um manifestante argentino e outro brasileiro, centrada na sutil hesitação de ambos na hora de se identificar com a classe social de pertença que, como aponta Van Dijk (2012, p. 63) "fornecem indícios sobre os processos cognitivos e o monitoramento subjacente a essas falas". Isso posto, vemos que tanto o manifestante argentino como brasileiro se identificam com a classe de forma desafiadora com o emprego de marcas discursivas de intensificação. No caso da Argentina (Ar-1a-1), trata-se de uma mulher de meia idade que, aos berros, diz ser de classe alta, porém, antes de terminar a frase, retifica seu enunciado e se diz de classe média alta, o qual é destacado pela dupla afirmação: "Sí...sí, señor", reafirmando seu direito à fala [segundo a lógica que não só os pobres podem se

[254] As indicações dos enunciados foram feitas da seguinte forma (Ar-1a-1): (Br/Ar) corresponde à sigla do país, (1) nº da categoria da descortesia e (a) da subcategoria. O número final da série (3) refere-se ao enunciado. As indicações dos vídeos foram feitas da seguinte forma: (V3-AR 3',48") que corresponde ao número do vídeo (V3), à sigla do país (AR/ BR) e a marca temporal do enunciado (3', 48").

manifestar na via pública], ameaçando a imagem do jornalista[255] que a entrevistava e, reativamente, dos discursos anteriores que desde vários meios de comunicação criticavam a inconsistência das demandas dos manifestantes por estarem limitadas à esfera da classe alta argentina. O mesmo acontece com o enunciador brasileiro (Br-1a-1), homem de meia idade, que se identifica como membro das elites e reforça sua afirmação, logo de uma curta hesitação, mediante a duplicação ("somos **das elites**, /eh,/ **das elites**").

Diferentemente dos casos anteriores, nos enunciados (Ar-1a -2) e (Br-1a -2) a identificação é realizada como membro de um "nós" sob o significante "o povo", o qual legitimaria suas demandas por serem comuns a toda a população e não mais a uma classe ou grupo. Como explica Charaudeau (2018, p. 78), o conceito de povo "sagra o político" e, em consequência, valida o dizer dos enunciadores ao reclamar a representação da "vontade popular". No caso do enunciado estampado numa bandeira na manifestação de 15 de março de 2015 na Av. Paulista, a intencionalidade de estabelecer a polarização diádica se manifesta com o enunciado "aqui é o **povo**", reforçado pelo antecedente "Elite **meu ovo**[256]" que, mediante o emprego de essa expressão soez na expressão da crítica (CULPEPER, 2011, p. 212), muito usual na época, contesta discursos anteriores que afirmavam o contrário. Dessa forma, o enunciador, ao tentar dar legitimidade às demandas articuladas nas manifestações, uma vez que seriam gerais da população e não somente das elites, é descortês com quem expressa o contrário. A descortesia torna-se uma forma de defesa reativa, acentuada pelo caráter malsonante da expressão que inicia o enunciado.

No caso do enunciado da manifestação de Buenos Aires, a contestação se dá pela acusação velada de que, nas outras manifestações favoráveis ao governo, os participantes não seriam "legítimos" por estarem movids por bandeiras políticas ou qualquer outra coisa semelhante, destacado pelo final do enunciado "**ni nada** [de natureza político-partidária]". Também opera como uma resposta a discursos anteriores que diziam, na época, que as manifestações estavam organizadas pelo setor político que perdera nas eleições de outubro de 2012 e que quem participava delas eram seus partidários. Há, dessa forma, uma defesa do "nós", o povo, e não os militantes, e das demandas que nos identificam, que seriam genuínas por não

[255] O jornalista é Antonio Marioni do programa "Duro de Domar" cuja linha editorial se identificava com a gestão de Cristina Fernández de Kirchner.

[256] "Meu ovo" é uma forma vulgar de se opor a algo. Segundo o dicionário inFormal, sinônimos seriam: cai fora, não estorva, não, tô fora, sai e mentira. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/sinonimos/meu%20ovo/>. Acesso em 12/01/2021.

estar “contaminadas” por motivações políticas. Com maior ou menor intensidade, essa lógica dicotômica de “nós x eles”, no qual o nós representa a autoatribuida “parte sã da sociedade”, percorre de forma transversal a maioria dos posicionamentos ideológicos dos manifestantes destituintes e orienta as atividades de descortesia exogrupal, direcionando-as e dando-lhes legitimidade.

Uma variante dos enunciados descorteses anteriores estaria dada por uma estratégia que é identificar-se afiliativamente mediante a apropriação da nacionalidade na seguinte fórmula:

“nós” somos [nacionalidade] *versus* **“vocês” não são** [nacionalidade] ou não merecem ser.

No enunciado (Ar-1a-3), um jovem argentino se dirige ao repórter e lhe grita que não ***o*** escuta porque escuta “a todos los argentinos que estamos reclamando[257] acá”. Há uma identificação de grupo exacerbada que estabelece um jogo antitético, articulado pelo pronome oblíquos TE que antecede ao verbo "escutar" e que personaliza a ação na segunda pessoa (tu/você), um destaque à nacionalidade “todos los argentinos” e um *nós inclusivo* dado pela desinência *–amos* do verbo estar (est***amos***). Mas esse “estar”, na boca do jovem, não é passivo, é um estar atuante, comprometido com a realidade do país, protestando contra as “maldades” do governo. É uma acusação no sentido de “nós [todos os argentinos] que reclamamos” somos dignos de ser escutados enquanto você (te) não é. Há um ataque à imagem do repórter (e das pessoas que vem seu programa ou que compartilham de seu pensamento), sob a forma da marcada identificação grupal e defesa da “atividade de protestar” dele, e também do *lócus* enunciativo, destacado no enunciado pelo advérbio de lugar “acá” que eleva a um primeiríssimo plano a legitimidade dos participantes da manifestação, “os que estamos **acá**”, nesta manifestação, não nas outras convocadas por “eles”.

Acontece algo semelhante com o enunciado (Br-1a-3), no qual um homem, ao ver que está sendo gravado, mostra as costas onde tem um mapa do Brasil na camiseta e diz que essa é a Pátria Grande. Para entender o conceito de Pátria Grande, é necessária uma explicação contextual mais apurada porque, como aponta Charaudeau (2014, p. 35), “a significação (e nós dizemos

[257] Segundo a Real Academia Espanhola, o termo reclamar significa: 1. tr. Clamar o llamar con repetición o mucha instancia. 2. tr. Pedir o exigir con derecho o con instancia algo. Segundo o verbo empregado, está ínsito o convencimento do enunciador de que, quem participa da manifestação o faz “com direito”, dada a legitimidade de sua demanda.

também a ressignificação) é uma manifestação linguageira que combina signos em função de uma intertextualidade particular e que depende das particulares circunstâncias do discurso".

Assim sendo, podemos ver o conceito Pátria Grande como um significante vazio em torno de cujo significado se estabelece uma franca disputa pelo sentido. Por um lado, dentro do regime de coerência discursiva do grupo dos manifestantes, há uma identificação de Latino América, a Pátria Grande, com o Foro de São Paulo e o socialismo do século XXI, cujo pertencinento "*levaria o Brasil ao comunismo*", como veremos quando analisarmos os enunciados descorteses de fustigação por refratariedade por acusação de totalitarismo ou comunismo. Por tal motivo, o enunciador contrapõe o tamanho do Brasil, identificado como "nossa Pátria Grande", à "Pátria Grande que eles querem", em alusão a uma das formas de nomear a iniciativa política em prol da integração dos países desde México ao Chile[258]. Existe no enunciado uma redução deliberada da ideia de pátria ao país, Brasil, em que "Grande" alude, em seu sentido literal, ao tamanho imenso que caracteriza a Pátria ["ô tamanho dela"], e não a uma visão de estender o conceito de pátria extrafronteiras por meio da maior integração dos diversos países. Tal polarização está bem delineada pela determinação de "eles" mediante o pronome pessoal e a desinência verbal do verbo querer: "eles quer***em***". Desse modo, a "Pátria Grande que eles querem" opõe-se à Pátria Grande "nossa", àquela com a qual nos identificamos e que seria a verdadeira, segundo finaliza o enunciado: "Essa [e não outra, 'a outra que eles querem"] ***é*** a Pátria Grande". Por meio da modalidade assertiva, o enunciatário declara verdadeiro um juízo ou uma proposição por ser evidente (CHARAUDEAU, 2014, p. 100). A exclamação "ô" com a qual finaliza o enunciado, além de indicar uma marca da asserção (CHARAUDEAU, 2014, p. 102), tem a função de intensificar o expressado anteriormente, completando o sentido desafiador das palavras, o que procura erodir a imagem de quem pensa o contrário, empregando a descortesia com a finalidade de impor seu pensamento de "verdadeiro patriota" na pugna hegemônica.

Da mesma forma, dentro do contexto discursivo da polarização ideológico-discursiva, deve ser lido o enunciado (Br-1a-4) "Brasil acima de tudo", tatuado nas costas de um jovem que apontava com seus dedos para quem quisesse ver e fotografar (o mesmo gesto que realizava o enunciador anterior). Na literalidade, trata-se de um ato de fala declarativo, na variante "afirmação" (CHARAUDEAU, 2014, p. 102), em que o "locutor se limita a declarar verdadeiro um saber que ele supõe constituir uma dúvida para interlocutor", atribuindo-se uma posição de

[258] O termo "Pátria Grande" é empregado desde o tempo colonial na sul-américa, entretanto, seu uso se popularizou com a publicação do livro "La Patria Grande", do pensador e poeta argentino Manuel Ugarte em 1922.

autoridade. A força ilocucionária do enunciado seria, em princípio, realizar uma declaração política marcadamente nacionalista. Entretanto, no contexto de polarização ideológica, torna-se um dispositivo discursivo que tem a finalidade perlocucionária de dar por finalizada a discussão uma vez que não pode haver nada superior a essa forma de entender "o Brasil", exacerbando o nacionalismo e apropriando-se do patriotismo. Ao integrar "os saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem" (CHARAUDEAU, 2014, p. 44), percebe-se que há nesse posicionamento ideológico, categórico em defesa de um dos polos do antagonismo, um implícito ataque a imagem de quem não pensa desse modo, por não serem "patriotas" ao não pensar em Brasil "acima de todas as coisas", significado pelo emprego estratégico do pronome indefinido "[Brasil acima de] **tudo**". O enunciado, inscrito indelevelmente na pele do manifestante (lembramos que é uma tatuagem nas costas), expressa o convencimento do enunciador na mensagem que milita e significa, ao mesmo tempo, um elemento que reforça sua força ilocucionária. O movimento com as mãos e os polegares apontando para as costas, em um convite para ler a inscrição, contribui para esse efeito reforçador, desafiante e, portanto, descortês pela exacerbação das estratégias afiliativas.

Os próximos dois enunciados, o (Br-1a-5) e o (Br-1a-6), são respostas descorteses, em grau diverso, reativas a enunciados anteriores também descorteses – que poderíamos entender como elementos *cotextuais*-[259]-. O primeiro deles é uma identificação grupal com os "coxinhas"[260] e, ao mesmo tempo, um ataque à imagem dos que estão no outro extremo da polarização, a quem define de "trouxas", ou seja, de tolos, inábeis ou fáceis de ser enganados, segundo o dicionário Aurélio (1995, p. 613). Em um primeiro momento, concede a pecha de ser "coxinha" para logo contra-atacar no intuito de procurar atingir à imagem do destinatário segundo a lógica *sim, mas você é pior*. Tal estratégia discursiva se constrói mediante a formulação de uma comparação antitética (coxinha x trouxinha) reforçada pela aliteração que o

[259] Rosana Pinheiro-Machado (2019, p. 75), lembra que desde o campo comunicacional contrário às manifestações foram compartilhados vídeos "no intuito de provar que as pessoas que estavam nas ruas eram ignorantes em matéria política".

[260] Segundo o dicionário online Significados.com, a palavra coxinha "quase sempre tem um sentido depreciativo e indica um indivíduo conservador, que é politicamente correto e que se preocupa em adotar comportamentos que são aceitos pela maioria das pessoas [...] A origem desta palavra é incerta, mas algumas pessoas acreditam que inicialmente surgiu para descrever os policiais, cujos carros muitas vezes ficavam estacionados em frente a locais que vendiam coxinhas. Além disso, outra explicação é que os policiais tinham baixo poder aquisitivo e recebiam vales de refeição que muitas vezes só permitiam comprar "coxinhas", o famoso salgadinho". Também se entende que os policiais se aproveitam de sua condição (ou de seu uniforme), para comer de graça criando um certo privilégio outorgado pela sua autoridade. Disponível em: <https://www.significados.com.br/coxinha/>. Acesso em: 23/01/2021.

enunciador consegue mediante o sufixo diminutivo do adjetivo "trouxa" o qual, dessa forma, acentua seu efeito irônico e, portanto, a descortesia fustigadora por refratariedade ao enunciatário imaginado.

A estratégia descortês do segundo dos enunciados é muito mais sutil (Br-1a-6). Nela, a defesa exacerbada do grupo até poderia ser legítima se não fosse o contexto discursivo de polarização extrema e o alto investimento afetivo com o qual se expressavam as demandas – e a oposição – ao governo. Pode ser lida como uma resposta reativa à qualificação de "idiotas" com que foram caracterizados pelos opositores, ou como um posicionamento frente ao governo: "não somos idiotas [por isso nos opomos a suas medidas governamentais]".

b) Identificação afiliativa exacerbada + *sentimento de injustiça* (1b)

Nos seguintes casos, as estratégias de ataque ao "outro" se realizam de forma mais indireta mediante a realização de críticas ou reclamações (CULPEPER, 2011, p. 212), segundo as quais há o padecimento de um "eu/nós" provocado por um "outro causador", como nos exemplos a seguir:

Argentina	Brasil
(Ar-1b-1) "**Acá es el descontento de la gente** que **le molesta que le metan** el dedo en el traste todos los días". (V3-AR 6', 35") (Ar-1b-2) "**Estamos** rehenes en **nuestras** casas. **Estamos** encerrados peor que los delincuentes". (V3-AR 6', 20")	(Br-1b-1) **"Se** não temos justiça **o governo não terá paz"**. (cartaz) (V7-BR 1', 57") (Br-1b -2) "Aeroporto parece rodoviária" (cartaz) (Br-1b -3) "**Não consigo** empregadas que durmam no emprego/ Maldito Lula" (cartaz)

O primeiro dos enunciados que escolhemos analisar, o (Br-1b-1), estava impresso em uma cartolina em uma das manifestações da Avenida Paulista. A demanda por justiça está expressa mediante uma estrutura sintática condicional de realização "real"[261] (presente de indicativo + futuro do indicativo), segundo a qual acontecerá o que está descrito na oração principal (não ter paz) caso aconteça o prescrito na subordinada (não ter justiça).

[261] Ángela Di Tullio (2007, p. 334) esclarece que, embora tradicionalmente este tipo de orações condicionais seja chamada de "reais", elas não o são totalmente "já que a conjunção funciona como uma instrução que propõe ao ouvinte que ele suponha um mundo possível, mais ou menos provável, mas nunca totalmente coincidente com a realidade".

A polarização “nós” x “”eles” se explicita nas desinências do verbo *ter* (nós te***mos*** x o governo não ter***á***) (VAN DIJK, 2005, p. 20) cuja repetição contribui para o realce da potência do enunciado.

Outro aspecto a destacar desse enunciado, tangencial desse enunciado, mas que integra o contexto, é que ele não é original senão uma adaptação realizada a partir de enunciados de outras manifestações “de esquerda” como “Indignados” na Espanha ou “Occupy” em EUA[262]. Nos Estados Unidos essa frase foi empregada novamente nas manifestações contra a violência policial com motivo do assassinato por asfixia de George Floyd[263].

É um claro exemplo da intenção de tentar se mimetizar com as “primaveras árabes” e os movimentos antiglobalização mediante a apropriação da linguagem das lutas de esquerda (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 74).

No enunciado (Ar-1b-1), o falante argentino se identifica em um “nós” composto pelas pessoas (“la gente”) que expressam desgosto por supostas injustiças que devem suportar. Na sua fala, há uma dupla indeterminação: não se sabe em que consistem essas injustiças já que a metáfora “meter el dedo en el traste” (em tradução livre: “enfiar o dedo no traseiro”) não especifica o motivo da demanda; e tampouco se determina quem realiza tal ação já que o verbo está na terceira pessoa do plural (“metan”) que, justamente, é uma das possibilidades da indeterminação do sujeito (ALARCOS LLORACH, 1970[1997], p. 87), uma estratégia de desfocalização do sujeito da ação (BRIZ, 2013). Entretanto, no contexto de mobilização destituinte, é difícil pensar em outro sujeito que não o governo contra o qual estão se manifestando os presentes.

A indeterminação da demanda, subsumida em uma metáfora forte enquanto expressividade, mas de significação vaga, é uma das características dos discursos de ódio apontados por Tiburi (2015), Ahmed (2015) e Giorgi (2019), equivalentes à posição de muitos dos manifestantes brasileiros que eram contrários “a tudo isso que está aí”. Dessa forma, faz-se muito difícil entender e, em consequência, avaliar e/ou dar resposta a essas demandas indeterminadas o qual as torna muito mais eficazes em seu escopo destituinte uma vez que o objeto do ódio que as sustenta se desliza por diferentes significados formando uma série aberta

[262] Em rigor de verdade, essa frase é atribuída a Emiliano Zapata Salazar (1879-1919), um dos líderes da Revolução Mexicana que teria dito “Si no hay justicia para el pueblo que no haya paz para el gobierno”.

[263] Em inglês: “No justice, no peace”. Fonte: <https://www.independent.co.uk/independentpremium/long-reads/defund-us-police-george-floyd-death-black-lives-matter-racism-a9587466.html>.

(GIORGI, 2019, p. 100) que pode incluir, por exemplo, demandas por melhores salários, por redução de impostos, por menores restrições à aquisição de moeda estrangeira etc.

Por outro lado, já no começo do enunciado ("Acá está el descontento de la gente"), podemos ver uma estratégia afiliativa exacerbada com descortesia contra aqueles que não estão "acá" expressando tal descontentamento, atacando suas imagens ao considerá-los ignorantes de seus direitos ou, quanto menos, "conformados" ante a suposta situação de injustiça. Uma espécie de acusação: "são prejudicados e não percebem, ou não fazem nada, enquanto nós sim fazemos nossa parte ao estarmos "acá" nos manifestando.

Também há, abertamente, um ataque à imagem do governo sob a imputação de introduzir seu "dedo" (e tudo o que isso possa representar) nas partes íntimas da população de forma ilegítima.

No enunciado (Ar-1b-2), também há uma demanda que só pode ser entendida se atualizarmos a circunstâncias sociopolíticas que servem de quadro contextual, uma vez que não se especifica o porquê do enunciatário, e os que compõem o grupo que ele identifica com o verbo *estar* na primeira pessoa do plural ("estamos"), estarem reféns (de quem?) e encerrados (por quem?). E nesse contexto tem um papel principal a retórica midiática da elevação dos índices de criminalidade como consequência do afrouxamento da política penal do estado e dos juízes "garantistas[264]".

No que tange ao papel da mídia na percepção da violência pela população, Paula Dovana Simplício Honório Filho e André De Abreu Costa (2019), apontam que:

> A mídia tem um papel importante no campo político, social e cultural dentro da sociedade atual. Mediante esse mecanismo, tal instituição incute na população uma forma de agir e de pensar. Entre os temas abordados pela mídia, o crime desperta certa curiosidade na população por representar uma ameaça. [...] Embora se esteja sob o paradigma do Estado Democrático de Direito, o qual defende a efetivação de direitos e garantias constitucionais a todos os seus cidadãos, há de se apontar que o populismo penal prega exatamente o contrário, o que torna a mídia a maior aliada de um Estado punitivo e extremamente repressivo, criando uma falsa representação do crime por meio da teatralização dos fatos e do reducionismo da informação.

[264] O tema do aumento desmesurado do interesse da mídia em temas de segurança pública, com as simplificações dicotômicas conhecidas (bom x mau; trabalhador x bandido etc.), é parte de um fenômeno mundial que extremou o debate até o limite de justificar o lema; "bandido bom é bandido morto", com as devidas adaptações culturais dependendo do lugar. Essa simplificação, normalmente, leva a procurar bodes expiatórios facilmente identificáveis, normalmente os governos (se de esquerda melhor, já que eles costumam desenvolver políticas em favor dos direitos humanos) e seus "cúmplices", os juízes "garantistas", ou seja, aqueles que defendem as garantias do devido processo penal o que, em vozes de jornalistas inescrupulosos, é sinônimo de empecilhos ao combate ao crime.

O tema da espetacularização do crime, que alguns teóricos denominam "populismo penal midiático"[265], e seus efeitos sociais é muito complexo e não há possibilidades de tratá-lo neste trabalho, entretanto, devemos apontar que, no caso da Argentina, teve como alvos o governo de Cristina Kirchner e o jurisconsulto e ex-juiz da Corte Suprema de Justiça na época (atualmente juiz de Corte Interamericana de Direitos Humanos) Raúl Eugenio Zaffaroni que foi alvo de protestos em cartazes em várias das manifestações argentinas que analisamos; e no Brasil, por sua vez, no governo do PT e dos juízes José Antônio Dias Toffoli, cuja imagem também esteve presente nas manifestações destituintes.

Nesse cotexto, torna-se clara a identificação do falante com o coletivo de "reféns nas próprias casas [por causa da insegurança permitida pelo governo]"; e também de pessoas que são tratadas, pelas políticas de direitos humanos do governo e dos juízes 'garantistas', de forma mais rigorosa de que quem infringiu a lei, conforme a segunda parte do enunciado: "Estamos encerrados **peor** que los delincuentes [que estão em liberdade]". Há uma polarização entre um "nós", vítimas da violência, e um "eles", criminosos, juízes e advogados "garantistas" e governo, causadores da nossa "falta de liberdade". Nessa polarização, existe uma lógica que ataca a imagem dos juízes, do governo e de seus partidários e de quem defende as garantias constitucionais e os direitos humanos, uma vez que são igualados aos criminosos. Contudo, tal lógica também é excludente, **ou** "nós" **ou** "eles", porque a condição de "podermos sair do nosso encerramento em casa" e assim poder usufruir da "nossa liberdade de locomoção", é acabar com "a liberdade de ação deles", os criminosos, mas também dos juízes, dos defensores dos direitos humanos e, principalmente, do governo que favorece essas políticas[266].

Os próximos dois enunciados, (Br-1b-2) e (Br-1b-3), podemos analisá-los conjuntamente pois têm uma identificação grupal recuperável só pelo contexto de enunciação e as características

---

[265] Dessa forma, a mídia acrescenta um elemento muito importante ao que se conhece como "populismo penal", que segundo os autores mencionados (2019), pode ser definido "não só como um discurso, mas também como uma prática punitiva, por difundir uma sensação de insegurança e estimular o clamor por um maior rigor penal, bem como exigir a repressão do crime por meio de ações mais rígidas por meio dos órgãos de polícia".

[266] Não cabe aqui avaliar as políticas dos governos, porém, segundo Diego Gorcal (2015), cientista político e ex-secretário da prefeitura de Buenos Aires, durante os governos kirchneristas foram realizadas políticas criminais muito mais orientadas com os postulados dos governos de direita do que progressistas. Assim, o número de policiais, segundo o cientista nos informa, cresceu 25% no país e 65% na província de Buenos Aires, que concentra um terço da população argentina, no período 2003-2015; o número de delitos contemplados nas leis também cresceu e endureceram-se as penas. Por outro lado, as pessoas privadas da liberdade conseguiram, entre outros benefícios, cursar uma carreira universitária no cárcere, por exemplo. Essas complexidades, ausentes nas manifestações e em grande setor da sociedade, demonstra o protagonismo e eficácia dos meios de comunicação na hora de realizar a mediação entre a realidade e a percepção que a sociedade tem dela.

socioculturais da divisão de classes no Brasil. No primeiro deles, em uma comparação estruturada em tão só três palavras, o enunciador se identifica com o grupo das pessoas que antes da ascensão social de uma grande parcela da população brasileira que apontamos anteriormente, tinha a possibilidade de viajar por meio desse transporte, enquanto a classe menos abastada devia realizar suas viagens empregando transporte rodoviário. Nesse contexto, o enunciador, por meio de um ato de fala assertivo que não pretenderia mais do que descrever um estado de coisas, se revela ilocucionariamente contra a nova realidade, e se situa do lado dos que agora têm que dividir espaços nos aeroportos a contragosto, antagonizando com quem "recém chega" a poder usufruir desse meio de transporte. Igualmente, poderíamos completar o enunciado com os implícitos e chegar ao seguinte resultado: "[É inadmissível a atual situação na qual] Aeroporto parece rodoviária [por tal motivo os pobres devem deixar de viajar de avião/voltar a viajar de ônibus]". A identificação afiliativa exacerbada com a classe alta, não só é um ataque à imagem dos novos usuários dos aeroportos aos quais deslegitima, como também produz uma dicotomia excludente em que a "minha" existência como viajante de avião exclusivo se resolve unicamente com a exclusão "dos outros" alheios a "nosso grupo" desses espaços públicos. Trata-se de uma descortesia de classe, muito acorde com o que Lilia Schwarcz (2019) descreve como traços das classes abastadas brasileiras, o mandonismo e o patrimonialismo[267] e, portanto, restabelecedora discursivamente de uma divisão social por classes exclusiva e excludente[268].

O enunciado (Br-1b-3) deve ser entendido pelo prisma dos mesmos elementos contextuais do que o anterior, identificação com traços distintivos da classe alta, real ou aspiracional, como é o fato de ter empregadas domésticas em tempo integral. Essa demanda, que articula a identificação com o "nós / classe alta", em sua desmesura ataca à imagem das empregadas "que não se dispõem a dormir no emprego". O próprio verbo "conseguir" do enunciado, empregado

[267] A autora (2019, p. 39) aponta que, desde o período da redemocratização, foi introduzida no Brasil uma agenda em prol do reconhecimento étnico-racial mediante a aprovação de um conjunto de medidas que visava diminuir a desigualdade no país. Contudo, "na contramão desse movimento ascendente na busca de direitos, vivemos, hoje, momentos em que a crise política, social, cultural e econômica, anunciada pelas agitações que tomaram as ruas no ano de 2013, parece capaz de reverter conquistas consolidadas a partir de agendas reacionárias e não compromissadas com equidade".

[268] Esse cartaz nos traz à memória a revolta contra os "rolezinhos" (de dar um 'rolê', passear), eventos em que milhares de jovens da periferia tiveram a "ousadia" de usufruir dos shoppings e despertou a ira da classe média. Como aponta Rosana Pinheiro-Machado (2019, p. 46): "os rolês dos jovens periféricos em templos do capitalismo são um fenômeno político que nos revela o óbvio: a segregação de classes brasileiras que grita e sangra".

para a prática mercantil segundo o Dicionário Online do Português[269] o que denota a "coisificação" das empregadas como bens comerciais.

Na segunda parte do enunciado, há um ataque direto à imagem de quem é colocado como responsável desta demanda insatisfeita, o presidente Lula. Além da responsabilização por causar os males do enunciador, há por parte deste uma descortesia de fustigação por refratariedade ao ex-mandatário por meio de um adjetivo direto e ultrajante. Lula é, dentro dessa lógica discursiva, o "maldito" (ele) que nos priva dos bens mercantis "empregadas que durmam no emprego", ou seja, o culpado de "nossos" incômodos e sacrifícios noturnos. Além da polarização "Lula" x "nós sem empregadas", há uma lógica própria dos discursos de ódio que consiste em elevar ao ex-presidente à categoria de malvado absoluto causador de "nossos males" cuja existência não é compatível com a satisfação "de nossas necessidades".

Os dois enunciados analisados foram expressos em cartolinas para quem quiser ver, com a finalidade de identificar-se com o grupo "classe alta" e, ao mesmo tempo, articular demandas que significavam verdadeiras declarações de princípios no sentido se pugnar por um retorno de uma estratificação social que as políticas sociais puseram em perigo[270].

A esses "textos" devemos acrescentar outros "textos" com o mesmo viés ideológico, tanto nas manifestações argentinas como brasileiras, como os mostrados nos Quadros 7 e 8, que inauguraram "a era da indignação com glamour" (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 75). Discursos "ufanistas, homofóbicos, misóginos e pobrefóbicos" (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.75) que circularam livremente a vista de todos e por todos aceitos e normalizados nessas especiais comunidades de práticas polarizadas. Assim, é possível entender que, como pondera Hernández Flores (2014, p. 181), "a atividade de imagem de toda ação comunicativa está vinculada com o social, ela é pessoal e individual em sua realização, mas tem repercussões na identidade social da pessoa", que se estabelece pelos critérios sociais acordados pelo grupo[271].

---

[269] Na acepção que mais se adequa ao enunciado, conseguir é um verbo bitransitivo que significa: "Encontrar uma pessoa que esteja disposta a pagar (um certo valor) por alguma coisa: *conseguiu um péssimo preço naquele carro*". Disponível em: <https://www.dicio.com.br/conseguir/>. Acesso em 02/02/2021.

[270] Segundo Schwarcz (2019, p. 127), "o Brasil foi formado a partir da linguagem da escravidão, que é, por princípio, um sistema desigual no qual alguns poucos monopolizam renda e poder, enquanto a imensa maioria não tem direito à remuneração, à liberdade do ir e vir e à educação [...] a despeito do processo de modernização e industrialização que o país conheceu no século XX, não conseguimos romper totalmente com esse círculo vicioso do passado".

[271] Nesse sentido, cremos necessário lembrar o ato discriminatório de uma professora universitária que, no aeroporto Santos Dumont da cidade de Rio Janeiro, tirou uma foto de um advogado que trajava bermudas e camiseta regata e a postou no seu perfil na rede social Facebook com o título "Aeroporto ou rodoviária?". Apesar das desculpas protocolares da educadora, foi afastada da universidade em que lecionava e responde a processo penal. Fonte:

Dessa forma, a descortesia por afiliação exacerbada também é, ao mesmo tempo, individual e social e afeta às imagens não de uma pessoa senão do grupo social ao qual é dirigida, contribuindo, dessa maneira, com o discurso de ódio mediante a criação, ou reforço, de uma polarização excludente.

c) Identificação afiliativa exacerbada + *sentimento de falta de liberdade* (1c)

A diferença dos enunciados agrupados nas categorias anteriores, neste grupo e no seguinte encontramos, além de identificação afiliativa exacerbada, com a consequente descortesia para com os "outros" extragrupo, demandas específicas que constituem significantes vazios e que deve ser preenchidos contextualmente nessa prática discursiva.

A primeira série articula demandas em torno da falta de liberdade.

Argentina	Brasil
(Ar-1c-1) **"-** ¿Por qué están acá? – Porque **yo soy argentino** y **yo sufro lo mismo que sufren todos** al no tener libertad" (V3-AR 5', 40") (Ar-1c-2) **"Estoy reclamando libertad,** poder entrar y salir de mi país, que ya no **nos van a dejar**".(V4-AR 7', 06") (Ar-1c-3) "**Yo quiero decidir** de **mi plata, qué hacer**… gastar, no hacer, viajar, no viajar, hacer lo que **me plazca** con los dólares" (V6-AR 2', 40")	(Br-1c-1) **"Liberdade, liberdade pra você, pra mim** e fora o PT! Acabou PT, vai embora". (V1-BR 4', 20")

O primeiro a destacar é que, metodologicamente, houve algumas dificuldades para delimitar esta categoria porque tinha discursos conflitantes com a categoria de *fustigação por refratariedade + acusação de totalitarismo ou ditadura*, que veremos na página 259. De fato, há por trás da identificação num coletivo que demanda "liberdade" o sentimento de sua falta que é identificada pelos manifestantes com as medidas do governo que avançam de forma opressiva sobre as liberdades individuais. A diferença estriba na estratégia discursiva empregada que, ao invés de acusar o "outro" pelo ilegítimo avanço, neste caso os enunciatários decidem focar seu

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/advogado-ironizado-por-professora-no-rio-pensou-que-fosse-gozacao.html>. Acesso em: 15/01/2021.

reclamo na situação de injustiça que padecem. Contudo, ambas as estratégias pragmáticas são o verso e o anverso da mesma "moeda ideológica".

Assim se evidencia no enunciado (Br-1c-1) que pede, primeiramente, liberdade em forma genérica e logo especifica o destinatário de seu desejo mediante a fórmula "pra você, pra mim", que caracteriza, dessa forma, um identificação com um "eu/nós", com o comum denominador da falta de liberdade. E, para finalizar o enunciado, emprega estratégias linguísticas que denotam desejo de expulsão simbólica mediante o imperativo "vai embora [daqui]", pela interjeição de afastamento ou afugentamento "Fora [daqui]" + PT e pela interjeição de cessação "acabou [seu tempo aqui]" + PT. Além de expressar descortesia por refratariedade contra o PT, explicita de forma categórica o desejo de expulsão do campo político desse partido o que, em outras palavras, significa o desejo de seu extermínio simbólico, pelo menos dentro do campo do governo, que é a aspiração de qualquer projeto partido o movimento que pretenda representar à população como forma de participar do jogo democrático.

O enunciado (Ar-1c-1) é uma resposta a um repórter que interroga um manifestante acerca do motivo pelo qual está na manifestação. Na resposta, há uma apropriação da nacionalidade muito marcada pelo pronome pessoal de primeira pessoa do singular ("porque **yo soy** argentino") e do caráter de sofredor do enunciador ("porque **yo** sufro"), que logo se dilui em uma identificação desse "eu" com uma generalidade de sofredores ("sofrem todos") pela falta de liberdade. Nesses "todos sofrem" há um questionamento implícito à pergunta do repórter no sentido: se você também sofre, uma vez que você é argentino e "todos [os argentinos] sofrem", não se entende o porquê da pergunta desafiadora (CULPEPER, 2011, p. 212). Contestar uma interrogação a um jornalista ataca sua imagem pública uma vez que o esperado socialmente de um profissional da área é, precisamente, que saiba interrogar. No questionamento à indagação do repórter, através da afiliação exacerbada do enunciador sob a fórmula "eu sou argentino, [portanto sofro como todos os argentinos], há uma descortesia mediante uma implicatura que opera desqualificando o "outro": "se você pergunta é porque você não é argentino [é estrangeiro], ou é cego que não reconhece o sofrimento de todos, ou faz perguntas sem sentido".

Estratégias discursivas semelhantes encontramos no enunciado (Ar-1c-2) em que o enunciado começa identificando sua demanda individualmente mediante a desinência verbal que indica primeira pessoa de presente de indicativo ("est**oy** reclamando libertad"), para logo se

identificar em um "nós", assinalado pelo pronome oblíquo de objeto direto *nos* (no **nos** van a dejar), que padeceria as supostas restrições de entrar ou sair do país. Novamente, encontramos a indeterminação do sujeito "limitador" da liberdade já que não está especificado nominalmente nem verbalmente porque o verbo está na terceira pessoa do plural. Mesmo assim, contextualmente só podemos entender que estamos em presença de um ataque à imagem dos governantes aos quais o enunciador aponta como cerceadores ilegítimos da liberdade de locomoção dos cidadãos.

Para concluir com a série de enunciados argentinos desta categoria, analisamos o enunciado (Ar-1c-3) acontecido na manifestação do dia 8 de novembro de 2012, conhecida como #8N, marcada por uma fortíssima oposição às restrições cambiais que impôs o governo à compra de moeda estadunidense com fins de poupança. Só mediante a recuperação desse dado contextual pode ser entendido o enunciado "decidir com mi plata" uma vez que o governo nunca indicou um destino para o dinheiro das pessoas. Há um velado ataque à imagem do governo por limitar a liberdade por meio da oposição implícita marcada pela presença do pronome **yo** e a desinência verbal no verbo querer: "**Yo** quier**o** decidir [e não o governo] de **mi** plata [porque é minha e não do governo]". A referência à esfera pessoal de ação como sinônimo de liberdade novamente aparece determinada pelo pronome de objeto indireto **me** ("hacer lo que **me** plazca"). Completa a produção de sentido, e explicita o contexto de produção do enunciado, a identificação que realiza o enunciador do dinheiro com os dólares, segundo a seguinte fórmula:

["Yo quiero **decidir de <u>mi plata</u>**, qué hacer…"] = ["hacer **lo que me plazca con <u>los dólares</u>**"]

Há um deslizamento semântico entre "mi plata" e "lós dólares", dinheiro próprio torna-se sinônimo da moeda estrangeira, que se traduz em *liberdade de dispor do dinheiro próprio* ("mi plata") e liberdade cambial, ou seja, liberdade de adquirir "los dólares" que o governo limita. Cria-se, dessa maneira, uma polarização entre um "eu/nós" cuja liberdade está limitada pelas medidas de um "eles", o governo, que é o causador de tal limitação, portanto, para que "nós" tenhamos liberdade é mister a queda "deles", do governo.

Vemos como um "valor sociocultural positivo compartilhado socioculturalmente" como a liberdade (VAN DIJK, 2016, p. 55) foi interpretado por um grande setor da classe média, acostumada a operar e/ou aplicar seu dinheiro em moeda norte-americana, como a liberdade total

de livre disposição dos bens a seu bel-prazer, destacado pela enumeração de ações que a enunciatária explicita: "qué hacer/no hacer; gastar; viajar/no viajar". Outras vezes, faz-se referência à falta de liberdade de forma genérica, mediante afirmações ou reclamações descorteses (CULPEPER, 2011, p. 212) como nos enunciados Ar-1c-1 ("**sufro** como todos los argentinos **al no tener libertad**") e Ar-1c-2 ("ya **no nos van a dejar salir**"), contudo, o que todos os enunciados têm em comum é a crença de existir um projeto político que restringe "nossa liberdade", motivo que justifica e legitima as manifestações (e contribui para a identificação grupal dos manifestantes) e as ações para seu derrocamento, *conditio sine qua non* para a existência de "nossa" liberdade[272].

d) Descortesia por afiliação exacerbada + *sentimento de injustiça econômica* (1d)

Uma variante da descortesia anterior que opera do mesmo modo é construída mediante a exacerbação de um "eu" que se sente injustiçado por ser quem, segundo sua própria enunciação, contribui materialmente com o sustento econômico desse "outro". Temos, desse modo, descortesia de fustigação por afiliação exacerbada, mas também, como em alguns enunciados dos manifestantes brasileiros, descortesia de fustigação por refratariedade por ataque diretos à imagem do "outro" como qual se estabelece a relação de polarização nulificadora.

Por tal motivo, os enunciados agrupados nesta categoria bem poderiam estar na seguinte, descortesia de fustigação por refratariedade, contudo, decidimos deixá-la aqui já que a estratégia de identificação exacerbada, enunciativamente, tem maior peso do que a refractariedade para com o "outro".

Argentina	Brasil
(Ar-1d-1) "**A mí no me banca nadie, yo los banco a los otros,** es distinto". (V2-AR 4', 17")	(Br-1d-1) "**Elite é quem** vive dos meus impostos, **eu trabalho**". (cartaz) **(**V8-BR 2', 40")
(Ar-1d-2) "54% la votan porque les dan planes y la mar en coche y **¿quién pone la plata? Nosotros**". (V2-AR 4', 25")	(Br-1d-2) "**A elite branca sustenta a praga vermelha**". (cartaz)
(Ar-1d-3) "En Barrio Norte también **tenemos**	(Br-1d-3) "CHEGA: 39 ministérios **gastando e roubando meus impostos**, **minha saúde, minha**

[272] Não estamos em condições, neste trabalho, de avaliarmos as restrições cambiais pela sua natureza intrínseca. Todavia, cremos oportuno destacar que a liberdade cambial foi uma das principais propostas da campanha eleitoral de Maurício Macri que o elegeu presidente em 2015. Em cumprimento de seu programa eleitoral, foi uma de suas primeiras medidas econômicas tomadas por seu governo, e as conseguiu manter até agosto de 2019 quando, ante o desajuste cambial acumulado, teve que adotar restrições muito mais severas que as tomadas pelo governo anterior.

hambre". (cartaz) (Ar-1d-4) "**Vivo** en Recoleta y **no tengo** trabajo". (V3-AR 1', 47") (Ar-1d-5) "Me sacan el salario de mi hijo **para darles a esos vagos de mierda**". (V6-AR 4', 27")	**cultura**". (cartaz) (Br-1d-4) "Lula cachaceiro, devolve meu dinheiro". (cartaz) (Br-1d-5) "SOU RICA PQ TRABALHO, NÃO POR ROUBAR DO POVO! FORA PT!" (cartaz)

Começaremos apreciando o enunciado (Ar-1d-1) (homem, 40-50 anos) no qual encontramos uma autoatribuição do caráter de vítima marcada por 4 elementos linguísticos: três pronomes de primeira pessoa do singular: um pronome tônico pleonástico (**a mí** no); um pronome de objeto direto (**me** banca nadie), e um pronome pessoal (**yo** los banco); e a desinência verbo "bancar"[273] (banc**o**). Esses elementos colocam ao enunciador em um dos lados da polarização, o lado da vítima, enquanto que o outro polo é construído discursivamente por meio do pronome de objeto direto da terceira pessoa do plural (**los** banco) mais o objeto direto (**a los otros**).

A essa polarização construída com tais elementos linguísticos deve ser acrescentada o pronome indefinido "nadie" (ninguém) que permite a seguinte construção dicotômica:

Eu não tenho **ninguém** [que me sustente] ← | → **os outros** têm **a mim** [para sustentá-los]

O contexto ideológico desta demanda por justiça econômica é a suposição de que em um país democrático não deve haver privilégios na distribuição do ônus e bônus, portanto, esta desigualdade nos benefícios distributivos e nas cargas contributivas que o enunciador manifesta em tom de denúncia cria uma dicotomia entre os "outros" que usufruem "ilegitimamente", os "bancados", e um "eu" que padece tal injustiça e que não tem ninguém (nadie) que possa o acudir. O enunciado fecha com uma afirmação ("es distinto") que contesta outros discursos implícitos no sentido contrário ao que ele manifesta, o qual reforça tudo o que foi expressado anteriormente [é distinto ao que "eles dizem", é como "eu" digo] e a vontade de radicalizar a acusação de injustiça a o ataque à imagem dos "outros", os "bancados" ilegitimamente.

[273] Segundo o dicionário da Real Academia Española, bancar é um verbo empregado em Argentina e Uruguai coloquialmente como sinônimos de "Mantener a alguien". Em tradução livre ao português, sustentar economicamente alguém. Disponível em: <https://dle.rae.es/bancar>. Acesso em 12/02/2021.

O mesmo recurso retórico pode ser visto no enunciado (Br-1d-1), no qual, por meio de um ato de fala assertivo que pareceria não ter mais objetivos do que descrever um estado de coisas, tem como finalidade ilocucionária contestar reativamente à caracterização de "elitistas" que fizeram deles anteriormente. Há uma defesa da autoimagem [eu não sou elitista] e um ataque à imagem social dos "outros" [elitistas são "eles" que vivem de meus impostos]. A afirmação que finaliza o enunciado ("eu trabalho") completa a produção de sentido de haver um "alguém", elitista porque não trabalha (e que "vive dos meus impostos") versus um "eu" que não posso ser elitista uma vez que "trabalho" para sustentar a mim a aos "verdadeiros elitistas". Nessa lógica discursiva há uma inversão do que significa pertencer à elite, já não mais as posses materiais e sim ao fato de trabalhar ou não. Dessa forma, elitista não sou "eu", embora tenha altos ingressos (por "meu" trabalho) e sim eles que, ainda sem recursos econômicos, conseguem viver sem trabalhar [graças aos meus esforços].

Nesses dois enunciados, podemos ver a exacerbação de um "eu" que, na polarização dicotômica, acaba desqualificando o "outro", atacando sua imagem mediante a designação depreciativa de ser um "bancado" ou um "elitista", ambos "vivendo" ilegitimamente do esforço desse "eu" enunciador.

No caso do enunciado (Br-1d-2), existe também uma referência à elite mas, contrariamente ao acontecido com o enunciado anterior, não há rejeição e sim identificação do enunciador com ela. Essa elite, segundo o enunciador, está caracterizada pela cor branca de seus membros, mas também poderia ser pensada pela "parte branca" da sociedade, a parte "pura" que essa cor comumente denota no imaginário social[274]. E tal parte "branca" é que injustamente "SUSTENTA a **praga**[275] **vermelha**". A polarização dicotômica se estabelece, nesse enunciado, entre a "elite" e a "praga/desgraça" da sociedade, entre a pureza "branca" e o comunismo "vermelho" que está no poder graças ao "sustento" da parte "branca". Se no enunciado anterior o enunciador era refratário, e por isso empregava estrategicamente a descortesia, com o emprego de uma referência negativa personalizada (CULPEPER, 2011, p. 212) "praga vermelha", tanto com quem recebia algum auxílio econômico por parte do estado ("quem vive dos meus impostos"),

[274] Há muita bibliografia a respeito desse *doxa.* Nesta pesquisa, simplesmente faremos referência aos conceitos de Rosario Peiró que destaca que, na cultura ocidental, segundo a psicologia das cores, o branco representa pureza, limpeza e paz e harmonia. Na China, porém, ela é associada com a morte e a má sorte. Disponível em: <https://economipedia.com/definiciones/psicologia-del-color-blanco.html#referencia>. Acesso em: 08/05/2021.

[275] Segundo o dicionário Aurélio (1995, p. 522), praga é uma desgraça de grandes proporções.

quanto com o governo do Partido dos Trabalhadores, representado pela cor vermelha, ao qual qualifica como uma "praga", um parasita que precisa ser sustentado.

O enunciado (Br-1d-3) também apresenta uma polarização entre um "eu", construído pelo possessivos "meus" ("**meus** impostos") e "minha" ("**minha** saúde, **minha** cultura"), e um governo que tem "39 ministérios". Tal número, segundo o enunciado, constitui uma situação opressiva que tem que finalizar, como indica a interjeição que inicia o enunciado, escrita em caixa alta para destacar a potência do pedido, "CHEGA". Mas o reclamo rude (CULPEPER, 2011, p. 212) não se circunscreve ao caráter, macrocefálico segundo a expressão do cartaz, do governo senão que avança nas suas atividades, que por meio dos ministérios "gasta" e "rouba". Essa atividade espúria está potenciada pela acumulação sintagmática (BLAS ARROYO, 2010, p. 56) dos "objetos" do roubo: "meus impostos, minha saúde, minha cultura". Tal encadeamento dos objetos numa série que parece não ter solução de continuidade produz um efeito de sentido em que o governo rouba "tudo o que é meu", potenciando o ataque à imagem do governo que "despojaria" os cidadãos de seus bens mais estimados.

De forma semelhante, o enunciado (Br-1d-4) apresenta uma estrutura lógica de polarização dicotômica, mas o governo, ou sua filosofia política, está personalizado na figura do ex-presidente Luiz Inácio "Lula" Da Silva, rotulado com o vocativo negativo personalizado (CULPEPER, 2011, p. 212) "cachaceiro", num ataque descarnado a sua imagem por meio desse insulto. Completa o ataque à imagem de Lula a imputação da qualidade de ladrão, que se infere do ato de fala diretivo em benefício próprio (pedido ou ordem) formado pelo verbo "devolver", em modo imperativo, e o complemento de objeto direto "**meu** dinheiro".

Encerramos as expressões dos manifestantes brasileiros desta série com o enunciado (Br-2d-5), em que a manifestante (40-50 anos) estabelece uma comparação contrastiva entre ela, que trabalha, e o Partido dos Trabalhadores, que rouba dos pobres. Primeiramente, observamos a identificação de classe pelo adjetivo "rica", e com um "nós" mediante o trabalho como sua causa, segundo os cânones da meritocracia vistos anteriormente. Dessa forma, implicitamente, expressa que quem não for rico é porque não trabalha, salvo que a riqueza seja produto do ilícito, como é o caso, segundo a enunciadora, do PT. Há duas estratégias de descortesia, uma por afiliação exacerbada uma vez que, nessa simplificação enviesada, sugere que as pessoas seriam pobres por não trabalhar; e outra por fustigação ao qualificar de "ladrão", por refratariedade, ao Partido dos

Trabalhadores (MARLANGEON, 2005) mediante uma afirmação negativa personalizada (CULPEPER, 2011, p. 212), o "PT rouba" do povo.

Nos enunciados (Ar-1d-2), (Ar-1d-3) e (Ar-1d-4), os enunciadores estabelecem a polarização dicotômica mediante a identificação em um "nós" explicitada pelo pronome, como em (Ar-1d-2) ("¿quién pone la plata? **Nosotros**"), por um pronome ou um sintagma preposicional de objeto indireto (DI TULLIO, 2007, p. 126) ("**nos** aumentan de impuestos **a la clase media**"), como acontece no enunciado (Ar-1d-3), ou pela desinência verbal de primeira pessoa do plural, como em (Ar-1d-4) ("ten**emos** hambre"). Contudo, à exceção do primeiro dos três enunciados, o outro pólo da dicotomia não é explicitado e tem que ser reconstruído pelos implícitos sociopolíticos e discursivos contextuais.

Como dissemos, no enunciado (Ar-1d-2) (homem, 40-50 anos) há um "eles" expressado por três marcas dêiticas, um substantivo ("54%"), uma desinência verbal de terceira pessoa do plural ("vot**an**") e um pronome do objeto direto ("**les** dan"). A primeira das referências remete ao 54% de votantes que elegeram Cristina Fernández de Kirchner nas eleições presidenciais de outubro de 2011. A referência a ex-presidenta argentina está marcada, também, pelo pronome de objeto direto "la" ("**la** votan").

Estabelecida a polarização há ainda a demanda pela injustiça da relação entre o "nós" e o "eles", que recebem auxílios econômicos do governo ("les dan **planes** [sociales]") e uma quantidade indeterminada de coisas, como indica a expressão "y la mar en coche", segundo a qual se deixa aberta uma sequência de elementos que o enunciador não quer explicitar, porém supõe conhecida pelo interlocutor por informação contextual prévia[276]. Nessa articulação discursiva, há a denúncia de um pacto espúrio entre "eles" que "**a** votan", e CFK, que em troca lhes entrega benesses de toda índole ("la mar em coche"). Essa denúncia significa um ataque à imagem dos eleitores da ex-presidenta que votariam dessa forma não por convicções políticas, como corresponde a uma democracia, senão por frio cálculo de interesses, por serem "comprados" por "planes" etc. E há um ataque à imagem da ex-presidenta, cuja legitimidade se vê contestada pela asseveração de ter se elegido por meio do mecanismo antirrepublicano da "compra de votos".

[276] Para Blas Arroyo (2010, p. 56), é recurso sintático que acentua a descortesia mediante uma forma de acumulação sintagmática, na qual o "último término actúa como colofón de una escala argumentativa compuesta por varios miembros".

Do outro lado da polarização, a autoatribuição do padecimento das consequências desse pacto se destaca no final do enunciado em que, após uma pergunta retórica desafiadora (CULPEPER, 2011, p. 212), "y ¿quién pone la plata?", que cria um suspense momentâneo e acrescenta dramatismo à resposta que será dada a seguir pelo próprio enunciatário, se explicita tanto a identificação do falante com o "nós" como a personalização da injustiça de quem suporta a injustiça: "**Nosotros**".

Em síntese:

CFK não é republicana porque compra os votos dos eleitores → **com nosso dinheiro**
Os eleitores de CFK não são cidadãos porque vendem o voto → e são pagos **com nosso dinheiro**

Igualmente, nos enunciados de manifestantes argentinos que finalizam esta série, existe uma explicitação do "nós" identificado pela qualidade do bairro de classe média e média alta em que moram, Barrio Norte (Ar-1d-3) e Recoleta (Ar-1d-4); e também das coisas que padecem, pelas quais demandam na rua. O advérbio "también" enuncia um "esquecimento" do governo daqueles que pertencem à classe média. Segundo expressa a manifestante portadora do cartaz, também tem fome, igual aos pobres. Assim, o enunciado (Ar-1d-3) deve ser entendido como "Embora moremos em um bairro abastado como Barrio Norte temos necessidades, portanto, o governo **também** deveria nos ajudar assim como o faz com aqueles que moram em bairros pobres".

Da mesma forma em (Ar-1d-4), em que outra participante da manifestação reclama não ter trabalho, apesar de morar em um bairro considerado de alto poder aquisitivo como Recoleta. Há nesse enunciado uma resposta às caracterizações pejorativas que fizeram dos manifestantes, como aconteceu nos enunciados (Br-1a-4) e (Br-1a-5) dos manifestantes brasileiros, no sentido de "eu estou aqui por um reclamo justo uma vez que estou sem emprego"[277]. Implicitamente, como no enunciado anterior, há um ataque à imagem do governo que não se preocupa com todos

[277] Na Argentina, desde 1983, a rua como *lócus* onde se desenvolvem as manifestações, esteve relacionada, mormente com demandas de trabalho, moradia e serviços públicos acessíveis ou com os reclamos pelo confisco da poupança acontecida em 2001. Quando os bairros mais abastados "ganharam a rua", muitos foram os questionamentos, como aconteceu no Brasil (PINHEIRO-MACHADO, 2019), acerca da futilidade das motivações de suas demandas.

como é esperado em uma democracia, senão somente com alguns, os pobres que votam no governo.

O último dos enunciados desta série, começa com um dativo de interesse "me" segundo o qual, embora o salário seja do filho da enunciatária, a ação injusta é padecida por ela. Há também um recurso hiperbólico, uma vez que o que o governo retira é uma parte proporcional do salário relativa aos impostos e não todo o salário, o qual é proibido pelo sistema legal[278]. E na finalidade dessa ação "confiscatória" segundo o enunciado, é que encontramos os ataques à imagem da ex-presidenta, que entrega esse dinheiro a quem não o merece, portanto, destinando de forma equivocada o dinheiro dos contribuintes, e um ataque à imagem de quem recebe os auxílios sociais, os quais são "vagos"[279] segundo a enunciadora. Esse ataque se realiza por meio do emprego do vocativo negativo personalizado (CULPEPER, 2011, p. 212) "vagos", e pela frase preposicional "de mierda", que acrescenta negatividade ao adjetivo "vagos", e pelo demonstrativo "esos" que não tem função dêitica senão de depreciativo que aumenta o insulto posterior[280].

Especial atenção merece a antítese, presente no enunciado (Ar-1d-5) (mulher, 50-60 anos), entre os termos "**trabajo**" [meu filho **trabalha** e por isso é merecedor do que tem] e "esos **vagos**" [que **não trabalham**]. Embora não seja explícito no enunciado se a enunciadora trabalha ou não, supre tal omissão a identificação com o filho que sim o faz, em um "nós" "**trabalhador**" que polariza com os "**vagos**"[281]. Dessa forma, fica estabelecida a dicotomia nulificadora entre um "eu/nós" ("**me** sacan" + "el salario de **mi** hijo") e um "eles" (sac**an** + dar**les** + **esos** + **vagos** + **de mierda**) que só pode se resolver, para que haja justiça, pela exclusão de um de seus termos, o "eles", por serem "vagos de mierda".

---

[278] Na Argentina, os impostos não podem superar 33% conforme jurisprudência pacífica da Corte Suprema de Justiça.

[279] Segundo o dicionário online da Real Academia Espanhola, vago é "1. adj. Holgazán, perezoso, poco trabajador. 2. adj. Dicho de una persona: Sin oficio y mal entretenida". Disponível em: <https://dle.rae.es/vago>. Acesso em: 23/01/2021.

[280] Em espanhol, quando os demonstrativos carecem de função dêitica, não há dúvida acerca da função depreciativa que podem ter quando estão pospostos ao substantivo (por exemplo: *El loco **ese***). Contudo, quando o demonstrativo pode ser substituído por um artigo, cremos que também pode ter a mesma função, como no enunciado em questão.

[281] Como explica Valeria Rodríguez Lamas (2008, p. 115) "Invocando al trabajo como fuente fecunda, la clase media extracta su antipatía, xenofobia, intransigencia y menosprecio a las necesidades de los sectores populares".

4.2.1 Conclusão parcial:

Ao longo destas páginas observamos as distintas formas em que os enunciadores foram construindo uma polarização dicotômica que, em maior ou menor medida, deslegitimam ou anulam um "outro" por eles construído/estabelecido por meio de uma identificação grupal exacerbada e, outras vezes, também por ataques direto às suas imagens empregando para isso descortesia de fustigação por refratariedade, ora contra CFK ou o PT, ora contra seus eleitores, ora contra os beneficiários imediatos de suas políticas sociais[282]. Também pudemos ver que das quatro estratégias de polarização ideológica apontadas por Van Dijk (2003) apenas duas foram empregadas nas enunciações: falar bem de "nós", como vítimas de uma situação injusta, e falar do mal "outro", a maioria das vezes de forma explícita.

Outro ponto a destacar é que, apesar das diferenças socioculturais dos manifestantes dos dois países, que se refletiu na forma em que os enunciados foram articulados, uma lógica comum, com certa amplitude, estava por trás de cada um deles traduzida em: uma necessidade de procurar vínculos intragrupais fortalecendo sua identificação; a preocupada busca pela legitimação de sua presença nas ruas e de suas demandas; e o sentimento de padecimento por falta de liberdade e de justiça, principalmente econômica. Com relação a essa última, alguns enunciados apontam à lógica "pra mim também", como nos casos dos enunciados (Ar-1d-5) e (Ar-1d-5), mas muitas vezes essa demanda se traduz em ataque às imagens dos menos favorecidos socialmente que eram ajudados pelo estado, como se isso não fosse "justo". Podemos entrever a ideia da "meritocracia" por trás desse entendimento, uma vez que, se somos todos iguais e, portanto, temos as mesmas oportunidades, é injusto "tirar de uns para dar a outros", tirar de "nós" para dar a "eles". Segundo explicam Prestifilippo e Seccia (2018), para quem enuncia conforme tal lógica "todos partem de condições iguais, e é somente a diferença na *performance* a que redunda em desigualdades de resultado". Ou seja:

> El meritócrata borra la facticidad de los distintos lugares de origen de los que parte el que apela a la cultura del trabajo –esencializando esas diferencias como diferencias de naturaleza–. […] Es el mérito personal el que explica, de forma considerada justa, las diferentes posiciones al interior de la estructura social. Así, no parece haber un conflicto inherente entre posiciones. No es una novedad

[282] Dissemos "beneficiários imediatos" porque as políticas sociais desenvolvidas no Brasil e na Argentina nesses governos beneficiaram de forma mediata, embora mais contundente, às classes médias ao "fazer girar a roda da economia" no que se conhece como inclusão pelo consumo (PINHEIRO-MACHADO, 2019).

> histórica la apelación al discurso meritocrático, pero sí resulta novedoso el plus de incriminación individual que se le adjudica a los otros por las posiciones que ocupan (sobre todo en lo referente a aquellas de menores recursos o status) (PRESTIFILIPPO; SECCIA, 2018, p. 120).

Todas essas injustiças econômicas foram sintetizadas simbolicamente, nas manifestações do Brasil, em um pato inflável gigante[283], que construído originariamente com o propósito de expressar a oposição da FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - à volta da CPMF, passou a identificar a oposição à cobrança de impostos e logo tornou-se um significante vazio que articulou diferentes significados, sempre com a ideia força de "não sermos nós quem pague o pato", acentuando o imaginário grupal da existência de um "nós", trabalhador, injustiçado pelo governo e seus eleitores "exploradores".

4.3 DESCORTESIA DE FUSTIGAÇÃO POR REFRATARIEDADE

Nesta categoria, analisamos os enunciados que atacam a imagem social do "outro" de forma direta e principal, mesmo que subsidiariamente isso também redunde em uma atitude afiliativa implícita em relação aos outros participantes da manifestação.

Recordamos que seguimos a Marlangeon e Cordisco que caracterizaram a descortesia por fustigação como

> comportamiento comunicativo que ataca, daña, denigra u ofende la imagen social del interlocutor; busca causarle un perjuicio o incide de manera negativa en el clima socio-emocional de la interacción. (MARLANGEON; CORDISCO, 2014, p. 147).

Vemos, segundo a definição, que a descortesia não se limita ao ataque à imagem pública do interlocutor, senão que se faz extensiva à incidência de maneira negativa no "clima socioemocional da interação", em outras palavras, contribui ao clima de ódio dessa comunidade de prática discursiva o lugar de circulação desses enunciados portadores de polarização dicotômica nulificadora.

[283] Em rigor de verdade, foram dois patos gigantes de 22 metros de altura, um exposto em Brasília e outro na sede da FIESP, na Av. Paulista, e milhares de patos de tamanhos menores distribuídos por todo o Brasil.

Nas manifestações destituintes que estudamos, tal comportamento refratário se articulou por meio de ataques à imagem originados por vários *implícitos comuns* (CHARAUDEAU, 2014, 60): motivos econômicos, ataques à honra subjetiva, ataques à honra com conotação sexual, alegação de serem governos comunistas ou totalitários e, finalmente, desejo de morte das ex-presidentas e/ou dos projetos políticos que representavam.

a) Fustigação por refratariedade: *clientelismo político* (2a)

Mediante este mecanismo se ataca de forma direta o grupo que os manifestantes alegam ser favorecido ilegitimamente pelos governos argentino e brasileiro. Um dos mecanismos empregados para tal efeito é a desqualificação da imagem mediante a reclamação ou crítica descortês (CULPEPER, 2011, p. 212) da existência de um suposto clientelismo político. Dessa forma, mesmo que "eles", os "comprados", também possam se manifestar em outros eventos a favor do governo[284], esse "outro", assim construído, não merece ser ouvido por carecer de vontade própria ao agir movido por um "choripán y planes sociales"[285] ou por um "sanduíche de mortadela[286] e bolsa família", como se aprecia nos seguintes depoimentos:

Argentina	Brasil
(Ar-2a-1) "**Es un clientelismo político** que por darles **un plan**, por darles **un colchón** por darles **plata** lo único que hace es formar gente que no piense para que la voten y poder tenernos a todos dominados". (V1-AR 5', 14")	(Br-2a-1) "Eles estão tentando impor um regime que não é o democrático. **Estão valorizando a classe pobre, multiplicando-a cada vez mais**. E isso para nós, como país, estamos no retrocesso. Só no governo Dilma acredito que nós temos

[284] Não foram poucas a mobilizações a favor do governo de Cristina Kirchner, entre as que destacamos a do dia de 17 de outubro de 2013 em apoio da ex-presidenta que estava tratando do câncer. No Brasil, destacamos a mobilização "contra o golpe" do dia 13 de março de 2015. Fontes: jornal Página 12, disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-231531-2013-10-18.html>; jornal BBC disponível em:< https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150313_protestos_paulista_cc_lgb> e Jornal BBC . Acessos em: 14/01/2021.

[285] Na Argentina, "choripán" é o nome dado a um sanduíche de linguiça (chori= chorizo + pan), e o vendedor de tal sanduiche é chamado de "choripanero". Ainda chegou a ser acunhado o apelido de "chori*planero*" para referir aos eleitores peronistas, justapondo as duas características atribuídas a eles: de serem supostamente levados às manifestações para comer "choripán" e a de votarem no governo em troca de "planes sociales".

[286] Antes das manifestações destituintes brasileiras, há registros da "adaptação" do termo "choripán", com o mesmo sentido pejorativo, para "pão com linguiça" que tentaram os opositores ao Partido dos Trabalhadores. Entretanto ficou muito restrito a um grupo reduzido e, em seu lugar, acunharam o famoso "pão com mortadela" e sua versão simplificada, "os mortadela". Assim, por exemplo, em 18/08/2015, um enunciador contrário ao PT, sob o codinome Tarzan, escreveu o seguinte comentário irônico em numa publicação em que se anunciava um ato em favor de Dilma e Lula no contexto da campanha presidencial de 2015: "Além desses baderneiros, também estão convocados PCC, CV. FV. Não esqueçam, além de **pão com linguiça** vai ter muita mas muita MANDIOCA, para matar a fome dos seguidores da dilma e lula". Disponível em: <https://fabiocampana.com.br/2015/08/18/pt-convocara-ato-em-favor-de-dilma-e-lula/>. Acesso em: 16/09/2017.

(Ar-2a-2) “La gente lo votó pero bueno, fue por el populismo. Escuchame, toda la plata que nos aumentan de impuestos a la clase media... Populismo, lo único que hacen es **darles planes sociales**, **planes de vivienda…**” (V3-AR 2’, 36”) (Ar-2a-3) “**Clientelismo político**, se compraron a todos los piqueteros... y aparece gente que es del conurbano que son hijos de extranjeros, **les dan casas, comida, colegio, ropa y hospital**!”. (V7-AR 8’, 51”) (Ar-2a-4) “Mi mucama recibió **un lote** a cambio del voto, así que no me digan el 54%” (V4-AR 5’, 17”) (Ar-2a-4) “**Que pare** con los **planes NO trabajar**”. (V6-AR 0’, 57”) (Ar-2a-5) “Estoy podrido de que mantenga a la gente **pagándole los planes**, las asignaciones…” (V6-AR 1’, 13”) (Ar-2a-6) “Flaco, ¡Clientelismo político! ¡**Les dan casa, comida, colegio, ropa y hospital**!” (V6-AR 1’, 21”)	retrocedido 20 anos de desenvolvimento democrático”. (V2-BR 1’, 04”) (Br-2a-2) “É a **bolsa família que está sustentando** essa gente. Muita pouca gente se beneficiou de alguma coisa. Mas não tem saúde, não tem escola, não tem nada. O que adiantou melhorar um pouco a vida dessa gente? Eu **sou totalmente contra a bolsa família**. No Ceará não tem mais mão de obra, 'tá todo mundo **deitado na rede recebendo o Bolsa Família**. Tem que acabar com isso”. (V4-BR 0’, 06”) (Br-2a-3) “Fora **bolsista**”. (insulto a uma mulher) (V7-BR 2’, 14”)

O elemento principal no enunciado (Ar-2a-1) é o entendimento/acusação de existir um comércio espúrio e antirrepublicano no qual as pessoas necessitadas votariam em troca de favorecimento econômico que, no enunciado, toma a forma “un plan” (auxílio econômico estatal), “un colchón” e “plata” (dinheiro). Trata-se de uma cadeia equivalencial aberta uma vez que a presença do artigo indefinido “**un** plan” implica que pode se referir a qualquer um dos auxílios do governo. O mesmo acontece com “darles plata” sem especificar o motivo, a quantidade nem as circunstâncias desse desembolso monetário. Quem troca seu voto ilegitimamente está nomeado por meio do sintagma “gente que no piense = [não pensantes]”, dos pronomes de objeto indireto de terceira pessoa do plural “les” em “dar**les** un plan [...] por dar**les** un colchón” e da desinência verbal “que la vote**n**”.

Por sua vez, quem fomenta essa troca está deiticamente assinalado pela desinência do verbo “hacer”, porém de forma indeterminada: “lo único que hac**e** [o clientelismo político] ou [o governo] ou [a ex-presidenta...]”. Entretanto, a presença no enunciado do pronome de objeto

direto feminino “la” (“**la** voten”) mais as circunstâncias do discurso, oposição manifesta a CFK, nos permitem inferir que a enunciadora, no verbo “hacer”, estava se referindo a ex-mandatária.

Outro ponto a destacar no enunciado é que essa troca constituiria uma injustiça contra quem não participa, uma vez que graças a ela, a ex-presidenta poderia “tener**nos a todos** [os que não participamos] dominados”. Se a enunciadora quis incluir nesse “todos” aos pobres que trocariam seus votos à custa de serem também dominados, há um novo ataque a suas imagens públicas já que atuariam em contra de seus próprios interesses sem entender as consequências de seus atos, o qual reforça o anterior ataque ao considerar que eles “não pensam”.

Além da descortesia por refratariedade aos pobres (não pensam e não têm a suficiente inteligência para perceber que vender seus votos é contrário aos interesses da sociedade, inclusive os deles), há também descortesia contra Cristina Kirchner e o seu governo porque “**lo único** que hace” é criar um esquema antirrepublicano de poder (ou, quanto menos, se aproveitar dele) cuja finalidade se reduziria a dominar todo mundo. Isso contrasta com os anseios de imagem de numa democracia republicana, onde os eleitores elegem seus governantes racionalmente por convicções político-ideológicas e os governantes governam respeitando a esfera de liberdade de todos e não os “mantêm dominados”.

No enunciado (Br-2a-1), também encontramos uma caracterização do governo do PT como “não democrático”, igual ao enunciado anterior, e elementos que caracterizam uma ideologia política libertarianista cujo *leitmotiv* é a luta contra o “populismo”, muito difundida nos países latino-americanos a ponto que, na manifestação da Av. Paulista do dia 12 de abril de 2012[287], a guatemalteca Glória Alvarez[288] discursou em espanhol (ANEXO H). De fato, o enunciador (homem, branco, 50-60 anos), emprega o verbo multiplicar “valorizando a classe pobre, **multiplicando**-a cada vez mais” que é o mesmo do chavão de efeito da Gloria: “O

[287] Fonte: Revista *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/12-de-abril-gloria-alvarez-discursa-na-paulista/>. Acesso em: 07/02/2020.

[288] Gloria Álvarez ganhou notoriedade em América Latina e Espanha denunciando o “populismo” do presidente venezuelano, Hugo Chávez, do Brasileiro Inácio “Lula” da Silva, do boliviano Evo Morales, dos argentinos Néstor e Cristina Kirchner,do equatoriano Rafael Correa etc. que teriam seus antecedentes históricos em presidentes “populistas” com Juan Domingo Perón, na Argentina, e Getúlio Vargas, no Brasil, entre outros. Em sua visita ao Brasil em 2015, além da participação nas manifestações, ministrou uma palestra em Porto Alegre (RS) na Pontifícia Universidade Católica, e participou em programas de televisão como “Roda Viva” da TV Cultura, “The Noite” do apresentador Danilo Gentili, entre outros.

populismo ama tanto os pobres que **os multiplica**"[289]. Há um paralelismo nessa lógica discursiva que nos faz entrever uma intertextualidade:

Gloria Álvarez:	O populismo	ama os pobres	**por isso** os multiplica
Enunciador (Br-2a-1)	[eles, governantes populistas] estão	valorizando a classe pobre	**[por isso]** (estão) multiplica-a

Tal processo, na ótica do enunciador, vai *in crescendo* sem solução de continuidade, como expressa a locução adverbial "multiplicando-a **cada vez mais**". Em consequência, nessa articulação discursiva, o "populismo" degrada a qualidade da democracia e a faz retroceder: "e isso, para nós, como país, estamos no **retrocesso**". Há nessa parte do enunciado uma polarização entre um "nós" ("**nós**, como país [...] est**amos**") e um "eles" integrado pelo governo, que antidemocraticamente "valoriza a classe pobre", e pela classe pobre que é cúmplice desse "pacto" que corromperia a república.

A ideia de retrocesso se reforça com uma forte opinião pessoal do enunciador (retroceder 20 anos no desenvolvimento democrático), amenizada pelo predicado doxástico (HAVERKATE, 1994) "**acredito que** nos temos...". Há um novo movimento retórico em torno da construção da polarização entre um "nós" que se apropria da nacionalidade com o emprego do pronome "nós" e a desinência do verbo "ter" ("**nós** [o país] te**mos** retrocedido), ou seja, "nós como país" + "nós [preocupados com a democracia]", e um "eles" [Partido dos Trabalhadores e seus votantes] que não se importam com o país e, **portanto**, fazem retroceder a democracia. Essa lógica discursivo-identitária permite-nos desvendar o sentido do "ser patriota" que percorria as subjetividades de grande parte dos participantes dessa comunidade condicionada de prática, articulada por uma luta contra a corrupção, o comunismo, o Foro de São Paulo e uma estética verde-amarela que, logo, até ganhou dança própria[290].

[289] Fonte: Revista *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/gloria-alvarez-um-discurso-com-tudo-no-lugar-certo/>. Acesso em: 15/10/2020.

[290] Estamos nos referindo à dança "Seja Patriota", composta pelo publicitário Diego Rebouças, porta-voz da banda "Consciência Patriótica", que foi cantada e coreografada na maioria das manifestações destituintes. Fonte: portal BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160311_danca_impeachment_rb>. Acesso em 15/11/2020. A letra da "dançinha do impeachment" como ficou conhecida, destaca os elementos da apropriação da nacionalidade e a polarização com o PT: "Seja **patriota**, vem lutar por **tua nação**, **Patriota verdadeiro** vem pra

Embora não esteja presente de forma tão destacada o elemento nacionalista nas manifestações na Argentina como esteve no Brasil, o "populismo" também era uma prática política denunciada como "nefasta" pelos manifestantes, como acontece no enunciado (Ar-2a-2) em que, ante a pergunta do repórter (considerado pelos manifestantes como afim ao governo)[291] acerca do porquê Cristina Kirchner tinha sido eleita com 54% dos votos meses antes, o jovem (branco, 20-30 anos) não duvida em dar uma resposta contundente: "La gente lo votó [no governo], pero bueno, **fue por el populismo**". Há uma estratégia de concessão retórica, "lo votó **pero**...", pela qual concede ao repórter uma "parte de razão" que mitiga a contundência da afirmação seguinte, que sabe que irá ameaçar a imagem do repórter, do governo e dos votantes peronistas: "fue por el populismo". Charaudeau (2104, p. 218-219) denomina essa estratégia discursiva de concessão restritiva e explica que, no discurso político, serve para que o enunciador consiga "obtemperar a seu adversário para melhor justificar o que quer propor". Tal preocupação com a mitigação dos efeitos pelo ataque à imagem social do repórter foi reforçada por duas estratégias linguísticas de atenuação: a primeira, por meio de uma forma apelativa de estabelecimento de contacto com o verbo "escuchar" na forma imperativa de tratamento coloquial "[vos] escuchame," no intuito de procurar uma aproximação social; e a segunda esboçada por meio da justificativa a afirmação anterior ("fue por el populismo") que tenta reparar os danos à imagem que possam ter ocasionado. Na justificativa, o EU do enunciador se integra em um "nós inclusivo", que padece os aumentos de impostos, através de elementos linguísticos que marcam a identificação ("**nos** aumentan [...] **a la clase media**"). O sacrifício realizado pelo "nós", da classe média, é referido com destaque em "**toda** la plata", cujo efeito é quantificar o dinheiro que é cobrado dessa categoria social com a qual o enunciador se identifica discursivamente. Desse modo,"**toda** la plata" poderia ser substituído por "**a grande quantidade de** dinheiro". Com a integração interpretativa desses três elementos, o populismo + o objeto da demanda "Toda la plata de impuestos" + a identificação com um "nós", ou seja, o aumento de impostos que **"eles" realizam** e "nós [la clase media]" suportamos, podemos sintetizar o regime de coerência discursiva da seguinte forma:

---

manifestação! Veste verde e amarelo com determinação, pra livrar **nosso país** dessa corrupção. **Grita forte brasileiro** ê,ê,ê, **Fora Dilma! Fora Lula! Fora PT!**"

[291] Trata-se do repórter Antonio Marioni ao qual nos referimos anteriormente.

O povo [os pobres] vota →	em governos populistas →	que tiram o dinheiro do "nós, da classe média"→	para distribuir em forma de bolsas

Por fim, o enunciador completa a ideia-força de sua expressão com uma síntese: "Populismo, **lo único** que hacen [os que governam] es darles planes sociales, planes de vivienda…". Percebemos que o jovem enunciador emprega a mesma forma que a jovem do enunciado (Ar-2a-1), só há uma mudança quanto à forma de se referir ao governo:

"Lo único que hac**e** [a presidenta]" (Ar-2a-1) = "Lo único que hac**en** [os governantes]" (Ar-2a-2)

Dessa forma, segundo os enunciadores, o governo "populista" só faz isso, dar a eles, os necessitados ("dar**les**") auxílios econômicos em forma de planos sociais, de moradia (o PRO.CRE.AR, antes mencionado) e uma série de outras "prebendas", como sugerem as reticências do enunciado (Ar-2a-2), o qual constitui descortesia fustigadora (MARLANGEON, 2005) pois ataca a imagem pública mediante afirmações negativas personalizadas (CULPEPER, 2011, p. 212) de serem governantes que só atendem um determinado setor da população negligenciando o resto.

Dentro de uma lógica de construção discursiva semelhante, no enunciado (Ar-2a-3), a manifestante (50-60 anos) demandava a renúncia de Cristina Kirchner e, ao ser questionada por um jovem com o argumento de que a ex-presidenta acabava se ser eleita com 54% dos votos, contestou prontamente o argumento do jovem por meio de uma sinédoque generalizante (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 269), conforme a qual sua empregada doméstica ("Mi mucama") é tomada como o conjunto dos votantes de CFK no ano anterior. Como, segundo a enunciadora, sua empregada "vendeu" o voto em troca de um terreno, ela faz extensiva, por associação, essa circunstância a todos os eleitores que conformaram a maioria de 54%.

"Mi mucama	recibió un lote a cambio del voto	**así que**	no me digan el 54%."
↓	↓	↓	↓
Quem [como minha empregada] votou em CFK	trocou o voto por um auxílio estatal	**portanto**	não reconheço/reconhecemos a legitimidade dessa maioria

No final do enunciado, após conceder que a ex-presidenta tinha sido eleito com ampla maioria, por meio de uma conjunção adversativa a enunciadora expressa seu descrédito acerca do critério de maioria numérica da democracia representativa, uma vez que não a aceita ("**no me digan** el 54%") e demanda o acréscimo de um elemento do domínio do ético, ou seja, que esteja de acordo com o que "devem ser os comportamentos humanos diante de uma moral externa" (CHARAUDEAU, 2014, p. 232), que podemos inferir, nessa articulação discursiva, que seja o de os eleitores "não serem comprados" com auxílios do estado, embora a ajuda aos necessitados seja uma autêntica preocupação dos governos mundo afora depois do período pós-Segunda Guerra Mundial.

No próximo enunciado que analisaremos (Ar-2a-3), uma mulher (50-60 anos) explica a um falso repórter[292] o porquê dos votos que elegeram a ex-presidente. Primeiramente, a enunciadora emprega uma estratégia de aproximação social com o repórter mediante a fórmula de tratamento de extrema coloquialidade, na variante rioplatense do espanhol, "Flaco" e logo, em tom categórico, expressa sua opinião: "Flaco, ¡clientelismo político!", coincidente com o enunciado (Ar-2a-1). Seguidamente, tenta "dar provas" de sua asseveração para convencer o interlocutor por meio da acumulação de argumentos (CHARAUDEAU, 2104, p. 241): "se compraron a todos los piqueteros[293]" + "y aparece gente que es del conurbano que son hijos de extranjeros [que **los** votan (votam nos governantes)] + [porque] **¡les dan casas, comida, colegio, ropa y hospital**!". Novamente, a noção mercantilizada da democracia segundo a qual quaisquer iniciativas do governo no sentido de favorecer um setor da população socialmente postergada são vistas como simples transações comerciais entre pobres e "governantes populistas" em detrimento de um "nós" que sustenta economicamente essa prática demagógica.

Dessa forma, clientelismo político pode ser resumido na seguinte fórmula:

Clientelismo político = [o governo] compra piqueteros (e os pobres representados por eles) + [também compra] os votos dos filhos dos imigrantes → [pagando com] com alimentação, moradia, educação, casas, colégios, vestimenta → [que obtém] com o esforço de "nós" da classe media.

[292] Como os manifestantes se negavam a falar com os meios de comunicação estatais, e até os agrediram com violência física, o Programa da TV Pública "678" decidiu enviar um repórter com os emblemas da cadeia estadunidense de notícias CNN.

[293] "Piqueteros", como vimos anteriormente, é uma denominação genérica para vários tipos de dirigentes sociais que atuam, principalmente, nos bairros necessitados.

A escolha do verbo "comprar" empregada para os piqueteros, além de implicar um ataque à imagem do governo (governo comprador), também mira na imagem dos dirigentes sociais que se teriam se "vendido" ao governo[294]. Entretanto, piqueteros também é uma sinédoque de "pobres", como se explicita na continuação do enunciado na qual aparecem traços da xenofobia dos cidadãos dos bairros abastados da cidade de Buenos Aires: "aparece gente que es del conurbano", ou seja, da Grande Buenos Aires, região que concentra os setores industriais e que é vista como a parte "incivilizada" da Argentina por esse setor social. Mas a enunciadora continua com a caracterização xenófoba ao precisar que "son hijos de extranjeros", porém, conforme o contexto discursivo dessa *comunidade condicionada de fala*, inferimos que se refere aos imigrantes de países limítrofes como Paraguai, Peru e Bolívia, o qual, aliás, implica uma reconfiguração *sui generis* da prática racializadora de construção da "outredade" (REGUILLO, 2013). E esses imigrantes, segundo a representação sócio-discursiva da enunciadora, têm filhos que votariam no governo populista em troca de alimentação, moradia, educação, vestimenta e saúde[295], ou seja, aquelas coisas que qualquer imigrante esperaria receber do país que o acolhe, como acontecera, em maior ou menos medida, na Argentina entre 1858 e 1954. Dessa forma, o enunciado instaura uma polarização entre a classe média "autenticamente argentina", patrícia ou por descendência "imemorial" (com a qual a enunciadora se identifica), residente nos bairros tradicionais da cidade de Buenos Aires, que sustentaria o outro pólo dicotômico, composto pelos pobres ("piqueteros") e os filhos de imigrantes "novos" [pobres, oriundos dos países limítrofes], residentes no "conurbano bonaerense"[296], que "venderiam" seus votos. Todavia, essa xenofobia está interpenetrada pelo racismo[297] ancorado no mito da "Argentina branca e europeia"[298],

[294] Tal afirmação ilustra o quebre da frágil "parceria" de 2001 entre classe média "cacerolera" e os piqueteros sob o lema "Piquete y cacerola, la lucha es uma sola" (GORDILLO, 2011) que vimos anteriormente.

[295] A crença da enunciadora contrasta com os dados oficiais da ANSES (Administración Nacional de Seguridad Social), segundo os quais o percentual de estrangeiros contemplados pelos diferentes auxílios económicos denominados "asignaciones" apenas chega ao 1,36% do total de beneficiários contemplados (URDINEZ, 2019b). Em 2019, 26% dos argentinos ainda acreditava nesse mito (URDINEZ, 2019a).

[296] *Grosso modo*, o Conurbano Bonaerense, ou Grande Buenos Aires, é um conjunto de 24 municípios (partidos) no qual residem 10.894.664 de habitantes, o que representa 25% da população argentina e 64% da província de Buenos Aires. Como explica Viviane Marinelli 92020), "a partir de la década de 1960 […] tuvo un desarrollo territorial y consolidación […] basado en la migración interna y de países limítrofes (Paraguay, Bolivia y Perú)".

[297] Para os fins desta pesquisa, consideramos o racismo como uma prática social de exclusão do "outro" por motivos culturais, fenotípicos ou de procedência. Em consequência, a xenofobia é uma forma sintomática do racismo que consiste na exclusão por motivos de procedência de regiões ou de países considerados pobres e culturalmente menosprezados. Muitas vezes, como explica Grimson (2013, p. 96), em certos contextos os argentinos consideram "os 'negros' e os pobres como bolivianos". Desse modo, segundo o autor (2013, p. 97), "os excluídos são estrangerizados".

instalado pelas lógicas hegemônicas dos pensadores de fins do século XIX, principalmente depois da denominada "Campanha do Deserto" na qual foram exterminados e desapropriados de seus territórios os povos originários da Patagônia argentina, como explicam Ezequiel Eduardo Ipar e Diego Martín Giller (2016, p. 262):

> En términos económicos, aquel aciago ejercicio de exterminio de la otredad radical personificada en el sujeto indígena fue posible por la oleada inmigratoria que venía a posibilitar su sustitución como fuerza de trabajo potencial y la constitución de una "nación blanca para el desierto argentino". La "comunidad imaginada" argentina lleva la marca indeleble de este racismo de exclusión. Luego del exterminio de la gran mayoría de los indígenas "incivilizados", el objeto del racismo pasará a ser el migrante que viene desde los límites de la pobreza. Con el tiempo, ese lugar lo ocuparan de diferentes modos migrantes de los países limítrofes y los habitantes de las provincias del norte (pobre), quienes para la representación racista se transforman en poblaciones que cruzan las fronteras políticas para amenazar las fronteras culturales de la argentinidad blanca y europea imaginada por las clases dominantes.

Em vista disso, entende-se a representação social por trás da polarização entre a classe média, filha de anteriores imigrações européias, e esses filhos dos "novos" imigrantes, uma vez que o sentido que instaura tal remissão ao passado "via herança" supõe também a herança da cultura do trabalho daqueles imigrantes. Por conseguinte, segundo essa lógica articulatória, aqueles que não puderem "alegar uma origem europeia tampouco possuem nem possuirão essas virtudes do trabalho e do esforço" (PRESTIFILLIPO; SECCIA, 2017, p. 118).

Tal dicotomia assim criada, além de deslegitimar o governo e seus eleitores, também deixa aparecer outras relações de poder porque, como explicam os autores antes citados, essa relação "nós" x "eles" estabelecida em apelo à cultura do trabalho ("nós temos o que outros não têm") constata uma "desigualdade inicial que justifica uma desigualdade de resultado: as posições subordinadas e menosprezadas que ocupa o Outro social". Portanto, se o "outro" tem conquistas, elas são ilegítimas, ou foram conseguidas à custa de esse nós que "detenta as virtudes e sacrifícios do trabalho" (PRESTIFILLIPO; SECCIA, 2017, p. 118).

---

[298] Grimson (2013) estima que esse seja talvez "o mito pai de todos os mitos nacionais" argentinos que apresenta três problemas: 1) a figura do imigrante europeu idealizado, "trabalhador, que enviava seus filhos estudar para o progresso do páis" é fruto de uma idealização de um país que não existiu; 2) em consequência, os problemas reais desse país ideal foram invisibilizados; e 3) a identificação se dá com uma Europa também idealizada.

No enunciado (Br-2a-2), na sua primeira parte a participante da manifestação (60-70 anos) na cidade do Rio de Janeiro, ensaia uma explicação dos problemas das pessoas necessitadas no Brasil ("É a bolsa família que está sustentando essa gente [**do contrário** não teriam como sobreviver]") e reconhece que o auxílio econômico poderia não ser suficiente para todos ("**Muita pouca gente** se beneficiou de alguma coisa"), reconhecimento intensificado pelo emprego do advérbio "muita" (sic) que antecede o pronome indefinido adjetivo "pouca". E, ainda, parece sugerir que haveria que complementar tal ajuda com a facilitação do acesso a outros serviços públicos, como à educação e a saúde ("Mas não tem saúde, não tem escola"), além de outros serviços básicos (moradia, transporte etc.), implícitos no "não tem nada [indispensável para suprir as necessidades vitais do ser humano]". No entanto, a linha argumentativa dá uma virada significativa por meio de uma pergunta retórica: "O que adiantou melhorar um pouco a vida dessa gente?". Tal questionamento faz cair por terra o argumento anterior já que, segundo essa linha de raciocínio, afinal, se não puder ter **educação** e **saúde** melhor é que não tenham nada[299]. Isso está em consonância com a ideia da meritocracia, da igualdade de oportunidades resumida no ditado "não tem que dar peixe, tem que ensinar a pescar"[300]. Dessarte, não adiantaria ("o que adiantou?") o governo auxiliar econômicamente "essa gente" para conseguirem superar a condição de pobreza extrema ("melhorar um pouco a vida") se não der educação e saúde, sem as quais "não tem nada". Por tais motivos, a enunciadora expressa sua oposição ao auxílio estatal, intensificado pelo advérbio: "Eu sou **totalmente** contra a bolsa família". E justifica seu posicionamento com um novo argumento que coloca o problema longe do Rio de Janeiro, estado no qual se encontra manifestando (que inferimos que seja o mesmo em que mora), no Ceará. Segundo ela, nesse estado do nordeste brasileiro "não tem **mais** mão de obra [disposta a trabalhar]" e isso seria, pela forma afirmativa em que articula seu enunciado procurando sua

[299] Segundo a consultora em comunicações do Banco Interamericano de Desenvolvimento Patrícia Fortunato (2014), é um mito que o programa Bolsa Família seja "como jogar dinheiro fora" porque "os impactos de programas de transferência de renda vão muito além dos econômicos". E cita, entre os "efeitos-colaterais positivos do programa", a melhora no desemplenho escolar dos beneficiários. Sem contar com os efeitos estritamente econômicos que aponta Fortunato: "De acordo com estudo do Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (Ipea), cada R$ 1 gasto com o Bolsa Família adiciona R$ 1,78 ao Produto Interno Bruto (PIB). Ainda, segundo o Ipea, o programa tem um custo baixo (0,4% do PIB), mas um grande efeito multiplicador sobre a economia".

[300] Segundo a socióloga Maria Victoria Benevides, o Bolsa Família teve um caráter assistencialista, porém, como militante defensora dos direitos humanos, "afirma-se angustiada com a história de que 'não tem que dar peixe, tem que ensinar a pescar'" uma vez que, em tese, tal teroia está certa mas, se seus filhos estivessem passando fome, ela preferiria receber o peixe. "A partir do estado ou a sociedade solidária é responsável para haver também os meios para uma vida com um mínimo de dignidade, o que inclui pequeno opoio para minorar a pobreza brasileira" (RUSCHEINSKY, 2010, p. 332)

objetividade, uma constatação de um estado de coisas (CHARAUDEAU, 2014, p. 91). Destacamos o emprego do advérbio "mais" porque sugere que antes do Plano Bolsa Família teria "mão de obra [pessoas dispostas a trabalhar]", mas "acabou" **porque** "tá todo mundo deitado na rede" **por causa** do "Bolsa Família" que recebem, **portanto,** "tem que acabar com isso". Há uma oposição entre as locuções verbais "estar deitado", formada pelo verbo *estar* + particípio, que indica uma situação estática, e "estar recebendo" ("**tá** todo mundo **recebendo**"), com o verbo *estar* + gerúndio, que indica um processo em curso. Desse modo, a enunciadora indica que, perante um *não fazer*, está se desenvolvendo uma atividade incessante que não tem fim [o receber]. Por tal motivo a falante finaliza com um juízo peremptório: "**tem que acabar** com isso", pôr um fim, em que "com isso" pode se referir tanto ao Bolsa Família quanto ao receber dinheiro do estado "por estar deitado na rede" sem trabalhar[301].

Por fim, merece destaque o emprego da hipérbole "**todo mundo** [está deitado, recebendo...]", como se todos os moradores desse estado estivessem em tal atitude. Tanto o emprego, com finalidade de desqualificar, dessa generalização quanto o uso da hipérbole, nesse contexto discursivo, nos anima a pensar que Ceará também poderia estar empregado como metonímia dos estados nordestinos devido a grande polarização entre essa região brasileira com o resto do país (principalmente com os estados do sul e sudeste) por causa da preferência eleitoral dos nordestinos pelo Partido dos Trabalhadores e, em especial, pelo apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, oriundo daquela região. Desse modo, se a enunciadora argentina em (Ar-2a-5) se identificava em um "nós", descendentes de imigrantes europeus, portanto, herdeira de uma cultura do trabalho e o esforço, que estabelecia uma polarização nulificadora com um "eles", os filhos dos imigrantes de países limítrofes sem essas características herdadas, residentes na região da Grande Buenos Aires, a enunciadora do Rio o faz com os nordestinos por não fazerem nada ("tá todo mundo **deitado na rede**") e receberem auxílio econômico estatal ("**tá** todo mundo **recebendo o Bolsa Família**"). E em ambos os enunciados está implícita a ideia de que é a classe com a qual as enunciadoras se identificam que estaria sustentando esse sistema político injusto. Trata-se de uma mesma forma de discriminação racializadora, cujo fundamento é uma

[301] Esse é outro dos mitos apontados por Fortunato (2014), "Quem recebe o Bolsa Família se acomoda e não trabalha", desmentido pelos fatos já que "75,4% daqueles que recebem o Bolsa Família trabalham. Para muitos, o programa representa uma ajuda extra, a garantia de uma dieta melhor, a compra de produtos básicos que antes não eram acessíveis. Além disso, mais de 1,7 milhão de famílias já abriram mão do benefício desde que ele foi criado. Estudos sugerem ainda que o programa estimula o empreendedorismo".

diferenciação de localização do "outro", interior no Brasil e exterior no caso argentino, com o mesmo efeito de polarização, segregação e finalidade de controle social.

A parte final do enunciado (Br-2a-2), "tem que acabar com isso", coincide em grande parte com o expresso pela enunciadora da cidade de Buenos Aires (50-60 anos) no enunciado (Ar-2a-4), embora nele seja empregada uma fórmula que explicita o destinatário por meio da desinência verbal "Que par**e** [a presidenta/o governo] com [la entrega de] los planes no trabajar[302]". Desse modo, a descortesia de fustigação (MARLANGEON, 2005) se configura tanto pelo imperativo rude ("Que pare") (CULPEPER, 2011, p. 212) quanto pela forma de caracterizar negativamente os planos como "NO trabajar[303]" (não trabalhar), que denuncia que os beneficiários receberiam os benefícios do estado e não fariam nada para merecê-los, como no enunciado anterior. Novamente se emprega o "humor" para configurar um *ethos* de "ingeniosidade" e assegurar a cumplicidade com o enunciatário e, consequenetemente, seu efeito multiplicador (CHARAUDEAU, 2018).

Os dois enunciados restantes desta série, de um manifestante argentino e outro brasileiro, ambos de aproximadamente 40-50 anos de idade, somente contêm ataques às imagens sociais das pessoas necessitadas de forma direta, e dos governos, em forma indireta, sem se referir ao "populismo" ou outra ideologia de deslegitimação do governo, como acontesse na próxima série de enunciados que analisaremos. Contudo, conforme as representações sociais dos enunciadores, esse caráter perspassa os discursos. Em consequência, em (Ar-2a-5), o falante expressa sua insatisfação com os auxílios econômicos estatais que ele identifica como "los planes [sociais], las asignaciones..." e deixa a sequência de benefícios aberta, indicando que existem mais, por meio de uma pausa que nós graficamos com reticências. E para exteriorizar tal insatisfação emprega uma fórmula coloquial que sugere um cansaço superlativo "**Estoy podrido** de que mantengan [os governantes]". Nessa demonstração de contrariedade se estabelece a polarização entre um "nós", trabalhador e, portanto, autossuficiente economicamente, e um "eles" que seriam os

[302] O "Plan Trabajar" foi implantado em 1996 pelo governo de Carlos Saúl Menem para auxiliar aos milhares de trabalhadores de empresas do estado que, da noite para o dia, ficaram desempregados a causa das privatizações e a política de ajuste fiscal que levou ao fechamento definitivo de muitíssimas delas. Vigorou até 2001, ano em que foi substituído por outros de maior abrangência. Contudo, mais de 10 anos depois, ainda era sentido comum na classe média argentina como se evidencia no enunciado.

[303] Nesse gracejo, supostamente ingenioso, construído por uma negação, ou pela troca de algumas letras, de termos paronímicos ("plan descansar" por "plan trabajar"), há uma forma sutil e insidiosa de propagação do discurso de ódio pela cumplicidade que o humor suscita entre quem comparte esses enunciados (CHARAUDEAU, 2018).

“mantenidos” pelo governo. E coloca o foco de seu descontento no pagamento dos “planes”, designação genérica coincidente com os outros enunciados, e acrescenta as “**asignaciones**”[304]. O fato de destacar as “asignaciones” como motivo de sua enervação revela sua adesão ao mito segundo o qual “os pobres têm filhos para não trabalhar”, muito difundido na época pelas redes sociais, como vimos anteriormente na “piada” da reprodução das minhocas[305]. Mas também deixa transparecer um inconformismo, de viés tradicionalista e patriarcal, já que as beneficiárias diretas das “asignaçãoes” majoritariamente são mulheres[306], o que diminui o papel tradicional do “homem provedor da casa” e constitui o motivo de sua “demanda” no enunciado.

Finalmente, destacamos nesse enunciado o emprego do verbo “mantener” porque remete à figura do “mantenido”[307], ou seja, quem vive à custa de outra pessoa. Em muitos âmbitos sociais equivale a um insulto, como parasita, por isso implica um ataque à imagem pública dos mais necessitados (“la gente”).

No mesmo sentido insultante, a palavra “bolsista” é empregada no enunciado (Br-2a-3), em que um homem aos gritos emprega um imperativo rude (CULPEPER, 2011, p. 212) com uma pessoa que defendia a presidenta Dilma Rousseff. Nessa articulação discursiva, “bolsista” torna-se um significante vazio que é preenchido pelos manifestantes com conteúdos negativos, tais como, vagabundo, preguiçoso, arteiro etc. Como explicam Prestifillipo e Seccia (2017, p. 118), “esa falta de cultura del trabajo en el Otro que se expresa paradigmáticamente en su disposición a la “vagancia” se acerca a lo innato y, por tanto, tiende al desprecio”. Em consequência, o enunciador quer tomar distância de quem pensa ser bolsista e o expressa mediante a interjeição de afastamento “**Fora** [daqui/vai embora] bolsista!”. Estabelece-se, implicitamente, uma polarização

---

[304] Criadas pela lei N.º 24.714, trata-se, segundo a página do ANSES (Administración Nacional de Seguridad Social), de auxílios econômicos que visam à proteção integral da família. Eles são: Asignación Familiar por Prenatal, Asignación Familiar por Nacimiento y Adopción, Ayuda Escolar Anual, la Asignación por Embarazo para Protección Social, Asignación Familiar por Hijo, Asignación Familiar por matrimonio, Asignación Familiar por Maternidad, Asignación Universal por hijo e a Asignación Familiar por Cónyuge. Fonte: ANSES. Disponível em: <https://www.anses.gob.ar/asignaciones-familiares>. Acesso em: 19/01/2021.

[305] Segundo Urdinez (2019a), um estudo realizado por Voices! demonstra que esse mito ainda é muito presente na Argentina. Em 2019, quando foi realizado, 46% dos argentinos acreditavam que os pobres costumam ter mais filhos para “cobrar más planes sociales”.

[306] Segundo dados do ANSES, 97% das beneficiárias das asignações são mulheres, têm 1,7 filhos em promédio (52% um filho, 29% 2 filhos, 13% 3 filhos, 5% 4 filhos e apenas 2% 5 filhos), e 47,4% delas trabalha (URDINEZ, 2019b).

[307] Segundo o dicionário online da Real Academia Espanhola RAE, mantenido signfica: “1. m. y f. Persona que vive a expensas de su amante. 2. m y f. Perú. Persona adulta que vive del trabajo de otra”. Disponível em: <https://dle.rae.es/mantenido>. Acesso em: 20/01/2021.

dicotômica por meio da identificação do enunciador no pólo dos "trabalhadores" ao mesmo tempo em que, proferindo o que para ele constitui um grave insulto, coloca no pólo oposto quem não pensa como ele que, certamente, deve pensar de forma diferente devido a ser um "bolsista", ou seja, um "não trabalhador" comprado com dinheiro público[308].

Segundo Nora Merlin (2019, p. 276), no capitalismo as técnicas do marketing "desenham uma cultura organizada como uma empresa na qual se naturaliza e se fala de capital humano, se medem rendimentos", e se estabelecem objetivos como empresa. Isso explica que em grande parte das classes médias, argentina e brasileira, como percebemos nos enunciados, a produtividade tenha se tornado um dos parâmetros determinantes da construção identitária.

> Ser productivo implica generar plusvalor, posicionarse en cada campo con la promesa de resultados efectivos, engendrar, multiplicar, fabricar, desencadenar, suceder. Suceder: ser en la ocurrencia diaria, subjetivarse a través del trabajo, constituirse como persona. Pareciera que la productividad se ha convertido en un acto humanizante. Por ello, todo elemento que entorpece o dificulta la productividad cotidiana es leído como estocada a una de las glándulas humanas más basamentales: la autoestima, y atacado con exultantes verborragias que revelan la locuacidad condenatoria de una clase mediocéntrica. (RODÍGUEZ LAMAS, 2008, p. 115)

Por um lado, percebemos que, nos enunciados desta série, a identificação dos enunciadores foi realizada em um "nós" honesto e trabalhador, cujo comum denominador é a falta de compreensão da pobreza e de empatia com os necessitados[309], que reconhece antecedentes em vários mitos arraigados nas sociedades argentina e brasileira, como o de serem países "graneros del mundo"(GRIMSON, 2013, p. 199)/"celeiros do mundo", uma vez que, **se** "em se plantando tudo dá"[310], quem passa necessidades é por causa da sua falta de esforço[311].

---

[308] É importante destacar que, nesse contexto discursivo de polarização extrema, "planeros" e "bolsistas" são termos performativos da construção da "outredade" e segregação social, portanto, têm seu alcance restrito aos beneficiários de auxílios econômicos estatais concedidos às classes menos favorecidas, de natureza meramente assistencial. Por causa disso, estão excluídos dessas categorias os auxílios estatais aos estudantes de pós-graduação, aos industriais, aos produtores de bens exportáveis etc.

[309] Como explicam Prestifillipo e Seccia (2017, p. 119). "El Otro social, el pobre no es figurado desde una posición de vulnerabilidad, aparece, por el contrario, como usurpador, astuto: como el más fuerte".

[310] Junto com sua versão argentina: "tirás una semilla y crece un [alimento]", é um dos mitos muito arraigados nas sociedades do Brasil e Argentina, favorecidos pela sobrestimação da ideia de extensão desses países "onde cabe uma Europa", portanto, "sobra terra para quem quiser trabalhar", quando o problema atual, tanto no Brasil quanto na Argentina, é a violenta disputa pela terra causada pela expansão da fronteira agrária e o "auge do agronegócio". Tudo isso leva à ideia de que "não trabalha quem não quer" (que era um dos *slogans* oficiais da última ditadira Argentina).

Esses mitos que contribuem a essencializar a diferença ao colocar a cultura do trabalho como dirimente da polarização e pauta de construção da "outrededa" na qual "el locutor tiene disposiciones de las que carecen esos otros que, como parásitos, viven a expensas de otro o de lo que otro le da" (PRESTIFILLIPO; SECCIA, 2018, p. 119).

Por outro lado, tais diatribes dirigidas contra os necessitados e contra os governos e as políticas públicas que tentam minimizar os prejuízos dessa situação, significam uma descortesia que menospreza a imagem pública dos primeiros e infama a dos segundos, instaurando ou contribuindo com o clima discursivo que favorece o discurso de ódio.

b) Fustigação por refratariedade: *acusação ao governo de totalitarismo ou comunismo* (2b)

Nesta série de enunciados, tomamos a decisão metodológica de agrupar expressões que têm em comum o ataque às imagens dos governos kirchneristas e petistas mediante a afirmação negativa personalizada (CULPEPER, 2011, p. 212) de serem totalitários. Entretanto, há diferenças no grupo de enunciados das manifestações argentinas e brasileiras acerca das ideias-força em cada uma das comunidades discursivas.

Dessa forma, na Argentina os enunciados atacam à imagem pública do governo com a acusação de fascismo, tirania, não ser uma democracia e, principalmente, de ser uma ditadura.

Já no Brasil, os ataques também giram em torno à caracterização pejorativa de ser uma ditadura, mas acrescenta-se outro elemento: uma ditadura de esquerda ou comunista.

Sem pretender esgotar o tema, podemos realizar algumas considerações acerca do porquê da diferença segundo os diferentes sedimentos nos quais esses enunciados foram construídos. Em primeiro lugar, temos que destacar que a marca que a última ditadura militar argentina (1976-1983) deixou no tecido e subjetividade sociais argentinos, com o saldo lutuoso de trinta mil desaparecidos, é muito mais profunda que a deixada pela ditadura brasileira (1964-1986), apesar de esta última ter-se prolongado muito mais no tempo e ser mais recente. Também contribuiu o avivamento das lembranças daquela época aziaga já que, contemporaneamente às manifestações, na justiça argentina estavam sendo julgados e condenados os criminosos que levaram adiante

[311] Na Argentina, um dos insultos aos kirchneristas, carregados de preconceito de classe, é "agarrá la pala" (em tradução livre, pega na pá), ou sua versão reduzida "garrá la pala", dando a entender que eles não são afetos ao trabalho.

delitos de lesa-humanidade. Em consequência, asseverar que um governo é uma ditadura, no contexto sociodiscursivo argentino, é uma ofensa gravíssima. Em segundo, nas manifestações brasileiras participavam grupos que pediam "intervenção militar constitucional" e que reivindicavam o papel das Forças Armadas no golpe de 1964 por, segundo essa representação social, terem salvado o país do comunismo, a tal ponto que um dos cânticos mais entoado era "Nossa bandeira jamais será vermelha", como se entoava, também contra a esquerda, na Marcha Pela Família com Deus pela Liberdade em 1964 (PEREIRA, 2017).

Contudo, tal diferença não significa que não tenha havido enunciados que caracterizassem o governo de Cristina Kirchner como comunista, como nos enunciados (Ar-1c-11) e (Ar-2c-12), assim como tampouco faltaram expressões nas manifestações brasileira que assinalassem o caráter ditatorial do governo de Dilma Rousseff, como nos enunciados (Br-2c-1) e (Br-2c-2).

Argentina	Brasil
(Ar-2b-1) "Este gobierno **no es ni representativo, ni republicano, ni federal** que dice la Constitución Nacional en su artículo 1 que es la forma de gobierno que adopta la nación".	(Br-2b-1) "Eles estão intentando impor um **regime que não é o democrático**". (V2-BR 1' ,02")
	(Br-2d-2) "Lula **ditador disfarçado**". (cartaz)
(Ar-2b-2) "Esto no es una democracia, esto es ***una* tiranía oculta**". (V3-AR 4', 59")	(Br-2b-3) (cartaz-UOL) "DILMA: basta de apoiar **ditaduras** e financiar **terroristas**".
(Ar-2b-3) "**Los milicos no son nada al lado de esto**…"[…]". (V2-AR 3', 57")	(Br-2b-4) (reza) "[...] e não nos deixeis cair em tentação, mas livrai-nos do mal -**e do comunismo**!, amém" (V1-BR 0,37")
(Ar-2b-4) "[…] estamos hartos de los **fachos** del gobierno […] **Esto es facismo**" […]". (V2-AR 1', 14")	(Br-2b-5) "FORA **DITADURA SOCIALISTA**". (cartaz-UOL)
(Ar-2b-5) "Queremos que se vayan… **que sea un país democrático**".	(Br-2b-6) "Fora **comunismo**". (cartaz) (V1-BR 4', 33")
(Ar-2b-6) "Esto es una **dictadura**, no es una democracia". (V4-AR 0', 59")	(Br-2b-7) "Quero que o PT saia porque os amigos do PT são todos ***ditadores de esquerda*** querendo, 'tão enganando a população querendo implantar um regime **COMUNISTA** no Brasil [...]". (V2-BR 0', 25")
(Ar-2b-7) "¿**Esto no es una dictadura, acaso**? ¿**Esto no es una dictadura**?". (V3-AR 3', 31") mujer 50-60	(Br-2b-8) (cartaz) "**Comunismo** aqui não". (V7-BR 1', 20")
(Ar-2b-8) (cántico) "Se a acabar, **la dictadura de los K**" (V2-AR 1', 06") e (V4-AR 1', 32")	(Br-2b-9) "O Brasil é democrático e não **socialista/comunista**". (cartaz)
(Ar-2b-9) "Vine para que esta dictadura terrible de	

chorros, **subversivos y montoneros** hijos de puta! [...] es una **dictadura provinciana**, de mediocres. Los mediocres actúan así: **autoritariamente** […] **No es democracia**". (V3-AR 0', 37") (Ar-2b-10) "Quiere llevar esto a un **comunismo barato** y… ¡nada! ¡Un desastre! Vamos a terminar todos debajo de un puente". (V3-AR 4', 45") (Ar-2b-11) "NO **U.R.S.S.**" (cartaz) (V3-AR- 4', 45") (Ar-2b-12) "KKs **COMUNISTAS** / Queremos justicia independiente". (cartaz) (V7-AR 7', 05") (ANEXO L)	(Br-2b-10) "A organização internacional, FHC, Dilma Rousef, Lula, Fidel Castro, Puttin, **comunismo** é uma organização criminosa internacional". (V3-BR 0,06") (Br-2b-11) (cartaz – UOL) "Dilma + Lula + PT = **COMUNISMO** + CORRUPÇÃO". (Br-2b-12) "**Comunismo** é o império do mal. PT é a estrela da morte. Dias Toffoli é o advogado do diabo". (cartaz) (Br-2b-13) "Cadeia para o **chefe dos ratos vermelhos**". (cartaz)

Começamos a análise desta série com os enunciados (Ar-1b-1) e (Br-1b-1) que, por diferentes procedimentos linguísticos, apelam à noção de república democrática como ideal para denunciar que os governos estariam afastados ou se afastando dele.

Em (Ar-2b-1), o enunciador (homem, 60-70 anos) emprega o recurso sintático de acumular sintagmas para intensificar a descortesia (BLAS ARROYO, 2010) dando a impressão de tratar-se de muitos argumentos quando, em realidade, é somente um:

não é republicano + não é representativo + não é federal + é contrario ao que estabelece a constituição = **anticonstitucional**

Dessa forma, o que poderia ter sido expresso por meio de um argumento, cobra importância institucional. Destacamos o efeito da conjunção copulativa "ni"cuja repetição contribui para o efeito intensificador da descortesia.

Há também o recurso de apelar ao argumento de autoridade apelando ao que estipula a Constituição Nacional acerca de como deve ser o governo. Dessa forma, não sou eu que diz como ele deve ser (republicano, representativo e federal) é a Carta Magna, a Leis das Leis. Ainda temos que destacar, nesse enunciado prolixo, a referência ao artigo 1 da Constituição Argentina que põe em relevo que o governo não cumpre **nem sequer** o primeiro dos artigos **logo** certamente descumpre os outros (ou muitos outros).

O enunciado (Br-2b-1), proferido por um homem (50-60 anos) na manifestação da Av. Paulista, é bem mais atenuado, uma vez que apresenta o fato (a *não democracia*) como um evento tentado mas não acabado, em processo, mediante o uso da locução verbal com gerúndio "estão tentando". E há uma referência mais sutil ao governo por meio do pronome "eles" sem nomeá-lo explicitamente. Na afirmação negativa descortês (CULPEPER, 2011, p. 212). o emprego da litote "não é democrático", ao invés de fórmulas como antidemocrático, ou totalitário, que costumam acompanhar o termo "regime", também contribui para atenuar o tom asseverativo do ato de fala e apresentá-lo como uma simples descrição factual.

Os enunciados (Ar-2b-2) (mulher, 60-70 anos) e (Ar-2b-3) (mulher, 20-30 anos) são excelentes exemplos do que Tiburi (2015), Giorgi (2019) e Merlin (2019) apontam como falas repetitivas, e do efeito eco e caixa de ressonância que o discurso de ódio tem em determinadas comunidades discursivas. Assim sendo, estamos na presença de dois enunciados tautológicos quase especulares, proferidos por duas enunciadoras com uma grande diferença de idade entre elas:

"Esto **no** es una **democracia**, [**portanto/porque**] esto **es** una **tiranía** oculta"
"Esto **es** una **dictadura**, [**portanto/porque**] **no** es una **democracia**"

Em ambas as emissões, há um diagnóstico da conjuntura institucional pretensamente neutro ("no es uma democracia"), mas que configura um ataque à imagem do governo, e uma descortesía de fustigação por refratariedade à ex-presidenta, operada por meio de uma afronta descarnada: tirania e ditadura. Ainda com relação à acusação de ser uma tirania, tem o elemento "oculta" que, do nosso ponto de vista, nessa articulação discursiva, bem poderia ser entendida como um agravante no sentido de ser insidiosa, dissimulada, articulada desse modo para garantir sua eficácia antirrepublicana.

Com uma razão desqualificadora semelhante em (Br-2d-2), o enunciador se refere descortesmente ao ex-presidente brasileiro com um vocativo negativo personalizado (CULPEPER, 2011, p. 212), "ditador disfarçado", com o qual fere sua imagem pública por refratariedade. Tanto na expressão "tiranía oculta" como "ditador disfarçado", os enunciadores criam para si um *ethos* de inteligência além do normal uma vez que eles seriam capazes de enxergar o que para os outros permanece invísivel, ou seja, a opressão oculta.

No enunciado (Ar-2b-4), a manifestante (50-60 anos) emprega uma pergunta retórica para expressar o que, segundo seu ponto de vista, deveria ser uma evidência para todos, inclusive para o repórter que a entrevista. Nessa forma de enunciar, temos que salientar o emprego do advérbio "acaso" que reforça esse caráter autoevidente e serve de nexo para a repetição da interrogação retórica: "¿Esto no es una dictadura, [acaso]? ¿Esto no es una dictadura?".

Esse questionamento constitui, em primero lugar, um ataque à imagem de governo ao qualificá-lo de ditadura, mas também uma descortesia ao entrevistador por formular uma pergunta desafiadora (CULPEPER, 2011, p. 212), cuja resposta deveria ser conhecida por todos, principalmente por ele devido a sua função de informar, demonstrando uma clara intenção de atingir a imagem pública do profissional da imprensa.

Já em (Ar-2b-5), a enunciadora (60-70 anos), emprega uma comparação com a última ditadura militar na Argentina (1976-1983)[312] por meio da metonímia "los milicos". Nessa comparação, o governo militar anterior seria muito menos ditatorial ("no son nada al lado de") que o governo de CFK, ao que designa por meio do pronome demonstrativo indeterminado "esto" que, como aponta Giorgi (2019), muitas vezes tem caráter despectivo ao referir ao que não se tem vontade nem de nomear. Como explica Charaudeau (2014, p. 237), por meio da comparação o locutor *qualifica* ao focalizar as semelhanças ou dessemelhanças entre os elementos comparados, no caso do enunciado, o governo de CFK com a ditadura militar, e *quantifica,* ao estabelecer diferenças numéricas ou de grau de valoração, como acontece no enunciado. A descortesia, em consequência, opera tanto pela comparação quanto pelo resultado de ser ainda "pior" do que o regime com o qual ela foi estabelecida, resultando em uma fustigação e refratariedade intensificadas.

No enunciado (Ar-2b-6), o homem (50-60 anos) se identifica em um "nós", por meio da desinência verbal "esta**mos** hartos", que manifesta cansaço com os governantes, com quem estabelece uma polarização aos que qualificá-lo de fascistas ("fachos")[313], reforçado ao final do enunciado quando manifesta, categoricamente, "Esto es facismo" com o emprego de um

[312] A pesar de ter havido vários governos militares no século XX na Argentina (1930-1032, 1943-1945, 1955-1958, 1966-1973 e 1976-1983), quando se fala de "milicos" no contexto político, normalmente, por antonomásia, a referência é aos militares de Proceso de Reorganización Nacional.

[313] Aqui o enunciador emprega o adjetivo coloquial despectivo "facho" que significa fascista em Argentina, Uruguai e Chile. Fonte: Dicionário online da Real Acadamia Espanhola. Disponível em: <https://dle.rae.es/facho>. Acesso em 15/02/2021.

argumento tautológico: são “fachos” por isso é “fascismo”, e é “fascismo” porque são “fachos”. Há um ataque à imagem dos governantes aos que fustiga descortesmente com um calificativo que no contexto político-discursivo argentino tem conotações marcadamente negativas.

Em (Ar-2b-7), a fala do enunciador (30-40 anos) também aponta para uma identificação com um “nós”, indicado pela desinência verbal (“quere**mos** que...), que polariza com um “eles”, marcado pelo pronome reflexivo e a desinência verbal de terceira pessoa do plural (**se** vay**an**...). Podemos ver que os desejos do “nós” estão estruturados como se houvesse uma condição ineludível para a vida democrática, que é a saída dos governantes:

“Queremos que se vayan [os governantes]	[**porque**] queremos que sea um país democrático.
Se não forem embora	não pode haver democracia no país.

Enunciados articulados nessa lógica, além de constituir uma descortesia com o “outro” discursivamente construído como um empecilho, um estorvo, significam a interdição de toda possibilidade de diálogo, uma das características preponderantes nos discursos de ódio.

Se no enunciado (Ar-2b-5) havia uma remissão à ditadura militar mediante uma comparação, no enunciado (Ar-2b-10) a estratégia foi ressignificar um hino entoado nas mobilizações de 1982 e 1983 contra a ditadura militar, no intuito de construir um de sentido comum segundo o qual “kirchnerismo = ditadura militar”.

1982-1983	“Se va a acabar, se va a acabar,	la dictadura militar”
2012-2014	“Se va a acabar, se va a acabar,	la dictadura de los K”

Em função disso, nessa construção de sentido, ditadores não seriam só os militares que estavam sendo condenados por delitos de lesa-humanidade à época, mas também a ex-presidenta que estava de acordo com esses processos criminais. Por tal motivo, não há ingenuidade nesse “trocadilho” uma vez que procurar equiparar um governo democrático com a ditadura do ’76, é uma descortesia por aviltamento da imagem não só da ex-presidenta senão também dos organismos de direitos humanos ao menosprezar as políticas de verdade, memória e justiça que estavam sendo promovidas na época. Um ataque que combina muito bem com alguns dos atores políticos que convocaram às manifestações, como Cecilia Pando, à qual já fizemos referência, e

outros políticos como o futuro presidente Maurício Macri que, na época, falava em acabar com o "curro (negociado ou engano) de los desaparecidos". Também concorda com a ressignificação de duas consignas norteadoras das políticas de Direitos Humanos, "Nunca Más"[314], que nos *flyers* da convocação à manifestação denominada "#8A" era "Ni um K más", e "Aparición con vida del sistema republicano de gobierno", em um lenço branco na cabeça, igual aos que usam as Madres de Paza de Mayo (ANEXO I), na cabeça de uma das participantes na manifetação.

No enunciado (Ar-2b-9), o enunciador (70-80 anos), perguntado pelo repórter acerca da motivação de sua participação na manifestação, justifica sua presença na atitude oposicionista ante o que ele diz ser uma ditadura ("Vine para que esta **dictadura** terrible [acabe]"), intensificada pelo adjetivo "terrible". Mas também rotula os promotores dessa ditadura, o governo, com diatribas nas quais se misturam insultos de natureza penal ("chorros"[315]), política ("subversivos y montoneros") e moral pelo emprego de referências negativas personalizadas em relação a pessoas do círculo familiar (CULPEPER, 2011, p. 212) ("montoneros **hijos de puta**!"). Nessas qualificações políticas, encontramos, em primeira ordem, "subversivos" que remete ao acionar dos grupos armados nos anos '70[316], e uma referência metonímica a um deles em especial, o grupo Montoneros ao qual, aliás, qualifica moralmente de forma injuriosa ("Montoneros **hijos de puta**!"). Perguntado novamente pelo repórter se ele acreditava ser uma ditadura, o enunciador primeiramente volta a qualificar o governo como uma ditadura "provinciana, de mediocres" (*a contrario sensu*, haveria ditaduras "inteligentes e não provincianas"). E ensaia uma justificação sem conseguir evitar cair na tautologia:

São **medíocres** ("es uma dictadura de mediocres") [**por isso**] são **autoritários** [**dado que**] os **medíocres são autoritários** ("los mediocres actúan así: autoritariamente")

Dessa forma, ele conclui que "No es una democracia" e, por meio de uma lógica maniqueísta enviesada, **e sim** uma ditadura a qual ele deve se opor. Esse tipo de pensamentos

[314] "Nunca Más" é também o nome do livro em que a CONADEP (Comisión Nacional de Desaparición de Personas) apresentou os resultados relacionadas à investigação dos desaparecimentos de pessoas acontecidas na Argentina no contexto do terrorismo de estado durante a ditadura militar (1976-1983).

[315] "Chorro" (ou "choro") em um adjetivo empregado em Sud-América como sinônimo de ladrão.

[316] "La subversión" ou "el terrorismo subversivo" eram formas empregadas principalmente pelos militares no poder na época da última ditadura.

binário, “o bem x o mal”, “os democratas x os ditadores” etc. é o que Márcia Tiburi (2015) aponta como o empobrecimento do diálogo político, campo fértil para o discurso de ódio.

Em (Ar-2b-10), a enunciadora (30-40 anos) expressa, mesmo sem se referir explicitamente a ela, que Cristina Kirchner quer levar o país a um “comunismo barato”, em que o adjetivo “barato” é empregado como sinônimo de má qualidade, estabelecendo um argumento monetário como critério de valor segundo o qual as coisas caras seriam de boa qualidade e as baratas não. Notamos que há a intenção de agregar mais elementos valorativos que abalizem sua afirmação de o governo ser ruim, porém se interrompe abruptamente por meio do pronome indefinido, pronunciado de forma enfática “y...**¡nada!**”, que indica que segundo seu ponto de vista os motivos são evidentes e dispensariam explicações. Contudo, continua valorando negativamente a situação sociopolítica do país mediante uma afirmação negativa (CULPEPER, 2011, p. 212), “**¡Un desastre**!”, e declara como inevitável uma consequência ruim:

Não há que explicar nada (“y... ¡nada!”) [**porque é**] ¡un desastre” [**portanto**] vai acabar muito mal para todos (“Vamos a terminar todos debajo de un puente”)

Nessa articulação discursiva, o desejo da ex-presidenta Kirchner, expresso pela enunciatária mediante a locução verbal “Quiere llevar esto”, seria de conduzir o país (“esto”) a um comunismo “barato” que teria consequências muito negativas para toda a população, indicado pela desinência verbal e destacado pelo pronome indefinido “va**mos** a terminar **todos**”. As consequências negativas são indicadas pela locução verbal “Vamos a terminar”, e pela figura retórica “[morando] debajo de un puente”, ou seja, na miséria, sem ter onde morar.

Os procedimentos linguísticos assim articulados [decisões políticas (“Quiere llevar”) → comunismo barato → desastre / miséria (“terminar debajo de un puente”) configuram estratégias descorteses que procuram atingir à imagem dos governantes e de sua filosofia política já que, na democracia, é esperado que as ações de governo tenham como finalidade o bem comum dos cidadãos. A enunciadora estabelece uma polarização entre um governo com essas características “desastrosas” segundo suas palavras, e um “nós” que se opõe e o demonstra na manifestação.

O enunciado (Ar-2b-11) tem elementos performáticos para destacar: o enunciador (30-40 anos) veste um chapéu típicamente russo, uma bandeira argentina nas costas e um cartaz onde está escrito “NO URSS”, ou seja, não a uma sovietização da Argentina (Figura 17). Os três

elementos se integram em um enunciado que pode ser entendido como uma advertência (cuidado com o comunismo porque é o superlativo do que há de ruim na política), ou como uma proibição (fora o comunismo), como uma expressão de desejo (não queremos URSS/comunismo) ou, até, como no enunciado visto anteriormente, uma acusação ao governo de se encaminhar para um sistema político comunista, com toda a negatividade que em essa comunidade de fala tal forma de governo supõe.

O último dos enunciados das manifestações argentinas da série (Ar-2b-12) está formado, primeiramente, pelo neologismo "KKs", composto pela repetição da letra K, que refere à orientação política denominada *kirchnerismo* ("los K") com o acréscimo do -s para indicar pluralidade, e pelo lexema "comunistas". Esse neologismo comporta um sentido negativo acentuado uma vez que, foneticamente, se lê igual a "cacas", ou seja, excrementos (em português "cocôs"). Seguidamente, o enunciador caracteriza o governo de CFK de comunicsta, porém, entendido no sentido de totalitarismo político por, segundo seu ponto de vista, não permitir a existência de uma justiça independente, um dos pilares da democracia republicana. Dessa maneira, se ataca à imagem dos governantes por refratariedade com fustigação (MARLANGEON, 2005) mediante afirmações negativas personalizadas (CULPEPER, 2011, p. 212).

Continuando com a análise dos enunciados proferidos nas manifestações no Brasil, vemos que em (Br-2b-3), num cartaz, expressa-se uma oposição à política exterior do governo de Dilma Rousseff. Segundo o texto, a ex-presidenta apoiaria ditaduras e financiaria terroristas. Da mesma forma que nos enunciados argentinos analisados anteriormente, procura-se a polarização por meio da alusão à ditadura e ao terrorismo, porém de forma indireta já que o governo brasileiro, sem ser uma ditadura ou praticar o terrorismo, segundo a literalidade do enunciado, os apoiaria. Contudo, se apoia e financia, não deixa de ser uma acusação velada de compartilhar ideologicamente essas características, constituindo uma descortesia por meio de referências negativas personalizadas em relação à terceiras pessoas (CULPEPER, 2011, p. 212). Nesse contexto comunicativo, podemos ver a referência ao empréstimo a Cuba para a construção do porto de Mariel[317], motivo pelo qual se associava o governo do PT com o comunismo, segundo a

[317] Na época, o financiamento do Porto foi um dos boatos mais compartilhados nas redes. Informação mais completa pode ser encontrada no jornal Estadão, disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/dados-sobre-investimento-do-bndes-em-porto-cubano-na-gestao-de-lula-sao-tirados-de-contexto/>. Acesso em: 21/01/2021.

lógica quem "apoia comunista [**portanto**] é também comunista", com a qual se pretendia atingir a imagem do governo e acusá-lo de comunista e terrorista, empregando uma variante do argumento *ad hominem* que consiste em atribuir, por caráter associativo, as caraterísticas negativas de outrem.

O que deve ser destacado nesse enunciado é o fato de o governo brasileiro nunca ter "financiado" outros governos e sim empresas brasileiras que prestavam serviços no exterior por meio do Banco de Nacional de Desenvolvimento (BNDES) sob rigorosos critérios técnicos[318].

Essa lógica enviesada se mantém, sob diferentes formas, na maioria dos enunciados seguintes desta seção. Só assim é possível interpretar no enunciado (Br-2b-4) a adição do termo comunismo em uma reza coletiva (o Pai Nosso) na manifestação na Av. Paulista que diz "mas livrai-nos do mal - e do comunismo, amém". Se no enunciado anterior não estava especificado qual seria o terrorismo que o governo petista financiaria, nessa manifestação religiosa, realizada num contexto político, tampouco há uma explicitação do que seria o comunismo, a não ser uma categorização dos governos progressistas da região, entre eles o PT, com os vocativos negativos (CULPEPER, 2011, p. 212) "terroristas/comunistas". Esses termos, terroristas, comunistas, socialistas etc. constituíram significantes vazios que passaram a significar, nessa articulação discursiva, conceitos políticos, geopolíticos e morais de caráter altamente negativo, cujos fundamentos nunca conseguiram ser esclarecidos porque mudavam constantemente até adotarem a forma de um argumento autoexplicativo, porém vazio, como "tudo isso que tá ai"[319]. Ser contra o "comunismo/terrorismo/socialismo/tudo isso que está ai", nessa lógica, esconde a ausência de razões apelando ao conhecimento geral, ao saber popular que qualquer pessoa bem informada deveria ter. Tem o efeito de inverter o *onus probandi* para, dessa forma, se os argumentos não aparecerem na discussão o problema não é do falante que afirma algo cuja verossimilhança não consegue provar e sim do ouvinte que, por sua desinformação, carece dos conhecimentos para compreender.

---

[318] Fonte: site BNDES. Disponível em: <https://aberto.bndes.gov.br/aberto/caso/exportacao/>. Acesso em: 19/01/2021.

[319] Para entender o significado performático e político da expressão, recomendamos a leitura do artigo "Tudo isso que tá aí". Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/-%27Tudo-isso-que-ta-ai%27/2/28937>. Acesso em: 16/05/2017.

Os enunciados (Br-2b-5) e (Br-2b-6) estruturam-se mediante a interjeição "fora" e o objeto indesejado que querem afugentar, a "DITADURA SOCIALISTA", e o "comunismo" respectivamente. O emprego da interjeição deixa implícita a afirmação dos enunciadores de que esse regime político haveria sido implementado no Brasil. Isso explica o emprego da interjeição "**Fora** [daqui]" com o qual se conforma o imperativo rude com finalidade descortês (CULPEPER, 2011, p. 212). No primeiro dos enunciados, há o recurso de intensificar a mensagem pela escrita do texto em caixa alta. No segundo, há a inserção da cruz suástica, símbolo máximo do nazismo, em lugar do ponto da letra -i da palavra "comunismo", em uma cadeia que articula a associação PT/governo petista = comunismo = nazismo.

Em (Br-2b-7), o enunciador (40-60 anos) manifesta seu desejo ("Quero") da saída do partido dos trabalhadores ("que o PT saia") justificado pelas amizade do PT com ditadores de esquerda, mesma linha argumentativa que a empregada no enunciado anterior. A seguir, realiza uma denúncia de que o governo, implícito na desinência do verbo principal da locução ("[es]t**ão** enganando / querendo"), iludem a população com a finalidade de implantar o comunismo no país. Há uma intensificação na palavra "comunismo" realizada pela pronúncia enfática e pelo alongamento vocálico do -o e do -i. Portanto, segundo o enunciador, ser amigo de "ditadores de esquerda" indica que, fatalmente, a intenção do governo seria implantar uma ditadura comunista, deduzindo a consequência a partir da referência descortês a terceiras pessoas (CULPEPER, 2011, p. 212). E declara que isso não aconteceria porque o Brasil o impediria. Estabelece a dicotomia nulificadora entre "Brasil [...] muito maior" x "PT" [muito menor] que, nessa lógica, não seria parte do Brasil, uma construção de sentido que elimina simbolicamente um dos polos, o PT e seus eleitores. O enunciador identifica-se com esse Brasil ideal, sem PT, e desconhece a legitimidade do governo eleito democraticamente, os eleitores (que ficariam de fora desse Brasil) e, em última instância, a própria democracia, sustentada no engano ("[es]t**ão** enganando a população") segundo o enunciador. E intensifica sua declaração por meio da pronúncia enfática do termo "jeito" ("não vai [acontecer] de JEITO nenhum") e a fórmula de contato "tá?" mediante a qual o falante procura o acordo do ouvinte com a asserção. E, ainda, justifica sua asserção com um argumento que apela à condição local empregando o dêitico "aqui"[8]: "Porque **aqui é** o

Brasil", que polariza com os outros lugares do enunciado, Venezuela e "aqui"[320]: "Porque **aqui é** o Brasil", que polariza com os outros lugares do enunciado, Venezuela e Cuba.

No enunciado (Br-2b-8), podemos entender o sentido da expressão do cartaz nessa apropriação territorial, que estabelece um diálogo enunciativo com expressões que analisaremos na próxima série, por exemplo, "vai pra Cuba". Em consequência, nessa articulação discursiva ambos enunciados são complementares: "Comunismo aqui não" [portanto quem for comunista] "Vai pra Cuba".

Na expressão do enunciado (Br-2b-9), percebe-se outra identificação que, por meio da hipérbole "O Brasil", acaba por se apropriar da nacionalidade, negando a existência, nesse país, de pessoas que tenham ideias socialistas ou comunistas. Além disso, estabelece uma antítese falaz entre democracia x socialismo/comunismo, já que os adeptos dessas formas de governo também reivindicam o caráter de serem democráticos. Dessa forma, a oposição implícita no enunciado pode ser entendida:

Brasil = democrático [**oposto a**] não Brasil = não democrático (comunista/socialista).

Assim, esse enunciado, supostamente constatativo, mais do que ameaçar às imagens de quem não tem o pensamento alinhado com o de enunciador, produz uma relação dicotômica extrema que nulifica simbolicamente um grande setor da sociedade por professar uma ideologia política diferente.

O enunciado (Br-2b-11) estabelece uma relação de equivalência entre o Partido dos Trabalhadores e os ex-presidentes com o comunismo, mas o detalhe a destacar está no agregado, notadamente posterior, e até com outras letras e tintas, que os enunciadores realizaram na faixa acrescentando o significante corrupção na equação, como é possível ver na Figura 18. Assim, é como se se referir à categoria política "comunismo" para atingir à imagem pública do PT e seus líderes não fosse suficiente e tivesse sido necessário empregar mais um insulto de natureza moral/penal.

[320] Há uma forma especial de identificação por pertencimento espacial e determinação de ocupação territorial mediante a construção dêitico **aqui** + verbo **ser** no presente de indicativo + **substantivo**, por exemplo, "Aqui é Corinthians" que significa, ao mesmo tempo, aqui somos todos torcedores desse time de futebol e que este território está "dominado" por esses torcedores. Com semelhante finalidade ilocucionária, em diversos vídeos das manifestações é possível ouvir "Aqui é o Brasil".

O enunciado pode ser enquadrado no que Charaudeau (2018, p. 303) denomina "discurso de denúncia" de partidos extremistas (de direita ou de esquerda), que fazem de seus adversários a fonte de todos os males da sociedade "amalgamando em uma mesma categoria essencializada todos os concorrentes, seja qual for o partido a que pertencem" tanto de esquerda quanto de direita. O enunciador (40-50 anos), no ato de fala que analisamos, assevera que o comunismo é uma "organização criminosa internacional" que estaria composta por aliados políticos nacionais, Dilma Rousseff e Lula, mas também por adversários históricos, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A eles se somariam líderes políticos internacionais como o ex-presidente cubano Fidel Castro e o mandatário russo Vladimir Putin. O enunciado começa referindo-se a "organização internacional", enumera os supostos integrantes, e finaliza com a referência ao comunismo e a uma nova organização internacional, mas agora com o aditamento de "criminosa". A dupla referência a tal organização internacional e a enumeração de seus integrantes configura o que Blas Arroyo (2010) chama de acumulação sintagmática com o fim ilocucionário de agregar artificiosamente argumentos e intensificar a descortesia contra todos eles. Dessa maneira, com o emprego de tais estratégias retóricas, consegue atingir a imagem pública dos políticos por, pelo menos, dois motivos: serem comunistas e participarem de uma organização criminosa internacional.

No enunciado (Br-2b-12) há uma intertextualidade com o universo cinematográfico e dos *comics*, especialmente com a história em quadrinhos e o filme "Star War". Nele, o "comunismo é o império do mal[321]", ou seja, o sinônimo de tirania e dominação dos inocentes na HQ. E o PT é "a estrela da morte", uma plataforma destruidora de planetas que é explodida pelo herói do filme[322]. Já a expressão com a que se refere ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, "advogado do diabo" refere ao filme homônimo de 1997. Contudo, mesmo sem conhecer essa remissão intertextual, haveria uma produção de sentido negativo por contiguidade ao colocar termos "neutros" junto a outros com conotação negativa:

[321] Pensamos, em um primero momento, que "império do mal" referia-se à denominação que Ronald Reagan empregara em 1983 para aludir a ex-União Soviética, porém, ao associar o império com a "estrela da morte", satélite destrutor dessa HQ tivemos que descartar essa possibilidade. Fonte: Stars War Wiki. Disponível em: <https://starwars.fandom.com/pt/wiki/Imp%C3%A9rio_Negro>. Acesso em: 14/01/2021.

[322] Fonte: Stars War Wiki. Disponível em: <https://starwars.fandom.com/pt/wiki/Estrela_da_Morte>. Acesso em: 14/01/2021.

comunismo → império **do mal** → **maléfico**	**PT** → estrela **da morte** → **mortal**	Dias Toffoli → advogado **do diabo** → **diabólico**

Encontramos uma engenhosa estratégia para atacar as imagens do PT e do membro do Supremo Tribunal Federal mediante a qualificação negativa dos elementos com os quais têm relação. Dessa forma, o comunismo poderia ser um império, porém **do mal**, o símbolo do Partido dos Trabalhadores é, de fato, uma estrela, mas **da morte,** e o Dias Toffoli é realmente um advogado, porém o seria **do diabo,** ou do Partido dos Trabalhadores[323]. O enunciado, desse modo, carrega-se de afirmações negativas acerca da essência ou atuação do "outro" que se traduz em acusações desqualificadoras que, como aponta Marlangeon, constituem descortesia por fustigação (2012).

O último dos enunciados desta série (Br-2b-13) integra texto e imagem. Na imagem, aparece retratado o ex-presidente Luis Inácio "Lula" da Silva, que é rotulado como "chefe dos ratos vermelhos". Novamente, a referência a um animal que provoca repulsa, como o rato, largamente empregada pelo regime nazista para se referir ao "outro" judeu. Há quem levasse bonecos de rato à manifestação (ANEXO J). Desse modo, todos os militantes do partido seriam "ratos" e Lula seu chefe quem, aliás, seria criminoso, portanto deveria ir para a "cadeia". A cor vermelha que qualifica "os ratos", como vimos anteriormente, refere-se às ideias de esquerda e a cor identificatória do Partido dos Trabalhadores. Há uma construção de um "outro" desprezível pela sua natureza ("ratos") e sua ideologia ("vermelhos") com o qual o enunciador quer distancia de si e de seu grupo, apontado pelo substantivo "cadeia" que poderia ser entendido como uma interjeição "cadeia nele", e um ataque deliberado às imagens públicas do ex-mandatário brasileiro e dos membros do PT.

Finalizada esta série, percebe-se que as palavras "ditadura", "tirania", "falta de democracia", "comunismo", "terrorismo" etc., estabeleceram uma distinção entre um "nós vitimizado" (STANLEY, 2019) que suporta o regime opressivo, e um "eles opressor ou tirânico" ("Los K" na Argentina, o "PT" no Brasil) contra o qual há que opor resistência.

[323] Nas manifestações havia muitos cartazes apontando o juiz Dias Toffoli como "advogado do PT" por ter sido escolhido pelo ex-presidente Lula em 2007 para o cargo de Advogado Geral da União e para o Supremo Tribunal Federal em 2009.

Entretanto, apesar das semelhanças nas estratégias para expressar descortesia nos dois países, também encontramos uma diferença substancial: o sentimento de opressão na Argentina estava representado pelos manifestantes pelo significante "governo K", que se articulava, principalmente, mediante os termos "tiranía", "dictadura" "falta de democracia" "autoritarismo" etc. e, em muito menor medida, por outros que remetem à esquerda, tais como "subversivos", "comunismo barato" e "URSS". Já no Brasil, empregou-se o significante "comunismo" com efeito de explicação evidencial de tudo o que é prejudicial para a Nação (AHMED, 2105), em vários dos enunciados, até chegou a dispensar outros complementos. Em consequência, se na Argentina para demonstrar identificação grupal, estabelecendo uma relação de oposição em torno a um "outro", os manifestantes cantavam a coro (e pulavam) "El que no salta **es de los K**", no Brasil o grito de ordem era "Quem não pula **é comunista**", situando a identificação em torno de um "nós" cujo elemento identitário é "não ser comunista".

Na seguinte série, analisaremos enunciados que, dentro da mesma lógica discursiva, articularam-se em torno de significantes referidos a países tidos como comunistas ou totalitários pelos manifestantes, e também, ao Brasil e ao Foro de São Paulo.

c) Fustigação por refratariedade: *acusação de totalitarismo com referências a Cuba, Venezuela ou Foro de São Paulo* (2c)

Esta categoria constitui uma variante da categoria anterior. Desse modo, as estratégias de descortesia se estabeleceram pelo mesmo mecanismo de polarização dicotômica nulificadora entre um "nós auto-vitimizado" *versus* um "outro opressor", mediante o uso de significantes semelhantes, do ponto de vista da produção de sentido dos enunciadores, ao comunismo e a ditadura, mas em referência a países, Cuba e Venezuela, e ao Foro de São Paulo que condensava, metonimicamente, todos com governos "de esquerda" e um projeto hegemônico de dominação continental, como podemos perceber nos enunciados a seguir:

Argentina	Brasil
(Ar-2c-1) "No queremos **Venezuela**". (cartaz) (Ar-2c-2) "[…] que esto no es **Venezuela ni Cuba**". (V6-AR 0', 58") (Ar-2c-3) "No somos **Venezuela** ¡Paren…!". (cartaz)	(Br-2c-1) "Não! a **venezualização** do Brasil!". (cartaz) (V1-BR 0', 07") (Br-2c-2) "**Maduro** genocida / **Venezuelano**, apoia Dilma / Fota PT!!!". (cartaz) (V7-BR 0', 57") (Br-2c-3) (cartaz) "Dilma pegue seu cartão vermelho (letras em vermelho) e vá governar em

(Ar-2c-4) "Somos Argentina NO **Venezuela**". (cartaz) (Ar-2c-5) "[…] esto va a ser peor que **Cuba**, que **Venezuela**, que **Corea del Norte**". (V3-AR 1', 58") (Ar-2c-6) "**Argenzuela** ¡NOOOOOO! Libertad". (cartaz) (Ar-2c-7) "NO! A SER ARRASTRADOS x LOS **KK** HACIA UNA ¡**ARGENZUELA SOVIETOIDE**!!!". (cartaz) (ver imagen 17)	**Cuba** q pariu (letras em vermelho)." (V7-BR 1', 14") (Br-2c-4) (arenga) "Viva o Brasil! Fora **Cuba**, fora **Venezuela**, fora o **PT**!". (V7-BR 1', 37") (Br-2c-5) "Fora **Foro de São Paulo**". (cartaz) (Br-2c-6) "Pela soberania do Brasil fora **Foro de São Paulo**, Fora PT". (cartaz)

Na Argentina, o significante vazio Venezuela foi preenchido, pela mídia hegemônica[324] e os políticos opositores ao governo kirchnerista, com significados negativos de diversa índole e por diversos motivos ao ponto que sua simples menção provocava a ira do ouvinte[325]. Essa prática não era uma exclusividade argentina e tomou diferentes formas na América Latina, com diferentes matizes de polarização política, assim como na Espanha, para ferir a imagem do partido de esquerda *Podemos*.

A eficácia da construção de um termo performativo com os nomes dos países, empregados como "denúncia" de políticas redistributivas em matéria social, se completa com a criação de neologismos a partir do substantivo Venezuela. Dessa forma, na Argentina criou-se o substantivo "Argenzuela", no qual se resume a ideia de "**Argen**[tina]", o país que é, e [Vene]**zuela**", o país que se tornaria se continuar o estado de coisas denunciado pelos manifestantes, como se aprecia nos enunciados (Ar-2c-6) e (Ar-2c-7).

Com igual sentido ilocucionário, no Brasil foi criado o neologismo, mediante nominalização denominal, "Venezuelização", com a intenção perlocucionária de indicar um processo de pauperização e perda de direitos individuais ou, ainda, o efeito desse processo. Assim, é possível perceber no enunciado (Br-2c-1), que a "venezuelização" é considerada algo

[324] Jornalistas e políticos pronunciavam, e ainda o fazem, a palavra Venezuela em todas as oportunidades possíveis para criar um efeito de sentido negativo: "Esto es Venezuela", "vamos camino a ser Venezuela", "se parece a Venezuela" etc.

[325] Não cabe a nós, nesta pesquisa, estimar se as apreciações em relação à situação política, econômica e social naquele país era boa ou ruim, nem o porquê. Só acreditamos necessário deixar assentado que a forma em que os meios corporativos de comunicação (MARTINO, 2009) noticiavam os acontecimentos no país caribenho era excessiva na quantidade e quase que exclusivamente negativa, conseguindo que grande parte de seu público associasse aquele país à miséria e desordem institucional.

negativo para o Brasil, daí que o enunciador que expressa sua oposição de forma enfática ("Não! a Venezuelização"). A posição temática do "não" e o signo de exclamação acentuam o desejo de distanciamento assinalado pelo enunciador. O texto se integra com uma imagem da clássica bandeira vermelha com a foice e o martelo, símbolos do comunismo, e um sinal de trânsito superposto indicando proibição. Dessa forma, o neologismo "venezuelização" completa a produção de sentido com a bandeira do país caribenho (venezuelização = comunismo), e o advérbio de negação "não" com o sinal de proibido. Dado que os elementos da polarização apontam para um "eles" que estaria provocando a "venezuelização", a dicotomia se estabelece, de forma implícita, com um "nós" que padece as consequências negativas.

No enunciado (Ar-2c-1), há também uma oposição à Venezuela que deve ser entendida, segundo as características contextuais dessa comunidade de fala de polarização dicotômica, como uma expressão de repúdio às medidas do governo de Cristina Kirchner que, segundo se infere do enunciado, levariam à Argentina a uma situação socioeconômica semelhante à da Venezuela. Novamente se aprecia a tematização da negação como recurso estratégico para enfatizá-la. O enunciador se identifica em um "nós" mediante a desinência do verbo querer ("quere**mos**"), que poderia compreender "todos que estamos aqui", "todos que não somos kirchneristas", ou até "todos os argentinos", uma vez que esses participantes acreditavam, metonimicamente, representar a totalidade do povo[326].

Os enunciados (Ar-2c-2) e (Ar-2c-3) devem ser integrados com os implícitos sociodiscursivos dessa comunidade condicionada da fala. Em (Ar-2c-2) o que está implícito e o antecedente, que pode ser interpretado como um ato diretivo, um pedido rude (CULPEPER, 2011, p. 212), "[mudem a forma de governar por] que esto no es Venezuela ni Cuba", estabelecendo uma diferenciação entre Argentina, indicada pelo demonstrativo neutro ("esto"), não socialista ou comunista, e os significantes vazios Venezuela e Cuba que representariam esses regimes políticos.

[326] A preocupação pela legitimidade enunciativa é comum nos discursos políticos. Nas manifestações argentinas, os participantes entoavam um canto dos trabalhadores, partidos de esquerda e movimentos sociais: "Olelé, olalá, si este no es el pueblo, el pueblo donde está". Dessa forma, legitimam-se os enunciadores mediante um argumento de autoridade, somos a voz do povo.

No enunciado (Ar-2c-3), percebe-se uma polarização marcada pelos verbos ser, na primeira pessoa do plural ("so**mos**") e o imperativo de terceira pessoa do plural ¡Par**en**...!, segundo o esquema:

[nós] "No so**mos** Venezuela [portanto] ¡Par**en**...!" [vocês, governantes]

Nesse sentido, o ato de fala diretivo em benefício desse "nós" está completo, há a referência a quem foi solicitado (vocês do governo), há explicitação do fazer solicitado (parar), mas não há explicitação do objeto solicitado, que fica propositalmente implícito pelas reticências e, portanto, tem que ser integrado contextualmente. O primeiro dos "possíveis interpretativos" (CHARAUDEAU, 2014, p. 63) poderia ser "¡Parem [de implementar medidas políticas e económicas que podem nos levar a mesma situação que a Venezuela]. O segundo, conforme o contexto sociolinguístico sulamericano, poderia ser: "¡Paren la mano!", uma expressão enfática coloquial que solicita cessar um determinado fazer ou forma de comportar-se, no enunciado, dirigido aos governantes segundo as representações sociais compartilhadas por essa comunidade discursiva, que produziria o sentido de uma advertência forte, um chamado à ordem:

"(governantes) ¡Paren La mano!" [porque não somos Venezuela e, portanto, não nos submeteremos ao que se submetem os habitantes desse país] ou, ainda, [ou sofrerão as consequências]

Em ambos os casos, o emprego estratégico da modalidade imperativa, cria uma polarização entre o enunciador e o enunciatário, neste ato de fala, os governantes, e estabelece uma diferença hierárquica a favor do primeiro com a intenção de demonstrar poder e ameaçar a imagem do destinatário.

O enunciado (Ar-2c-4) está construído numa lógica semelhante, a de estabelecer a polarização entre um "nós" que, metonimicamente, se autodeclara como uma totalidade, "so**mos** Argentina" ao invés de um grupo de argentinos; contra um "eles" constituído pelo partido político no poder que governaria como se o país fosse Venezuela. Nesse enunciado está implícita a demanda "governem à altura do país que temos". Ou, ainda, este país, Argentina, não merece passar penúrias como Venezuela porque somos diferentes, portanto, mudem a forma de nos governar. Em todos os possíveis interpretativos existe a polarização dicotômica implícita e o ataque direto à imagem do governo e, de forma indireta, a de seus apoiadores por não entender essa verdade "evidente".

No enunciado (Ar-2c-5), o jovem (20-30 anos) introduz mais dois países cuja reputação midiática internacional tampouco era boa à época das manifestações: Cuba e Coréia do Norte. Ao adicionar novos elementos, consegue o efeito intensificador da descortesia por efeito da acumulação (BLAS ARROYO, 2010). E assevera, mediante a estratégia de estabelecer uma relação comparativa, que a Argentina vai ter, fatalmente, uma realidade socioeconômica e institucional, segundo seu parecer, pior do que esses três países.

"[**de/se continuar assim**] esto va a ser peor que Cuba, que Venezuela, que Corea del Norte".

Dessa forma, por meio de um ato de fala que pretende simplesmente descrever uma situação determinada, profere um enunciado que fere diretamente a imagem do governo que "**está**" levando o país a passar pelo padecimento desses países, que cumprem a função, nessa articulação discursiva, de atribuir simbolicamente sentidos negativos (crise econômica, falta de liberdade etc.).

Nos enunciados (Ar-2c-6) e (Ar-2c-7), como dissemos anteriormente, há o emprego estratégico do recurso de usar um neologismo, "Argenzuela" que, além de construir sentido comum mediante essa construção morfológica, remete ao sufixo diminutivo, próprio do espanhol –zuelo/-zuela, que muitas vezes costuma ser empregado com conotação pejorativa[327]. Assim sendo, Argen**zuela** "ecoa" como uma Argentina empequenecida ou desprezível, certamente, por causa do governo ou de suas medidas contra os quais os enunciadores estão se manifestando.

No enunciado (Ar-2c-6), a manifestante (60-70 anos) enfatiza sua discordância com "Argenzuela" por meio da repetição da letra -o da negação (seis vezes) e os signos de exclamação com os quais abre e fecha o "**¡**NOOOOOO**!**", uma marca da oralidade que intensifica o expresso. E contrapõe à Argenzuela o termo "libertad", muito empregado nas manifestações argentinas como visto na série (Ar-1c), que completa a produção de sentido de esse país irreal como o lugar indesejado da "não liberdade":

Não queremos a mistura de Argentina com Venezuela [**porque**] queremos "libertad"

[327] O caso prototípico talvez seja o de "mujerzuela", acréscimo do sufixo diminutivo –zuela à base "mujer", que não significa "mujer pequeña" senão, como assinala o dicionário online da Real Academia Espanhola "1. f. Mujer de poca estimación. │ 2. f. Mujer perdida, de mala vida". Disponível em: <https://dle.rae.es/mujerzuela>. Acesso em: 22/03/2021

No cartaz do enunciado (Ar-2c-7), encontramos um complemento de Argenzuela que orienta o entendimento desse lexema e, ao mesmo tempo, intensifica seu sentido negativo ao acrescentar o adjetivo "sovietoide", formado pelo sufixo adjetivador *-oide* acrescentado à base "soviet" (Figura 17). Assim, esse país empequenecido ou degradado que seria "argenzuela", no enunciado se assemelha a um país com características soviéticas. Completam o sentido negativo os três signos de exclamação com que termina o enunciado, e as letras em caixa alta com as que foi realizado o cartaz, duas estratégias de intensificação.

No começo, o enunciador expressa sua oposição, por meio do advérbio de negação intensificado pelo signo de exclamação, a "SER ARRASTRADOS" em direção desse país "SOVIETÓIDE". Pela escolha lexical, podemos vislumbrar o ataque à imagem dos alvos da deslegitimação, uma vez que o verbo "arrastrar" implica levar alguém contra sua vontade por meio do emprego da força, então, o governo, segundo o enunciador, não administraria a *res publica* de forma republicana senão que imporia sua vontade política aos cidadãos à força. Há um ataque direto à imagem dos governantes uma vez que esse tipo de proceder é inadmissível em uma democracia. Mas há também uma estratégia de descortesia por fustigação (MARLAGEON, 2005) não só contra os governantes, mas também contra seus eleitores ao nomeá-los como os "KK" que, foneticamente, se pronuncia igual que "caca", uma das formas de se referir ao excremento. Ou seja, o governo e seus eleitores seriam "caca" (excremento) que levaria pela força (SER [todos] ARRASTRADOS) para um país caótico e totalitário ("ARGENZUELA SOVIETOIDE").

Continuando com os enunciados das manifestações brasileiras contra o governo do Partido dos Trabalhadores, no enunciado (Br-2c-2) há também referências à Venezuela, porém na figura de seu Presidente, Nicolás Maduro, a quem o manifestante qualifica despectivamente com o adjetivo "genocida". Após essa escolha lexical desvalorizante, estabelece uma relação com a ex-presidenta Dilma Rousseff, por meio de um silogismo que tem como conclusão a exortação para destituir o PT do governo:

"[**se**] Maduro, genocida, apoia Dilma [por associação, Dilma também é] [**portanto**] Fora PT!!!"

Como vimos em outros enunciados, é uma variante da estratégia deslegitimadora *ad hominem* que produz sentido por transferência das qualidades negativas de uma pessoa à outra com a qual é associada na sequência discursiva. Dessa forma, fere por meio da implicatura

discursiva (ARMENGAUD, 2009) (Dilma também é genocida) à imagem pública da ex-mandatária e do próprio PT, que deve deixar o governo ("Fora PT!!!") por ter levado à presidência uma "genocida" ou, ao menos, alguém que não merece o alto cargo por ser apoiada por um genocida. Destacamos o emprego da interjeição ("Fora") intensificada pela repetição dos signos de exclamação. Além da descortesia por fustigação, vislumbramos a dicotomia nulificadora ao assinalar um "eles" (Maduro, Dilma e o PT) com a imagem desacreditada pelo enunciador e, implictamente, um "nós" vitima da essência genocida, ou quase genocida, do "eles" segundo essa articulação significante.

No enunciado (Br-2c-3), o primeiro que se destaca é a combinação de cores das letras que compõem o cartaz, todas pretas menos as que referem a a Dilma, a cor Vermelha do cartão, e a "Cuba q pariu". Assim, podemos ler, segundo a associação cromática:

DILMA → VERMELHO → CUBA Q PARIU

Outro aspecto a destacar é a escrita em caixa alta em que foi realizado o cartaz, o qual intensifica os dizeres da fala, e a modalidade imperativa que estrutura o enunciado por meio de dois atos de fala diretivos, "**PEGUE** SEU CARTÃO VERMELHO E **VÁ** GOVERNAR EM...". Desse modo, a enunciadora (50-60 anos) se coloca em posição de poder em relação à destinatária de sua exortação, a que se dirige pelo primeiro nome, "DILMA", explicitando uma relação entre elas que se assemelha mais à subalternidade do que ao tratamento familiar. O primeiro dos atos diretivos exorta "pegar o seu cartão vermelho" que abre vários possíveis sentidos. O primeiro deles faz referência ao cartão vermelho do futebol que indica expulsão, em cujo caso o possessivo "SEU" tem o sentido de correspondência:

PEGUE O CARTÃO VERMELHO → que lhe corresponde → porque está expulsa E VÁ...

Mas também pode ser um elemento simbólico que remete à cor do Partido dos Trabalhadores e do comunismo:

PEGUE O SEU CARTÃO VERMELHO [**porque** você e do PT/comunista] E [**por isso**] VÁ...

Ou, ainda, pensar em um sentido construído pela combinação de ambas possibilidades interpretativas:

PEGUE O SEU CARTÃO [**que** é] VERMELHO [**e** que lhe corresponde **porque** você e do PT/comunista] [**portanto** está expulsa] É VÁ...

A segunda exortação está precedida pela conjunção "e", porém, não com a função de adicionar um novo argumento e sim para estabelecer, pragmaticamente, uma relação de causa/consequência entre eles (ESCANDELL, 2006, p. 165):

Causa	Consequência
[**porque**] pegou *seu* cartão vermelho de expulsão	[**então**] VÁ GOVERNAR EM CUBA Q PARIU.
[**porque**] você tem cartão vermelho por ser petista/comunista	

Em função disso, seja por estar expulsa (levou cartão vermelho), seja por ser comunista petista (identificação simbólica com cor vermelha), ou por ambos os motivos, a demanda é clara: ir governar em um país "comunista", por ser "comunista" e ou estar desempregada, uma vez que no Brasil não há espaço para pessoas dessa ideologia. Tal imperativo rude constitui uma descortesia (CULPEPER, 2011, p. 212).

Por fim, devemos nos deter na parte final do enunciado, "CUBA Q[ue] PARIU", destacado integralmente em vermelho com a intenção de dar realce, porque fonética e metricamente é igual a um dos insultos mais empregados no Brasil: "puta que pariu". São somente duas consoantes trocadas (o -p pelo -c, e o -t pelo -b) por meio deste "trocadilho" para ferir de forma insultante a imagem da ex-mandatária pela refratariedade demonstrada pela enunciadora (MARLANGEON, 2005).

No enunciado (Br-2c-4), um grito de ordem dos manifestantes, a polarização é instaurada pelas interjeições "Viva" e "Fora", que antecedem os substantivos próprios e lhes aportam sentidos valorizadores ou desvalorizadores. Desse modo, o "nós" se articula em torno do significante "Brasil", numa clara estratégia de apropriação da nacionalidade, que polariza com os significantes "Cuba", "Venezuela" e "PT", cujos significados são preenchidos simbolicamente com elementos negativos, por isso os enunciadores os querem "fora" [daqui]. Além da polarização, percebe-se a estratégia de intesificação da descortesia mediante a acumulação atos

de fala exortativos solicitando afastamento ou expulsão: "fora **Cuba**, fora **Venezuela**, fora o **PT**!" e o signo de exclamação final.

Os enunciados (Br-2c-5) e (Br-2c-6) também se organizam como atos de fala diretivos em benefício do "nós" mediante o emprego da interjeição "Fora", porém o exortado é Foro de São Paulo (Br-ec-6), e o Foro de São Paulo e o PT (Br2c-7). Os enunciadores estabelecem uma polarização dicotômica nulificadora pela qual ao "eles" é solicitado a retirada: Fora [do nosso país, das nossas vidas etc.].

Vimos que os significantes desta série, Venezuela, seu aloforme "venezuelização e o neologismo "argenzuela", Cuba e Foro de São Paulo (marginalmente, também Coreia do Norte e o PT), encadeiam-se discursivamente com os significantes da série anterior, comunismo, socialismo, totalitarismo e falta de democracia, tirania, fascismo, *milicos*, ditadura e terrorismo com o sentido de representar um "eles", o governo opressor e, também, a propria opressão da qual o "nós" é vítima. Significantes cujo conteúdo negativo era tão significativamente forte que, em muitos dos enunciados, sua simples menção ativava sentidos negativos, muitas vezes em enunciados binários como "No somos [+ significante]" ou "Fora [+ significante]".

d) Fustigação por refratariedade: *desqualificação direta ao grupo e às mandatárias mediante ataque à honra* (2d)

Nesta série de enunciados, estão agrupados aqueles que constituem um ataque à honra subjetiva[328], ou seja, ao sentimento de dignidade que cada pessoa tem direito de possuir sobre suas qualidades físicas, morais e intelectuais em razão de sua própria individualidade ou pelo cargo ou função que ocupa. Não há apontamento de crimes e sim de qualidades "essencialmente" negativas (CHARAUDEAU, 2018), como ladrão, criminoso, sem-vergonha, déspota, tirano etc. Dessa forma, cada ataque à imagem constitui, além de uma descortesia descarnada por refratariedade e discurso de ódio, uma injúria muitas vezes punida nos códigos penais argentino e brasileiro.

[328] Em espanhol, esses enunciados seriam um ataque ao "honor" da pessoa, termo que, em português, corresponde à honra subjetiva. Juridicamente, a palavra honra, em espanhol, corresponde à honra objetiva em português, tema que escapa ao objeto de nossa pesquisa.

Um elemento a destacar é o afeto de ódio nesses enunciados que se instaura pela existência da necessidade de distinção de um "eu", dominante, e um "outro" em posição submissa, com o escopo de produzir efeitos políticos mediante a ativação de mitos, símbolos ou imaginários sociais que encontrem eco em suas crenças ancoradas em sedimentos discursivos, e tenham a capacidade "de provocar uma adesão pulsional" (CHARAUDEAU, 2018, p. 78).

Argentina	Brasil
(Ar-2d-1) "Basta de **Korrupción**". (cartaz) (Ar-2d-2) "**Korrupción** se escribe con **K**". (faixa) (Ar-2d-3) "¡Fuera **Kretina**!" (cartaz) │ "Basta de **Kretinadas**" (cartaz) (Ar-2d-4) "**Corruptos, inmorales**". […]"(V2-AR, 4', 04") (Ar-2d-5) "Que se vaya Cristina, **yegua**". (V6-AR 0', 25") (Ar-2d-6) "¡¿Donde estás **yegua**?!" (cartaz) (anexo) (Ar-2d-7) "**GUANACA-YEGUA**: TE HAREMOS CERRAR EL HOCICO Y BAJAR LA CABEZA. CRISTINA KIRCHNER: **CERDA**!" (cartaz) (Ar-2d-8) "Andate a Angola, **la puta que te parió**". (V1-AR 4',41") (Ar-2d-9) "Joder a la **atorranta** esa que nos está gobernando, esa **sinvergüenza**, esa **ladrona**… **chorra**… **ladrona**". (V3-AR 4', 22")	(Br-2d-1) "Corru**PT**os". (cartaz) (V2-BR 2', 02") (Br-2d-2) "Fora **corruPTos**". (faixa) (Br-2d-3) "Dilma vai embora / O Brasil não quer você / Leve o **Lula** junto / **Vagabundo do PT**". (canto) (Br-2d-4) "Ajuda! Vamos tirar os **bandidos** do poder. Não é só Dilma, é todos! Todos são uns **bandidos.** Chega! Basta!". (V1-BR 4',56") (Br-2d-5) "Fora **PTralhas**". (cartaz-UOL) (Br-2d-6) "Fora Dilma **mentirosa**, **Petralhas malditos**". (cartaz) (V2-BR 3', 02") (Br-2d-7) "**Filhos Dilma PuTa**". (Piauí) (Br-2d-8) "Fora Dilma **171**. Lula **pai do mensalão e do PTrolão**".(cartaz) (Br-2d-9) "Ajuda! Vamos tirar os **bandidos** do poder. Não é só Dilma, é todos! Todos são uns **bandidos.** Chega! Basta!". (V1-BR 4', 56") (Br-2d-10) "Lula **chefe de quadrilha** vai ficar fora de novo". (cartaz) (Br-2d-11) "Dilma, quando vc aparece dá ansia de vómito. **Fora c/ seu bando**". (cartaz) (Br-2d-12) "Dilma **melância podre** do Brasil". (cartaz)

O primeiro que devemos lembrar é que, nas manifestações contra Dilma Rousseff, como explica Sampaio (2015), a principal reivindicação era a luta contra a "corrupção seletiva" do PT.

O mesmo pode se aplicar aos manifestantes argentinos. A corrupção serviu como um cavalo de Tróia para ocultar, de início, o sentimento de ódio às mandatárias e ao grupo político que representam, porém, o ódio foi encadeando outros significantes para manifestar refratariedade por meio de desqualificações à honra.

Para conseguir tal feito, em ambas as manifestações houve a preocupação em associar as letras que identificam os grupos governantes alvos dos ataques, com a corrupção mediante a troca de algumas delas para intensificar os sentidos discursivos. Assim, apareceram cartazes com a modificação da palavra "corruptos" por "Korruptos", em clara referência aos "K" (Figura 11), como se conhece a corrente ideológica do partido justicialista iniciada pelo casal Kirchner. No Brasil, para conseguir similar efeito, destacaram-se as letras PT da palavra "CorruPTos"(Figura 12), para se associar à ideia de corrupção com a sigla do Partido dos Trabalhadores. Trata-se de uma forma especial de insultos mediante vocativos negativos (CULPEPER, 2011, p. 212) que, com a troca das letras, se personaliza ainda mais.

Dessa forma estão articulados os enunciados (Ar-2d-1), (Ar-2d-2), (Ar-2d-3), (Br-2d-1) e (Br-2d-2). O enunciado (Br-2d-1) é muito ilustrativo porque é um cartaz com a palavra "corruPTos" que consegue, performativamente, direcionar o ataque à imagem ao Partido dos Trabalhadores simplesmente destacando as letras. A polarização dicotômica estabelecida entre um "nós" honesto, que denuncia a existência de um "eles" ("corrupTOs") a quem se dirige a descortesia por fustigação (MARLANGEON, 2005) é implícita, porém muito eficaz.

No enunciado (Br-2d-2), fora empregada a mesma estratégia linguística com o acréscimo da interjeição "Fora!" antecedendo o adjetivo. Igualmente, no enunciado (Ar-2d-1) observamos a estruturação linguística da injunção de forma semelhante: interjeição ("Basta") + de + substantivo ("Korrupção") que poderia ser uma demanda genérica para que cesse essa prática prejudicial para a vida pública, porém, com a troca do -c pelo -K, restringe o alcance da expressão ao governo Kirchner e seus eleitores e redireciona a eles o ataque à imagem e a consequente descortesia por refratariedade. Como explica Charaudeau (2014, p. 87), nas injunções o locutor impõe a realização de uma ação ("Br-2d-2") ou sua interrupção (Ar-2d-1), "de maneira *cominatória*", atribuindo-se um estatuto de autoridade absoluta que redunda em uma advertência de sanção, em diferentes graus, em caso de recusa ao seu cumplimento.

Na faixa em que está escrito o enunciado (Ar-2d-2), além de "brincar" com uma interdiscursividade associada ao mundo da escolarização no qual se ensina a escrita correta das palavras, há uma remissão intertextual a um filme de suspense do ano 1977, "Corrupción se escribe con sangre"[329], com o qual um novo sentido negativo é despertado: K de corrupção e K de sangue. É importante destacar a estratégia de acentuar sentidos produzidos discursivamente consistente em activar sedimentos sociodiscursivos e ressignificá-los, já que essa estratégia opera na base de um consentimento implícito de partida, o saber compartilhado, o qual eleva as probabilidades de aceitação do sentido novo.

A topicalização do substantivo "corrupción" constitui outra forma de intensificar o enunciado, assim como a conjugação do verbo na forma impessoal por meio da voz passiva reflexa ("se escribe"), que desfocaliza o autor da emissão e apresenta o ato de fala assertivo como a descrição de uma verdade auto-evidente, uma simples constatação do fato asseverado (CHARAUDEAU, 2014, p. 100-101). Finalmente, há o destaque da letra K ("con K") que encerra a expressão constituindo mais um elemento intensificador da associação corrupção = governo.

Em (Ar-2d-3), a enunciadora (40-50 anos) dirige-se à ex-presidenta argentina por meio de uma injunção marcada pela interjeição "Fuera", porém trocando o prenome por um parônimo que é, por sua vez, um adjetivo que a qualifica negativamente aludindo a uma caraterística moral: Cristina x Kretina. Como nos enunciados anteriores, há também a mudança da letra C pelo K, com a finalidade de aludir ao grupo político que CFK representa.

Uma variante pode ser encontrada no cartaz que, logo após a interjeição "Basta de" diz "**Kretinadas**". Mediante esse lexema, formado com o sufixo -ada(s), o enunciador alude a uma grande quantidade de objetos ou ações, no caso, de medidas de governo e, também, às ações próprias de Cristina, ou seja, Cristinadas. Contudo, pela associação entre os parônimos Cristina e cretina estabelecida no enunciado, elas também adquirem a conotação negativa desse adjetivo, seriam obras cretinas, "Kretinadas".

Cristin**adas** → muitas ações [também] ações próprias de uma pessoa, de Cristina.

[329] O título original, em italiano, é "Autostop Rosso Sangue". Foi traduzido ao espanhol como "Autostop sangriento", "El cínico y la casada" e, como foi vista na Argentina, "Corrupción se escribe con sangre".

Kretin**adas** → muitas ações [também] ações próprias de uma pessoa, da Cretina.

Tanto a qualificação pessoal vexatória de CFK, como "Kretina", quanto à referência a suas obras de governo mediante igual adjetivo "Kretinadas", constituem estratégias descorteses para ferir a imagem pessoal (honra subjetiva pessoal) ou a imagem de governante (honra subjetiva em função do cargo) que pode errar, mas nunca tomar medidas de governo cretinas.

Nesses seis enunciados, o estratégico "trocadilho" serviu para orientar a corrupção, um problema endêmico nos países de Latino América como vimos, para determinados projetos políticos. Como aponta Reguillo (2013), em todo regime de (in)visibilidade o que se mostra também dá indícios de que alguma coisa se esconde. Porém, para um setor das sociedades argentina e brasileira, que recebeu diuturnamente, pelos meios de comunicação e as redes sociais, mensagens do tipo "La ruta del dinero K" etc.; e no Brasil "O propinoduto"[330] e outros semelhantes, é muito difícil conseguir superar a lógica binária "bons x maus", "corruptos x honestos" etc. (MERLIN, 2019a) e não cair na simplificação discursiva política apontada por Tiburi (2015), Giorgi (2019) *et al*.

No enunciado (Br-2d-3) temos a combinação de vozes privilegiadas nas manifestações porque a fala era promovida pelos seus organizadores desde os carros de som, repetidas pelos manifestantes. Também se destaca a ressignificação de uma melodia que representou, nos anos '60 e '70, a resistência à ditadura militar no Brasil[331]. É o emprego estratégico da atualização de gritos de ordem, músicas e enunciados contra o governo ditatorial para associá-los às práticas do PT (e do kirchnerismo) e, ao mesmo tempo, dar um tom de épica pátria às manifestações destituintes, legitimando as falas de um "nós" opositor à opressão, ocasionada por "eles", os "ditadores". Primeiramente, o enunciado mira na imagem social e política de Dilma Rousseff demandando sua saída porque não seria querida pelo Brasil. Há um ato de fala diretivo, um

[330] Trata-se de "não notícias", de especulações jornalísticas veiculadas como "fatos", amplamente, pelos meios de comunicação, embasadas em denúncias que não prosperaram na justiça, realizadas por promotores e aceitas por juízes muitas vezes contrariando o que dispõem as leis processuais penais, no contexto jurídico conhecido como *lawfare*. Contudo, o papel dos meios corporativos de comunicação garantiu a eficaz "condenação midiática" dos imputados (BIELSA; PERETTI, 2019) .

[331] Do alto de carros de som, manifestantes puxavam versos como "Dilma vai embora / O Brasil não quer você / Leve o Lula junto / Vagabundo do PT", usando a melodia de "Pra Não Dizer que Não Falei das Flores", canção de protesto contra a ditadura militar composta por Geraldo Vandré em 1968. Fonte: Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603219-manifestantes-em-belem-pedem-impeachment-e-intervencao-militar.shtml>. Acesso em: 16/09/2020.

pedido/mandado, que coloca a ex-presidenta numa situação de inferioridade perante um "nós" que "se coloca em posição de superioridade com relação ao interlocutor" (CHARUDEAU, 2014, p. 86) ao ponto de sentir-se capaz de dar ordens. E, logo na explicação, há uma atribuição da nacionalidade pelo "nós" que, metonimicamente, se autodeclara "o Brasil" que não a quer.

Entretanto, no enunciado sob análise, a descortesia não se restringiu ao âmbito do político senão que, por meio do emprego de um insulto de caráter pessoal ("Lula [...] vagabundo"), atinge a imagem pública tanto de Lula quando dos simpatizantes deste partido político ("do PT").

A parte final dessa música, levemente modificada - "E leva o Lula junto, e os vagabundos do PT"-, também circulou ostensivamente em cartazes em várias das manifestações, assim como as palavras "Korruptos" e "CorruPTos" em outros tantos, produzindo um efeito multiplicador, normalizador e, logo, legitimador dessas falas de ódio.

Nos enunciados (Br-2d-4), (Br-2d-5), (Br-2d-6) e (Br-2d-7), há também o emprego do destaque das letras PT para associar os enunciados ao Partido dos Trabalhadores, porém, de forma diferente. Assim, nos enunciados (Br-2d-4) e (Br-2d-5) estabelece-se, por meio do neologismo "PTralhas" (ou "PeTralhas") um diálogo intertextual com o universo das histórias em quadrinhos. O termo, cunhado pelo jornalista Reinaldo Azevedo, traz para a arena política os personagens de Walt Disney "Irmãos Metralha", uma quadrilha de ladrões que, associados às siglas do partido de Dilma Rousseff, condensam o sentido de crime e filiação partidária.

No enunciado (Br-2d-4), (ANEXO K), há uma composição verbo-visual no cartaz em que pode ser lida a frase "FORA PTRALHAS !!!", com as letras P e T destacadas pela cor vermelha que representa a esquerda e o Partido dos Trabalhadores, e a imagem sorridente dos personagens de Walt Disney. Destacamos a interjeição de afastamento que inicia o enunciado, assim como a escrita em caixa alta e repetição dos signos de exclamação que intensificam o ataque à imagem pública dos governantes, com a conotação de serem ladrões, mas também dos eleitores ou simpatizantes do PT uma vez que o alvo da descortesia é uma generalização.

Já no enunciado (Br-2d-5), primeiramente, da mesma forma que no enunciado anterior, há a interjeição "Fora" e, logo, um ataque descarnado à imagem de Dilma Rousseff sob a desqualificação de ser mentirosa. Na segunda parte se alude aos "Petralhas" e se acrescenta o adjetivo pejorativo "malditos".

Desse modo, por meio dessas estratégias discursivo-retóricas descorteses, em ambos os enunciados se atingem as imagens de Dilma Rousseff e de todos seus eleitores acirrando a polarização dicotômica ao intensificar o caráter negativo deles.

Por sua vez, no enunciado (Br-2d-6), o destaque das letras P e T estão na palavra "PuTa", que é por si própria um insulto ultrajante. Contudo, pela fonética do enunciado de acordo com a variante brasileira do português, todo ele configura um insulto ainda pior:

"Filhos	Dilma	**P**u**T**a"
Filhos	Di-u-ma	puta

Assim como o neologismo PTralhas (e suas variantes), esse "trocadilho" também foi largamente empregado em redes sociais, publicações ou comentários em sites etc. para se referir aos que simpatizavam com o Partido dos Trabalhadores ou com quaisquer dos outros partidos de esquerda. O elemento lúdico, carregado de ironia agressiva, desses enunciados, a julgar pelo efeito contágio em diversos textos dos quais se tem registro na Internet, certamente contribuiu para sua naturalização ao conferir um *ethos* de "inteligência" (CHARAUDEAU, 2018, p. 104) em quem os fez ou contribuiu com a sua disseminação.

Por fim, no enunciado (Br-2d-7), as letras P e T foram associadas à palavra petróleo numa clara referência aos casos de corrupção na empresa petroleira Petrobras. Nele emprega-se novamente a interjeição "**Fora** Dilma 171", junto a uma desqualificação indicada pelos números 171[332] que referem ao artigo do Código Penal brasileiro que tipifica o delito de estelionato. Dessa forma, Dilma é tachada de estelionatária pelo enunciador, ou seja, acusada de ser uma pessoa ardilosa que engana as outras para obter benefícios econômicos. Na segunda parte, o ataque é dirigido à imagem do ex-presidente Inácio Lula da Silva mediante uma frase pretensamente descritiva, na qual é acusado de ser o "pai do mensalão e do PTrolão". Mensalão é o nome "midiático" da ação penal 470, julgada pelo Supremo Tribunal Federal de Justiça, por um esquema de compra de votos no Congresso brasileiro. A acumulação sintagmática (BLAS ARROYO, 2010) por meio às referências ao artigo do Código Penal e a processos da mesma

[332] Segundo o dicionário online Significados, "quando alguém chama uma pessoa de 171, está querendo dizer que este indivíduo é mentiroso, mau caráter e inconfiável. Esta gíria é muito utilizada entre os próprios criminosos, quando acusam aquelas pessoas que participam de seus grupos ou gangues de não serem de confiança". Disponível em: <https://www.significados.com.br/171/>. Acesso em: 25/04/2021.

natureza, contribui à intensificação da descortesia descarnada motivada por refratariedade e, implicitamente, com a polarização entre um "eu/nós" honesto e um "eles" criminoso.

No enunciado (Ar-2d-4), a corrupção se conjuga com a imoralidade, deslocando o foco do ataque do campo político-econômico ao pessoal, o qual escarnece o insulto já que a imoralidade pode significar várias práticas indeterminadas acrescentando, "por discorrer no domínio do implícito" um *plus* de significação descortês (MARLANGEON, 2012).

Dessa forma, nos adentramos na análise de enunciados que conformam o que Bielsa e Peretti (2019) denominam "campanhas de desqualificação" por meio do emprego específico de insultos de ordem netamente moral.

Assim, nos enunciados (Ar-2d-5) e (Ar-2d-6) (ver Quadro 2) os enunciadores empregam uma injúria *ad hominem*, de conotação tanto moral quanto sexual, segundo já vimos, para se referir a Cristina Kirchner: "yegua"[333]. No primeiro deles, a enunciadora (30-40 anos), demanda, aos gritos, que CFK saia do governo ("Que se vaya Cristina"), interpelando-a diretamente desde um lugar de superioridade, que se verá abalizado, desde o ponto de vista da enunciadora, pelo insulto posterior ("yegua") que marca uma diferença "essencial" entre elas, que justifica e legitima o ato de fala descortês proferido. Tal insulto constitui uma estratégia de descortesia descarnada por meio de emprego de vocativos negativos personalizados (CULPEPER, 2011).

Em (Ar-2d-6), além do insulto ("yegua"), há uma acusação de se esconder, de não se dirigir ao público que está se manifestando nas ruas, de "não assumir as responsabilidades"[334] o que, implicitamente, sugere um comportamento covarde da ex-presidenta por parte do enunciador. Os signos de exclamação intensificam a força ilocucionária e o efeito descortês do ato de fala.

[333] Em relação ao termo pejorativo "yegua", Cristina Kirchner em seu livro "Sinceramente" aponta o momento de sua criação e sua reação frente a ele: "Volviendo a las críticas que recibí por mi condición de mujer, durante el conflicto con las patronales agropecuarias por la resolución 125 [ano 2008] sobre las retenciones a la soja, me adjudicaron el apodo de 'yegua'. Los sojeros me hacían reír mucho por su extremo machismo y gorilismo". Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/una-yegua-gobierno-polemico-capitulo-del-libro-nid2241687/>. Acesso em: 24/05/2021.

[334] No contexto sociodiscursivo rioplatense - mas não exclusivamente - não assumir as responsabilidades por algo negativo que alguém tenha feito ("no dar a cara") é visto como um desvalor social.

No enunciado (Ar-2d-7) (ver Figura 3), a enunciadora (40-50 anos) interpela diretamente a CFK em duas oportunidades: ao começo do enunciado ao chamá-la empregando dois animais "GUANACA-YEGUA", e depois pelo nome e sobrenome "CRISTINA KIRCHNER". Essa estratégia, ao mesmo tempo em que conota um posicionamento de "eu/nós" enunciador em posição de absoluta superioridade perante o TU, reforça o direcionamento dos insultos e da iracúndia da manifestante em direção da ex-presidenta.

E, entre duas interpelações diretas, a enunciatária identifica-se em um "nós", marcado pela desinência verbal ("HARE**MOS**") ao emitir um ato de fala com força ilocucionária de ameaça dirigido a CFK, iniciado pelo pronome de objeto indireto "TE", de tratamento coloquial, indicando o não reconhecimento da hierarquia presidencial o qual configura descortesia por evitação proposital de cortesia esperada (MARLANGEON, 2005). Percebemos, nesse enunciado, 4 movimentos estratégicos: uma interpelação injuriosa (falo com você), uma ameaça (digo isto), uma apelação nominal (ei, com você estou falando) e um insulto final ([sua] "CERDA").

Interpelação injuriosa ("GUANACA-YEGUA:) → ato de fala ameaçador (TE HAREMOS CERRAR EL HOCICO Y BAJAR LA CABEZA.) → apelação nominal (CRISTINA KIRCHNER:)→ ataque final à imagem (CERDA!")

A escolha lexical é outro elemento relevante na composição do enunciado descortês, tanto dos adjetivos (guanaca, yegua e cerda)[335] como dos sintagmas verbais "[TE HAREMOS] CERRAR EL HOCICO" e "[TE HAREMOS] BAJAR LA CABEZA". O primeiro deles, "cerrar el hocico", indica a ação de "fechar" a boca de alguém, de fazê-lo calar, de silenciá-lo à força. Por outro lado, o emprego da palavra "hocico" (em português focinho) reduz o alvo da mensagem à categoria de animal. Contextualmente, a ameaça adquire contornos políticos porque manifesta uma oposição aos discursos em rede nacional e atos políticos que CFK realizava amiúde para falar da obra de governo, costume muito criticada midiaticamente sob o significante "la cadena"[336]. O segundo dos sintagmas ameaça com fazer abaixar a cabeça da ex-mandatária,

[335] Como já apontamos na nota de rodapé 87, "guanaco/a" é um camélido sulamericano que cospe como modo de defesa, mas também pode ser empregado como adjetivo como sinônimo de pessoa nojenta; o termo "yegua" normalmente é empregado no sentido pejorativo - mulher de má índole, grosseira (segundo o dicionário online da RAE)-, embora também possa ter significado sexual - mulher sensual ou prostituta -; e "cerda" tem a mesma conotação insultante que em português "porca".

[336] "Cadena Nacional de Radio y Televisión" é o equivalente no Brasil à Rede Nacional, recurso empregado por presidentes e governadores para se dirigir à população para realizar anúncios de importância extraordinária. Os jornalistas dos meios hegemônicos, enfrentados com o governo por causa da lei de regulamentação dos serviços

ou seja, fazer com que cesse a postura "orgulhosa" que, para essa comunidade discursiva dicotômica, Cristina Fernández teria[337]. Tal ameaça estratégica é uma demonstração do posicionamento da enunciadora que reclama poder relativo e intenção de submissão da enunciatária.

Outra estratégia intensificadora percebe-se na escrita do texto em caixa alta que reforça a refratariedade, o sentimento de raiva que experimenta a enunciadora e a alta intensidade da descortesia por fustigação.

No enunciado (Ar-2d-8), há mais de um enunciador pois se trata de um canto coletivo emprestado das torcidas de futebol. Na primeira parte há um ato de fala diretivo (ordens e mandados) no qual se demanda a saída de CFK do governo para se mudar a Angola, como indica o pronome reflexivo do verbo ir "anda**te**". A modalidade imperativa indica a superioridade do falante em relação ao destinatário, a quem trata de "vos", de extrema coloquialidade na variante do espanhol do Río de La Plata ("andá")[338]. O país, Angola, é uma referência à política exterior argentina que se aproximou desse país e concedeu uma linha de crédito para favorecer as exportações argentinas e a recuperação econômica do país africano[339]. E, para finalizar, o agravo moral mediante o insulto "la puta que te parió", que alude à mãe de CFK e a forma de ela obter recursos para a subsitência[340]. É o que Culpeper (2011) denomina descortesia por referências negativas personalizadas de terceira pessoa na audiência do alvo.

No enunciado (Ar-2d-9), consultada por um repórter acerca da motivação de sua participação na manifestação, a enunciadora (60-70 anos), resume seu móbil político no verbo

---

audiovisuais, fizeram uma campanha de deslegitimação dessa forma de comunicação. Uma das promessas de Mauricio Macri na campanha eleitoral nas eleições que vencera em 2015 era "acabar con la cadena".

[337] O *ethos* da ex-presidenta, de "chefe", de "inteligência", de "potência" e de "caráter" (CHARAUDEAU, 2018, p. 138 e seg.) que despertava tanta fidelidade em sua base eleitoral, era interpretado pelo setor social que se manifestava nas ruas, como uma demonstração de soberba e altivez.

[338] Nessa variedade do espanhol, o imperativo do verbo "ir" é substituído pelo verbo "andar": "(vos) andá", "(vos) andate". Verbete: "voseo". In: Diccionario panhispánico de dudas (2005).

[339] "Andate a Angola", a partir de 2012, virou um chavão entre os opositores ao governo cujos registros podem ainda ser encontrados em memes, comentários aos artigos jornalísticos online, foros de discussão e redes sociais. Seu emprego, salvando as diferenças de sentido, guarda certa semelhança, performaticamente, ao "Vai pra Cuba" empregado no Brasil para marcar uma polarização onde o "outro", ao não haver possibilidade de coexistência no mesmo local, é solicitado a ir embora.

[340] Hoje, na Argentina - mas também em outros países -, desde setores do feminismo contestam esta forma insultante, muito popular no sul da América do Sul, por sua conotação sexista.

“joder” à ex-mandatária, a qual indica pelo sintagma “esa que nos está gobernando”, evitando designá-la pelo nome ou pelo cargo que desempenha. E, ato seguido, a qualifica com quatro adjetivos pejorativos: “atorranta”[341], “sinvergüenza” (em português sem-vergonha), “ladrona” (duas vezes), lexema que condensa o sentido de roubo, e “chorra”, que enfatiza esse mesmo sentido. Desse modo, a enunciadora estabelece uma polarização entre um “nós roubado”, e um “eles”, ladrão, sem-vergonha e vagabunda (“atorranta”). A acumulação de adjetivos intensifica a descortesia fustigadora por refratariedade (MARLANGEON, 2005) e deixa transparecer o afeto de ódio da enunciadora.

O enunciado (Br-2d-8), proferido de um caminhão de som de um dos grupos organizadores da manifestação do dia 13 de março na Avenida Paulista, começa com uma interjeição solicitando auxílio (“Ajuda!”), em nome de um “nós” marcado pela desinência (“Va**mos**), para cumprir com a missão de “tirar os **bandidos** do poder”. Dessa forma, identifica-se num coletivo “nós/honestos”, que polariza contra os “bandidos” que, como ele diz, não se restringem à figura da ex-mandatária senão que compreende todos os políticos: “é todos! [os políticos] Todos [eles] são bandidos”. Há um ataque à imagem de Dilma Rousseff, por meio de uma afirmação negativa personalizada (CULPEPER, 2011) ao ser chamada de “bandida”, que se faz extensivo a toda a dirigência política pelo emprego da hipérbole (“é todos”), intensificado pela repetição do ataque *ad hominem* (“Todos são bandidos”).

E, ainda, o locutor intensifica todo o enunciado ao empregar duas interjeições finais apelando para o fim de uma situação que, segundo ele, é insuportável (“Chega! Basta!”), Coloca-se, dessa forma, numa situação de superioridade frente a Dilma Rousseff e a classe política, “bandidos”, e por isso exige o fim.

Nos enunciados (Br-2d-9) e (Br-2d-9), há ataque aos petistas em geral mediante o emprego de substantivos coletivos com sentido de criminosos. Em (Br-2d-9), o enunciador qualifica o ex-presidente Lula como o “chefe de **quadrilha**”, ou seja, de associação de pessoas com fins delitivos, a ainda impreca que “vai ficar fora de novo [do governo]”, uma clara alusão à

[341] Segundo o dicionário online da Real Academia Espanhola, “atorrante/a” significa: 1. adj. despect. Arg. y Ur. vago (‖ holgazán), 2. adj. despect. Arg. y Ur. Desfachatado, desvergonzado, 3. m. y f. coloq. Arg., C. Rica, R. Dom. y Ur. p. us. Vagabundo sin domicilio fijo. Disponível em: < https://dle.rae.es/atorrante?m=form>. Acesso em: 20/05/2021.

decisão monocrática do membro do Supremo Tribunal Federal de justiça que não permitiu que seja nomeado Chefe da casa Civil pela ex-presidenta[342].

Como explica Ahmed (2015), dentro da narrativa do ódio, ele não se resume em uma figura senão que se desliza entre signos diferentes criando um contorno de diferentes figuras ou objetos de ódio com o comum denominador de serem "ameaças". Dessa forma, no enunciado há um ataque às imagens públicas dos petistas, realizado por descortesia por fustigação (MARLANGEON, 2005) sob a atribuição da qualidade de serem criminosos organizados ("quadrilha") e, em especial, a do ex-presidente Lula por ser o chefe dos facínoras.

Já no enunciado (Br-2d-10), a referência com a associação criminosa é estabelecida por meio da ex-presidenta Dilma Rousseff, elevada à categoria de chefa: "Fora [você] c/[om] seu bando[343] [de criminosos]". Assim, ataca-se deliberadamente tanto a imagem pública de Rousseff como a dos partidários do PT. Entretanto, a imagem da ex-presidenta é atacada já no começo do enunciado uma vez que o enunciatário se dirige desafiadoramente ("Dilma,") sem respeitar as fórmulas de respeito devidas a um mandatário, o qual configura descortesia por sonegação de cortesia esperada (MARLANGEON, 2005), e pelo ataque descarnado "quando você aparece dá ansia de vomito", ou seja, a descreve como um ser repulsivo e vomitivo. Esses enunciados dissimuladamente "descritivos" têm a capacidade de portar afetos de ódio de teor, por vezes, extremos.

No cartaz do enunciado (Br-2d-11), novamente se ataca a imagem de Dilma Rousseff, desta vez ativando a clássica metáfora da maçã podre[1] que deve ser retirada para que não estrague o resto. Contudo, há uma troca da fruta original por "melância" (sic), certamente indicando que a ex-presidenta estaria excedida de peso; ou que sua podridão seria muito superior

[342] Em 18 de março de 2015, o juiz Gilmar Mendes entendeu que a nomeação seria uma forma de evitar a prisão preventiva do ex-presidente Lula, investigado pelo Juiz Sérgio Moro na ação conhecida como "Lava Jato", e determinou sua anulação. Seis anos depois Mendes seria o relator de uma ação no STF que decretaria a nulidade, por suspeição do juiz Moro, de todos os processos contra Lula da Silva. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/gilmar-mendes-suspende-nomeacao-de-lula-como-ministro-da-casa-civil.html>. Acesso em: 21/05/2021.

[343] O dicionário online Michaelis traz, na terceira acepção, a seguinte explicação: 3. Gangue de pessoas que praticam atividades antissociais ou ilegais; quadrilha: "Seu bando fora abatido na emboscada. Só ele sobrevivera, com um balaço na virilha e outro no ombro". Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/bando/>. Acesso em: 27/05/2021.

à de uma maçã. Há no emprego descortês dessa referência negativa personalizada (CULPEPER, 2011) um ataque à sua imagem motivado por refratariedade.

Chegamos, assim, ao final desta série de enunciados nos quais o principal móbil da descortesia estriba em ataque à honra, principalmente contra as pessoas dos ex-presidentes Cristina Fernández de Kirchner, Dilma Rousseff e Luis Inácio Lula da Silva, sem arguir motivações políticas como é esperado em manifestações dessa natureza. Em consequência, sem importar o que eles de fato possam ter feito como mandatários, são atacados por terem caráter "essencialmente mau": corruptos, vagabundos ou atorrantes, yegua (e outros animais de conotação negativa), PTralhas, sem-vergonhas, filhos da p..., ladrões, criminosos ou podres. Esses termos, em essas especiais comunidades de fala condicionada, tornam-se portadores de algo "que existe em si, de maneira absoluta, impondo-se inevitavelmente" (CHARAUDEAU, 2018, p 99), produzindo um efeito de evidência.

Na seguinte série, veremos mais enunciados descorteses e portadores de afetos de ódio, mas com conotação sexual.

e) Fustigação por refratariedade: *ataque direto à honra com conotação sexual* (2e)

Nos enunciados desta categoria, sempre com o mesmo propósito de destruição da imagem do "outro" mediante ataque à honra subjetiva, a descortesia por fustigação se expressa mediante ataques à imagem de teor sexual, muitas vezes misóginos, com afetos de ódio extremo e caraterísticas próprias da violência simbólica. Como Explica Márcia Tiburi:

> A agressividade verbal é uma forma conhecida de violência simbólica. Fofoca e difamação também fazem parte dessa violência que se faz com palavras e atos de fala, mas em uma escala que não parece tão perigosa na maior parte dos casos. Falar é fazer, mas pensamos pouco nesse fato (TIBURI, 2015).

O ataque à honra em quase todos os casos é direto, dirigido contra Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, mas também há dois casos, um deles implicando ao ex-presidente Lula, em que são indiretos por referência às progenitoras.

Argentina	Brasil
(Ar-2e-1) "Cristina, **conchuda,** vos sos la dictadura". (coro) (V1-AR 2,55")	(Br-2e-1) "Ei, Dilma, **vai tomar no cu.**" (coro) (Piauí) (V6-BR 3,16") (V1-BR 0,52")

(Ar-2e-2) “KRIS... NO TE VAYAS CON CHAVEZ!! ANDATE **CON... CHUDA**!”. (cartaz) Figura 29 (Ar-2e-3) “NO TE VAYAS CON -CHAVES ANDATE **KON-CHUDA**!!”. (cartaz) (Ar-2e-4) “EN EL CIELO LAS ESTRELLAS EN EL CAMPO LAS ESPINAS EN LA TV ARGENTINA LA **CONCHUDA** DE CRISTINA”. (cartaz) (Ar-2e-5) “**Agarrame ésta**, Cristina”. (manifestante apontando para sua vagina) (V4-AR 0’,52”) (Ar-2e-6) “Yo me quiero ir todos los años de viaje a Punta del Este pero esta **negra puta** no me deja”. (V4-AR 0’,45”) (Ar-2e-7) “Es para vos, es para vos, Cristina **puta** la puta que te parió”. (coro) (V4-AR 9,00”) (Ar-2e-8) “**PeTera**”. (cartaz) (Ver figura 29)	(Br-2e-2) “Quem se habilita, **comer a Dilma sem birita**”. (coro) (V5-BR 0’,05”) (Br-2e-3) “A Dilma **quer transar**, quem vai se arriscar? le, le, le, **Bota pra fuder!**”. (coro) (V5-BR 0’,34”) (Br-2e-4) (cartaz) “Dilma, pare de ferrar o Brasil e **vai transar**.” (Ver figura 30) (V5-BR 0’,14”) (Br-2e-5) “Dilma sua **putinha**”. (cartaz) (Ver figura 30) (Br-2e-6) “Dilma com **dedo no cu** do povo”. (cartaz) (Br-2e-7) “”DILMA, não dobre a meta. Dobre a **mandioca** e **senta nela**!!”. (cartaz) (Ver figura 30) (Br-2e-8) “Lula já **comi sua mãe**”. (cartaz)

Nos primeiros quatro enunciados dos manifestantes argentinos, há uma desqualificação realizada com o emprego do lexema “conchuda”[344] que, na variante argentina do espanhol, remete ao órgão genital feminino (concha).

Assim, no enunciado (Ar-2e-1), num canto coletivo oriundo das torcidas de futebol, logo após a interpelação à ex-mandatária argentina, emprega-se esse termo para qualificá-la de forma injuriante mediante a referência negativa personalizada (CULPEPER, 2011): “Cristina, conchuda”. E finaliza a descortesia com um fortíssimo ataque a sua imagem com argumentos de natureza política, como os vistos na série Ar-2b, ao se referir a CFK, hiperbolicamente, como “[vos sos] **la ditadura**”.

[344] “Cochuda” Está formado pela raiz “conch” + o sufixo aumentativo -uda. Seu significado mais extendido na América do Sul é “pessoa indolente, cínica, sem-vergonha, traiçoeira etc.”, porém, em Argentina, Bolívia e Uruguai também se refere ao tamanho avultado da vagina. Disponível em: <https://www.definiciones-de.com/Definicion/de/conchudo.php>. Acesso em: 24/05/2021.

Nos enunciados (Ar-2e-2) e (Ar-2e-3), há um trocadilho com o primeiro dos sobrenomes do falecido ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez Frías, e a preposição "con". Dessa forma, ante uma viagem realizada pela mandatária argentina ao país caribenho, os enunciadores aconselham não viajar ("NO TE VAYAS"), e trocam o sobrenome por outro inexistente, mas que produz sentido aviltante na composição fonética:

Não ir "**con Chávez**" → ir **con… Chuda** = ir **conChuda**

Há entre eles pequenas diferenças: em (Ar-2e-2) há uma interpelação direta a CFK por meio de um apelido em que se destaca a letra K que designa, nessa comunidade discursiva, aos kirchneristas; "KRIS...". No enunciado (Ar-2e-3), o destaque dessa letra aparece na proposição que compõe foneticamente o adjetivo: "**K**ON-CHUDA".

Adicionalmente, a descortesia por refratariedade à figura da ex-mandatária, em ambos enunciados, se intensifica pelos recursos da escrita em letras de caixa alta e a modalidade exclamativa, com abundante emprego de signos de exclamação.

No enunciado (Ar-2e-4), o manifestante (20-30 anos) fez uma adaptação de um verso popular infantil argentino[345] trocando as duas últimas frases para se referir a CFK que estaria sempre na televisão, com o qual se ativa o significante "la cadena nacional" visto acima, e é qualificada como "conchuda". Neste "gracejo", há explícitamente um ataque à imagem de Cristina Kirchner, motivado pela refratariedade do enunciador descortês. Destacamos novamente que o cômico tem a capacidade de fazer que os discursos de ódio circulem com maior velocidade graças ao ethos de engenhosidade de quem o fez, o reproduz e/ou compartilha (CHARAUDEAU, 2018). Com este enunciado não foi diferente, ainda hoje é possível ver muitos memes circulado pela rede mundial de computadores repetindo-o.

No enunciado (Ar-2e-5), encontramos um ataque à imagem de CFK realizado por uma expressão verbo-gestual. Assim, a manifestante (20-30 anos) irrompe ante as câmeras de televisão, faz um gesto com sua mão segurando sua genitália ao grito de "Agarrame ésta [a vagina], Cristina". Essa expressão, estruturada por meio do verbo [agarrar] + complemento [esta],

[345] O verso popular original é: "En el cielo las estrellas, / en el campo las espinas, / y en el medo de mi pecho,/ la ¡República Argentina!". Foi escrito em 1883 por José Piñeiro, um imigrante espanhol, e se repete por gerações desde então. Disponível em: <https://www.infobae.com/sociedad/2020/04/19/la-historia-de-un-famoso-refran-en-el-cielo-las-estrellas-en-el-campo-las-espinas-y-en-el-medio-de-mi-pecho-la-republica-argentina/>. Acesso em: 26/05/2021

é usada na América do Sul principalmente por homens, dada sua natureza chula, para expressar desacordo de forma provocativa e soez. Além de descortesia direta por refratariedade (MARLANGEON, 2005), intensificada pelo vocativo final pronunciado enfaticamente ("Cristina"), há um alto investimento emocional e ódio extravasado tanto pelas palavras quanto pela gestualidade.

Na sequência de enunciados das manifestações brasileiras, a quase totalidade das referências sexuais tem como alvo Dilma Rousseff. Talvez a mais popular nos eventos políticos destituintes, mundialmente conhecida por ocasião da inauguração da Copa do Mundo de Futebol de 2014 realizada no Brasil, e despertado indignação social mundo afora, é a que se expressa no enunciado (Br-2e-1). Começa com uma interjeição para chamar a atenção do destinatário "**Ei**, Dilma", e segue com uma estrutura imperativa ("vai tomar") + complemento ("no cu"). A vulgaridade, ecoada em milhares de vozes, concorre com o teor sexista em que os enunciadores, proferem um ato de fala diretivo com a força ilocucionária ordenar à enunciatária a pratica de sexo anal.

No enunciado (Br-2e-2), um gupo de jovens (30-40 anos) recita freneticamente, em forma de canto de torcida de futebol, uma pergunta retórica acerca de haver alguém disposto ("Quem se habilita") a fazer sexo com a ex-presidenta ("comer a Dilma") sem estar alcoolizado ("sem birita"). De modo supostamente "cômico", os enunciadores sugerem que fazer sexo com a ex-presidente seria um sacrifício ao não corresponder com os cânones de beleza e juventude necessários para eles. Segundo o sentido implícito do enunciado (CHARAUDEAU, 2014, p. 227), seria necessário fazer sexo com a ex-presidenta para o bem de todos, ativando o clichê da insatisfação sexual feminina como causa dos problemas. Além disso, dão por suposta a aceitação de Rousseff ou, na pior das interpretações dos implícitos possíveis, prescindiriam dela aderindo, desse modo, à cultura do estupro[346] ao assumir que o sexo à força pode ser legitimado se hover

[346] A "cultura do estupro", como indica Lília Schwartz (2019, p. 190 e seg.), remonta à época da escravidão no Brasil em que "mulheres indígenas e negras, além de serem consideradas produtoras de riqueza [...] serviam a seus proprietários como instrumento de prazer e gozo". Contudo, problematizando a discussão, Rita Segato (2017, p.18) explica que o estupro não obedece à pulsão libidinal traduzida em satisfação sexual do estuprador, senão a "un mandato de pares o cofrades masculinos que exige la prueba de pertenencia al grupo". A finalidade da agressão, portanto, não é da ordem sexual e sim do poder. Nos últimos anos, no Brasil, têm aumentado os "estupros corretivos" em que vários homens agridem sexualmente mulheres, principal, mas não exclusivamente, homoafetivas para "corrigir o erro". Dessa forma, fortalece-se a supremacia simbólica disciplinadora masculina e sua preponderância na ordem social. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/02/04/estupro-corretivo.htm>. Acesso em: 26/05/2021.

“motivaçãoes nobres”. Em abono de nossa interpretação, Van Dijk (2012, p. 255) explica que a manipulação discursiva que procura a hegemonia de grupos dominantes não se materializa por meio de estratégias linguísticas específicas, e sim por “estruturas de discurso” empregadas “na persuasão, na informação, na educação ou em outras formas legítimas de comunicação”. Consequentemente, devemos, como analistas, soltar as amarras da literalidade e prospectar todos os sentidos possíveis dos enunciados.

Com uma conotação semelhante, no enunciado (Br-2e-3), pretensamente lúdico, os mesmos enunciadores anteriores sugerem que a ex-mandatária brasileira teria vontade de ter relações sexuais (“A Dilma **quer transar**”), talvez pelo fato de não estar casada. E logo realizam uma pergunta retórica, com a escolha do verbo “arriscar” conotando o periculosidade de fazer sexo com Rousseff segundo os manifestantes descorteses, acerca de haver alguém disposto a ‘correr o risco’: “quem vai se arricar?”. A frase final, “Bota pra fuder!”, um grito de ânimo para quem está em uma situação de dificuldade, intensifica o “risco” de fazer sexo - uma situação “extrema”- e o caráter “sanador” do sacrifício.

A insinuação de que Dilma estaria “querendo” sexo constitui um ataque à imagem da presidenta por supor que algo da esfera íntima seja colocado em evidência, ou insinuar que deva ter alguma relação com o desempenho no alto cargo público que ocupava. E, ainda, sugerir que seja arriscado é mais um argumento que agrava a descortesia por fustigação.

No enunciado (Br-2e-4), logo após a interpelação pessoal (“Dilma”), o enunciador dá a ordem de deixar o governo porque estaria fazendo mal para o país (“**pare de ferrar** o Brasil”). Nesse ato diretivo, o enunciador se coloca numa posição superior, de dominação, que se completa com a segunda ordem de teor sexista “e **vai transar**”. Por outro lado, o enunciado sugere que os supostos erros no governo estariam ocasionados pela insatisfação sexual da ex-presidenta, uma mulher divorciada que não tem relacionamentos conhecidos, consequentemente, dá a sugestão/recomendação/ordem “vai transar [fornicar]” que implicitamente sugere ser o melhor para o Brasil/todos nós.

Ativa-se, desse modo, o clichê "lugar de mulher é na cozinha ou na cama", segundo o qual há uma "natural" divisão social das tarefas em que a mulher fica relegada ao âmbito do lar[347].

No enunciado (Br-2e-5), o enunciador qualifica a Dilma Rousseff por meio a uma referência negativa personalizada (CULPEPER, 2011) como prostituta. E, em consonância com sua finalidade descortês, emprega duas estratégias de intensificação do caráter pejorativo. A primeira, mediante o emprego do possessivo "**sua** putinha", que não tem função dêitica de indicar propriedade e sim, pragmaticamente, de intensificar o adjetivo[348]. A segunda, por meio do uso do diminutivo ("put**inha**") que, unido a uma base pejorativa, intensifica esse sentido (SANDMANN, 1988, p. 74-75)[349].

Nas manifestações destituintes na Argentina, o enunciado (Ar-2e-6) também refere à ex-presidenta como prostituta. O enunciador (20-30 anos) reclama de não poder realizar sua vontade de ir de férias todos os anos à cidadede Punta del Este, no Uruguai, porque CFK, segundo ele, não o permite[350]. E qualifica a ex-mandatária como "negra puta", num sintagma que combina racismo e misoginia. Tanto a escolha lexical quanto o teor furibundo de enunciado configuram, além de descortesia fustigadora (MARLANGEON, 2005), discurso de ódio que expressa a refratariedade do enunciador para com Cristina Kirchner.

No enunciado (Ar-2e-7), novamente há uma desqualificação da ex-presidenta por meio de uma afirmação negativa personalizada (CULPEPER, 2011): "Cristina **puta**...". Há uma preocupação quase obsessiva na preferência por temas do âmbito da moral e da sexualidade para

---

[347] É necessário destacar que, com esclarece Van Dijk (2012, p. 329), a manipulação discursiva, cujo escopo é o controle social, ou seja, a (re)produção da desigualdade, independe das intenções dos falantes ou da consciência dos receptores da manipulação. Portanto, ela deve ser entendida a partir de suas consequências sociais.

[348] Procuramos na literatura especializada explicações desse uso dos possessivos na variante brasileira do português, mas não tivemos sucesso. Porém, encontramos muitos exemplos dessa função pragmática, por exemplo: seu imbecil ("Deixa de ser criança, seu imbecil!"), seu energúmeno ("Não mexa nas minhas coisas, seu energúmeno!"), sua louca/sua retardada ("Sua louca, descarada, você que falou da minha família, sua retardada mental"). E outros de sentido positivo: sua linda ("Amiga, sua linda, tenho algo pra te contar".), seu fofo ("Pare de me olhar assim, seu fofo!").

[349] O autor (1988, p. 74) pondera que "pode-se afirmar sem receio que os sufixos de aumentativo e diminutivo -ão e -inho se prestam hoje mais à expressão do apreço e desapreço - contêm, portanto, elementos de emocionalidade - do que à expressão neutra do tamanho grande ou pequeno".

[350] Certamente está se referindo às restrições para adquirir dólares uma vez que nunca houve nenhuma limitação à entrada ou saída daquele país.

ferir a imagem das mulheres que acedem a altos cargos, principalmente no âmbito político[351]. Como explica Schwartz (2019, p. 187), "quanto mais as mulheres vão conseguindo impor sua independência, tanto maior tem sido a reação masculina e as demonstrações de misoginia".

Contudo, os ataques às imagens nem sempre foram dirigidos diretamente às pessoas das ex-mandatárias, mas também, por meio de referências negativas personalizadas a terceiras pessoas no círculo próximo ou familiar do alvo da descortesia (CULPEPER, 2011), alcançaram as imagens de suas progenitoras. Assim, no mesmo enunciado, Cristina Kirchner é chamada de filha de uma prostitua mediante o sintagma nominal "**La puta que te parió**". Trata-se de um canto, nascido nas torcidas de futebol, em que todos os presentes cantam normalizando e naturalizando essas falas carregadas de afetos de ódio.

Continuando com as manifestações brasileiras, da mesma forma que no enunciado anterior, em (Br-2e-6), um jovem (20-30 anos) expressa em um cartaz ter feito sexo com a mãe do ex-presidente brasileiro o qual, por inferência direta, implica que a progenitora de Lula seria, segundo o enunciador, uma prostituta. Além da desqualificação por ataque à honra, no caso de Eurídice Ferreira de Melo há também um desrespeito à sua memória já que falecera em 12 de maio de 1980 enquanto seu filho Lula estava preso por liderar uma greve operária[352]. Essa descortesia demonstra um alto grau de refratariedade do enunciador que não hesita em escolher a desonra da memória de uma mulher migrante, trabalhadora e abnegada para ferir a imagem do ex-presidente.

Por sua vez, no enunciado (Br-2e-7), para dizer que a obra de governo de Dilma Rousseff é prejudicial para a população, o manifestante emprega a metáfora sexista do dedo no ânus ("dedo no cu") que, metonimicamente, atingiria todos os habitantes do país ("o povo"). Podemos

---

[351] Ana Daniella Fechine Leite e Margarete Almeida Nepomuceno explicam que "o espaço da liderança e política parlamentar [...] é da dominação masculina. Às mulheres cabe a passividade, o lar, a vida privada, cuidar dos filhos e maridos [...] as mulheres, mesmo quando chegam aos mesmos postos de liderança que os homens, da mesma forma que eles chegaram, no caso, por eleições, sentem-se cobradas por um papel que lhes é socialmente concebido: a mãe, esposa, do lar. Assim, ao preencherem espaços que, segundo a regra patriarcal, não lhes são direitos possíveis, essas mulheres causam desconfortos e sua presença é encarada como ilegítima. Se é rígida na sua gestão, é considerada amarga; se cobra dos seus subordinados, é insensível; se não tem filhos ou marido, é ressentida, mal amada e incompleta". Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-0856-1.pdf>. Acesso em: 20/05/2021.

[352] Na ocasião, "Luiz Inácio da Silva foi autorizado pelo diretor-geral do Departamento de Ordem Política e Social (Dops),Romeu Tuma, a comparecer ao velório de sua mãe, Eurídice Ferreira, conhecida como Dona Lindu". Fonte: Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-1980-lula-foi-autorizado-comparecer-ao-velorio-da-mae-em-sao-bernardo-do-campo-23413706>. Acesso em: 20/05/2021.

entrever uma intertextualidade implícita com a afirmação, amplamente divulgada nas redes sociais, de que a ex-mandatária "colocaria o dedo em tudo", metáfora para significar que se interessaria por todos os assuntos da política[353]. É interessante destacar que uma atitude que poderia ser considerada positiva em um político homem, torna-se uma desqualificação quando é uma mulher quem está no poder. No enunciado, esse interesse se transforma em uma prática sexual abusiva que cria uma dicotomização entre um "eles", o governo sodomizador, e um "nós", paciente da sodomização, com o quem o enunciador se identifica. Há também, nessa estratégia discursiva descortês, um ataque à imagem pública de Dilma Rousseff como governante, ou seja, a sua honra subjetiva por injúrias realtivas ao desempenho no cargo de presidenta que ocupava.

Já no enunciado (Br-2e-), o manifestante (30-40 anos) fazia uma referência intertextual a dois discursos de Dilma Rousseff. Um deles quando, em ocasião de anunciar os objetivos do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), manifestou que dobrariam a meta de beneficiários contemplados no programa de auxílio estatal[354]. O segundo, faz referência intertextual com o discurso em que a ex-presidenta inaugurou os I Jogos Mundias dos Povos Indígenas e falou da mandioca[355].

O manifestante, logo interpela diretamente a ex-presidenta ("DILMA,"), escrita em caixa alta e cor vermelha com contornos amarelos, para se destacar do resto do enunciado, emite três atos de fala diretivos. O primeiro deles ("não dobre a meta") alude à ação de governo de forma metonímica. Dessa forma, a medida de governo "dobrar a meta", nessa articulação discursiva, constitui uma sinédoque que faz extensiva uma medida específica a toda a obra do governo de Dilma Rousseff.

---

[353] À época, Dilma Rousseff se referiu a este tema em uma entrevista ao jornal estadunidense "The Washington Post", no dia 25 de junho, nos seguintes termos: "Eu acredito que tem um pouco de preconceito sexual ou preconceito de gênero. Eu sou descrita como uma mulher dura e forte, que coloca seu nariz em tudo que ela não deveria, e dizem que eu sou cercada por homens 'meigos' [...] Você, alguma vez, já ouviu alguém dizer que um presidente homem coloca seu dedo em tudo? Eu nunca ouvi isso". Fonte: Jornal O Globo.

[354] No discurso, no dia 28 de julho de 2015, a ex-presidenta manifestou: "Não vamos colocar meta. Vamos deixar a meta aberta, mas quando atingirmos a meta, vamos dobrar a meta". Fonte: Revista Época. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2015/07/frases-que-resumem-semana895.html>. Acesso em: 24/05/2021.

[355] Em 23 de junho Dilma Rousseff expressou: "Nós temos a mandioca, nós estamos comungando a mandioca com o milho. E certamente nós teremos uma série de outros produtos que foram essenciais para o desenvolvimento da civilização humana ao longo do século. Então, estou saudando a mandioca, uma das maiores conquistas do Brasil". Fonte: Jornal O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-lancamento-de-jogos-dilma-compara-criatividade-indigena-evolucao-das-mulheres-sapiens-16536539>. Acesso em: 24/05/2021.

A seguir, é sugerido/ordenado à ex-mandatária "dobrar a mandioca". A repetição do verbo "dobrar" ao invés de endireitar que talvez seria mais apropriado, tem um efeito intensificador que é conseguido pelo paralelismo dos sintagmas que articulam a injunção negativa ("não dobre") e a positiva ("dobre").

O enunciado finaliza com a sugestão/ordem de "sentar nela", ou seja, na mandioca, numa alusão metafórica ao ato sexual já que o tubérculo tem, no Brasil, uma conotação sexual quando compõe sintagmas verbais como "plantar a mandioca"[356] ou "sentar na mandioca". Os dois signos de exclamação, gigantes, que finalizam o texto e intensificam o enunciado descortês, que fustiga a imagem de Dilma Rousseff por refratariedade do enunciador a sua pessoa (MARLANGEON, 2017).

Para finalizar esta série de enunciados que ferem a honra recorrendo a desqualificações de ordem sexual, apontaremos os enunciados que remetem à prática do sexo oral. Em (Ar-2e-8), duas enunciadoras (20-30 anos) portam cartazes iguais com a palavra "PeTera", que é uma forma vulgar de se referir na Argentina à mulher que realiza habitualmente *fellatios*, sugerindo que CFK o faria. A descortesia na eximidade forçada, não querida por quem é alvo da descortesia que vê aspectos de sua vida íntima, sem importar se são reais ou não, "desfilar" publicamente com a intenção de ofender, de deslegitimar, de destruir o *ethos* de governante íntegro. O discurso, desse modo, carrega-se de afirmações negativas da atuação do "outro" que se traduzem em acusações desqualificadoras que, como aponta Marlangeon, constituem descortesia por fustigação. Segundo a autora (2012), a descortesia por fustigação confronta o "outro" sempre com a intenção de acusar, de menosprezar.

f) Descortesia por refratariedade: *desejo tanático* (2f)

Finalmente, encontramos a descortesia extrema expressada por um desejo tanático que significa simplesmente o desejo da aniquilação do "outro", o desejo da não existência.

Entretanto, os enunciados desta série não devem ser vistos como uma forma agravada dos enuciados das séries anteriores e sim como uma nova forma, *sui generis*, já que não é a mudança da linha política das governantes na Argentina e no Brasil, nem sua saída do poder o que

[356] O Dicionário inFormal (*online*) define "plantar a mandioca" como "manter relação sexual". Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/significado/plantar+a+mandioca/672/>. Acesso em: 24/05/2021.

mobiliza os manifestantes senão a extrema polarização dicotômica, a imposibilidade de coexistência, que se externa no desejo da não existência de Lula, CFK e Dilma Rousseff.

Argentina	Brasil
(Ar-2f-1) "KRISTINA ANDATE CON CHAVEZ". (3', 36") (Ar-2f-2) "**Néstor** [Kirchner]**, llevala**". (V6-AR 0',38") (Ar-2f-3) "Podía volver [Néstor Kirchner] y **llevar a su esposa**". (V6-AR 0,40") / "Néstor [Kirchner] volvé, te olvidaste a Cristina". (Cartaz) (V6-AR 17',29") (Ar-2f-4) "**Andá con Néstor**, la puta que te parió (canto)". (V4-AR 2',20") (Ar-2f-5) "Cuando se haga un botox, ¿si? ojalá **la aguja se le piante y se le vaya para otro lado** ¿qué sé yo?". (V6-AR 0',47") (Ar-2f-6) (Cartaz) "**Muerte a los K y a Moreno**". (V6-AR 17',14") (Ar-2f-7) "Kristina: ya tenés tu Versalles solo falta **la guillotina**". (cartaz) (V6-AR 1',21") (Ar-2f-8) "Kirchneristas Kirchneristas / dejen de robar / porque en esta linda plaza / los vamos a colgar". (canto) (V8-AR 2', 13")	(Br-2f-1) "**Comunista é bom morto**/ Dilma, Maduro, Hugo, Fidel, Cristina, Lula / Lixo do mundo" (cartaz) (Br-2f-2) "Dilma **go to hell Chávez is waiting for you**!". (cartaz) (Br-2f-3) "Dilma, você só tem três opções: renúncia, **suicídio** ou impeachment. A escolha é sua". (cartaz) (Br-2f-4) "**DILMA se você for para o inferno** leva a minha Sogra?" | "Sogra!! se você for para o **inferno leva a DILMA**?" (2 cartazes) (Br-2f-5) Boneca de Dilma e Lula enforcados numa ponte (bonecos) (Ver Quadro 1)

Começando pelos enunciados das manifestações destituintes no Brasil, em (Br-2f-1) há uma adaptação do bordão "bandido bom é bandido morto"[357], lugar comum em discursos punitivistas em direito criminal, que implica anuência com o desrespeito pelos direitos humanos fundamentais[358]. No enunciado, o manifestante equipara, por associação intertextual, "bandido" a

[357] Uma pesquisa de opinião revelou que 60% dos brasileiros concordam com essa frase e 34% discordam, embora 70% reconheça que "os policiais costumam abusar da violência". Disponível em: <https://examedaoab.jusbrasil.com.br/noticias/401711699/bandido-bom-e-bandido-morto-dizem-60-dos-brasileiros>. Acesso em: 27/05/2021.

[358] Como aponta Samira Bueno (2019), no Brasil a população, principalmente de classe D e E, está amedrontada pela proximidade da violência em suas experiências cotidianas e, descrentes das políticas públicas, é seduzida por discursos de políticos oportunistas "de comportamento autoritário [...] ainda que tudo o que preguem contrarie não apenas um amplo repertório de estudos e evidências científicas acerca do que funciona para o enfrentamento da violência, mas, principalmente, contrariam a própria lei e os pactos mínimos estabelecidos no ambiente democrático"

“comunista” para construir um sentido, com base na representação social de uma grande parte da população, da necessidade de essa solução extrema. A posição temática do lexema “comunista” contribui para destacar a importância do problema que essa ideologia política significa para o locutor. E, a continuação, enumera nominalmente os comunistas que deveriam ser eliminados para finalizar com uma qualificação hiperbólica mediante o emprego do sintagma “lixo do mundo”. Tal acumulação intensifica o poder dos comunistas (são muitos) e, por conseguinte, a periculosidade do mal que deve ser exterminado.

O enunciado se apresenta como uma descrição objetiva, uma constatação, que produz o efeito evidencial da asserção (CHARAUDEAU, 2014, p. 100) de terem que SER MORTOS porque SÃO comunistas.

Comunista = lixo do mundo [**portanto**] é bom que sejam /tem que ser mortos

Não é a lógica da polêmica política e sim da guerra que, como aponta Merlin (2019), estabelece a polarização em termos de “amigo / inimigo”, na qual vale tudo para conseguir o único resultado possível: a aniquilação real ou simbólica do oponente.

No enunciado (Br-2f-2), há um ato diretivo, uma ordem, a Dilma Rousseff para “ir pro inferno”, mas não no sentido metafórico senão real, desejando sua morte, como se conclui da segunda parte do enunciado em que, segundo o manifestante, o falecido ex-presidente venezuelano Hugo Chávez[359] estaria esperando-a.

Nessa ordem/petição, o manifestante se coloca em uma posição de superioridade em relação a Dilma, ao se dirigir pelo prenome evitando o emprego das formas de tratamento esperadas por uma presidenta, o qual constitui descortesia por negligenciamento deliberado de cortesia esperada (MARLANGEON, 2017, p. 100).

Dessa forma, além de desejar explicitamente a morte de Dilma Rousseff, implicitamente o enunciador qualifica pejorativamente a Chávez e Dilma porque seriam dignos de irem ao inferno

(BUENO, 2019, p. 159-160). Além do mais, dentro da dimensão diquelógica do direito, o direito à vida é supremo, nada está antes dele, mesmo nos casos de legítima defesa ou cumprimento de um dever legal.

[359] Hugo Rafael Chávez Frías faleceu em 5 de março de 2013 na cidade de Caracas, Venezuela.

por sua identificação política e a orientação de seus governos, e estabelece uma polarização entre "eles", os merecedores do inferno, e um "nós" que, *contrario sensu*, mereceriam o céu.

Apesar de estar participando na manifestação na cidade de São Paulo, o enunciador escolheu escrever o cartaz em inglês, o qual era comum nos movimentos sociais conhecidos como "primaveras árabes", na região africana de Magreb, "Indignados", na Espanha, e nos cacerolazos argentinos, na intenção de captar a atenção dos meios de comunicação de fala inglesa.

Por sua vez, no enunciado (Ar-2f-1), o enunciador, também mediante um ato de fala diretivo, ordena a CFK que vá com Hugo Chávez. Este enunciado pertence à manifestação de 18 de abril, conhecida como #18A, realizada poucos dias depois do falecimento do mandatário caribenho. O primeiro a destacar é a troca da letra C de do prenome "KRISTINA", que especifica a quem vai destinado o desejo tanático, mas também a qualifica como "K", motivo de desejar a morte: vá com Chávez por ser "K".

Já nos enunciados argentinos (Ar-2f-2), (Ar-2f-3) e (Ar-2f-4), o desejo de morte de Cristina Kirchner opera pela referência ao falecido marido, o ex-presidente Néstor Kirchner[360]. São enunciados orais, escritos em cartazes ou cantados em coro, cujo conjunto exemplifica muito bem os conceitos de eco e caixa de ressonância discursivos produzidos nas comunidades de fala condicionadas pelo discurso de ódio.

Desse modo, no enunciado (Ar-2f-2), a manifestante (50-60 anos) olha para o céu e, fazendo de conta que fala com o falecido presidente argentino, solicita-lhe que leve CFK consigo ("Néstor, llevala"). Nessa alocução, a referência a Cristina não é nominal senão indicada pelo pronome de objeto direto "leva**la**". Na expressão gestual e na entonação da frase percebe-se uma clara demonstração de cansanço e moléstia, real ou fingido, da enunciadora com a ex-presidenta que completa o enunciado, implicitamente, a modo de justificação do pedido:

Néstor, leve-a [**porque**] no a aguentamos mais

[360] Néstor Kirchner faleceu em 27 de outubro de 2010, à idade de 60 anos, na cidade El Calafate, na província de Santa Cruz, no extremo sul da Argentina.

Não podemos deixar de perceber que, para a enunciadora, o papel do homem na resolução dos problemas é primordial uma vez que solicita a ele que se encarregue da morte de CFK para acabar com a situação estafante, segundo ela.

O mesmo acontece com os enunciados que agrupamos em (Ar-2f-3). No primeiro deles, a enunciadora (60-70 anos), expressa seu desejo de morte de Cristina Kirchner por meio de um anseio que envolve o marido falecido que "podía volver [da morte]" para levá-la consigo. Note-se que, nesse enunciado, CFK é apenas a esposa do falecido, "su esposa", não a presidenta eleita com a maior percentagem de votos desde o retorno da democracia. Há, deliberadamente, um ocultamento desqualificante do papel político protagônico da ex-mandatária ao ser reduzida à categoria social de esposa de alguém, sem importar sua trajetória e contorno próprio. É o ódio que nulifica a pessoa, a descortesia estratégica, especialmente intensificada, que reduz a imagem pública do "outro" ao nada, ferindo sua imagem pública por refratariedade.

O segundo dos enunciados de (Ar-2f-3), por ser muito semelhante ao anterior, decidimos analisá-lo como se fosse um só. Nele, o pedido de voltar da morte é realizado diretamente a Néstor Kirchner que "teria esquecido" CFK, como quem se esquece de alguma coisa ao realizar uma viagem.

Apesar de o enunciado (Ar-2f-4) ser muito semelhante aos três anteriores, decidimos analisá-lo separadamente por duas caraterísticas que o distinguem. A primeira delas é que se trata de um canto em coro em que todos os presentes se manifestam. É, de fato, um canto que vem das torcidas de futebol. Na primeira parte dele, um ato diretivo ("Andá com Néstor"), mediante uma implicatura conversacional (ARMENGAUD, 2008, p. 85 e seg.), solicita que se reúna com seu falecido marido, ou seja, que morra. Esse pedido é realizado na forma de tratamento informal indicado pela desinência verbal "[vos] And**á**". Tanto a ordem dada à ex-presidenta quanto a forma coloquial de se dirigir a ela colocam os enunciadores em uma posição de *status* superior a CFK, e a ela em uma de subordinação, constituindo descortesia por sonegação da cortesia esperada em função do cargo (MARLANGEON, 2005).

A segunda parte do enunciado, mediante um sintagma vulgar que desqualifica sua honra aludindo à moralidade de sua mãe e, por associação, da sua, intensifica o sentido do desejo de morte e a descortesia da primeira parte e completa o quadro de refratariedade extrema desse grupo de manifestantes:

Refratariedade	=	Desejo tanático	+	Descortesia por falta deliberada de cortesia esperada	+	Descortesia descarnada por fustigação

No enunciado (Br-2f-3)[361], os enunciadores (dois homens de 50-60 anos) sugerem a possibilidade da morte de Dilma Rousseff no termo "suicídio". Primeiramente, dirigem-se à ex-mandatária brasileira pelo nome, desconhecendo o cargo intencionalmente com o intuito de se colocar em uma situação de superioridade. Mantêm essa intenção de superioridade ao expressar, de forma categórica, as três opções que eles consideram possíveis, duas dependendo da vontade de Rousseff (renunciar ou se suicidar), e a terceira por "vontade popular", a destituição parlamentária. E, ainda, retoricamente coloca a escolha por uma das três na esfera de volição da ex-presidenta: "A escolha é sua". Essa estratégia retórico-discursiva, que Leech (1997) descreveu em uma das máximas de cortesia "Não se imponha, ofereça alternativas", é o que Marlangeon (2012, p. 84) denomina "actos formalmente corteses animados por propósitos descorteses". Por isso, a descortesia fica evidente ao ver que nenhuma das três alternativas visa salvaguardar a imagem de Dilma Rousseff, pelo contrário, limita "seu território", entendido nos cânones brownlevinsonianos, por meio do emprego do advérbio "só" ("você **só** tem três...") e, estrategicamente estabelece a competição (KIENPOINTNER, 2008, p. 246) em que a ex-mandatária é colocada em uma situação de submissão extrema em relação aos enunciadores.

Além disso, embora pretensamente mais sutil, e não por isso é menos portador de ódio, o desejo tanático está presente em uma das "três opções". O fato de apresentar seu ponto de vista como uma declaração de algo autoevidente, o coloca na posição de dono do saber que, longe de simplesmente realizar uma asseveração, acaba por dar um ultimato a Rousseff. Tal descortesia revela que, como aponta Marlangeon (2005), a descortesia serve muitas vezes para os fins estratégicos do enunciador descortês se mostrar poderoso, dominador da situação enunciativa, ao reduzir a importância social do "outro" ou, em última instância, de desejar seu aniquilamento real ou simbólico.

Em (Br-2f-4), encontramos dois cartazes especulares em que os enunciadores (30-40 anos) recorrem ao "humor" como forma de manifestar-se politicamente, ativando o "mito/clichê

[361] Trata-se de uma faixa de 3 metros de largura por 1,5 de altura, aproximadamente, segurada por um homem de cada lado.

da sogra má". Lembramos que o lúdico constrói em torno do enunciador um *ethos* de inteligência que estabelece uma relação de cumplicidade com os possíveis enunciatários, diretos ou indiretos (CHARAUDEAU, 2018, P. 104)[362]. No primeiro dos cartazes, o enunciador se dirige a Dilma Rousseff pelo prenome acompanhado por emojis[363] que referem ao inferno como o tridente e o fogo e, mediante uma pergunta retórica formulada com uma estrutura condicional, solicita que leve à sogra ao inferno com ela, em caso de ir. O pedido, ao ser realizado de forma indireta e empregar uma estrutura condicional, poderia parecer cortês, não fosse a insinuação da possibilidade da ex-presidenta brasileira ser merecedora do inferno e, ao mesmo tempo, a asseveração implícita de que a sogra também merece esse destino.

No outro cartaz, o enunciado é exatamente o contrário, como se fosse o reflexo invertido em um espelho. O enunciador se dirige à sogra e pergunta se levaria a Dilma caso fosse para o inferno. Vejamos:

Pessoa solicitada	Condição	Pedido indireto
"DILMA	se você for para o inferno	leva a minha Sogra?"
"SOGRA!!	se você for para o inferno	leva a DILMA? ☺"

Temos que destacar que as palavras Dilma e sogra estão escritas com letras vermelhas, que se destacam no fundo amarelo da cartolina. Assim, o primeiro que se lê no enunciado e, portanto, se associa visualmente, são os significantes Dilma e sogra. Há também um emoji de "rosto sorridente" no final do primeiro deles, também na cor vermelha, que atribui um caráter "lúdico" ao enunciado descortês. O emprego dos emojis completa o sentido das palavras em uma composição significante que confere unidade interna ao texto discursivo abrindo novos sentidos ou, estrategicamente, atenuando ou intensificando os já estabelecidos no enunciado.

[362] O site UOL, de onde tomamos eos enunciados, descreve as frases dos cartazes como "bem-humoradas". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2015/04/12/veja-fotos-dos-cartazes-do-protesto-de-12-de-abril.htm?mode=list&foto=40>. Acesso em: 12/06/2021.

[363] Segundo Thais Stein "Emojis são representações gráficas usadas em conversas online, nas redes sociais e em aplicativos como o WhatsApp. Além de adicionar significado e emoção às nossas palavras, os emojis podem efetivamente substituir mensagens curtas". Disponível em: <https://www.dicionariopopular.com/significado-dos-emoticons-emojis/>. Acesso em: 11/06/2021.

Em conclusão, encontramos nesse enunciado, assim como no anterior que o complementa, um ato de descortesia que "brinca" com o desejo de morte e atinge às imagens tanto com a sogra quanto da ex-presidenta brasileira.

No enunciado (Ar-2f-5), a manifestante (50-60 anos) comunica ao repórter seu desejo de que Cristina Kirchner tenha um acidente mortal quando "se haga um botox[364]". Esse desejo se expressa mediante a interjeição "ojalá" e os verbos em modo subjuntivo "se le **piante**[365] la aguja [da seringa]" e "se le **vaya** para outro lado". Esse outro lado, dependendo do acidente, poderia ser o olho, já que esse produto se injeta perto deles, ou alguma parte muito sensível. Tal indeterminação, parece-nos, contribui para a produção de novos sentidos que, nessa comunidade de práticas de extrema polarização e livre circulação de discursos de ódio, são também negativos em extremo. Isso explica o emprego de uma fórmula de atenuação pragmática, o uso de um predicado doxástico para fingir ignorância, ("¿qué se yo?") com a finalidade de mitigar a asserção anterior e reparar a imagem de CFK e, principalmente, a da própria enunciadora.

No enunciado (Ar-2f-6), há uma remissão intertextual a elementos da Revolução Francesa como "Versalhes" e "a guillotina". No primeiro deles, metonimicamente, o enunciador compara as manifestações destituintes argentinas às jornadas conhecidas como "Marcha sobre Versalhes"[366] nas quais o povo e os revolucionários franceses foram até o palácio exigindo comida e ampliação de direitos. Na interpelação, além da grafia do nome da interpelada escrito com K ("Kristina") identificando a pessoa com a ideologia política, destaca-se o possessivo "tu", que, implicitamente, tem o sentido de correspondência, o Versalhes "que te corresponde" pelas políticas impopulares que teria adotado, semelhantes às da monarquia francesa pré-revolução segundo o sentido expresso no cartaz.

O sentido comum de Cristina Kirhner ser considerada, nesse contexto sociodiscursivo, como uma rainha despótica já foi visto quando analisamos a construção visual do ódio e os enunciados das séries (1-c), (2-b) e (2-c). Agora ele é ativado para conferir aos enunciadores um

---

[364] A enunciadora se refere à toxina botulínica, conhecida popularmente como "botox", que se injeta para corregir rugas faciais.

[365] O verbo "piantar-se", de extrema coloquialidade em Argentina e Uruguai, segundo o dicionário *online* da Real Academia Espanhola significa: "Irse por lo común precipitadamente, sin que nadie lo advierta". No caso de enunciado, tem o sentido de escapar-se acidentalmente a agulha da seringa.

[366]Essa jornada aconteceu entre os dias 5 e 6 de outubro de 1789 e, ao obrigar à família real francesa a se mudar para a cidade de Paris, significou o fim do poder despótico do absolutismo monárquico.

ethos épico por associação aos revolucionários francesses e, principalmente, para enlaçar com a consequencia lógica embasada na história: "La guillotina", na qual se expressa descarnadamente o desejo de aniquilamento simbólico da ex-presidenta/monarca despótica:

Monarquia →	fome e falta de direitos →	Marcha sobre Versalhes →	guilhotinamento dos monarcas
"Kristina" →	Políticas K →	"tu Versalles" (manifestações) →	"La guillotina"

No enunciado (Ar-2f-7), o portador da faixa (40-50 anos), não deixa dúvidas de sua "demanda": morte aos simpatizantes do kirchnerismo e a Guillermo Moreno[367]. Destacam-se a cor vermelha das palavras "Muerte" e "los K", em contraste com a cor preta das outras letras[368], e a consequente associação conseguida com esse efeito. O sobrenome Moreno aparece sublinhado em vermelho com o mesmo efeito ressaltador, todo escrito em letra em caixa alta, o qual confere um dramatismo cromático que intensifica o enunciado de anseio lutuoso.

Por sua vez, no enunciado (Ar-2f-8), improvisado nesse momento a partir de um canto de futebol, o manifestante (70-80 anos) se dirigia aos "kirchneristas" em foma de aviso (CHARAUDEAU, 218, p, 88) solicitando-lhes, por meio de um ato de fala diretivo, que "dejen de robar" porque, do contrário, serão enforcados por eles, os manifestantes. Destacamos que o enunciado de ódio, fruto de tal "improvisação", foi muito festejado pelas pessoas próximas a ele. Nessa expressão, primeiramente o enunciador estabelece uma polarização dicotômica entre o "eles" mediante a nomeação ("kirchneristas"), a desinência verbal ("[ustedes] dej**en** de robar") e o pronome de objeto direto ("**los** [a vocês] vamos a colgar") e um "nós" marcado pela desinência de primeira pessoa do plural ("los va**mos** a colgar").

Depois, realiza um trabalho estratégico de autoimagem ao se identificar, metonimicamente mediante o sintagma "esta linda Plaza", com todos os manifestantes que estariam ali reunidos. E, finalmente, previne/ameaça com a morte de todos "eles", os

[367] Guillermo Moreno é um empresário, político e economista argentino. Foi Secretário de Comunicações de 2003 a 2006 durante o governo de Néstor Kirchner, e de Comércio Interno de 2006 a 2 de dezembro de 2013 (governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner).

[368] A escrita de faixas e cartazes com letras negras e em vermelho as que deveriam se destacar (quase sempre as letras "K" e "PT"), foi largamente empregada, tanto nas manifestações argentinas quanto brasileiras (ANEXO L).

kirchneristas, na forca em mãos do “nós”, justiceiros que compomos “esta Plaza linda”, que “los vamos a colgar”.

Encerramos esta série de enunciados com a lembrança dos ataúdes festejando a morte de CFK, dos “K” e do PT (Quadro 3). E também das imagens do Quadro 1 que “corporizam” o desejo de morte. Em Buenos Aires, em imagens de Cristina Kirchner, do ex-vice-presidente Amado Boudou e da presidenta das Madres de Plaza de Mayo, Hebe de Bonafini, enforcados, em uma animação em uma TV gigantesca levada por um dos grupos organizadores, “desfilando” entre os manifestantes como parte da liturgia. No Brasil, em bonecos representando os ex-presidentes Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva também enforcados, com as pessoas tirando fotos natural e festivamente, sem o menor sinal de assombro ou sã indignação.

4.3.1 Conclusão parcial

Nesta série de enunciados, vimos como se articulou a descortesia fustigadora por refratariedade às figuras dos ex-presidentes brasileiros Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva e da presidenta argentina Cristina Kirchner, e aos aderentes a seus projetos políticos, articulada mediante diversas estratégias discursivas nas manifestações.

Assim, na série 2ª, os manifestantes atacaram, de forma direta, a imagem do grupo supostamente favorecido ilegitimamente pelos governos argentino e brasileiro ao desqualificá-los mediante a acusação de clientelismo político. Nessa lógica discursiva polarizadora, há a nulificação social do “outro” uma vez que sua vontade política, expressa nas urnas e nas manifestações a favor dos governos, seria irrelevante por serem “comprados” pelos auxílios estatais ou, despectivamente, por algum “lanche”. Simultaneamente, há uma desqualificação dos governantes cuja obra seria ilegítima ao não perseguir o bem comum, como é desejável em toda democracia, senão constituir somente uma forma de se perpetuar no poder por meio dos “votos cativos” dos necessitados. Para tal, foram empregadas expressões depreciativas diretas, como: “Clientelismo político” (Ar-2a-1) e (Ar-2a-3) ou “populismo” (Ar-2a-2), ou indiretas, como “estão valorizando a classe pobre, multiplicando-a...” (Br-2a-1), ou “É a bolsa família que está sustentando toda essa gente” (Br-2a-2).

Na série 2b, os ataques miraram nos governos sob a forma de acusações de totalitarismo ou comunismo, entendidos ambos os termos como sinônimos nesse contexto sociodiscursivo.

Desse modo, foram empregados significantes como “comunismo” e alofones, “socialismo” “tiranía”, “ditadura”, “ratos vermelhos” etc. para qualificar os governos como opressores e, implicitamente, identificar os enunciadores em um “nós” vítimas da opressão ocasionada por eles.

Os enunciados analisados na série 2c são uma variante dos da categoria anterior, porém, articulados em torno de significantes que referem a países, principalmente Venezuela e Cuba, ou eventos políticos periódicos, como o Foro de São Paulo que, nessa articulação discursiva, performativamente adquiriram o mesmo sentido de totalitarismo, crise econômica e institucional e, principalmente, restrições à liberdade. Destacamos os neologismos “Argenzuela” e “venezuelização” que instauram ou ampliam e, simultaneamente, consolidam novos sentidos.

Nas séries de enunciados 2d e 2e, agrupamos aqueles que atacam a honra subjetiva dos ex-presidentes de Argentina e Brasil, assim como de seus eleitores por meio de adjetivos ou predicações pejorativas. Em 2d, centramos nossa atenção em desqualificações da ordem moral relativas à pessoa ou ao cargo que ocupavam, muitas das quais poderiam ser tipificadas como delito de injúria nos dois países. Na série 2d, essas injúrias tiveram como alvo, principalmente, as pessoas das ex-presidentas com desqualificações com conotações sexuais. Dessa forma, na série 2d, termos como “Corruptos” (com destaque das formas “Korruptos” e “CorruPTos”), “bandidos”, “yegua” (e outros animais), “ladrona” etc. e, na série 2e, outros de conotação sexual como “puta”, “putinha” etc. serviram para evidenciar uma refratariedade que recorreu à fustigação descortês e ao discurso de ódio para expressar sua oposição irreconciliável com os injuriados pelos manifestantes.

Por fim, na série 2f, analisamos os enunciados que melhor dirimem a diferença entre polarização discursiva (VAN DIJK, 1999), discurso polêmico (AMOSSY, 2008) e discurso de ódio: a explicitação da impossibilidade da coexistência com o “outro” que se traduz no desejo de sua não existência, de seu aniquilamento real ou simbólico.

Em todos os enunciados destas séries, fomos apontando como se articulavam as diferentes estratégias de descortesia fustigadora por refratariedade (MARLANGEON, [2005] 2017) ao “outro” social e discursivamente construído (REGUILLO, 2013), com argumentos *ad hominem*, atos diretivos rudes, vocativos negativos personalizados, afirmaçãoes e referências negativas personalizadas (CULPEPER, 2011) etc. Mas, por se tratar de enunciados descorteses sem

interlocutores diretos, não contamos com a intepretação que deles fizeram ou pudessem ter feito, para saber se a descortesia, além de proferida, também foi interpretada desse modo (CULPEPER, 2011).

Por tal motivo, devemos tentar procurar elementos para avaliar e comprovar as possíveis interpretações da descortesia que fizeram as pessoas que foram os alvos dela. Já apontamos as declarações de Dilma Rousseff ao jornal estadounidense *The Whashinton Post* em que expressava sua queixa pela forma em que fora tratada, até com preconceito sexual e de gênero segundo sua palavras, que não deixa dúvidas de que pelos alguns dos enunciados realmente foram interpretados como descorteses.

Por sua vez, a ex-presidenta Cristina Kirchner dedicou um trecho de seu livro, "Sinceramente", lançado 5 anos depois da última das manifestações que estamos analisando, a realizar a mesma queixa, nos termos que transcrevemos:

> Creo que la decisión de atacarme mediáticamente fue anterior al conflicto de las patronales rurales. Creo que tuvo que ver con el intento de frustrar el modelo económico y los insultos fueron feroces, alcanzando grados de agresión nunca vistos, sobre todo en mi segundo mandato. Así se leyó en los carteles desplegados en la famosa manifestación del 8 de noviembre de 2012 (8N), que se había impulsado desde los medios de comunicación, luego de la regulación de la compra de dólares […] Se podía leer, por ejemplo, "Cristina K. Montonera / Revanchista / Resentida / Mentirosa / Atea y Grasa"; "Fuera Kretina"; "Andate Konchuda"; "Muerte a los K y a Moreno"; "En el cielo las estrellas/en el campo las espinas/en la TV argentina, la conchuda de Cristina"; "Me voy a Narnia, prefiero que me gobierne un león y no una yegua"; "Los abusos te los haremos comer, yegua, loca. ¡Estás muerta! Te vas a ir con Néstor"; "Néstor volvé, te olvidaste de Cristina" o el cántico "Se va a acabar, se va a acabar, la dictadura de los K". Increíble nivel de agresión y de agravio. Nunca se volvió a ver una cosa igual. Además, cuando uno ve lo que está pasando hoy en la Argentina, ¿hablar de dictadura en nuestra gestión? ¡Cuando fueron períodos de libertad y derechos ciudadanos pocas veces vistos en nuestra historia! Dan ganas de ponerse a llorar. (página 181-182).

Consequentemente, a julgar pela interpretação das enunciatárias que se desprende dessas citações, vemos que os atos de fala descorteses produziram os efeitos perlocucionários desejados pelos enunciadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nosso ser político se forma em atos de linguagem, precisamos pensar nessa formação quando o empobrecimento desses atos se torna tão evidente. O autoritarismo é o sistema desse empobrecimento. Ele é o empobrecimento dos atos políticos pela interrupção do diálogo.

Marcia Tiburi

Ao começar esta pesquisa, tínhamos o objetivo de mostrar as semelhanças e diferenças dos enunciados expressos nas manifestações na Argentina, "cacerolazos" (2012-2014), e no Brasil, "panelaços" (2015-2016). Assim, percebemos a existência de estratégias comuns de descortesia comunicativa que, com o aprofundamento do estudo, conseguimos classificar em duas grandes categorias: descortesia por afiliação exacerbada e por fustigação por refratariedade, conforme Marlangeon (2005). Para entender a primeira das categorias, os estudos discursivos de Ernesto Laclau (2005) nos auxiliaram no concernente à compreensão de formação das identidades mediante as demandas e os significantes vazios, categorias que analisamos na seção 2.2. Por sua vez, a segunda das categorias foi complementada com as fórmulas de descortesia resumidas por Culpeper (2011).

Também tínhamos como escopo analisar como esses enunciados representavam e extremavam o processo de construção de ódio. Primeiramente, tivemos que conceitualizar o discurso de ódio superando as limitações próprias do discurso jurídico que, embora muito acertadas, se mostram insuficientes pelas características restritivas do direito penal (visto em 1.3 "OUTREDADE" E DISCURSO DE ÓDIO). A esse efeito, partimos dos conceitos de polarização ideológica da análise crítica do discurso (VAN DIJK, 2012) que destaca a antinomia entre um "nós" e um "eles"; revisitamos as noções de dicotomização e polarização no discurso polêmico dentro da retórica (AMOSSY, 2008), e, dessa forma, percebemos que o discurso de ódio compartilha desses elementos constitutivos, porém, os supera ao estabelecer a dicotomia em termos de nulificação ou eliminação, real ou simbólica, do "outro". Os estudos da (in)visibilidade nos permitiram esmiuçar as estratégias da construção sociodiscursiva dessa "outredade" que não reconhece a possibilidade da coexistência. Finalmente, foram de grande contribuição os aportes de Sara Ahmed (2011), Ana Kiffer (2019) Gabriel Giorgi (2019) e Nora Merlin (2019), entre

outros que, desde diferentes áreas do saber, fizeram valiosas avaliações acerca do discurso e afeto de ódio.

Havíamos destacado que o ódio discursivo serviu à finalidade de construir ou reforçar a manutenção da "outredade" que, nos acontecimentos sob análise, pautou-se, principalmente, no contexto ideológico de extrema polarização sociopolítica, por mecanismos de identificação intragrupal e refratariedade extragrupal. Ponderamos a potencialidade que os textos de ódio têm de servirem, performativamente, como dispositivos que criam, afiançam, propagam ou, quanto menos, habilitam a emergência de outros discursos de ódio independentemente de seu teor e grau de violência, ou de sua natureza (humorística, narrativa, argumentativa etc.).

Esses mecanismos nos forneceram os dados necessários para compreender o funcionamento das comunidades discursivas em que se realizaram os "cacerolazos" e "panelaços", e chegar ao entendimento de se tratar de comunidades de práticas não só controladas senão *condicionadas* de fala, uma vez que eram impermeáveis a discursos que não estivessem totalmente alinhados com o pensamento específico imperante nelas. Dessa forma, conseguimos desvendar e definir os efeitos de eco e ressonância discursiva em que falas individuais ganham perspectiva de totalidade pelas características repetitivas de sua (re)produção e o efeito contágio.

Assim, a partir de uma leitura interpretativa dos atos de fala descorteses enunciados nesses eventos sociais, observou-se haver construções discursivas que (re)produziam efeitos nas subjetivações e imaginários da comunidade pelas quais circulavam tais enunciados (GIORGI, 2019). Entretanto, percebemos que esses enunciados, carregados de descortesia e discurso de ódio, também foram (re)produzidos em grande parte das sociedades argentina e brasileira em uma dialética entre o micro e macrossocial, como apontado por Arundale (2013), alimentados discursivamente pelas redes sociais e pelos meios de comunicação e, concomitantemente, retroalimentado-os. Em consequência, muitas dessas expressões, principalmente as analisadas na seção 4 nas séries (1-c), (1-d) e todas as da série 2 (em especial a das série 2-f), mostraram refletir as situações pautadas pela mídia hegemônica, numa aparente "nova" roupagem que tendia a perpetuar a polarização dicotômica nulificadora no seu extremo: a construção da "outredade" e o ódio dirigido aos governantes à época, como visto quando tratamos da construção visual do ódio. Igualmente, destacamos a contribuição à produção e propalação desse afeto realizado pelas

ideologias de exclusão e preconceito social presentes nas comunidades virtuais que convocaram e organizaram as manifestações.

Tínhamos partido da premissa que, embora se tratasse de países com diferentes formação histórica, política e social, considerávamos haver um paralelismo nas estruturas linguísticas e nas ideias-força que embasaram os discursos descorteses, portadores de ódio, em ambas as manifestações, sem prejuízo da existência de diferenças nas realizações efetivas dos enunciados. Em relação a estas últimas, a partir do trabalho exploratório nas fontes do *corpus*, estabelecemos como os enunciados se organizaram em torno aos mesmos significantes vazios, ou semelhantes, tais como a corrupção seletiva, os "planeros" e "vagabundos" (com suas diferenças), a falta de liberdade ou o totalitarismo, comunismo e seus equivalentes nessa articulação discursiva: Venezuela, Cuba etc.

Outro ponto em comum foi a descortesia de fustigação por refratariedade às ex-presidentas, com ataques à honra realizados por insultos com desqualificações pessoais e, outros, com teor sexual, carregados de violência simbólica e, muitas vezes, com todos os elementos típicos do delito de injúrias.

Finalmente, nos deparamos com os enunciados nos quais se desejava a morte tanto das ex-presidentas quanto dos aderentes aos projetos políticos por elas representados, enunciados que extremam a violência e nos dizem estarmos ante uma superação da polarização discursiva ou a exclusão do "Outro", configurando discurso de ódio. E, mesmo quando o desejo tanático se centrava nas pessoas das ex-mandatárias, muitas vezes, não era um ódio pessoal e sim político já que era associado com outros falecidos, como os ex-presidentes Néstor Kirchner e Hugo Chávez por, precisamente, compartilhar uma ideologia e forma de fazer política.

Também, percebemos que as semelhanças, tanto no aspecto discursivo quanto organizacional, estético e até simbólico, eram mais significativas do que as diferenças. Por exemplo, encontramos a mesma estratégia de troca de letras para direcionar o significante "corrupção" para os partidos ou correntes ideológicas no poder à época. Assim, na Argentina, os cartazes eram escritos trocando a letra C pelo K que representa o setor político denominado kirchnerista, "los K", como nos enunciados (Ar-2d-1) "Korruptos", e (Ar-2d-2) "Korrupción"; enquanto, no Brasil, tal efeito era conseguido mediante a mesma estratégia, só que destacando as

letras PT que se referem ao Partido dos Trabalhadores, como no enunciado (Br-2d-1) “CorruPTos”.

Por meio da abordagem analítica, qualitativa e comparativa dos enunciados, corroboramos que o trabalho de imagem, apresentado nessas interações/manifestações marcaram, conforme foi elucidado na base teórica, a transposição da linha (GOFFMAN, 2011), ou seja, o ataque àquilo que pode ser considerado aceitável nas relações sociais conforme os contextos socioculturais em que foram realizados os atos de linguagem (BRAVO, 2003). Em consequência, foi possível averiguar de que forma os atos perlocucionários foram realizados com a intenção de produzir efeitos nos sentimentos, pensamentos ou ações tanto no falante (identificação) assim como no ouvinte (CULPEPER, 2005). Essa atividade negativa de imagem significou estratégias de descortesia com uma intenção política definida.

Igualmente, foi possível, por meio da categorização da descortesia por afiliação exacerbada e fustigação por refratariedade (MARLANGEON, 2005), observar como a construção discursiva do ódio se apresentou mediante os diferentes ataques às imagens públicas dos ex-presidentes (Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner), a seus eleitores ou simpatizantes dos respectivos projetos políticos mediante estratégias diferentes. Na descortesia por afiliação exacerbada, vimos que, para os ataques às imagens públicas, eram empregadas estratégias discursivo-identitárias de descortesia segundo as quais o “nós” normalizador era refratário ao “outro” que, como é característico nos discurso de ódio, não se resumia a uma pessoa senão que transitava entre diferentes corpos (GIORGI, 2019) alvos da atividade descortês.

Desse modo, os enunciadores, consequentemente, mais do que alinhar o EU ao NÓS social (CAFFI, 2009) por semelhanças intersubjetivas entre os diferentes EUS como forma de identificação, o faziam em relação diferencial com o “outro” por meio da construção discursiva da “outredade” e a conseguinte descortesia extragrupo.

Sem prejuízo de sermos repetitivos, lembramos que, pela análise dos enunciados da categoria de descortesia por afiliação exacerbada, podemos, além de classificar e interpretar as desqualificações ao “outro”, entrever a particular cosmovisão pela qual os enunciadores interpretavam o mundo e estabeleciam significados especiais que faziam sentido comum nessas comunidades discursivas condicionadas, para explicar a razão de sua existência como grupo e as

relações de refratariedade com o que estava fora dele. Dessa forma, quando tentaram se identificar pelas características comuns, o “nós” se mostrou oscilante entre pertencer à classe alta - “Soy de clase alt… media alta” (Ar-1a-1), “somos das elites” (Br-1a-1) -, o ser parte integrante do povo -“acá es el pueblo” (Ar-1a-2), “aqui é o povo” (Br-1a-2). Outras vezes, os enunciadores optaram pela apropriação da nacionalidade pelos sintagmas “todos los argentinos que estamos” (Ar-1a-3), “Brasil acima de tudo” (Br-1a-4); ou por outros atributos: “melhor coxinha do que…” (Br-1a-4), “Não somos idiotas” (Br-1a-4).

Talvez por isso tenha sido tão eficaz e, ao mesmo tempo, intensificada, a identificação em relação a um “outro”, mais do que por suas características intragrupo de forma implícita pelas explícitas asseverações de serem vítimas de falta de justiça - série (1b) -, falta de liberdade - série (1c) -, e de injustiça econômica - série (1-d).

Em relação a essa última, a asseveração de existência de um suposto pacto espúrio entre os governos que, por meio do dinheiro dos impostos das classes médias, comprariam os eleitores com auxílios estatais, e os setores necessitados que votariam neles para recebê-los, serviu tanto para a identificação dos enunciadores em um “nós” vitima - série (1d) -, quanto para externar o motivo da descortesia de fustigação por refratariedade a um “eles” vitimário - série (2a).

No primeiro dos casos, sintagmas como “yo los banco a ellos” (Ar-1d-1), “¿quién pone la plata? Nosotros”(Ar-1d-2), “me sacan”(Ar-1d-5), “vive de meus impostos” (Br-1d-1), “elite branca sustenta a praga vermelha” (Br-1d-2), “gastando e roubando meus impostos”(Br-1d-3), “devolve meu dinheiro” (Br-1d-4), são amostras ilustrativas dessa polarização em que o “eles” é caracterizado como aproveitador.

No segundo, para manifestar descortesia contra os governantes e os beneficiários dos programas estatais de assistência social, foram empregadas nas manifestações expressões como “clientelismo político” - enunciados em (Ar-2a-1), (Ar-2a-3) -, “populismo” - em (Ar-2a- 2) -, “regime não democrático” - (Br-2a-3) -, “bolsista” - (Br-2a-3) -; assim como sintagmas verbais “darles [colchón, plata, planes sociales, casas etc.]” - enunciados (Ar-2a-1), (Ar-2a-2), (Ar-2a-3) e (Ar-2a-6)-, e “pagarles [los planes]”. Nas manifestações brasileiras, a descortesia empregou expressões como “valorizar a classe pobre, multiplicando-a” - (Br-2a-1)- e “todo mundo deitado recebendo" - (Br-2a-2). Em todos eles, a mesma ideia de ter benefícios sem o devido merecimento.

A partir dessas séries ancoradas na denúncia desse pacto espúrio, e em decorrência necessária dele, foram articulados enunciados que acusaram os governos de Cristina Fernández de Kirchner e Dilma Rousseff de não serem democráticos ou serem comunistas, indicados no *corpus* nas séries (2-b) e (2-c); afirmações de não ser um país democrático - enunciados (Ar-2b-1), (Ar-2b-5), (Ar-2b-9) e (Br-2b-1) -; de serem governantes ditatoriais ou tirânicos - (Ar-2b-2), (Ar-2b-3), (Ar-2b-4), (Ar-2b-6), (Ar-2b-7), (Ar-2b-8), (Br-2b-2), (Br-2b-2) -, ou "comunistas" que segundo essa articulação discursiva seriam sinônimos, assim como os significantes "venezuela" - a as derivações "argenzuela" (Ar-2c-6) e (Ar-2c-7) e "venezuelização (Br-2c-1) -, "Cuba", Foro de São Paulo".

Nas duas séries seguintes de enunciados, a descortesia de fustigação - séries (2d) e (2e) -, foi motivada pela refratariedade aos ex-presidentes da Argentina e do Brasil, assim como a seus eleitores, por meio de adjetivos ou predicações pejorativas que atacaram a honra subjetiva deles. Em 2d, percebemos as desqualificações da ordem moral relativas à pessoa ou ao cargo que ocupavam, tais como "Corruptos" (ou "Korruptos" e "CorruPTos"), "bandidos", "yegua" (e outros animais), "ladrona" etc.

De igual maneira, na série 2e, foram empregadas outras expressões pejorativas, mas de conotação sexual como "conchuda" - enunciados (Ar-2e-1), (Ar-2e-2), (Ar-2e-3) e (Ar-2e-4) -, "puta" - enunciados (Ar-2e-6) e (Ar-2e-6) -, "putinha" - (Br-2e-5) -, "vai transar" - (Br-2e-4) -, "dobre a mandioca e senta nela" - (Br-2e-7) -, "vai tomar no c.." - (Br-2e-1) etc. para evidenciar uma refratariedade irreconciliável com os alvos da descortesia fustigadora.

Na última das séries (2f), analisamos os enunciados em que os manifestantes externaram o desejo de morte das ex-mandatárias por meio de associações com outros presidentes falecidos, como Néstor Kirchner ou Hugo Chávez - enunciados (Ar-2f-1), (Ar-2f-2), (Ar-2f-3), (Ar-2f-4) e (BAr-2f-2) -, declarando explicitamente esse desejo em frases como "Comunista é bom morto" - (Br-2f-1) - ou "Muerte a los K y a Moreno" - (Ar-2f- 6) -; com referência a elementos associados com a morte, como "guilhotina" - (Ar-2f-7) - ou ir para o "inferno" - (Br-2f-4); ou, ainda de forma mais gráfica e explícita, em caixões (Quadro 1) e na forma de corpos pendurados de pontes - Quadro 3 e enunciado (Br-2f-5), de cartazes com a figura de Cristina enforcada (Quadro 1) ou em imagens semelhantes em telas gigantes que levaram os organizadores à manifestação do dia 8 de novembro de 2012 em Buenos Aires conhecida como #8N.

São todas expressões de descortesia descarnada que nos fazem concluir que estamos em presença de algo mais grave do que a polarização discursiva (VAN DIJK, 1999) em que se tensiona a rivalidade "nós" x "eles", ou do discurso polêmico (AMOSSY, 2008) em que o "nós" exclui o "eles". Trata-se da construção da "outredade" que declara a impossibilidade da coexistência com o outro e, portanto, requer sua nulificação ou eliminação, real ou simbólica, que se (re)produz, normaliza e naturaliza mediante o discurso de ódio.

O discurso de ódio que não nasceu nas manifestações senão na imbricação discursiva entre redes sociais e meios hegemônicos de comunicação que produziram e/ou reproduziram esse tipo de textos carregados de afetos do ódio, retroalimentando-se no efeito "bola de neve". Como vimos, muitos dos enunciados anteriores continuaram a lógica de ódio discursivo criado visualmente por alguns meios gráficos, por exemplo, a qualificação de tirania e despotismo do governo de Cristina Kirchner - de alguns dos enunciados das séries (2-b) e (2-d) - como continuação da capa em que era retratada como a rainha má do filme (Quadro 13 e Figura 21); ou a imagem de Dilma Rousseff da revista *Veja* retratada como uma presidenta cega e sem rumo em um cartaz na manifestação da Av. Paulista (Figuras 21), assim como em outros enunciados da séries (2-c), (2-d) e (2-e), em que sugeriam que deixasse de governar por sua incapacidade; ou os ataques de teor sexual à honra de Cristina Kirchner da série (2-e) alinhados com as capas da revista *Noticias*, vistas na Figura 28; ou as qualificações pejorativas de corruptos e ladrões insinuadas nas capas das revistas do Quadro 14 e da figura 28 que ecoaram na série (2-c); e o desejo tanático dos enunciados da série (2-f) que refletem o emitido nas capas das revistas *Noticias*, com relação à morte de CFK (Figura 31), e *Veja* em relação a Luis Inácio Lula da Silva, no Quadro 16.

Após o estudo teórico e as análises realizadas, consideramos que, na construção discursiva do ódio nas manifestações argentinas e brasileiras, houve mais semelhanças do que diferenças, e que essa construção, de certa forma, teve grandes influências dos meios de comunicação e das redes sociais que contribuíram para a naturalização de atos de fala performativos com finalidade destituinte, carregados de descortesia e afetos de ódio. Subestimar esse fato pode ter contribuído a não ver, ou até negar por parte de muitos analistas, a emergência com força hegemônica de um pensamento de direita que capturou as subjetividades de amplos setores de população e que teve consequências posteriores negativas.

Em relação a essas consequências, destacamos os resultados políticos que contribuíram para instituir governos neoliberais que produziram, na Argentina, o maior endividamento e empobrecimento na história desse país; e, no Brasil, uma notável deterioração econômica e institucional. Por tal razão, recordamos a concepção de Laclau, segundo a qual, todo discurso é precário, ou seja, mesmo que ele consiga "fazer-se contingencialmente hegemônico, esse não o será para todo o sempre, como 'um fim da história'" (MENDONÇA; PEIXOTO RODRIGUES, 2014, p. 50). Desse modo, quando se fala dos pactos civilizatórios, dos pactos do dizível etc., eles também têm natureza precária e, consequentemente, muitas vezes alguns direitos que se acreditavam serem inabaláveis (trabalhistas, cíveis etc.), mesmo afiançados em dispositivos legais, podem sofrer relativizações, restrições ou até serem abolidos "de fato" conforme determinadas circunstâncias contextuais em virtude das contingências históricas e sociodiscursivas.

Por fim, salientamos que nem todos os participantes das manifestações destituintes compactuavam com o discurso de ódio ou eram cientes de seu teor. Acreditamos que a grande maioria estava convencida de se manifestarem por um futuro melhor para seus países. Assim, ao fazermos o percurso analítico de seus enunciados, não tivemos o objetivo de criticá-los, senão de explicitar as ideologias, mitos e crenças que os sustentavam, para poder entendê-los como pressuposto necessário para reestabelecer o "pacto do dizível" e os consensos discursivos fundamentais em toda democracia.

Referências

AB´SÁBER, T. (2015). **Dilma Rousseff e o ódio político.** São Paulo : Hedra.

AGUILAR, H. (2007). El discurso académico o el vacío de una interacción lingüística sin pretensiones de sentido. In: **Performatividad: la dimensión no tan culta del lenguaje.** Universidad Nacional de Río Cuarto. Disponível em: <http://www.unrc.edu.ar/publicar/borradores/Vol7/pdf/El%20discurso%20academico%20o%20el%20vacio%20de%20una%20%20interaccion%20linguistica%20sin%20pretensiones%20de%20sentido.pdf> Acesso em: 30/07/2016.

AHMED, S. (2015) **La política cultural de las emociones**. Trad. Cecília Olivares Mansuy. México DF: UNAM (Universidad Autónoma de México).

ALBELDA, M. *et al*. (2014) **Ficha metodológica para el análisis pragmático de la atenuación en corpus discursivos del español**. ES.POR.ATENUACIÓN. Oralia, 17, p. 7-62.

ALENCAR, NOGUEIRA de, C. (2014). Pragmática cultural: uma visada antropológica sobre os jogos de linguagem. In: Silva, Daniel M.; Ferreira, Dina M.; Alencar Nogueira, Claudiana (orgs.). **Nova pragmática: modos de fazer.** São Paulo: Cortez.

ALARCOS LLORACH, E. (1997[1970]). **Estudios de gramática funcional del español.** Madrid: Gredos.

AMOSSY, R. (2016). Por una retórica del dissensus: las funciones de la polémica. In: A. Montero (Org.). El análisis del discurso polémico. Disputas, querellas y controversias, p. 25-53. Buenos Aires: Prometeo.

ARISTÓTELES. (2005). **Obras Completas. Retórica**. 2ª ed. Trad. Manuel Alexandre Júnior; Paulo Farmhouse Alberto; Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

ARISTÓTELES. (2000). **Retórica das paixões**. Prefácio Michel Meyer. São Paulo: Martins Fontes.

ARMENGAUD, F. (2008). **A pragmática**. Trad.: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola.

ARTESE, M.; CASTRO R., TAPIA, H. (2019) Explorando ‹la grieta›. Representaciones de la conflictividad social en miembros de la pequeña burguesía urbana. In: **ESTUDIOS SOCIALES, revista universitaria semestral**, año XXIX, n° 56, Santa Fe, Argentina, Universidad Nacional del Litoral, enero-junio, p. 131-154.

AUSTIN, J. (1982). **Cómo hacer cosas con palabras. Palabras y acciones**. Barcelona: Paidós.

BARBOSA, L. (1992). **O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais iguais que os outros**. Rio de Janeiro: Campus.

BARILLARO, F.; LA GRECA, F. (2011). El otro en el discurso político argentino. Selección documental. In: Osvaldo Bayer; Atilio Boron; Julio Gambina. **El Terrorismo de Estado en la Argentina: Apuntes sobre su historia y sus consecuencias**. 1ª ed. Buenos Aires: Instituto Espacio para la Memoria.

BACZKO, B. (1999) **Los imaginarios sociales. Memorias y esperanzas colectivas**. 2ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión.

BLAS ARROYO, J. (2010). Niveles en la caracterización de las estrategias discursivas. Aplicaciones al estudio de la descortesía en un corpus mediático. In: **Español Actual 94**, p. 47-76. Madrid: Arco/Libros.

BERNAL, M. (2008): ¿Insultan los insultos? Descortesía auténtica vs. descortesía no auténtica en español coloquial, In: **Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association.** Disponível em <https://benjamins.com/catalog/prag.18.4.10ber/fulltext/prag.18.4.10ber.pdf> Aceso em: 12/09/2018.

BIELSA, R.; PERETTI, P. (2019). **Lawfare: guerra judicial-mediática. Desde el Primer Centenario hasta Cristina Fernández de Kirchner.** Buenos Aires: Ariel.

BLANCO, R. C. H. C. (2016). **Atenuação pragmática e problemas de intercompreensão: um estudo intercultural entre paulistanos e cordobeses**. 195f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8145/tde-06062016-121646/pt-br.php>. Acesso em: 14 jan. 2017.

BLANCO, R. C. H. C. (2020). Análise da desclassificação repreensiva por meio de uma propaganda. In: GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto; ARAES, Célia Regina; CASTANHEIRA, Claudia; ISOLA-LANZONI, Gabriel; PENITENTE, Natalia; WEISS, Winola (orgs). **Discurso e poder: teoria e análise**. São Paulo: FFLCH/USP, p. 194-209.

BLANCO, Y. A. de O. C. (2021). **A relação entre imagem e atenuação pragmática na análise de livros didáticosde Português para estrangeiros (PLE)**. 2021. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. doi:10.11606/T.8.2021.tde-23072021-155041. Acesso em: 2021-07-23.

BLANCO, R. C. H. C.; BLANCO, Y. A. de O. C. (2020). A construção discursiva do ódio nos "cacerolazos" (Argentina) e nos "panelaços" (Brasil): padrões comuns e diferenças. In: **Cadernos De Linguagem E Sociedade, 20** (especial), p. 29–49. Disponível em: https://doi.org/10.26512/les.v20iespecial.29442. Acesso em: 15/12/2020.

BLANCO, R. C. H. C; KULIKOWSKI, Z. M. (2018). Las formas de tratamiento como actividad estratégica y como índice de categorización de sociedades de aproximación o distanciamiento. In: **Textos en Proceso**, vol. 4 Nº 2, p. 174-193. Programa EDICE. Disponível em: <https://www.asice.se/index.php/tep/article/view/71/109>

BLANCO, R. C. H. C.; BERTI, N. (2019). Right-Wing Populism in Latin America: Self-Interest over Social Welfare. In: Global Dialogue. Vol. 9, No. 1. p. 47-49.

BRAVO, D. (2003). Actividades de cortesía, imagen social y contextos socioculturales: una introducción. In: BRAVO, D. (Ed.). **La perspectiva no etnocentrista de la cortesía: identidad sociocultural de las comunidades hispanohablantes**. Actas del Primer Coloquio del Programa EDICE. Estocolmo: Edice, p. 98-108. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337544532_Actividades_de_cortesia_imagen_social_y_contextos_socioculturales_una_introduccion>. Acesso em: 12/set/2020.

BRAVO, D. (2004a). Panorámica breve acerca del marco teórico y metodológico. In: BRAVO, D; BRIZ, A. **Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Ariel.

BRAVO, Diana. (2004b). Tensión entre universalidad y relatividad en las teorías de la cortesía. In: BRAVO, D; BRIZ, A. orgs. **Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Ariel.

BRAVO, D. (2005a). **Estudios de la (des)cortesía en español. Categorías conceptuales y aplicaciones a *corpora* orales y escritos**. Buenos Aires: Dunken.

BRAVO, D. (2005b) Competencia en la pragmática sociocultural del español. Actos de habla y cortesía. In: Murillo Medrano, Jorge (ed.). Actas del II Coloquio Internacional del Programa EDICE. **"Actos de habla y cortesía en distintas variedades del español: Perspectivas teóricas y metodológicas"**. Estocolmo: Univ. de Estocolmo, p. 363-375.

BRAVO, D. (2008). **Situación de habla, recursos comunicativos y factores lingüísticos en la interpretación de objetivos de cortesía**. Estocolmo: Univ. de Estocolmo, p. 12-24.

BRAVO, D. (2010). Pragmática sociocultural. La configuración de la imagen social como premisa socio-cultural para la interpretación de actividades verbales y no verbales de imagen. In: Orletti, Franca e Mariottini, Laura (ed.). **(Des)cortesía en español. espacios teóricos y metodológicos para su estudio**. Roma-Estocolno: Universitá degli Studi Roma Tre-EDICE, p. 19-46.

BRIZ, A. (2004), Cortesía verbal codificada y cortesía verbal interpretada en la Conversación. In: BRAVO, D.; BRIZ, A (eds.), **Pragmática sociocultural: estudios sobre el discurso de cortesía en español**. Barcelona: Ariel.

BRIZ, A. (2013) Atenuadores: estratégias e táticas. Versão: Luiz Antônio da Silva, Adriana Marcelle de Andrade, Ramiro Carlos Humberto Caggiano Blanco. In **revista Linha D'Água Número 26,** pp. 281-314. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/viewFile/64415/71564>.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. ([1978] 1987). **Politeness. Some Universals in language Use**. Cambridge: Cambridge University Press.

BUENO, S. (2019). Segurança pública: Paradigmas em disputa. In: **Brasil em colapso**. Esther Solano (org.). São Paulo: Editora Unifesp.

CALABRESE CASTRO, N. (2014). Un análisis de las fotografías del 13-S publicadas por los principales diarios argentinos. In: **Question**, Revista especializada en Periodismo y Comunicación, Vol. 1, Nº 41. Disponível em: <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/question/article/view/2050/1831> Acesso em: 25/05/2017.

CARAPANÃ. (2019). A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: **O ódio como política.** Esther Solano Gallego (org.). São Paulo: Boitempo.

CALABRESE CASTRO, N. (2014). Un análisis de las fotografías del cacerolazo del 13-S publicadas por los principales diarios argentinos. In: **Revista Question**, Vol. 1, Nº. 41. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/34114/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 27/09/2017.

CASTRO ROCHA, J. C. (2021). **Guerra cultural e retórica do ódio: Crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Caminhos.

CORNILS, P. (2016) Apresentação à segunda edição. In: **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

CARVALHO BRITO, C. (2017). O consumo do trágico ou uma "coleção de cabeças": notas sobre a musealização de restos mortais do cangaço. In: **Anais do 41º Encontro Anual da Anpocs**, de 23 a 27 de outubro de 2017, em Caxambu - MG. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt14-22/10730-o-consumo-do-tragico-ou-uma-colecao-de-cabecas-notas-sobre-a-musealizacao-de-restos-mortais-do-cangaco-1/file>. Acesso em 22/11/2020.

CHALHOUB, S. (2916). A "velha corrupção": carta aberta aos jovens sobre as eleições. In: **Historiadores pela democracia**: **o golpe de 2016 e a força do passado**. Org. Hebe Mattos, Tãnia Bessone, Beatriz G. Mamigonian. 1ª Ed. p. 37-39. São Paulo: Alameda.

CHARAUDEAU, P. (2001). Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Hugo Mari, Ida Lúcia Machado e Renato de Mello (Orgs.). Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, FALE-UFMG.

CHARAUDEAU, P. (2014). **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto.

CHARAUDEAU, P. (2018). **Discurso político**. São Paulo: Contexto.

CULPEPER, J. (2005). Impoliteness and entertainment in the television quiz show: The Weakest Link. In: **Journal of Politeness Research: Language, Behaviour, Culture 1**: 35–72.

CULPEPER, J. (2011). **Impoliteness: using language to cause offence**. Nova York: Cambridge University Press.

DIANI, M. (2015) Revisando el concepto de movimiento social. IN: **Revista Encrucijadas**. Vol. 9. Disponível em: <http://www.encrucijadas.org/index.php/ojs/article/view/161> Acesso em: 20/05/2017.

DAY, R. (2004) **FROM HEGEMONY TO AFFINITI:** ***The political logic of the newest social movements***. IN: Cultural Studies, Vol 18, nº 5, p. 716-748. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/0950238042000260360>. Acesso em 15/04/2017.

DELLA PORTA, D. (2015) P*rácticas democráticas en los movimientos antiausteridad: De foros a campamentos, de América Latina a Europa*. In: **Protestas Sociales y Capacidad de Respuesta de la Democracia: Evaluando Realidades en América Latina y el Caribe y la Unión Europea**. Fundação EU-LAC: Hamburgo. Disponível em: <https://eulacfoundation.org/es/system/files/Protestas_Sociales_esp.pdf> Acesso em: 01/05/2017.

DE SOUSA SANTOS, B. (2010). **Epistemologías del Sur**. Buenos Aires: Siglo XXI.

DI TULLIO, A. (2007). **Manual de gramática del español.** 2ª edição. Buenos Aires: La Isla de la Luna.

ELIADE, Mircea. (1991). **Mito e realidade.** Trad.: Pola Civelli. 3ªed., São Paulo: Perspectiva.

ESCANDELL, M.V. (2020). **La comunicación: lengua, cognición y sociedad**. Madrid: Akal.

ESCANDELL, M.V. (2004). Aportaciones a la Pragmática. In: en Jesús Sánchez Lobato e Isabel Santos Gargallo (orgs.), **Vademécum para la formación de profesores**, Madrid: SGEL, Disponível em: <http://portal.uned.es/pls/portal/docs/PAGE/UNED_MAIN/LAUNIVERSIDAD/UBICACIONES/04/DOCENTE/MARIA_VICTORIA_ESCANDELL_VIDAL/PUBLICACIONES/APORTACIONES%20DE%20LA%20PRAGM%C3%81TICA.PDF>. Acceso em: 19/07/2016.

ESCANDELL, M.V. (2006) **Introducción a la Pragmática**. Barcelona: Ariel.

FERNÁNDEZ, C. (2012). Estalló el verano. In: Revista **Anfibia**. Disponível em: <http://revistaanfibia.com/cronica/estallo-el-verano>. Acesso em: 29/07/2019.

FILHO, P.; COSTA, A. (2019). Populismo midiático: exploração midiática da criminalidade e a espetacularização do crime. In: **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**. 12, p. 76-91. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebesp/article/view/390>. Acesso em: 11/01/2021.

FUENTES RODRÍGUEZ, C.; ALCAIDE LARA, E. (2008). **(Des)cortesía, agresividad y violencia verbal en la sociedad actual.** Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía.

FISS, O. (1996). **El Efecto Silenciador de la Libertad de Expresión**. Disponível em <https://digitalcommons.law.yale.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2314&context=fss_papers>. Acesso em: 11/01/2020.

FORTUNATO, P. (2014). **Três mitos sobre o Bolsa Família**. Disponível em: <https://blogs.iadb.org/brasil/pt-br/ideacao-autores/>. Acesso em: 14/10/2020.

GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. In: **Debate** (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 35-45, 2017. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/7.pdf>. Acesso em: 18/09/2020.

GARBAZ, Ariel. El ciber espacio es un campo de batalla fundamental y requiere una resistencia. In: **Factor UV**, FM la Patriada, 14 de janeiro de 2021. Disponível em <https://radiocut.fm/audiocut/ariel-garbaz-ciber-espacio-es-un-campo-batalla-fundamental-y-requiere-una-resistencia/> Acesso em: 14/01/2021.

GIARRACA, N. (2012). Cacerolazos en Argentina, de 2001 a 2012. In: **Digital Question**. Disponível em: https://questiondigital.com/cacerolazos-en-argentina-de-2001-a-2012/ Acesso em: 19/10/2017.

GIORGI, Gabriel. (2019) Arqueologia do ódio: apontamentos sobre escrita e democracia. In: KIFFER, A.; GIORGI, G. (org.). **Ódios políticos e política do ódio**. São Paulo: Bazar do Tempo, p. 80-129.

GINWAY, Mary. Elizabeth. (2005) **Ficção Científica Brasileira: Mitos Culturais e Nacionalidade no País do Futuro**. Trad. Roberto de Sousa Causo. São Paulo: Devir.

GOFFMAN, E. (2011) **Ritual da interação**. Tradução: Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes.

GORCAL, D. (2015). **Las políticas de seguridad del kirchnerismo: Relato versus realidad**. In: portal LPO La Política Online. Disponível em: <https://www.lapoliticaonline.com.ar/nota/diego-gorgallas-politicas-de-seguridad-del-kirchnerismo-relato-versus-realidad/>. Acesso em: 17/09/2020.

GORDILLO, M. (2011) Piquetes y cacerolas, la lucha no fue una sola. In: **Revista Alfilo**, nº 34. Disponível em: <http://www.ffyh.unc.edu.ar/alfilo/anteriores/34/investigacion.html> Acesso em: 01/06/2017.

GRIMSON, A. (2007). Prólogo. In: **Pasiones Nacionales: política y cultura en Brasil y Argentina**. GRIMSON, A. (org.). Buenos Aires: Edhasa.

GRIMSON, A. (2013). **Mitomanías argentinas: Cómo hablamos de nosotros mismos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

HERNÁNDEZ FLORES, N. (2013). Actividad de imagen: caracterización y tipología en la interacción comunicativa. In. **Pragmática Sociocultural**; 1(2), p. 175-198. Disponível em <https://www.degruyter.com/view/journals/soprag/1/2/article-p175.xml?language=en> Aceso em: 16/07/2019. Doi: https://doi.org/10.1515/soprag-2012-0012.

INFOBAE. (2013). **Lanata le dedicó un premio a Echarri y Sietecase le respondió por "la grieta"**. Disponível em: <https://www.infobae.com/2013/12/02/1528017-lanata-le-dedico-un-premio-echarri-y-sietecase-le-respondio-la-grieta/> Acesso em: 24/07/2019.

IPAR, E. E.; GILLER, D.M. (2016): ¿De qué racismo(s) somos contemporáneos en Argentina? La persistencia del racismo como desafío explicativo para la sociología". In: **Revista de Ciencias Sociales**, 4 (2): 258-273. http://dx.doi.org/10.17502/m.rcs.v4i2.120.

JARDIM PINTO, C. R. (2019). A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015). In: SOLANO, E; ROCHA, C. **As direitas nas redes e nas ruas. A crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular.

KAUL DE MARLANGEON, S. (2005). Descortesía de fustigación por afiliación exacerbada o refractariedad (cap. 11). In: D. BRAVO (org.). **Estudios de la (des) cortesía en español. Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos**. Buenos Aires: Dunken.

KAUL DE MARLANGEON, S. (2012). Encuadre de aspectos teórico-metodológicos de la descortesía verbal en español. In: **Miradas multidisciplinares a los fenómenos de cortesía y descortesía en el mundo hispánico**. Escaramilla Morales, J. e Henry Vega, G. orgs. Barranquilla-Estocolmo: Universidad del Atlántico-Universidad de Estocolmo; CADIS.

KAUL DE MARLANGEON, S. (2017). Tipos de descortesía verbal y emociones en contextos de cultura hispanohablante. In: BRAVO, D. **Pragmática Sociocultural /Sociocultural Pragmatics: Revista Internacional sobre Lingüística del Español,** Edice. Disponível em: <https://www.degruyter.com/view/j/soprag.ahead-of-print/soprag-2017-0001/www.degruyter.com/view/j/soprag.ahead-of-print/soprag-2017-0001/soprag-2017-0001.xml> . Acesso em: 21 nov. 2017.

KAUL DE MARLANGEON, S.; CORDISCO, A. (2014). La descortesia verbal en el contexto político-ideológico de las redes sociales. In: Revista de Filología. Nº32. Ed. enero. P. 145-162.

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5479751.pdf>. Acesso em 21/6/2018.

KIENPOINTER, M. (2008) Impoliteness and emotional arguments. In: **Journal of Politness Reserch: Language, Behaviour, Culture**. Francesca Bargiela, Sandra Harris, Sara Mills, Richard Watts (orgs.), vol. 4, no. 2, p. 243-265. https://doi.org/10.1515/JPLR.2008.012.

KIFFER, A. (2019) O ódio e o desafio da relação: escritas dos corpos e afecções políticas. In: **Ódios políticos e política do ódio,** p. 35-80. Kiffer, A.; Giorgi, G. (orgs.). São Paulo: Bazar do Tempo.

KOESSL. M. (2009). Apogeo y derrumbe del FrePaSo. Algunas consideraciones. In: **Revista del CESLA,** Nº. 12, p. 99-116. Varsóvia: Uniwersytet Warszawski. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=243321003011> Acesso em: 10/01/2019.

LACLAU, E. (2005). **La razón populista**. Trad. Soledad LACLAU. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. (2004) [1987]. **Hegemonía y estrategia socialista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

LABOV, W. (2011) **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola.

LEACH, E. R**.** (1996) **Sistemas Políticos da Alta Birmânia.** Trad. Antonio de Pádua, Geraldo Gerson de Souza e Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

LEECH, G. (1997). **Principios de Pragmática.** Trad. Felipe Alcántara Iglesias. Logroño: Universidad de La Rioja.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. (2016) **Dicionário de análise do discurso**. 3a. Ed, São Paulo: Contexto, 2016.

MALOSETTI COSTA, L. (2013). **La imagen en la cultura occidental**. Buenos Aires: Flacso Virtual.

MALOSETTI COSTA, L. (2013b). **El poder de las imágenes**. Buenos Aires: Flacso Virtual.

MARTINELLI, V. (2020). El Conurbano bonaerense en la posconvertibilidad: las divergencias entre cordones. In: **Revista Cuestión Urbana**. Ano 4, Nº 7. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/cuestionurbana/article/download/5917/4831>. Acesso em: 19/01/2021.

MARTINI, S.; HALPERN, G. (1998); Imaginarios sociales. In: **Cuadernos de Comunicación y Cultura Nº 54**. Aníbal Ford e Estela Martini, (Orgs.). Buenos Aires: Documento de la cátedra Aníbal Ford, Universidad de Buenos Aires.

MARTINO, S. (2009). **Masivos o corporativos**. In: Página 12. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/laventana/26-134631-2009-11-04.html>. Acesso em: 18/10/2020.

MATTOS, H. (2916). O gigante. In: Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado. Org. Hebe Mattos, Tãnia Bessone, Beatriz G. Mamigonian. 1ª Ed. p. 33-37. São Paulo: Alameda.

MELO MENDES, A.; MELLO VIANNA, G. (2018) Entre monstros e super-heróis: retratos dos principais atores da crise política de 2016 nas capas de revistas brasileiras. In: **Comunicação Pública** [Online], Vol.13 nº 24. Disponível em <https://journals.openedition.org/cp/2262>. Acesso em: 23/09/2021.

MENDONÇA, D.; PEIXOTO RODRIGUES, L. (2014). Em torno de Ernesto Laclau: pós-estruturalismo e teoria do discurso. In: **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. Daniel de Mendonça e Léo Peixoto Rodrigues (Orgs.). Porto Alegre: EDIPUCR.

MERLIN, N. (2019a). Entrevista concedida ao pesquisador. Cidade Autônoma de Buenos Aires. Data: 14/12/2019.

MERLIN, N. (2019b). Colonização da subjetividade e neoliberalismo. In: **Revista GEARTE**, Porto Alegre, RS, v. 6, n. 2, jul. 2019. ISSN 2357-9854. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/gearte/article/view/92906>. Acesso em: 05/04/2021.

MESSENBERG, D. (2019). A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E; ROCHA, C. (orgs.) **As direitas nas redes e nas ruas. A crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular.

MEY, JACOB L. (2014). Sequencialidade, contexto e forma linguística. In: Silva, Daniel M.; Ferreira, Dina M.; Alencar Nogueira, Claudiana (orgs.). **Nova pragmática: modos de fazer.** São Paulo: Cortez.

MIGUEL, L. F. (2019). A reemergência da direita brasileira. In: **O ódio como política.** Esther Solano Gallego (org.). São Paulo: Boitempo.

NAVARRO. G. (2015). **La resonancia de nuestras burbujas sociales**. In: Medium. Disponível em: <https://medium.com/@kuunga/la-resonancia-de-nuestras-burbujas-sociales-c7a0210b8136>. Acesso em: 09/9/2018.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E. (2016). Nova direita nas ruas?: uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. Perseu: **História, Memória e Política**, São Paulo, n. 11, p. 169-180. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/T07Perseu11.-ORTELLADOPabloSOLANO.pdf >. Acesso em: 17/9/2018.

PACHECO FENANDAS, R. (2104). Uma revisão de face aplicada a um estudo de caso. In: **Revista Escrita**, PUC/ Rio, nº 19, p. 325-338.

PEREIRA, A. A. (2017). A Nossa Bandeira Jamais Será Vermelha: a Luta Contra as Esquerdas em 1964 e 2016. In: **Anais do XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste** – Volta Redonda - RJ – 22 a 24/06/2017. , E[recurso eletrônico]: 40 anos de Memórias e Histórias/ organizado por Ana Silia Lopes Davi Médola, Maria do Carmo Silva Barbosa e Douglas Baltazar Gonçalves [realização Intercom e CEUNSP] - São Paulo: Intercom.

PEREZ, D. O. (2021). **Entrevista concedida ao pesquisador**. Campinas. Data: 07/01/2021.

PEREZ, D. O.; STARNINO, A. (2021). O estatuto político do significante vazio: identidade coletiva, psicanálise e política. In: **Revista de Filosofia Aurora,** [S.l.], v. 33, n. 58, abr. 2021. ISSN 1980-5934. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/27737>. Acesso em: 18/04/2021.

PIGNA, F. (2004). **Los mitos de la historia argentina**. Buenos Aires: Epublibre.

PINHEIRO-MACHADO, R. (2019). **Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual.** São Paulo: Planeta Brasil.

POPPER, Karl R. (1995). **Popper, escritos selectos**. Trad. Madero Báez, Sergio René. México: Fondo de Cultura Económica.

PRESTIFILIPPO, A; SECCIA, O. (2018). Figuraciones del Otro en la Argentina neoliberal. In: **BORDES**, v. 2, n. 7, p. 115-123.

RAJAGOPALAN, K. (2008). **Por uma linguística crítica.** São Paulo: Parábola.

RAJAGOPALAN, K. (2010). **A nova pragmática: fases e feições de um fazer.** São Paulo: Parábola.

RAMOS, J. A. (2006). **Revolución y contrarrevolución en la Argentina,** 2ªedição. Buenos Aires: Senado de la Nación.

REDAÇÃO REDE BRASIL ATUAL. (2018). Aporofobia, a aversão aos pobres, define o Brasil pós-golpe, diz Feijóo. **Rede Brasil Atual**, 19 jul. 2018. Cidadania. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/07/aporofobia-a-aversa.... Acesso em: 27 set. 2020.

REGUILLO, R. (2013). **Políticas de la (In)visibilidad. La construcción social de la diferencia**. Buenos Aires: Flacso Virtual.

ROCHA, Camila. (2019). O *boom* das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: **O ódio como política.** Esther Solano Gallego (org.). São Paulo: Boitempo.

RODRÍGUEZ, M. G. (2003). Representaciones: un juego incompleto, In: **Representaciones Sociales: investigación y práctica.** Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani.

RODRÍGUEZ ALZUETA, E. (2020). **El odio**. Disponível em: https://www.elcohetealaluna.com/el-odio-2/ Acesso em 02/09/2020.

RODRÍGUEZ KAUTH, A.; MARÍN DE MAGALLANES, L.; LEONE DE QUINTANA, M; E. (1993). El machismo en el imaginario social. In: **Revista Latinoamericana de Psicología**, Vol. 25, Nº 2, p. 275-278. Bogotá: Fundación Universitaria Konrad Lorenz.

RODRÍGUEZ LAMAS, V. (2008). La clase media argentina y el piquete agropuecuario: categorías para una descripción densa. In: **Revista Perspectivas de la Comunicación**. Vol. 1, nº2, p. 109-116. Disponível e: <http://revistas.ufro.cl/ojs/index.php/perspectivas/article/view/45/33>. Acesso em: 14/07/2020.

RUSCHEINSKY, A. (2010). Reconstrução da política social do Brasil. In: **Informe del observatorio de la pobreza 2010**. Disponível em: <https://issuu.com/ausjal/docs/observatorio_de_la_pobreza_def/330 >. Acesso em: 18/07/2020..

SAINTOUT, F. (2018). PRÓLOGO: Medios hegemónicos en América Latina: cinco estrategias de disciplinamiento. IN: Bruzzone, Daiana, *et al.* **Comunicación Para La Resistencia: Conceptos, Tensiones y Estrategias En El Campo Político De Los Medios**, p. 13-20. CLACSO, 2018. JSTOR, www.jstor.org/stable/j.ctvn96f5x.

SALINAS SALAZAR, A. (2015). La ola internacional de protestas 2008-2013: notas para una reflexión comparada. In: Revista Encrucijadas: **Acción colectiva en tiempos de crisis: democracia, indignación y movimientos sociales.** Revista Crítica de Ciencias Sociales, Nº9 a090, 2015. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/encrucijadas/article/view/79031> Acesso em: 24/05/2017).

SAMPAIO, A. (2015) Reivindicaciones y conectividad en las protestas de Brasil. In: **Protestas Sociales y Capacidad de Respuesta de la Democracia: Evaluando Realidades en América Latina y el Caribe y la Unión Europea**. Fundação EU-LAC: Hamburgo. Disponível em: <https://eulacfoundation.org/es/system/files/Protestas_Sociales_esp.pdf> Acesso em: 01/05/2017.

SANDMANN, A. J. (1988). A expressão da pejoratividade. In: **Revista Letras**, Curitiba, 3(B), p. 67-82. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19181/12479>. Acesso em: 27/05/2021.

SANTOS, M. A. M. (2016). **O discurso de ódio em redes sociais**. São Caetano do Sul: Luna Editorial.

SARLO, B. (2012). **La maldición argentina de ser hoy un representante de la clase media.** Disnovível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/la-maldicion-argentina-de-ser-hoy-un-representante-de-la-clase-media-nid1508884/>. Acesso em: 16/01/2021.

SCHÄFER, G.; LEIVAS, P. G.; DOS SANTOS, R. H. (2015) **Discurso de ódio: Da abordagem conceitual ao discurso parlamentar**. RIL Brasília a. 52 n. 207 jul./set. 2015 p. 143-158 Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/tablas/r34594.pdf. Acesso em: 16/11/2018.

SEGATO, R. (2017). **La guera contra las mujeres**. Buenos Aires: Traficantes de sueños.

SERRANO MANCILLA, A. **¿Cuántas clases medias caben en la clase media?**. In: celag.org. 2020. Disponível em: <https://www.celag.org/cuantas-clases-medias-caben-en-la-clase-media/?utm_source=CELAG+Newsletter&utm_campaign=e24488339a-Clases+Medias+%28Febrero+2020%29&utm_medium=email&utm_term=0_bde750773e-e24488339a-52935955> Acesso em: 10/01/2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. (2015). **Brasil: uma biografia.** 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, T. M.; LENTZ, R. (2018). **Imagem criada no início do século passado segue viva nas percepções da maioria dos brasileiros, influenciando os discursos políticos e a aprovação do partido mais (im)popular do Brasil**. In: Nexo Jornal. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2018/O-antipetismo-como-herança-do-anticomunismo>. Acesso em: 15/05/2019.

SILVA, T. T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. / Tomas Tadeu da Silva (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis: Vozes.

SOLANO, GALLEGO E. (2018). Entendendo o Brasil atual. Polarização, guerras culturais e antipetismo. In: **ABACO, Revista de cultura y ciencias sociales,** Gijón, nº 95-96, p. 48-60.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; MORETTO RIBEIRO, M. (2019). 2106: o ano da polarização? In: SOLANO, E; ROCHA, C. (orgs.) **As direitas nas redes e nas ruas. A crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular.

SOUZA, Jessé. (2020) **A guerra contra o Brasil** [recurso eletrônico]/ Jessé Souza. Rio de Janeiro: Estação Brasil.

STANLEY, J. (2019). **Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"**. Trad.: Bruno Alexander. Porto Alegre: L&PM Editores.

TELECHEA, Roxana (2006), "Historia de los Cacerolazos". In: **Razón y Revolución**, n.º 16, Buenos Aires. Disponível em: <https://www.razonyrevolucion.org/textos/revryr/ryr16/ryr16-telechea.pdf> Acesso em: 18/07/2017.

TELLES, H. (2019). Corrupção, legitimidade democrática e protestos. O boom da direita na política nacional? In: SOLANO, E; ROCHA, C. (Orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas. A crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular.

TIBURI, M. (2015). **Como conversar com um fascista** [registro eletrônico], 1ª Ed. Rio de Janeiro: Record.

TOLEDO BRÜCKMANN, E. (2018). "Roja y negra bandera nos cobija..." Los colores y el lenguaje cromático de los emblemas revolucionarios. In: **Revista Pacarina del Sur** – Disponível em: <http://pacarinadelsur.com/home/pielago-de-imagenes/168-roja-y-negra-bandera-nos-cobijaq-los-colores-y-el-lenguaje-cromatico-de-los-emblemas-revolucionarios>. Acesso em: 12/11/2020.

THOMAS, G. (2020). **A opinião pública e a Janela de Overton: O inaceitável é o novo aceitável?** Disponível em: <https://medium.com/o-veterano/a-opini%C3%A3o-p%C3%BAblica-e-a-janela-de-overton-fed0819ea042>. Acesso em: 14/10/2020.

TRASK, R. L. (2011). **Dicionário de linguagem e linguística.** Trad.: Rodolfo Ilari, 3ª ed. São Paulo: Contexto.

URDINEZ, M. (2019a). **Prejuicios. Miedo, hambre, villa y culpa: así definen los argentinos a los pobres**. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/comunidad/prejuicios-miedo-hambre-villa-culpa-palabras-argentinos-nid2255217/>. Acesso em 18/01/2021.

URDINEZ, M. (2019b). **La mitad de los argentinos cree que las mujeres tienen hijos para cobrar la AUH**. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/comunidad/la-mitad-argentinos-cree-mujeres-tienen-hijos-nid2275480/>. Acesso em 18/01/2021.

VALDÉS, J. (2015) Protestas Sociales y Capacidad de Respuesta de la Democracia: Evaluando Realidades en América Latina y el Caribe y la Unión Europea In: **Protestas Sociales y Capacidad de Respuesta de la Democracia: Evaluando Realidades en América Latina y el Caribe y la Unión Europea**. Fundação EU-LAC: Hamburgo. Disponível em: <https://eulacfoundation.org/es/system/files/Protestas_Sociales_esp.pdf> Acesso em: 01/05/2017.

VAN DIJK, T.A. (1996) **Análisis del discurso ideológico**. Disponível em: <http://www.discursos.org/oldarticles/An%E1lisis%20del%20discurso%20ideol%F3gico.pdf> Acesso em 10/01/2012.

VAN DIJK, T.A. (2003) La multidisciplinariedad del análisis crítico del discurso: un alegato a favor de la diversidad. In: WODAK, M. e MEYER, M .(org.) **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona:Gedisa.

VAN DIJK, T.A. (2005) Ideología y análisis del discurso. In: **Utopia y Praxis Latinoamericana**. Maracaibo: Universidad del Zulia, p. 9-36. Disponível em: <http://www.discursos.org/oldarticles/Ideolog%EDa%20y%20an%E1lisis%20del%20discurso.pdf > Acesso em 10/01/2012.

VAN DIJK, T.A. (2012) **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto.

VAN DIJK, T.A. (2016) Ideología. In: **Letras De Hoje**. v, 50: n 5, ps. 53-61. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/23139/14070> Acesso em 18/03/2017.

VAN DIJK, T.A. (2016b). **Cognição, discurso e interação.** 7ª edição. São Paulo: Contexto.

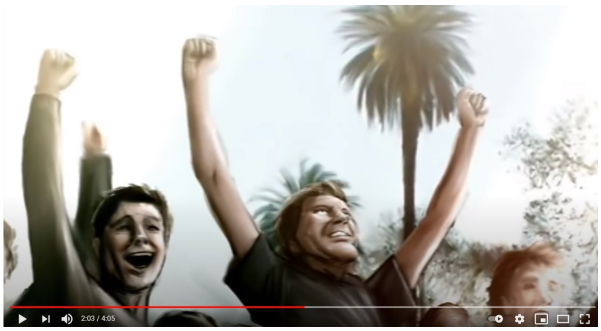
WEBER, Anne. **Manual on hate speech**. Strasburgo: Concil of Europe Publishing, 2009.

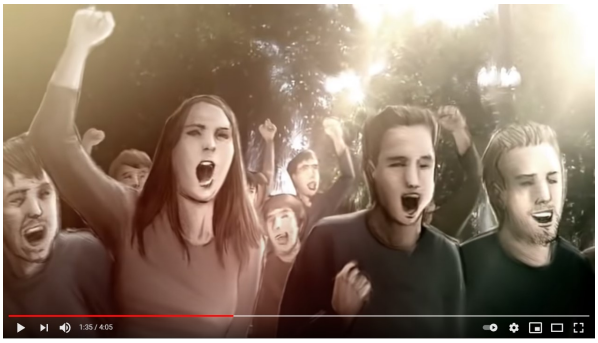
ŽIŽEK, S. (2008). **En defensa de la intolerancia**. Madrid: Sequitur. Trad. Javier Eraso Ceballos e Antonio Fernández.

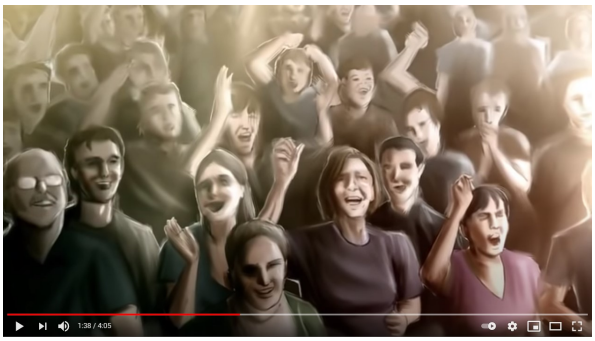
ŽIŽEK, S. (2013). **Um mapa da ideologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto.

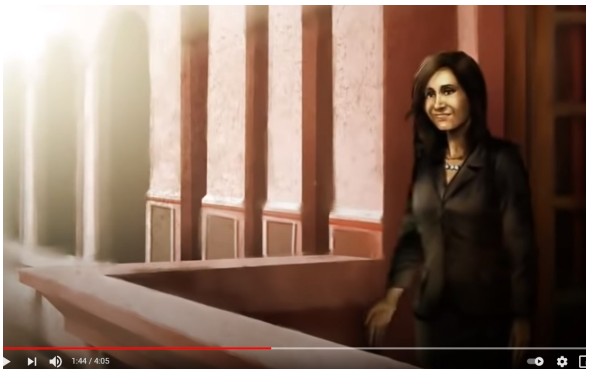
ANEXO A: Capas da revista "Noticias" contra Cristina Kirchner

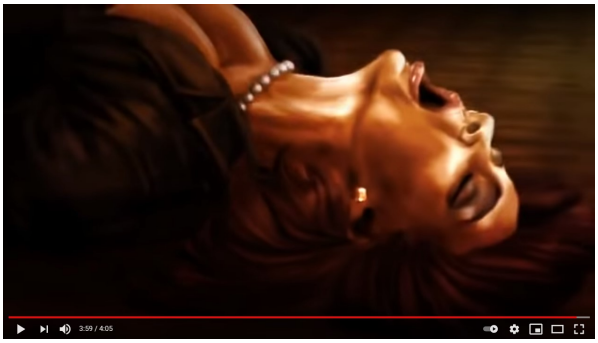
ANEXO B: Imagens do videoclipe da banda The Rockadictos



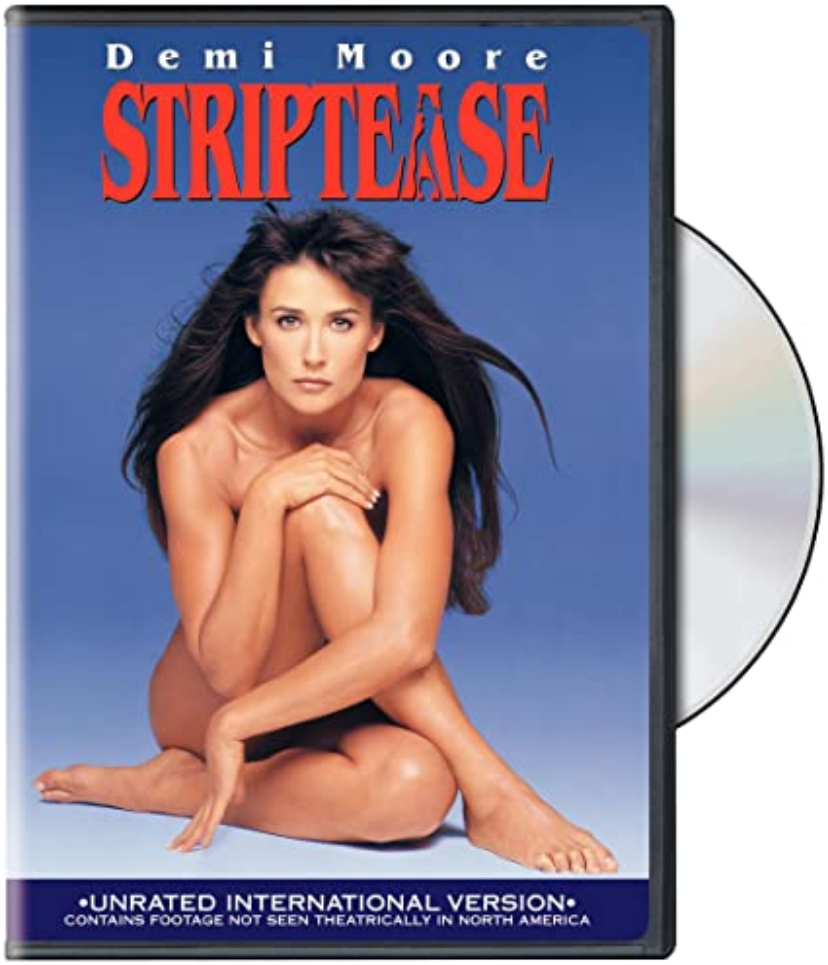








ANEXO C: Encarte do filme "Streaptease"



Fonte: Amazon.com

ANEXO D: Detalhe da capa da Revista Noticias, Ed. 28/12/2014

ANEXO E: Capas da revista Noticias: problemas mentais de CFK

Fonte: Revista Noticias.

Fonte: Revista Noticias.

Fonte: Revista Noticias.

ANEXO F: Capas do jornal Folha de São Paulo.

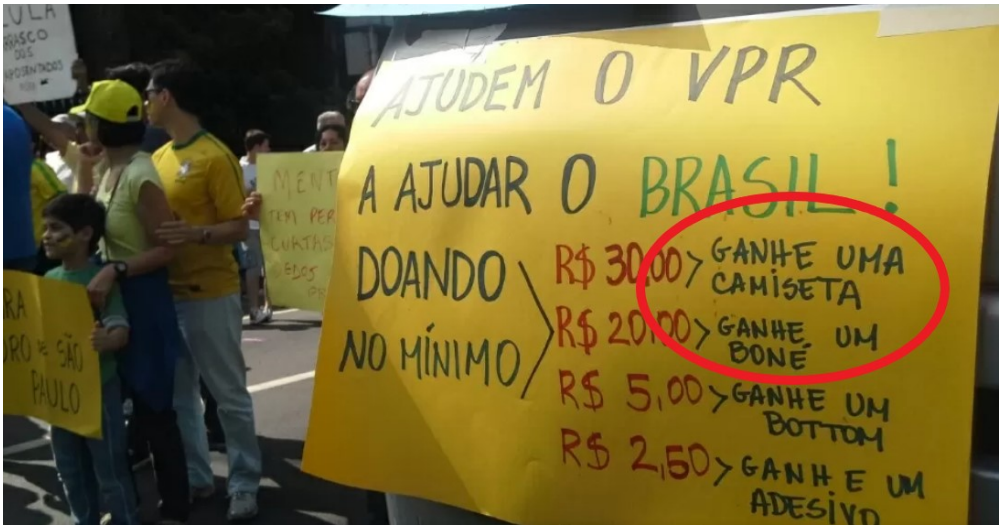
Fogo olímpico

Dilma Rousseff usou a cerimônia de acendimento da tocha olímpica, no Planalto, para pedir "união do País". Ela reconheceu que o momento "é verdadeiramente crítico", mas disse que o País será capaz de receber bem atletas e visitantes. Manifestantes aglomeraram-se diante do palácio, a maioria contra o impeachment. ESPORTES / PÁG. A24

Fonte: http://contxt.letras.ufrj.br/blog/item/23-fogueira-midi%C3%A1tica.html

ANEXO G: Lugares vendas de camisetas e "brinde". Manifestação 12/04/2015.

Venda de camisetas na manifestação de Ribeirão Preto. (Fonte: uol.com.br)



Camisetas "de brinde" na manifestação de São Paulo. (Fonte: uol.com.br)

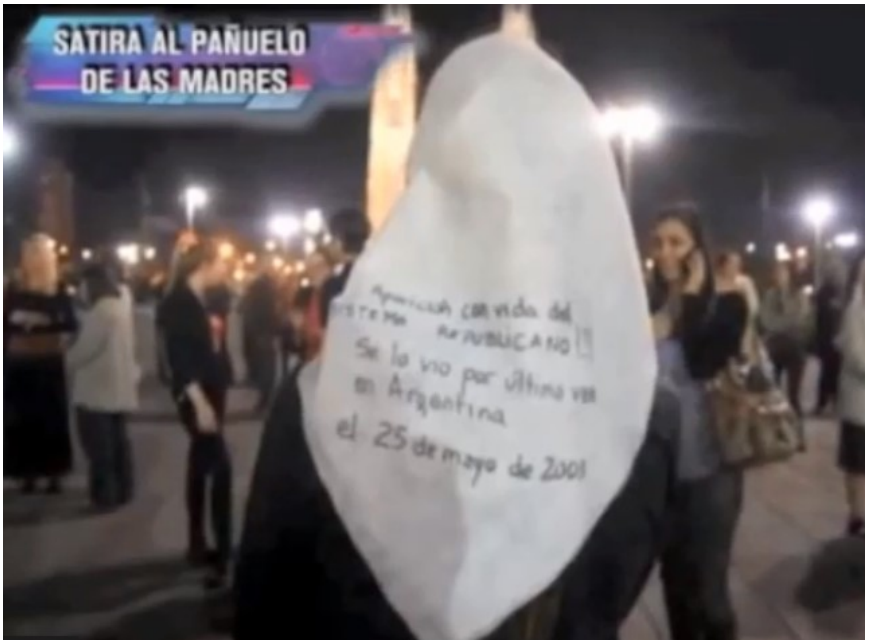
Venda de camisetas na manifestação em São Paulo. (Fonte: uol.com.br)

ANEXO H: Gloria Álvarez discursando ma manifestaçoa da Av. Paulista do 12/04/2015.

Fonte: Revista Veja

ANEXO I: Ressinificação e apropriação de símbolos da luta pelos Direitos Humanos

Fonte: periódico Tribuna



Fonte: captura de tela vídeo AR-V3

ANEXO J: Emprego de ratos para se referir ao governo e ao PT

Fonte: Blog da Boitempo

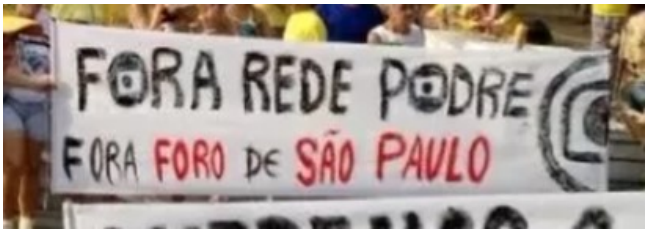
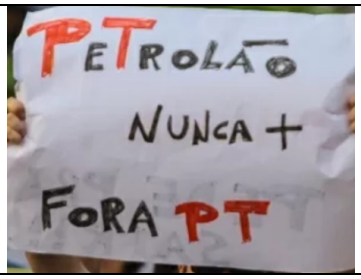
Fonte: Revista Veja

ANEXO K:Cartaz com enunciado “PTralhas”

Fonte: Site uol.com.br

ANEXO L: Faixas e cartazes com combinação de letras pretas e vermelhas

ARGENTINA	
Fonte: Blog hartosdechamuyos.blogspot.com	**Fonte: Captura de tela. Vídeo (AR-8)**
Fonte: Captura de tela. Vídeo (AR-8)	**Fonte: Captura de tela. Vídeo (AR-6)**

BRASIL	
Fonte: Site uol.com.br	**Fonte: Site uol.com.br**
	
Fonte: Captura de tela. Vídeo (BR-4)	**Fonte: Site uol.com.br**